

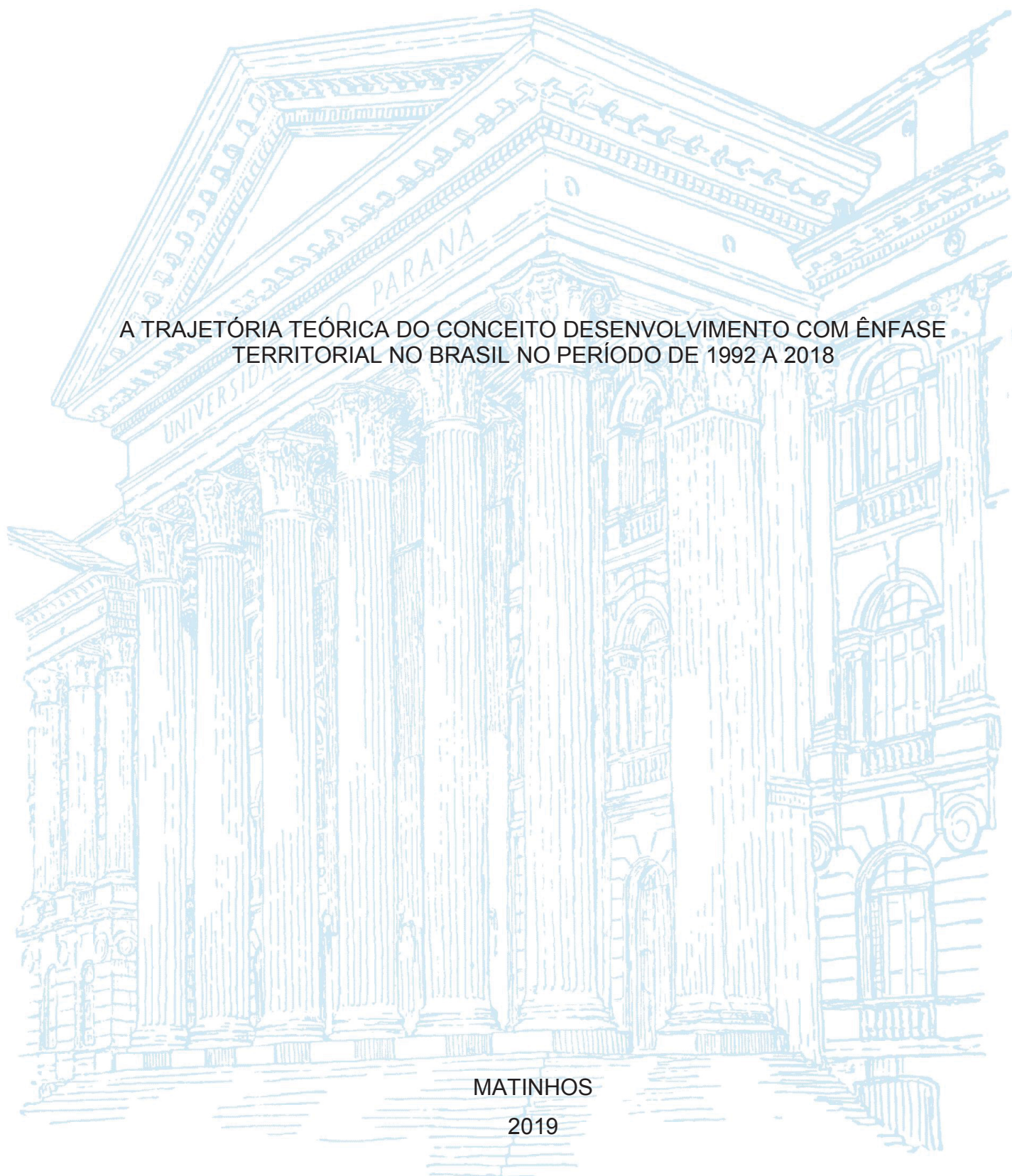
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

EDILAINE CRISTINA DO PRADO

A TRAJETÓRIA TEÓRICA DO CONCEITO DESENVOLVIMENTO COM ÊNFASE  
TERRITORIAL NO BRASIL NO PERÍODO DE 1992 A 2018

MATINHOS

2019



EDILAINE CRISTINA DO PRADO

A TRAJETÓRIA TEÓRICA DO CONCEITO DESENVOLVIMENTO COM ÊNFASE  
TERRITORIAL NO BRASIL NO PERÍODO DE 1992 A 2018

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Setor de Litoral, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável.

Orientadora: Prof(a). Dr(a). Cinthia Sena Abrahão

MATINHOS

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte  
Biblioteca da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral

P896	<p>Prado, Edilaine Cristina do</p> <p>A trajetória teórica do conceito desenvolvimento com ênfase territorial no Brasil no período de 1992 a 2018 / Edilaine Cristina do Prado ; orientadora Cinthia Sena Abrahão. – 2019. 192 f.</p> <p>Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, Matinhos/PR, 2019.</p> <p>1. Desenvolvimento territorial. 2. Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). 3. Bibliometria – Desenvolvimento territorial. I. Dissertação (Mestrado) – Programa do Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável. II. Título.</p> <p>CDD – 307.14</p>
------	--

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **EDILAINE CRISTINA DO PRADO** intitulada: **A TRAJETÓRIA TEÓRICA DO CONCEITO DESENVOLVIMENTO COM ÊNFASE TERRITORIAL NO BRASIL NO PERÍODO DE 1992 A 2018**, sob orientação da Profa. Dra. CINTHIA MARIA DE SENA ABRAHÃO, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

MATINHOS, 30 de Setembro de 2019.



CINTHIA MARIA DE SENA ABRAHÃO

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)



LILIANI MARILIA TIEPOLO

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)



LUCIA HELENA ALENCASTRO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Ao senhor Jesus Cristo,  
na esperança que todo conhecimento  
seja instrumento da paz, do amor e da justiça  
À tia Leoni (*in memoriam*)  
Por ter sido mãe em sentido amplo

## AGRADECIMENTOS

Eu agradeço a Deus por ter me dado a oportunidade de vivenciar essa caminhada. A professora Cinthia Sena Abrahão me disse que as coisas acontecem por propósitos maiores. E é bem verdade! Esse processo todo, iniciado em 2017, me trouxe a oportunidade de me olhar por dentro. Me ensinou o significado de solidariedade na prática e o quanto certas pessoas podem fazer a diferença na trajetória que se desenha na vida de alguém. Este é o caso da professora Cinthia, minha orientadora, que Deus colocou em meu caminho por recomendação do professor José Elmar Feger. Eu não a conhecia, mas conhecer ela foi essencial para iniciar uma transformação em minha vida e é, sem dúvidas, dela a maior parte do mérito de eu ter conseguido chegar até aqui. Minha sincera gratidão a ela por toda a compreensão, sensibilidade, carinho, empatia, paciência, muita paciência que me dedicou. Eternamente grata por toda a preocupação por meus estudos, com desenvolvimento pessoal e com minha saúde, mas principalmente pelo remédio para a minha alma.

Evidentemente, não é qualquer pessoa que está disposta a oferecer tamanha disponibilidade a ajudar outra, ainda mais diante de tantas dificuldades a serem transpassadas. Grata por não ter desistido de mim. Vou me deter a esses agradecimentos, pois minha lista de gratidão a professora Cinthia é muito longa e provavelmente muito dos motivos para agradecer eu nem me dei conta ainda.

Agradeço, também, a professora Liliani Tiepolo por toda a compreensão, por todos os conselhos e ensinamentos, especialmente, por me ensinar que o rio não sobe a montanha, ele a contorna, e não interessa o que aconteça, o rio encontra o mar. Esse ensinamento eu guardo para a vida, pois a natureza tem uma sabedoria poética.

Agradeço ao professor Valdir Frigo Denardin por todo o conhecimento compartilhado e pelos apontamentos tão relevantes para o melhoramento desta pesquisa que aqui se apresenta.

Agradeço a professora Márcia Regina Ferreira por todo o incentivo, desde a graduação e por toda preocupação e ajuda a mim dedicada no momento mais delicado dessa trajetória.

Grata aos professores Luiz Everson da Silva, Luciana Vieira Catilho Weinert, Alan Ripoll Alves, Mayra Taiza Sulzbach, Natália Tavares de Azevedo e José Manuel G. Gandara (*in memoriam*), por todo o conhecimento compartilhado.



Grata a minha querida turma do mestrado 2017, por ter compartilhado momentos agradáveis e divertidos.

Grata ao Dr. Fausto Rodrigues Teixeira Filho por toda a dedicação, sensibilidade e humanismo com que trata seus pacientes. Por me escutar por horas e horas a fio. Por sempre ter lançado um olhar de respeito e empatia sobre as questões que eu lhe levava.

Agradeço também a Dr.<sup>a</sup> Carmem Lucia Schettini, que mesmo tão senhorinha desempenha com muito esmero suas funções, é destacado o amor que dedica aos cuidados com a saúde dos alunos e funcionários da Universidade.

Agradeço a UFPR e ao PPGDTS por ter me proporcionado as experiências mais significativas para meu aperfeiçoamento acadêmico, profissional e pessoal.

Ao João Rafael pelos diversos socorros prestados para viabilizar minha permanência no programa.

Ao meu esposo Evandro Luis Veis por toda a ajuda nestes nove anos, pelo incentivo para ingresso na pós-graduação. Por ter embarcado comigo num caminho de autoconhecimento.

Volto a agradecer a Deus por ter me proporcionado todas essas bênçãos que posso hoje agradecer.

Bem sugestiva é, nesse sentido, a imagem da semente lançada à terra e «envolvida» por esta, que vai realizar um processo esforçado de des-envolvimento, rompendo com os obstáculos (pedras, terra endurecida, ervas daninhas, etc.), até se libertar para o exterior, tornando-se planta, flor e/ou fruto, de acordo com as suas potencialidades, atingindo a sua realização nos centímetros ou metros que alcançar e nos gramas ou quilos que pesar(dimensões quantitativas), mas também na sua estética, aroma e sabor (dimensões qualitativas).

O seu processo de des-envolvimento é sobretudo o resultado da sua própria força e potencialidades (autonomia e participação), embora possa ser ajudada pelo agricultor (o «animador do desenvolvimento»), com a enxada ou o arado para remexer a terra, tornando-a mais solta, a monda, retirando as ervas daninhas do seu caminho, e a rega e a adubação, alimentando-a.

Julgo, por isso, que as novas formulações do conceito de desenvolvimento são mobilizadoras para uma ação emancipadora e participativa e não subordinada.

(Rogério Roque Amaro)



## RESUMO

Esta dissertação trata da produção teórica em âmbito nacional, cujas as abordagens sobre o desenvolvimento tomam o espaço como elemento relevante. O período de análise foi definido a partir do marco histórico da Rio 92 até 2018. A presente pesquisa teve como objetivo geral compreender a trajetória da teorização acerca do desenvolvimento com enfoque territorial no Brasil. Como objetivos específicos definiu-se a realização de uma revisão histórica sobre como foi tratado o tema no mundo e no Brasil, bem como a descrição de como e quando surgiram as abordagens territoriais do desenvolvimento na produção teórica brasileira. Para tanto utilizou-se de pesquisa exploratória e levantamento bibliográfico, e da bibliometria como instrumento de análise, a partir dos dados sobre teses obtidos na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD. Realizou-se uma retomada das bases de discussão de alguns autores de relevância sobre o desenvolvimento no mundo, bem como o tratamento dado ao tema na América Latina e Brasil, com destaque para a Escola Cepalina. Em seguida, apresenta-se a gênese da introdução do aspecto da sustentabilidade aliado a discussão do desenvolvimento que abriu caminho as abordagens territoriais no período pós crise fordista. O estudo bibliométrico dá conta que o tema tem sido de interesse em diversas áreas do conhecimento, mas que isso não necessariamente signifique uma maior apropriação dos conceitos que o designam, ou seja a introdução de uma racionalidade ambiental.

Palavras-chave: Bibliometria. Desenvolvimento Territorial. Desenvolvimento Regional. Desenvolvimento como liberdade. Desenvolvimento Local.

## **ABSTRACT**

This dissertation deals with the theoretical production nationwide, whose approaches to development take space as a relevant element. The period of analysis was defined from the historical landmark of Rio 92 until 2018. This research aimed to understand the trajectory of theorizing about development with territorial focus in Brazil. The specific objectives were to carry out a historical review of how the theme was treated in the world and in Brazil, as well as the description of how and when the territorial approaches to development emerged in Brazilian theoretical production. For that, we used exploratory research and bibliographic survey, and bibliometrics as an instrument of analysis, based on data on theses obtained from the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations - BDTD. There was a resumption of the discussion bases of some relevant authors on development in the world, as well as the treatment given to the theme in Latin America and Brazil, with emphasis on the Cepalina School. Next, we present the genesis of the introduction of the sustainability aspect, allied to the development discussion that paved the way for territorial approaches in the post Fordist crisis. The bibliometric study shows that the subject has been of interest in several areas of knowledge, but that does not necessarily mean greater appropriation of the concepts that designate it, the introduction of an environmental rationality.

**Keywords:** Bibliometrics. Territorial Development. Regional Development. Development as Freedom. Local Development.

## **LISTA DE FIGURAS**

FIGURA 1 – PROCESSO DE REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	22
FIGURA 2 – ETAPAS DA PESQUISA BIBLIMÉTRICA.....	25

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 -	PERCENTUAL DA FREQUENCIA POR TERMO-CHAVE.	102
GRÁFICO 2 -	DISTRIBUIÇÃO DAS TESES POR ANO DE DEFESA.....	103
GRÁFICO 3 -	DISTRIBUIÇÃO DAS TESES CONFORME TIPO DE INSTITUIÇÃO (em %).....	106
GRÁFICO 4 -	DISTRIBUIÇÃO DAS TESES POR REGIÃO.....	109

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 –	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	20
QUADRO 2 –	LEIS QUE REGEM O ESTUDO BIBLIOMÉTRICO.....	24
QUADRO 3 -	TESES OBTIDAS COM O TERMO-CHAVE DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	29
QUADRO 4 –	TESES OBTIDAS COM O TERMO-CHAVE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	30
QUADRO 5 -	TESES OBTIDAS COM O TERMO-CHAVE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.....	30
QUADRO 6 –	TESES OBTIDAS COM O TERMO-CHAVE DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE.....	31
QUADRO 7 –	TESES DUPLICADAS.....	31
QUADRO 8 -	TESES OBTIDAS COM CADA TERMO-CHAVE.....	33
QUADRO 9 -	TESES REPETIDAS: DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	33
QUADRO 10 -	CORREÇÃO DAS PALAVRAS DESCONFIGURADAS.....	34
QUADRO 11 –	PRINCIPAIS CONCEITOS APRESENTADOS POR AMARTYA SEN.....	51
QUADRO 12 –	PAPÉIS DA LIBERDADE.....	52
QUADRO 13 –	PRINCIPAIS AUTORES E CONCEITOS NAS ABORDAGENS DO DESENVOLVIMENTO.....	56
QUADRO 14 –	ASPECTOS DO NOVO DESENVOLVIMENTISMO.....	75
QUADRO 15 –	PRINCIPAIS AUTORES E CONCEITOS NAS ABORDAGENS DO DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA.....	77
QUADRO 16 –	COMPONENTES E OBJETIVOS DE CADA UM DOS CINCO PILARES DO ECODESENVOLVIMENTO.....	89
QUADRO 17 –	ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO.....	90
QUADRO 18 –	TIPOLOGIA DOS FATORES DE CONCORRÊNCIA ESPACIAL.....	97

QUADRO 19 – PRINCIPAIS AUTORES E CONCEITOS NAS ABORDAGENS DO DESENVOLVIMENTO COM ENFOQUE TERRITORIAL.....	99
QUADRO 20 – INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA.....	107
QUADRO 21 – RELAÇÃO DE ORIENTADORES.....	125

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 -	PRODUÇÕES CIENTÍFICAS POR TERMO-CHAVE APÓS TRIAGEM.....	102
TABELA 2 -	PRODUÇÕES CIENTÍFICAS POR ANO DE DEFESA.....	103
TABELA 3	DISTRIBUIÇÃO TEMPORAL DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS POR TERMO-CHAVE.....	104
TABELA 4	DISTRIBUIÇÃO DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS POR INSTITUIÇÃO NO BRASIL.....	108
TABELA 5 -	INSTITUIÇÕES DA REGIÃO SUDESTE.....	110
TABELA 6 -	INSTITUIÇÕES DA REGIÃO SUL.....	110
TABELA 7 -	INSTITUIÇÕES DA REGIÃO NORDESTE.....	111
TABELA 8 -	INSTITUIÇÕES DA REGIÃO NORTE.....	111
TABELA 9 -	INSTITUIÇÕES DA REGIÃO CENTRO-OESTE.....	112
TABELA 10 -	PROGRAMAS DE DOUTORADO REGIÃO SUDESTE.....	113
TABELA 11 -	PROGRAMAS DE DOUTORADO REGIÃO SUL.....	118
TABELA 12 -	PROGRAMAS DE DOUTORADO REGIÃO NORDESTE...	119
TABELA 13 -	PROGRAMAS DE DOUTORADO REGIÃO NORTE.....	121
TABELA 14 -	PROGRAMAS DE DOUTORADO REGIÃO CENTRO-OESTE.....	121
TABELA 15 -	DISTRIBUIÇÃO DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS POR ÁREA DE CONHECIMENTO DA CAPES.....	123



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA DA PESQUISA.....</b>	<b>20</b>
2.1	PESQUISA EXPLORATÓRIA.....	21
2.2	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA.....	21
2.3	BIBLIOMETRIA.....	23
2.4	MÉTODOS DE PESQUISA: SELEÇÃO E BASE DE DADOS.....	27
2.5	PROCEDIMENTOS DE FILTRAGEM.....	29
<b>3</b>	<b>SÍNTESE DA TRAJETÓRIA TEÓRICAS DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO NA PERSPECTIVA ABSTRATO- CONCEITUAL.....</b>	<b>36</b>
3.1	PERSPECTIVAS SOBRE DESENVOLVIMENTO NO MUNDO.....	36
3.1.1	A teoria do desenvolvimento econômico de Schumpeter.....	38
3.1.2	Etapas do desenvolvimento de Rostow.....	42
3.1.3	A abordagem possibilista de Hirschman.....	46
3.1.4	Desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen.....	49
3.2	SÍNTESE DOS CONCEITOS E PRINCIPAIS AUTORES NAS ABORDAGENS DO DESENVOLVIMENTO NA PERSPECTIVA ABSTRATO-CONCEITUAL.....	55
<b>4</b>	<b>PERSPECTIVA LATINO AMERICANA DO PÓS-GUERRA E A INTRODUÇÃO DAS VARIÁVEIS HISTÓRICO ESPACIAIS NA DISCUSSÃO DO DESENVOLVIMENTO.....</b>	<b>58</b>
4.1	TEORIA DO SUBDESENVOLVIMENTO DE PREBISCH E A CEPAL.....	59
4.2	FURTADO E A CEPAL.....	65
4.3	A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO POR CAIO PRADO JR.....	68
4.4	TEORIAS DA DEPENDÊNCIA E DO DESENVOLVIMENTO.....	71
4.5	O NOVO-DESENVOLVIMENTISMO.....	73
4.6	SÍNTESE DOS CONCEITOS E PRINCIPAIS AUTORES NA PERSPECTIVA LATINO AMERICANA DO DESENVOLVIMENTO...	77
<b>5</b>	<b>AS ABORDAGENS TERRITORIAIS DA CONSTRUÇÃO TEÓRICA DO DESENVOLVIMENTO .....</b>	<b>80</b>

5.1	TEORIA DOS POLOS DE DESENVOLVIMENTO DE PERROUX....	80
5.2	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA CONSTRUÇÃO MULTILATERAL.....	83
5.2.1	O Desenvolvimento Sustentável na ótica de Ignacy Sachs.....	88
5.3	O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: UM CONCEITO AMPLO...	92
5.4	SÍNTESE DOS CONCEITOS E PRINCIPAIS AUTORES NAS ABORDAGENS DE DESENVOLVIMENTO NA PERSPECTIVA TERRITORIAL.....	98
<b>6</b>	<b>ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE DESENVOLVIMENTO COM ENFOQUE TERRITORIAL: UMA INVESTIGAÇÃO BIBLIOMÉTRICA.....</b>	<b>101</b>
6.1	ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	101
6.1.1	Distribuição das produções científicas no tempo.....	102
6.1.2	Origem institucional das produções científicas.....	106
6.1.3	Distribuição geral e regional das produções científicas.....	107
6.1.4	Programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> por região.....	112
6.1.4.1	Programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> da região Sudeste.....	112
6.1.4.2	Programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> da região Sul.....	117
6.1.4.3	Programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> da região Nordeste.....	119
6.1.4.4	Programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> da região Norte.....	120
6.1.4.5	Programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> da região Centro-oeste	121
6.1.5	Distribuição de produções científicas por área de conhecimento.....	121
6.1.6	Distribuição dos orientadores por instituição.....	124
<b>7</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>129</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>134</b>
	<b>ANEXO 1 - PRODUÇÕES CIENTÍFICAS OBTIDAS NA BDTD.....</b>	<b>148</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O tema do desenvolvimento possui larga trajetória, sobretudo nas Ciências Econômicas, em que o interesse pioneiro sobre a questão pode ser atribuído à Adam Smith (AMARO, 2014). Porém, esse tema tem sido tratado de forma científica mais fundamentada e continuada, no período pós-guerra (ESTEVA, 2000), pois, neste período surge uma grande profusão de iniciativas estatais de desenvolvimento setorizado no mundo (DINIZ, 2009). Esse conceito, calcado no estado de bem-estar social do modelo fordista, permaneceu hegemônico até a década de 1970.

A partir de então, em meio ao desgaste do modelo keynesiano e levante do modelo neoliberal e da globalização, emergiram novas concepções teóricas do desenvolvimento, que foram difundidas globalmente pelas Conferências da ONU sobre o Meio Ambiente, com destaque para a de Estocolmo, em 1972, e para o Relatório de *Brundtland*, realizado em 1987, que também trataram de questões ambientais. Esse processo abriu espaço para redescoberta do desenvolvimento com enfoque territorial, como no caso dos Distritos Industriais, bem como para o surgimento de novas concepções de desenvolvimento com enfoque territorial (PECQUEUR, 2005; TONNEAU e VIEIRA, 2006).

Diante disso, encontra-se o tema desta dissertação, que é a produção teórica sobre desenvolvimento com enfoque territorial no Brasil. Entende-se aqui que desenvolvimento com enfoque territorial englobe todas as abordagens que tenham o espaço como elemento relevantes, tais como desenvolvimento regional, local, sustentável, dentre outros conceitos.

O objeto do estudo é, portanto, a produção científica em âmbito nacional, tendo como problema precursor: como o desenvolvimento, focado no território, tem sido abordado na academia brasileira?

O tema desenvolvimento em âmbito global, antes abordado predominantemente pela perspectiva econômica, passou a ser tratado de forma interdisciplinar, considerando aspectos ambientais e territoriais. Assim, o problema geral que norteia esta pesquisa é: qual foi a trajetória teórica do conceito de desenvolvimento com abordagem territorial no Brasil? Para alcance da resposta a esse questionamento, outras perguntas se fizeram necessárias a fim de complementá-la. São elas: a) Como foi trabalhado historicamente o conceito de desenvolvimento no mundo e pelos pensadores brasileiros? b) Como e quando

surgiram as abordagens territoriais do desenvolvimento? c) Qual a evolução da produção científica sobre desenvolvimento com enfoque territorial no período de 1992 a 2018?

Ao longo do processo de construção teórica e científica brasileira, as tratativas sobre o conceito de desenvolvimento se modificaram. As transformações que o conceito assumiu ao longo do tempo se entrelaçaram ao contexto histórico nacional e a diferentes níveis de apropriação e respostas ao debate teórico internacional. Nesse sentido, segundo Leff (2011), a ciência não se dá em um vazio, ela está condicionada aos aspectos históricos e semânticos ao qual tanto o cientista, quanto o objeto estão inseridos. Portanto, o estudo do desenvolvimento com enfoque territorial, sendo objeto de várias áreas distintas e condicionado a leituras científicas enviesadas, por conta das características do objeto, pede que seja realizado de forma multifacetada.

Segundo D'aguiar (2013), a visão sobre o desenvolvimento, como sendo um conjunto de processos sociais, trouxe de início uma ambiguidade para a Ciência Econômica, uma vez que esta, passou a tornou-se necessário diferenciar desenvolvimento de crescimento econômico. A temática do desenvolvimento territorial em âmbito teórico, surgiu a partir da economia regional e urbana. Segundo Diniz (2009), à medida que planos de desenvolvimento setorializados<sup>1</sup> iam sendo implementados pelos Estados no pós-guerra, houve grande esforço de compreensão teórica sobre as desigualdades regionais e de concentração. Os esforços teóricos se dividem em duas vertentes principais: uma ligada às teorias da localização, formou a chamada Ciência Regional; e a outra liderada por François Perroux, com o estudo sobre a inter-relação industrial nos chamados Polos de Crescimento.

Com as crises econômicas surgidas a partir dos chamados Choques do Petróleo, em 1973 e 1979, a noção de desenvolvimento começou a considerar outros aspectos além do econômico. Para essa mudança de concepção sobre o desenvolvimento, o Relatório de *Meadows*, apresentado em 1972, teve destaque por dar início a discussão sobre os limites de exploração de recursos no planeta. Esse documento indicava que o meio ambiente e desenvolvimento são faces da mesma moeda (MONTIBELLER FILHO, 1993; VIEIRA, 2009).

---

<sup>1</sup> Conforme explica Diniz (2009, p.228-229), “a tomada de consciência dessas desigualdades e a mudança na concepção do papel do Estado, com a revolução keynesiana e o avanço das técnicas e práticas de planejamento, promoveram a criação de políticas de redução das desigualdades regionais e de reordenamento do território em vários países, com a criação de instituições específicas para a implementação dessas políticas”.

À medida que se passou a levar em consideração outros processos sociais articulados, percebe-se a necessidade da apreciação do fenômeno do desenvolvimento de forma interdisciplinar (D'AGUIAR, 2013). A complexidade apresentada pelos territórios não permite o seu entendimento razoável, quando observada a partir da segmentação disciplinar. Porém, segundo Vieira (2009), de uma forma paradoxal a maioria dos trabalhos com um enfoque territorial apresentam ainda, um distanciamento dos desafios relacionados a emergência da crise socioambiental. Além disso, persiste um distanciamento ou não assimilação da vasta literatura construída acerca do nexo ambiente e desenvolvimento.

Segundo Vieira (2009), existem indícios de que há uma sensibilidade para o novo paradigma científico não fechado em monodisciplinas, como a utilização de modelos multifatoriais. Não obstante, a fundamentação teórica não atingiu ainda a maturidade necessária para fazer oposição às “[...] crises recorrentes das teorias e das práticas de desenvolvimento na transição para o novo milênio” (VIEIRA, 2009, p. 59). Desde os anos 1990, no entanto, se intensificou a percepção de que a ciência e a tecnologia apresentam, ainda, uma abordagem de análise reducionista que deixa de considerar “um aspecto essencial do mundo que vivemos, a saber, as interconexões dos fenômenos vivos e as incertezas que cercam a dinâmica evolutiva dos sistemas socioambientais” (VIEIRA, 2009, p.60).

Considerando esse contexto teórico-reflexivo definiu-se que o objetivo principal desta pesquisa foi compreender a trajetória da teorização acerca do conceito de desenvolvimento com enfoque territorial no Brasil. Sendo os objetivos específicos: a) Realizar uma revisão histórica sobre como foi trabalhado o tema do desenvolvimento no mundo e por alguns pensadores brasileiros relevantes; b) Descrever como e quando surgiram as abordagens territoriais do desenvolvimento; c) Descrever a evolução da produção científica sobre desenvolvimento com enfoque territorial no período de 1992 a 2018.

Esta pesquisa possui um capítulo metodológico, que demonstra o caminho percorrido para a obtenção, filtragem e análise dos dados, feitos a partir de uma bibliometria em uma base de dados de teses e dissertações.

No segundo capítulo desta pesquisa apresenta-se a metodologia utilizada, em que são apresentados os procedimentos empregados para elaboração dos capítulos seguintes, bem como critérios e análises. Os três capítulos que se seguem tem caráter de exposição teórica. Sendo que no capítulo 3, são apresentadas algumas das

principais perspectivas sobre o desenvolvimento, envolvendo a exposição da trajetória teórica do tema. No quarto capítulo são apresentadas as principais contribuições sobre o desenvolvimento na América Latina, com destaque para os estudos de Raul Prebisch. Adicionalmente, inclui sobre o Brasil as contribuições de Celso Furtado, Caio Prado Jr., bem como discussões sobre teoria da dependência e sobre o novo-desenvolvimentismo. No quinto capítulo são apresentadas as principais perspectivas do desenvolvimento com enfoque territorial, que se inicia com a exposição acerca da compreensão teórica de desenvolvimento de François Perroux, a partir de seu estudo sobre a inter-relação industrial nos chamados Polos de Crescimento. Em seguida, apresenta-se a gênese da discussão sobre desenvolvimento sustentável no mundo, bem como, do desenvolvimento territorial. O sexto capítulo trata da produção científica a partir de uma análise bibliométrica. E por último, são apresentadas as conclusões obtidas nesta pesquisa.

## 2 METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste capítulo se apresenta a estrutura dos procedimentos metodológicos e as estratégias utilizadas para a seleção de dados para análise. Essa pesquisa pode ser classificada quanto aos objetivos como sendo de caráter exploratório e descritivo. A abordagem dada ao trabalho é qualitativa e quantitativa. Inicialmente a etapa da metodologia da presente pesquisa foi exploratória, para melhor adequação dos objetivos, metodologia, delimitação de tema. Após a pesquisa exploratória, como instrumento de pesquisa utilizou-se a bibliometria, para o levantamento do quantitativo de obras produzidas sobre o Desenvolvimento com enfoque territorial. Os dados utilizados na bibliometria foram obtidos na plataforma de busca da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). A análise quantitativa dos resultados foi realizada em 318 teses<sup>2</sup> selecionadas a partir de um código de busca: (Título: “termo-chave”) ou (Assunto: “termo-chave”). O recorte espacial abrange as teses defendidas em programas de pós-graduação *Stricto Sensu* no Brasil. Já o recorte temporal utilizado nesta pesquisa foi o período de 1992 até 2018. A escolha desse período se deve ao marco histórico da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92.

No Quadro 1 estão os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa relacionando-os com os respectivos instrumentos e objetivos a serem alcançados.

QUADRO 1 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

PROCEDIMENTOS	INSTRUMENTOS	OBJETIVOS
-Definição dos objetivos da pesquisa -Construção do Referencial Teórico (Capítulos 3, 4 e 5) -Seleção de termos-chave	-Revisão de literatura	a) Realizar revisão histórica sobre como foi trabalhado o tema do desenvolvimento no mundo e por pensadores brasileiros relevantes; b) Descrever como e quando surgiram as abordagens territoriais do desenvolvimento;
-Levantamento Bibliométrico -Tratamento dos dados -Agrupar os resultados conforme as categorias de análise - Análise e resultados	-Bibliometria	c) Descrever a evolução da produção científica sobre desenvolvimento com enfoque territorial no período de 1992 a 2018.

FONTE: A autora (2019).

<sup>2</sup> A escolha por teses, em detrimento de dissertações ou o conjunto de ambas, reside na constatação que as teses apresentam um arcabouço teórico e metodológico, via de regra, mais consolidados.



## 2.1 PESQUISA EXPLORATÓRIA

A pesquisa exploratória é um método flexível, utilizado em fase preliminar da investigação como meio de melhor delimitar o tema, para fixação dos objetivos, para a descoberta de novos enfoques e para formulação de hipóteses (PRODANOV e FREITAS, 2013; PIOVESAN e TEMPORINI, 1995). Doxsey e De Riz (2002), concordam que a pesquisa exploratória seja uma forma de aproximação com o fenômeno, pois o levantamento de informações leva o pesquisador a construir maior intimidade com o tema, testar suas hipóteses preliminares, bem como apropriar-se dos conceitos.

Para Piovesan e Temporini (1995), em pesquisa exploratória existem alguns princípios importantes a serem levados em consideração, tais como: a aprendizagem é melhor realizada quando se parte de algo já conhecido, há busca pela ampliação do conhecimento, e as respostas racionais são derivadas de perguntas igualmente racionais, logo a pesquisa exploratória permite ao pesquisador um certo grau de aprofundamento em um determinado tema.

Portanto, a pesquisa exploratória contribuiu para a definição do escopo de atuação e da base teórica abordada, pois a partir deste ponto foram filtradas as obras que seriam mais relevantes para esta pesquisa e foi realizada a partir da leitura de livros, sites de internet, vídeos, artigos científicos e revistas.

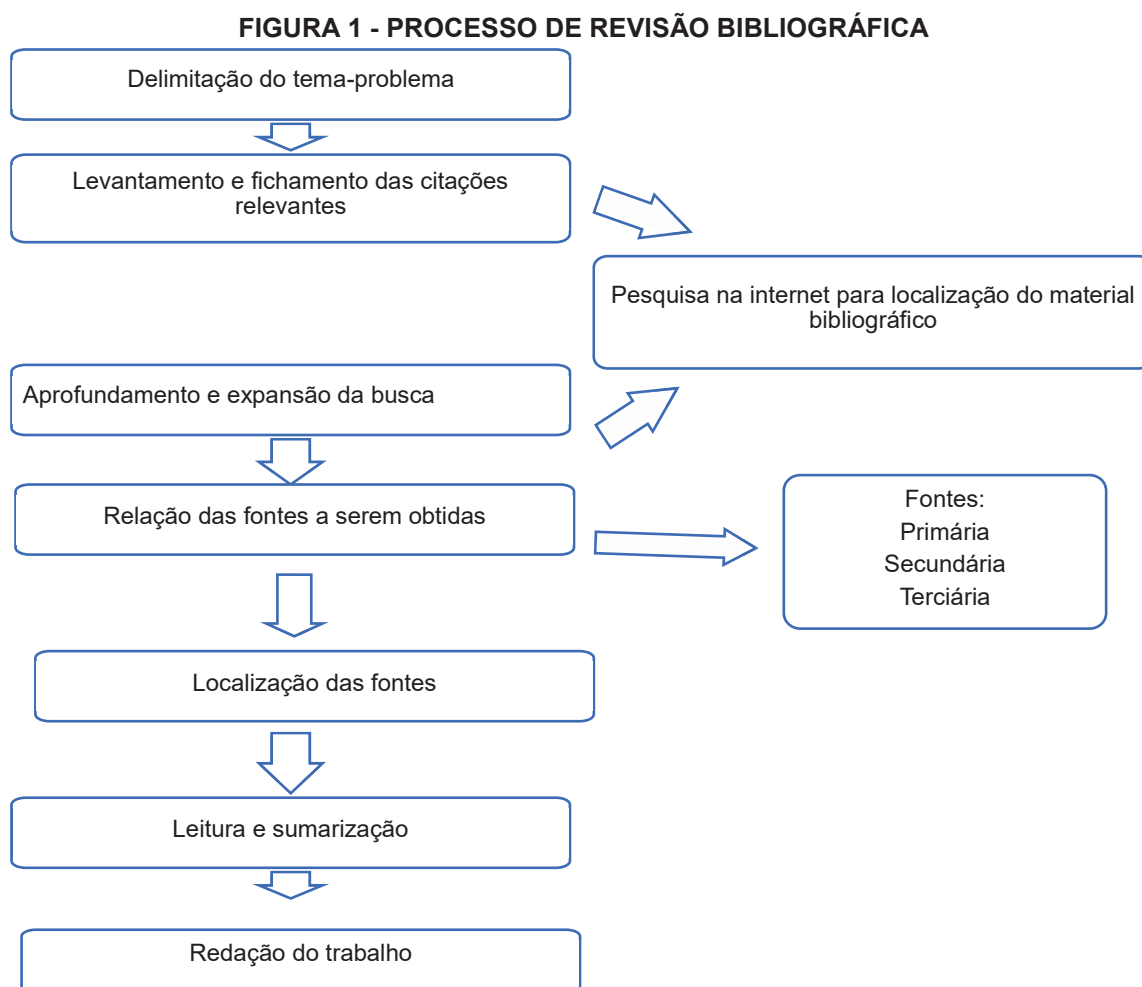
## 2.2 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

A revisão bibliográfica tem o objetivo de aproximar o pesquisador do tema pesquisado, aprofundando os conhecimentos sobre determinada área, utilizando, para tal, os resultados de obras de outros autores. A revisão bibliográfica busca apresentar, discutir, explicar um assunto tema ou problema a partir da literatura publicada em diversas plataformas, como livros, periódicos, jornais, enciclopédias, sites da internet, entre outros (PRAÇA, 2015; MARTINS e THEÓPHILO, 2016; PIZZANI et al., 2012).

Para Pizzani et al. (2012), a revisão bibliográfica cumpre alguns objetivos em uma pesquisa, a saber: a) Proporcionar um aprendizado sobre uma determinada área do conhecimento; b) Facilitar a identificação e seleção dos métodos e técnicas a serem utilizados pelo pesquisador; c) Oferecer subsídios para a redação da introdução e revisão da literatura e redação da discussão do trabalho científico (PIZZANI et al., 2012, p. 54).

A revisão bibliográfica assume o esforço de fazer um levantamento sobre o que já foi produzido em determinada área do conhecimento e é comumente utilizada em pesquisas exploratórias e descritivas. “A sua indicação para esses estudos relaciona-se ao fato de a aproximação com o objeto ser dada a partir de fontes bibliográficas” (LIMA e MIOTO, 2007, p. 70).

Para Pizzani et al. (2012), alguns passos podem ser seguidos com o objetivo de facilitar a obtenção da informação. A figura 1 expressa graficamente as possíveis etapas do processo de revisão bibliográfica.



FONTE: Adaptado de Pizzani et al. (2012, p. 57).

A partir do método utilizado na pesquisa, identificou-se as ferramentas utilizadas para responder as perguntas propostas, além de definir a base de dados pesquisada para a obtenção dos trabalhos que foram analisados.

Preliminarmente, através da pesquisa exploratória, foi possível identificar e delimitar o tema-problema como sendo a produção teórica sobre desenvolvimento com enfoque territorial no Brasil. A partir deste tema foi iniciada a pesquisa bibliográfica aplicada, utilizando para tanto o levantamento e fichamento da produção de autores relevantes para a área, segundo os objetivos propostos. A etapa de pesquisa bibliográfica contou com pesquisas na internet, para localizar artigos, livros, periódicos e documentos relevantes, além de uso de livros físicos. O aprofundamento da base teórica permitiu seu melhor dimensionamento do tema e foi empregada para responder aos objetivos da dissertação, dando origem aos capítulos 3,4 e 5. A partir desse aprofundamento das pesquisas foi possível responder as perguntas levantadas pela construção teórica e os dois primeiros objetivos propostos.

## 2.3 BIBLIOMETRIA

Segundo Araújo (2006), a bibliometria é a aplicação de técnicas matemáticas e estatísticas para observar aspectos da produção científica. Conhecida no princípio como “bibliografia estatística”, teve origem no início do século XX, com o objetivo de estudar e avaliar o estado da produção científica (MARCELO e HAYASHI, 2013). Para Silva et al (2012), a bibliometria é uma técnica quantitativa que visa medir a difusão do conhecimento científico e o fluxo da informação. Para Silva, Hayashi e Hayashi (2011) é um método flexível de análise de dados, tornando possível identificar a tipologia, a qualidade e a quantidade das informações coletadas.

Inicialmente, era utilizada para a análise de produções impressas, como livros, sendo posteriormente adaptada para o estudo de outros formatos de produção científica, como artigos, periódicos entre outros (ARAÚJO, 2006). “O termo bibliometria é derivado da fusão do sufixo “metria” com bibliografia, informação, ciência e biblioteca, respectivamente, são análogos ou muito próximos em sua natureza, objetivos e aplicações” (SILVA et al., 2012, p.3).

Segundo Treinta et al. (2012, p. 508), a bibliometria tem como alvo central a utilização de métodos quantitativos para “gerar uma avaliação objetiva de resultados da produção científica”. Santos (2015), Chueke e Amatucci (2015), indicam que a bibliometria possui uma série de leis e princípios empíricos, porém, existem três leis bibliométricas que são mais utilizadas, que são a lei de Bradford, que trata da produtividade dos periódicos; a lei de Lotka, que trata da produtividade dos autores e a lei de Zipf, referente à frequência das palavras, conforme o Quadro 2.

QUADRO 2 - LEIS QUE REGEM O ESTUDO BIBLIOMÉTRICO

Leis	Medida	Critério	Objetivo principal
Lei de Bradford	Grau de atração do periódico	Reputação do periódico	Identificar os periódicos mais relevantes e que dão maior vazão a um tema específico
Lei de Zipf	Frequência de palavras-chave	Lista ordenada de temas	Estimar os temas mais recorrentes relacionados a um campo de conhecimento
Lei de Lotka	Produtividade autor	Tamanho – frequência	Levantar o impacto da produção de um autor numa área de conhecimento

FONTE: Adaptado de Chueke e Amatucci (2015, p. 3).

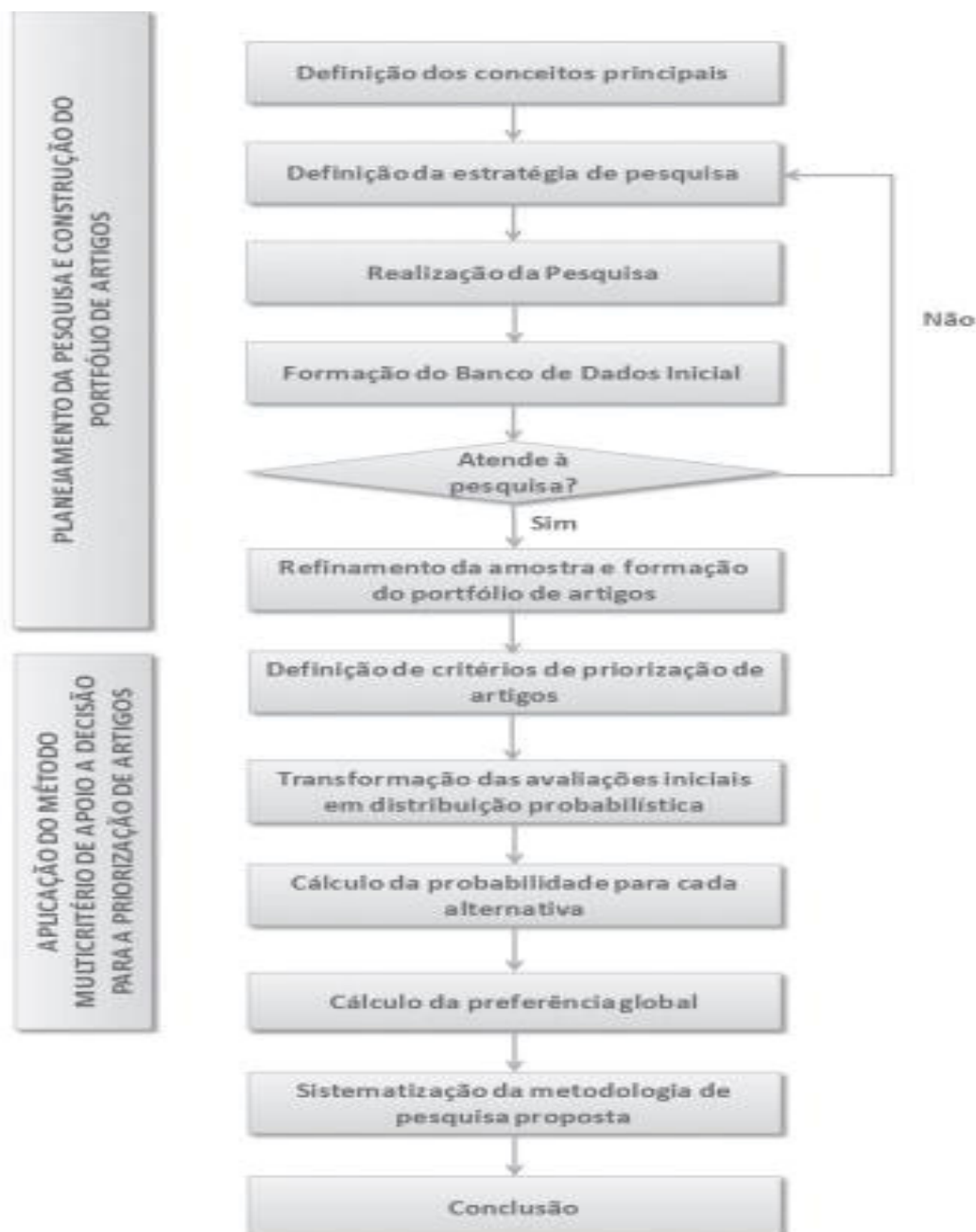
Na pesquisa bibliométrica são necessárias algumas etapas para se alcançar um resultado satisfatório. Treinta et. al (2014), propõe um esquema metodológico com as seguintes etapas, conforme se vê na figura 2.

O ponto de partida, é a definição dos conceitos principais da pesquisa, que consiste, basicamente, em determinar quais serão os principais conceitos utilizados para a pesquisa (TREINTA et al., 2014; CHUEKE e AMATUCCI, 2015). “Especificamente, para a estratégia de busca e para a realização da busca bibliográfica faz-se necessário definir o ambiente contextualizador, o problema de pesquisa e o objetivo geral da pesquisa, os quais têm como propósito viabilizar a definição dos conceitos-chave principais” (TREINTA et al., 2014, p. 510).

A segunda etapa é a definição das estratégias de pesquisa, em que são utilizadas palavras-chave para filtragem dos dados. Então, a partir dos conceitos-chave, é aplicada a lógica booleana, “em que as palavras-chave são ligadas com os conectivos “e” e “ou”, o pesquisador deve lembrar-se de que a estratégia de uso dos conectores é muito importante, pois explica a existência de muitos ou poucos artigos

encontrados” (TREINTA et al., 2014, p. 511). Para Chueke e Amatucci (2015), os critérios para exclusão ou inclusão de trabalhos nesta etapa devem estar alinhados às perguntas definidas previamente e devem ir de encontro com o que é discutido no campo de conhecimento

FIGURA 2 - ETAPAS DA PESQUISA BIBLIMÉTRICA



FONTE: Treinta et al. (2014, p. 509)

Em seguida, segundo Treinta et al. (2014), ocorre a etapa da realização da pesquisa. Nesta etapa são utilizados motores de busca e, como cada motor tem suas peculiaridades, é necessário definir regras para a pesquisa com base em metalinguagem.

A metalinguagem irá permitir que os mecanismos de busca interpretem de forma efetiva o desejo do pesquisador. No entanto, elas podem variar significativamente em função dos motores de busca utilizados, pois cada um possui características próprias e interpreta as estruturas de diferentes modos (TREINTA et al., 2014, p. 511).

É importante, portanto, identificar a característica de cada motor de busca, a fim de diminuir as inconsistências da pesquisa. O pesquisador deve, também, mapear todo o processo de pesquisa, para que haja uma rastreabilidade da pesquisa. A próxima etapa consiste na formação de um banco de dados inicial, que é o momento em que é feita a catalogação dos dados da pesquisa, buscando eliminar trabalhos que não estejam de acordo com os objetivos da pesquisa (TREINTA et al., 2014).

Em seguida, segundo Treinta et al. (2014) tem-se a etapa do refinamento da amostra pesquisada e a formação do portfólio de trabalhos, no qual podem ser refinados os resultados a partir da leitura de resumos e das palavras-chave dos trabalhos. A aplicação do método multicritério de apoio à decisão para a priorização de resultados é o próximo passo desta metodologia. Nessa etapa que os trabalhos “selecionados no portfólio precisam ser ordenados segundo critérios científicos que gerem uma base preferencial sem que existam vieses na escolha” (TREINTA et al., 2014, p. 514).

A sintetização dos dados coletados é a etapa em que os trabalhos são tabulados. As contradições e afinidades dos trabalhos são analisadas nessa etapa. A partir daí é necessário integrar os resultados obtidos, por meio de comparação dos trabalhos pesquisados, buscando responder as perguntas da pesquisa. É possível, a partir daí fazer apontamentos sobre possíveis rumos para pesquisas futuras (CHUEKE e AMATUCCI, 2015).

Para esta pesquisa foi utilizada a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). A BDTD conta com mais de 550 mil documentos, entre teses e dissertações de 115 instituições.

## 2.4 MÉTODOS DE PESQUISA: SELEÇÃO E BASE DE DADOS

Para levantamento de dados foi utilizado como instrumento metodológico a bibliometria, que permitiu trabalhar as produções acadêmicas científicas, mais especificamente as teses. Este instrumento possibilitou a seleção e avaliação dos dados mais relevantes para o propósito da pesquisa.

Os dados foram obtidos na plataforma de busca da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), que é uma base de dados referência e disponibiliza teses e dissertações de todo o Brasil. O tratamento dos dados obtidos na plataforma tem abordagem quantitativa. A definição dos parâmetros de busca foi realizada de maneira a atender aos objetivos do estudo, a partir da identificação dos termos, relevantes e mais adequados, sobre desenvolvimento na perspectiva territorial.

Para tanto, seguiu-se a seguinte trajetória:

- Identificação dos termos-chave para a busca na plataforma BDTD;
- Definição dos filtros a serem testados na plataforma;
- Recolhimento dos dados de busca para cada configuração de termos-chave e filtros;
- Elaboração dos quadros de análise e tratamentos dos dados preliminares;
- Escolha da configuração de busca mais adequada (Aquela que apresentou resultados com maior compatibilidade com os objetivos deste estudo);
- Seleção dos resultados (teses) oriunda da configuração mais adequada de termos-chave e filtros;
- Verificação e categorização dos resultados;
- Aplicação da estatística descritiva;
- Construção dos quadros de análise;
- Apresentação dos resultados bibliométricos

Escolheu-se realizar a busca por teses. A escolha por teses, em detrimento de dissertações ou o conjunto de ambas, reside na constatação que as teses apresentam um arcabouço teórico e metodológico, via de regra, mais consolidados.



Além disso, a escolha por teses permitiu restringir o universo de publicações disponíveis sobre a temática, se considerado dissertações e artigos científicos. Essa restrição foi imprescindível para que a análise fosse viabilizada, dado o volume de publicações encontradas.

Os seguintes filtros foram agregados a busca por teses:

- Assunto: optou-se por restringir a busca, utilizando-se do próprio termo-chave selecionado para busca, como filtro de refinamento por assunto.
- Idioma foi definido o português com a finalidade de homogeneizar os dados obtidos. Uma vez que foi observado que, majoritariamente, as teses são apresentadas em língua portuguesa, optou-se por evitar os resultados discrepantes.
- Ano de defesa das teses restringidas ao período de 1992 a 2018. A escolha desse período se deve ao marco histórico da Conferência sobre Meio Ambiente da ONU, a Rio 92. Esse filtro é relevante para observação da produção teórica em formato de teses realizadas no Brasil no período a partir desse evento.

Todas as pesquisas foram feitas com os termos entre aspas, para que se buscasse os termos em bloco de palavras, ou seja, para que não selecionasse palavras separadas no texto. Além disso, procurou-se os termos-chave a partir de dois grupos de busca. Um utilizando o campo título, para encontrar os termos nos títulos das teses; e o outro grupo, utilizou-se o campo assunto, que permite buscar os termos a partir das palavras-chave apresentadas nas teses. Assim a configuração geral de busca foi: (Título: “termo-chave”) OU (Assunto: “termo-chave”)

A utilização de dois grupos de busca permitiu a realização da pesquisa dos termos-chave em dois campos de busca distintos ao mesmo tempo, agregando os resultados encontrados em ambos os campos e reduzindo os resultados duplicados comparativamente a busca separada. Pois um mesmo resultado poderia aparecer em busca no campo título e depois aparecer novamente em busca realizada no campo assunto. A busca simultânea em dois grupos reduz esse problema.

No que se refere a análise bibliométrica foram definidas as seguintes categorias:

- Programas de pós-graduação brasileiras com maior quantidade de teses defendidas com a temática do desenvolvimento com enfoque territorial entre 1992 e 2018;
- Anos de maior e menor profusão de teses com a abordagem territorial do desenvolvimento no período de 1992 a 2018;
- Áreas de conhecimento das teses analisadas no período;  
Instituições de ensino e pesquisa de maior relevância na apresentação de teses com enfoque territorial do desenvolvimento no período;

## 2.5 PROCEDIMENTOS DE FILTRAGEM

Os procedimentos de filtragem foram realizados com o objetivo de permitir a seleção dos resultados mais adequados à análise. Os termos-chave utilizados na plataforma BDTD, foram: desenvolvimento regional, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento territorial e desenvolvimento como liberdade.

Em pesquisa realizada na Plataforma BDTD, ao utilizar o termo-chave “desenvolvimento regional” na busca nos campos título ou assunto, com a configuração de busca: (Título: “desenvolvimento regional”) OU (Assunto: “desenvolvimento regional”), obteve-se 216 resultados ao todo. Ao utilizar o filtro idioma em português, foram encontradas 190 teses. Com o filtro de busca assunto, refinou-se em 100 resultados. Já ao configurar para teses defendidas entre 1992 e 2018, foram encontradas 213 teses. No conjunto da aplicação de todos os filtros definidos para busca, obteve-se 76 teses, conforme o observado no Quadro 3.

QUADRO 3 – TESES OBTIDAS COM O TERMO-CHAVE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

FILTROS DE REFINAMENTO DA BUSCA		NÚMERO DE TESES OBTIDAS
FILTRADO APENAS POR TESES	Todas as teses	216
IDIOMA	Português	190
ANO DE DEFESA	Período de 1992 a 2018	213
ASSUNTO	Desenvolvimento regional	100
TODOS OS FILTROS	Português; 1992 a 2018; assunto desenvolvimento regional	76

FONTE: A autora (2019).

Utilizando o termo-chave “desenvolvimento sustentável” na configuração de busca: (Título: “desenvolvimento sustentável”) OU (Assunto: “desenvolvimento sustentável”), obteve-se 572 teses. Destas 557 estavam apresentadas em idioma português. Foram encontradas 235 teses ao aplicar o filtro de refinamento por assunto desenvolvimento sustentável. Ao aplicar o filtro ano de defesa, restringida ao período de 1992 a 2018, obteve-se 569 resultados e ao buscar utilizando todos os filtros definidos, encontrou-se 229 resultados (ver Quadro 4).

QUADRO 4 – TESES OBTIDAS COM O TERMO-CHAVE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

FILTROS DE REFINAMENTO DA BUSCA		NÚMERO DE TESES OBTIDAS
FILTRADO APENAS POR TESES	Todas as teses	572
IDIOMA	Português	557
ANO DE DEFESA	Período de 1992 a 2018	569
ASSUNTO	Desenvolvimento sustentável	235
TODOS OS FILTROS	Português; 1992 a 2018; assunto desenvolvimento sustentável	229

FONTE: A autora (2019).

Com o termo “desenvolvimento territorial” encontrou-se 67 resultados, utilizando a configuração de busca: (Título: “desenvolvimento territorial”) OU (Assunto: “desenvolvimento territorial”), conforme o Quadro 5. Sendo que destes, 65 são teses apresentadas em idioma português. 67 teses foram defendidas entre 1992 e 2018. Ao refinar a busca pelo assunto desenvolvimento territorial, obteve-se 23 teses. Já na conjugação de todos os filtros o resultado encontrado foi de 23 teses.

QUADRO 5 – TESES OBTIDAS COM O TERMO-CHAVE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

FILTROS DE REFINAMENTO DA BUSCA		NÚMERO DE TESES OBTIDAS
FILTRADO APENAS POR TESES	Todas as teses	67
IDIOMA	Português	65
ANO DE DEFESA	Período de 1992 a 2018	67
ASSUNTO	Desenvolvimento territorial	23
TODOS OS FILTROS	Português; 1992 a 2018; assunto desenvolvimento territorial	23

FONTE: A autora (2019).

A busca pelo termo-chave “desenvolvimento como liberdade” resultou em 4 teses a partir da configuração de busca: (Título: “desenvolvimento como liberdade”) OU (Assunto: “desenvolvimento como liberdade”). Sendo que as 4 teses foram publicadas no idioma português e defendidas no período de 1992 a 2018. Quando refinado com o filtro assunto, definido como “desenvolvimento como liberdade” foram obtidas apenas duas teses, conforme exposto no Quadro 6.

QUADRO 6 – TESES OBTIDAS COM O TERMO-CHAVE DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE

FILTROS DE REFINAMENTO DA BUSCA			NÚMERO DE TESES OBTIDAS
FILTRADO APENAS POR TESES	Todas as teses		4
IDIOMA	Português		4
ANO DE DEFESA	Período de 1992 a 2018		4
ASSUNTO	Desenvolvimento como liberdade		2
TODOS OS FILTROS	Português; 1992 a 2018; assunto desenvolvimento como liberdade		2

FONTE: A autora (2019).

Após realizar as buscas por termos-chave em dois grupos para cada termo-chave, com o objetivo de alcançar os resultados, buscando por título e assunto ao mesmo tempo. Foi realizada a exportação dos dados para planilha Excel, onde se realizou a triagem dos dados para verificar a existência de dados duplicados (ver Quadro 7).

Na triagem encontrou-se uma tese duplicada na busca por “desenvolvimento territorial”; duas com o termo-chave “desenvolvimento regional”; e quatro teses com “desenvolvimento sustentável”.

QUADRO 7 - TESES DUPLICADAS

(continua)

Termo	Título	Autor	Instituição	Programa	ano
Desenvolvimento Regional	Desenvolvimento regional do território do estado do Tocantins: implicações e alternativas	OLIVEIRA, Nilton Marques de	UNIOESTE	Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> em Desenvolvimento Regional e Agronegócio	2015
	Análise de eficiência e efetividade de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da Amazônia	CARDOSO, Andreia do Socorro Conduru de Sousa	UFPA	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido	2011

QUADRO 7 - TESES DUPLICADAS

(conclusão)

Termo	Título	Autor	Instituição	Programa	ano
Desenvolvimento Territorial	Indicação Geográfica no Brasil: determinantes, limites e possibilidades	REIS, Livia Liberato De Matos	UFBA	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA	2015
Desenvolvimento Sustentável	Os princípios da governança e as políticas públicas para o desenvolvimento sustentável - experiência do Programa Selo Município Verde no Estado do Ceará	RODRIGUES, Maria Ivoneide Vital	UFC	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente	2014
	Inserção do critério de produção de energia elétrica, em pequenas centrais hidrelétricas, na distribuição do ICMS ecológico, no Estado de Minas Gerais	OLIVEIRA, Júlio Cezar de	UFV	Doutorado em Engenharia Agrícola	2007
	Água e energia para a vida: o Movimento dos Atingidos por Barragens no Brasil (1991-2009)	BENINCÁ, Dirceu	PUC_SP	Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais	2010
	Festas 'italianas' em São Paulo e a proteção do patrimônio imaterial: a identidade de grupo no contexto da diversidade	FERREIRA JUNIOR, Silvio Pinto	PUC_SP	Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais	2009

FONTE: A autora (2019).

Para fins de análise quantitativa, foram utilizadas as teses obtidas a partir de cada termo-chave com aplicação de todos os filtros de refinamento definidos, considerando que atendam à conjunção dos atributos que melhor responderam aos objetivos da pesquisa, explicitados no Quadro 8.

QUADRO 8 – TESES OBTIDAS COM CADA TERMO-CHAVE

Termo-chave	Filtros	Resultado obtidos na busca	Teses duplicadas	Teses obtidas com cada termo
Desenvolvimento regional	Português; 1992 a 2018; assunto desenvolvimento regional	76 teses	2 teses	74 teses
Desenvolvimento sustentável	Português; 1992 a 2018; assunto desenvolvimento sustentável	229 teses	4 teses	225 teses
Desenvolvimento territorial	Português; 1992 a 2018; assunto desenvolvimento territorial	23 teses	1 tese	22 teses
Desenvolvimento como liberdade	Português; 1992 a 2018; assunto desenvolvimento como liberdade	2 teses	-	2 teses

FONTE: A autora (2019).

O número total de teses, neste caso, é o resultado da soma do número de resultados obtidos com a pesquisa de cada termo-chave separadamente, excluídos os resultados duplicados, o que resultou em 323.

Após verificar os resultados duplicados em cada planilha gerada a partir da exportação para cada termo-chave, os resultados foram agrupados em uma única planilha, na qual verificou-se a existência de mais dois resultados em comum, referentes a busca com os termos-chave “desenvolvimento regional” e “desenvolvimento sustentável” (ver Quadro 9).

QUADRO 9 - TESES REPETIDAS: DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Título	Autor	Instituição	Programa	ano
Duas décadas de autonomia política: estudo de caso sobre as políticas públicas de gestão ambiental urbana no município de Boa Vista/Roraima no período de 1990 a 2010 e suas repercussões para o desenvolvimento regional	SILVA, Rildo Dias da	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Ciência Política	2014
Políticas públicas como instrumentos de ordenamento territorial para o desenvolvimento do litoral norte de Sergipe	SANTO, Edinaldo Batista dos	UFS	Pós-Graduação em Geografia	2015

FONTE: A autora (2019).

Depois de excluir os resultados duplicados e comuns a buscas diferentes, restaram 321 teses. Foi realizada a correção dos caracteres desconfigurados da exportação, pois os dados obtidos na plataforma são oriundos de repositórios

distintos, muitas vezes não compatíveis com acentuação aguda e/ou “Ç” /ou sinal gráfico til “~”. Para realizar a correção verificou-se o padrão de desconfiguração conforme Quadro 10.

QUADRO 10 - CORREÇÃO DAS PALAVRAS DESCONFIGURADOS

Caracteres	Correspondente
Ãı	Á
Ã£o	Ão
Ã	Í
Ãº	Ú
Ã§	Ç
Ã³	Ó
Ã©	É
Ãª	ê
Ãµ	õ
Ãç	ã
Ã´	ô

FONTE: A autora (2019).

Foram substituídos os caracteres por seus correspondentes. Nos resultados em que a acentuação “Ç” e sinal gráfico foram exportados com ponto de interrogação no lugar dos caracteres, a correção teve de ser realizada manualmente.

Após as correções, partiu-se para o tratamento dos dados com a construção de quadros de análise e dos gráficos. Ao agrupar os dados para análise, observou-se alguns casos em que a instituição indicada na plataforma e exportada para as planilhas, não era condizente com a instituição de defesa das teses, pois tratava-se do repositório e não da instituição em que os autores realizaram o doutoramento. Realizou-se, então, a verificação das 321 teses, a fim de confirmar os dados gerados na plataforma BDTD e realizar as correções dos campos exportados com informações distintas das apresentadas em cada tese.

Nessa verificação encontrou-se, também, descritas como teses, duas dissertações de mestrado e um trabalho de conclusão de curso de graduação. Esses resultados também foram excluídos, sendo eles resultados obtidos pela busca com o termo-chave “desenvolvimento sustentável”, restando 318 teses ao todo para a análise.



Para verificação da área de conhecimento das teses foram utilizadas as informações constantes na plataforma Sucupira da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), descrita na plataforma como área básica. A verificação das áreas correspondentes foi realizada para todos os programas de pós-graduação *Stricto Sensu* encontrados na pesquisa. Para verificação dessas últimas, realizou-se a exportação de arquivo Excel com a totalidade dos programas de pós-graduação *Stricto Sensu* ativos e inativos no Brasil, disponibilizada na mesma plataforma.

### 3 SÍNTESE DA TRAJETÓRIA TEÓRICA DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO NA PERSPECTIVA ABSTRATO-CONCEITUAL

Neste capítulo são apresentadas algumas das principais perspectivas sobre o desenvolvimento. Essa exposição é relevante para a compreensão da evolução teórica acerca do tema. Inicia-se com as discussões sobre desenvolvimento no mundo como forma de uma breve contextualização, tem o objetivo de demonstrar que o interesse sobre as problemáticas de desenvolvimento possui larga trajetória, sobretudo nas Ciências Econômicas, em que o interesse pioneiro sobre o tema pode ser atribuído à Adam Smith. Em seguida, apresenta-se a compreensão de alguns autores importantes no âmbito internacional, a fim de expor as diferentes concepções que se estabeleceram sobre desenvolvimento no mundo.

#### 3.1 PERSPECTIVAS SOBRE DESENVOLVIMENTO NO MUNDO

O conceito de desenvolvimento, é comum ser associado ao período seguinte da segunda Guerra Mundial. Isso é particularmente apresentado por muitos autores, relacionando-o ao processo de independência da maior parte das colônias europeias ocorrido no pós-guerra, alimentadas por um ideal democrático, interesses estratégicos dos Estados Unidos e da influência de aspecto ideológico da União Soviética (BIANCHI, 2007; DINIZ, 2009; AMARO, 2014).

Para Amaro (2014), os países desejavam alcançar a prosperidade e a riqueza que reconheciam em seus colonizadores. Nesse contexto, houve forte direcionamento na busca de estratégias, por meio de matrizes de referência esculpidos pela produção teórica da época acerca do tema desenvolvimento. Esses esforços quase sempre apareciam debruçados na resolução daquilo que era compreendido como problemas e vícios do subdesenvolvimento (AMARO, 2014; BIELSCHOWISKY, 1988).

No entanto, Amaro (2014) destaca, além da independência das colônias, outras razões para a importância do pós-guerra em relação a esse conceito, quais sejam:

- O Plano Marshall<sup>3</sup>, que levou os países devastados pela guerra na Europa a buscarem retomar a trajetória do progresso e da riqueza;

---

<sup>3</sup> Para Gaspar (2015, p. 268) “[...] os Estados Unidos injetaram vultosas somas de recursos para reconstruir as principais economias capitalistas devastadas pelo conflito bélico, pelo Plano Marshal.”

- As exigências da chamada Guerra Fria, que exigia a sustentação da acumulação produtiva para a manutenção da corrida armamentista. E a inovação tecnológica;
- A consolidação do Keynesianismo<sup>4</sup>, instaurando um novo paradigma da Ciência Econômica, em que o Estado passa a ter importância crucial na economia, a partir de sua regulação e intervenção objetivando o progresso e o aumento do bem-estar das sociedades.
- As concepções idealistas surgidas após a guerra, em favor do progresso e da paz, que transpareceram em diversos compromissos fixados na ONU, declarações solenes de chefes de estado, com destaque para a Carta Atlântica<sup>5</sup>, assinada por Churchill e Roosevelt (1941) e o Ponto quatro<sup>6</sup> da declaração de Truman (1949).

Embora o conceito de desenvolvimento tenha sido tratado de forma científica fundamentada e continuada no período pós-guerra, as problemáticas que englobam o desenvolvimento, e o próprio termo, desenvolvimento, já vinham sendo tratadas em vários campos disciplinares (ESTEVA, 2000). Mesmo no que tange à Ciência Econômica, é possível considerar que o esforço de Adam Smith em entender a causa da riqueza das nações, já poderia representar um esboço da teoria do desenvolvimento (AMARO, 2014).

Outros autores destacados por Amaro (2014) que abordaram de alguma forma os seus estudos sobre aquilo que se compreendia como desenvolvimento, eram: aqueles que buscavam a compreensão das causas e horizontes do progresso das sociedades após a revolução industrial, como Thomas Malthus, David Ricardo, John Stuart Mill, Karl Marx e Josef Schumpeter; os que se debruçaram sobre as Teorias do bem-estar como Pigou, Hicks, Hobbins, Pareto, Marshall; e em outras Ciências Sociais nas abordagens da “mudança”, como Weber; Sombart ou Parsons.

---

<sup>4</sup> Segundo Gaspar (2015, p. 270) Crescimento econômico, elevação da produtividade, investimento estatal, incorporação dos trabalhadores aos frutos do progresso, são todos fatores que o Estado do Bem Estar Social veio consolidar politicamente.

<sup>5</sup> Para ONU (2019, não paginado), dois líderes emitiram uma declaração conjunta destinada a ser conhecida na história como a Carta do Atlântico. Este documento não foi um tratado entre os dois poderes. Nem foi uma expressão final e formal dos objetivos da paz. Foi apenas uma afirmação, como o documento declarou, “de certos princípios comuns nas políticas nacionais de seus respectivos países, nos quais eles basearam suas esperanças de um futuro melhor para o mundo”.

<sup>6</sup> Segundo Roussel (Apud Sly, 2017, p. 72), nessa declaração, Truman prometeu, no espírito da Doutrina Truman, a “luta entre democracia e ditadura” para fazer os benefícios dos avanços científicos e do progresso industrial dos Estados Unidos disponíveis para a melhoria e o crescimento econômico das áreas subdesenvolvidas do mundo (ROUSSEL et al., 2009, p.11

No entanto, apresenta-se aqui neste estudo, maior atenção, em âmbito mundial, às concepções teóricas trazidas por Schumpeter, como a teoria do desenvolvimento econômico; por Rostow, com a concepção das etapas do desenvolvimento econômico; a abordagem possibilista por Hirschman; e o desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen.

### 3.1.1 A teoria do desenvolvimento econômico de Schumpeter

Economista austríaco, Joseph Alois Schumpeter (1883-1950) foi ministro das Finanças na Áustria, foi professor nas Universidade de Bonn e Harvard, foi o precursor da teoria do desenvolvimento capitalista (SANDRONI, 1999). Schumpeter figura entre os grandes pensadores econômicos do século XX, considerado assim por suas contribuições à teoria econômica e à discussão do pensamento sobre o desenvolvimento (MORICOCCHI e GONÇALVES, 1994; PIVOTO, CARUSO e NIERDELE, 2016). Aqui, a fim de expor suas contribuições para a construção do pensamento sobre o desenvolvimento nas ciências econômicas, apresenta-se maior atenção à sua obra intitulada - Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico - publicada em 1911. Nesse livro, o autor advoga que a inovação é fator determinante no processo de desenvolvimento.

Segundo Pivoto, Caruso e Nierdele (2016), Schumpeter apresenta uma trajetória teórica mais heterogênea comparada a outros economistas, que se lançavam em modelos de equilíbrio geral. Porém esses modelos excluía da análise, as variáveis tempo e espaço. Um exemplo célebre que utilizava dessa abordagem foi Léon Walras.

Para explicar a importância atribuída por ele ao processo de inovação, Schumpeter formula um modelo teórico em que a inovação estaria excluída, e por consequência, não haveria possibilidades de desenvolvimento. No modelo de “economia estacionária” as relações produtivas estão em estado de crescimento equilibrado, determinado pelo ajuste equilibrado entre a oferta e a demanda, bem como das poupanças e investimentos (MORICOCCHI e GONÇALVES, 1994; PIVOTO, CARUSO E NIERDELE, 2016).

Neste modelo, o ritmo do crescimento econômico repercute igualmente na acumulação de capital. Existe, por assim dizer, uma memória produtiva pela qual cada agente produz e consome de acordo com o que já tem internalizado socialmente, ou

seja, compreendido como sendo necessário. Trata-se de um conhecimento tácito, fruto da experiência, familiaridade com a dinâmica produtiva, baseada na expectativa de que a oferta e demanda passada se perpetue no presente e configure a produção futura (SCHUMPETER, 1997).

E como todos sabem por experiência com quanto devem contribuir para obter o que querem, tendo em vista a condição de que cada cota acarreta uma certa contribuição, o fluxo circular do sistema está fechado e todas as contribuições e cotas devem se cancelar reciprocamente qualquer que seja o princípio segundo o qual é feita a distribuição (SCHUMPETER, 1997, p. 29 ).

Essas trajetórias de crescimentos não geram transformações significativas na distribuição de renda, já que todo processo produtivo se resume a uma projeção do passado. As mudanças neste sistema são marginais, insuficientes para alterar o equilíbrio geral. Pois ao se fazer a mesma coisa, não haveria razão pra acreditar-se que os resultados poderiam ser diferentes (PIVOTO, CARUSO e NIERDELE, 2016).

A configuração das atividades econômicas se organiza em fluxo circular, dada a existência de uma relação de dependência mútua, o que concerne as quantidades produzidas (MORICCHI e GONÇALVES, 1994). “A quantidade de carne que o açougueiro vende depende de quanto seu freguês, o alfaiate comprará e a que preço. Isso depende, todavia, dos resultados financeiros dos negócios desse último” (SCHUMPETER, 1997, p. 27). Nesse sentido, no modelo de economia estacionária, o fluxo circular da economia é fechado, pois, nesse tipo de mercado os vendedores das mercadorias, também reaparecem no mercado como “[...] compradores em medida suficiente para adquirir os bens que manterão seu consumo e seu equipamento produtivo no período econômico seguinte e no nível obtido até então, e vice-versa” (SCHUMPETER, 1997, p. 28).

As alterações são adaptativas ao aumento populacional, por exemplo, assim se tratam de mudanças muito mais quantitativas do que qualitativas (PIVOTO, CARUSO e NIERDELE, 2016). Ocorrendo mudanças de forma paulatina e cumulativa, esse modelo experiencia, basicamente, um esquema de reprodução. “É claro que nossa asserção não significa que, se o sistema econômico estiver perfeitamente equilibrado, produz sem resultado, mas apenas que os resultados fluem inteiramente para os fatores produtivos originais” (SCHUMPETER, 1997, p. 28).

Já em uma economia em que se observa o processo de inovação, existe um rompimento do estado de equilíbrio, produzindo imperfeições no mercado (GRASSI,

2005; PIVOTO, CARUSO e NIERDELE, 2016). Isso significa que os agentes não contam com interações previsíveis entre a oferta e a demanda. Não é possível ao agente compor suas escolhas a partir da projeção daquilo que existia no passado, tendo que se adaptar à nova configuração do sistema (SCHUMPETER, 1997). Assim, Schumpeter foca seu estudo no agente empresário inovador, que cria desequilíbrios no sistema que levam a uma nova configuração diferente da anterior (MORICOCHI e GONÇALVES, 1994; GRASSI, 2005; PIVOTO, CARUSO e NIERDELE, 2016).

Em seu modelo de desenvolvimento, destaca uma leitura pelo lado da oferta. Pois para ele, “[...] essas mudanças espontâneas e descontínuas no canal do fluxo circular e essas perturbações do centro do equilíbrio aparecem na esfera da vida industrial e comercial, não na esfera das necessidades dos consumidores de produtos finais” (SCHUMPETER, 1997, p. 75). A questão da demanda é abarcada por ele, no que diz respeito à criação de novos mercados, como incentivo aos produtores em direção de novas estruturas de produção e obtenção de lucros. Já os consumidores são instigados pela novidade a consumirem novos produtos (PIVOTO, CARUSO e NIERDELE, 2016).

Schumpeter não considerava a poupança como imprescindível para o crescimento. Ele dá maior destaque ao papel do crédito, como facilitador do processo de inovação (MORICOCHI e GONÇALVES, 1994). Assim ele não considerava preocupante a falta de poupança, no percurso da acumulação capitalista, contanto que as inovações fossem financiadas pelo crédito angariado pelos capitalistas a fim de obter lucros futuros (PIVOTO, CARUSO e NIERDELE, 2016). Na verdade, Schumpeter (1997) considerava o crédito como mais vantajoso porque não dependia do resultado acumulado de um desempenho anterior da empresa. Além dessa, outra vantagem destacada por ele é que ao financiar a inovação o agente bancário se torna, por assim dizer, o produtor, mitigando o risco assumido pelo empresário inovador. É conferida uma importância, para além do capital material, o que já era apresentado pelos economistas clássicos, mas também para o dinheiro, na promoção do desenvolvimento (MORICOCHI e GONÇALVES, 1994; PIVOTO, CARUSO e NIERDELE, 2016).

À moda da teoria da evolução das espécies de Darwin<sup>7</sup>, Schumpeter, considerando que as relações econômicas se dão em processo evolutivo (Grassi, 2005), propunha a existência do processo denominado “destruição criativa”. Esse processo surgiria em consequência da elevação do crédito, que originaria pressão inflacionária sobre os preços dos fatores de produção (MORICCHI e GONÇALVES, 1994). O processo inflacionário obrigaria as empresas a inovarem a fim de competir na nova situação do sistema. Assim as empresas menos eficientes na capacidade de inovação seriam engolidas pelo mercado. A sobrevivência seria daquelas com maior capacidade para inovação. Essas empresas sobreviventes poderiam usufruir de posição de oligopólios, com maior poder de precificação em seus produtos lançados e auferir lucros monopólicos por um indeterminado tempo (GRASSI, 2005; PIVOTO, CARUSO e NIERDELE, 2016).

A denominação “destruição criativa” relaciona-se com o fato que no modelo Schumpeteriano, o deslocamento do equilíbrio geral do sistema causado pela inovação, ocorre de forma irreversível e descontinuada (PIVOTO, CARUSO e NIERDELE, 2016).

As novas combinações de fatores produtivos levam à destruição da condição anterior e à criação de novas condições de produção, que o autor chama de “destruição criativa”: novas firmas inovadoras ocupam novos espaços no mercado, podendo conduzir ao fechamento daquelas menos preparadas. Assim, há um processo evolucionário de seleção em favor das atividades mais lucrativas e eficientes (PIVOTO, CARUSO e NIERDELE, 2016, p. 22).

No que concerne à concorrência, Schumpeter enfatiza a competição no campo da inovação, não no preço. A concorrência ocorre, basicamente, na elaboração de novas tecnologias e bens comercializáveis. “Esse tipo de concorrência por meio da inovação seria, segundo o autor, muito mais eficiente que a outra, e a única capaz de efetivamente causar transformações significativas no processo de desenvolvimento econômico” (PIVOTO, CARUSO e NIERDELE, 2016, p. 22).

Pivato, Caruso e Nierdele (2016) comentam que no livro *Capitalismo, sociedade e democracia*, a figura do empresário inovador concede lugar à grande empresa, às grandes organizações corporativas, no processo de descobrimento de inovações. Passam a ser elas, com seus esforços em pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias e produtos, as grandes promotoras da inovação que levam ao

---

<sup>7</sup> Para Darwin (2003, p. 17) [...] a seleção natural causa quase inevitavelmente uma extinção considerável das formas menos bem organizadas e conduz ao que se chama a divergência dos caracteres.



alcance do desenvolvimento econômico (GRASSI, 2005). Há no modelo Schumpeteriano a ideia de momentos de ondas ou surtos de inovação, que não se dão de forma ordenada no tempo e são decorrentes da introdução de novos produtos e processos, ou ainda podem ser fruto da criação de novos mercados (GRASSI, 2005; PIVOTO, CARUSO e NIERDELE, 2016).

Esses acontecimentos são chamados de ondas de desenvolvimento e ocorrem de forma cíclica, divididos em quatro momentos: a) ascensão: surgimento de inovações drásticas; b) recessão: queda dos preços dos bens de consumo e aumento dos preços dos bens de capital e das matérias primas; c) depressão: ocorre a crise; d) recuperação: uma nova onda de inovações (GRASSI, 2005; PIVOTO, CARUSO e NIERDELE, 2016).

Segundo Pivoto, Caruso e Nierdele (2016), de modo geral, o modelo apresentado por Schumpeter estaria mais adequado a países onde pode-se encontrar maior concentração de empresários inovadores potenciais, provido de capacidade de financiamento. Além de pressupor uma estabilidade institucional, política e social, compatível ao processo de inovação. Segundo eles, a teoria Schumpeteriana, apresenta “[...] momentos distintos de um mesmo processo de mudança, que não deixa, contudo, de ser essencialmente de ordem produtiva. Até aqui, portanto, ainda estamos tratando de desenvolvimento econômico” (PIVOTO, CARUSO e NIERDELE, 2016, p. 26-27).

### 3.1.2 Etapas do desenvolvimento de Rostow

Economista e historiador pela Universidade de Yale nos Estados Unidos, Walt Whitman Rostow (1916-2003) iniciou seus estudos a partir da observação de sociedades reais e não por meio de modelos teóricos. Em 1959, Rostow publica o seu estudo, de maior relevância, no livro intitulado Processo do Crescimento Econômico (*The stages of economic growth*), onde ele constrói uma teoria dinâmica em que buscou fazer frente à teoria Marxista, no que diz respeito aos rumos do sistema capitalista. Para tanto, aliou suas duas áreas de formação, articulando teoria econômica à história econômica (SARMENTO, 2012; CONCEIÇÃO, OLIVEIRA, SOUZA, 2016).

A modernização era encarada como uma espécie de sinônimo para desenvolvimento, que se relaciona com o crescimento econômico oriundo da



industrialização, que por sua vez, seria alcançada por meio de intervenção setorial na economia (VIEIRA, 2009; CONCEIÇÃO, OLIVEIRA, SOUZA, 2016).

Segundo Conceição, Oliveira e Souza (2016), a perspectiva sobre o desenvolvimento apresentada por Rostow vai na mesma direção de outros autores clássicos, como Ragnar Nurkse e Gunnar Myrdal, no que tange a importância do processo de modernização, e tomam as sociedades capitalistas centrais como referência.

A partir da observação de diferentes sociedades, Rostow (1964) estabelece quais seriam as etapas necessárias para o alcance da modernização na perspectiva econômica. Porém, segundo Sarmiento (2012), as etapas não representavam uma maneira correta de tratar a trajetória histórica, mas demonstram lógica e constância durante os três últimos séculos, configurando uma teoria dinâmica da produção arraigada. Portanto, Rostow (1964) identificou cinco etapas do desenvolvimento, expostas abaixo:

Na primeira etapa, encontra-se a sociedade tradicional. Caracterizada como sendo uma sociedade rudimentar, em que existiria um limite alcançável do volume da produção. Isso porque, nesta etapa, ela não dispõe das potencialidades advindas do conhecimento científico e tecnológico moderno, ou por este não estar disponível, ou não serem regularmente e sistematicamente aplicados. Trata-se de um momento em que a sociedade prioriza o trabalho e se baseia na subsistência e seus recursos se originam basicamente da agricultura (CONCEIÇÃO, OLIVEIRA e SOUZA, 2016). As manufaturas, tal qual a agricultura, são incapazes de promover maiores montantes de capital acumulado, experimenta-se baixa produtividade.

Em termos de História, pois, com o nome “sociedade tradicional” nós englobamos todo o mundo pré-newtoniano; [...] E ainda adicionamos as sociedades pós- newtonianas que, por certo tempo, permaneceram intactas ou indiferentes à nova capacidade do homem para manipular regularmente o meio ambiente tendo em vista seu proveito econômico (ROSTOW, 1964, p.16).

Rostow (1964) argumenta que existe nesta etapa da sociedade uma espécie de valores condicionantes de fatalismos, que fazem as gerações se constituírem sempre na mesma perspectiva do que foi dado pelas anteriores.

Assim, o objetivo de Rostow (1964) foi apresentar como as sociedades pós-tradicionais, modificaram suas características limitantes para ingressar no

desenvolvimento regular. Segundo Conceição, Oliveira e Souza, (2016), essas mudanças são oriundas de fatores internos, espontaneamente, ou podem ser impulsionadas por interferências externas como no processo de colonização.

A segunda etapa denomina-se precondições para o avanço, princípio do arranco ou decolagem. Trata-se do período de transição entre a sociedade tradicional e a etapa do arranco (SARMENTO, 2012; CONCEIÇÃO, OLIVEIRA e SOUZA, 2016). É o momento em que a sociedade experimenta as primeiras transformações que a possibilitará “[...] explorar os frutos da ciência moderna” em direção a romper com os condicionantes dos rendimentos decrescentes. (ROSTOW, 1964, p. 16)

Esse processo decorre, especialmente, do aumento da especialização do trabalho e da introdução de novas tecnologias (CONCEIÇÃO, OLIVEIRA e SOUZA, 2016). Além disso, sugere também, mudanças que propiciam retenção das concepções modernizantes da ciência, no que tange ao conhecimento no campo político e dos sistemas de valores, que seriam responsáveis por permitirem a elevação da produtividade e consequentemente do desenvolvimento (ROSTOW, 1964).

Segundo Sarmento (2012), nessa etapa surgem as primeiras preocupações com o controle de natalidade e uma transformação das consciências, na direção de arrefecer o consumo supérfluo e os dogmas religiosos. Porém, essas transformações ocorrem em ritmo limitado na economia, pois nessa fase ainda persistem métodos tradicionais que apresentam baixa produtividade. Em grande medida porque, a estrutura social e sistema de valores continuam condizentes com esses métodos tradicionais de baixa produtividade (ROSTOW, 1964).

A terceira etapa é chamada de arranco, ou mais popularmente, *take-off*, caracteriza-se como aquela em que as limitações da etapa de transição são finalmente superadas (SARMENTO, 2012). As forças do progresso econômico, antes restritas a pequenos redutos do aspecto geral da economia passam a ser dominantes, “O desenvolvimento passa a ser sua situação normal” (ROSTOW, 1964, p.18).

Todo o processo de expansão no setor moderno produz um aumento de renda nas mãos daqueles que não só economizam a taxas mais elevadas, como também colocam suas economias à disposição dos que se acham empenhados em atividades no setor moderno. A nova classe empresarial se amplia e dirige os fluxos aumentados do investimento no setor privado. A economia explora recursos naturais e métodos de produção até então inaproveitados. (ROSTOW, 1964, p. 19)

Os avanços tecnológicos se dão também no setor agrícola, pois a elevação da produtividade agrícola é vista como indispensável para o sucesso dessa etapa. Isso porque a modernização aumenta os gastos com produtos agrícolas (ROSTOW, 1964). Existe, por assim dizer um processo de êxodo rural, para servirem de mão-de-obra na indústria (SARMENTO, 2012).

Nesta etapa, são construídas as bases da chamada sociedade moderna. Além de aspectos econômicos, as mudanças ocorrem com o surgimento de uma nova configuração do sistema político, institucional e social (SARMENTO, 2012). Rostow (1964) utiliza o exemplo da Grã-Bretanha e dos países bem-sucedidos colonizados por ela, para explicar que a etapa de arranco foi impulsionada nesses países, pelo avanço tecnológico. E em aspecto mais amplo, além da acumulação de capital fixo, dependeu também de onda de evolução tecnológica e de um poder político alinhado ao ideal de modernização.

A quarta etapa é chamada por Rostow (1964) de marcha para a maturidade, corresponde a um longo período de progresso continuado. Essa etapa é caracterizada pela elevação da chamada tecnologia moderna que se estende por toda a sua atividade econômica. Neste momento se preconiza a diversificação de produtos e o estímulo à produção. Busca-se investir uma porção da renda nacional que permita a produção ultrapassar o crescimento populacional e a economia dessa sociedade encontra espaço no contexto internacional. Os produtos antes importados passam a ser feitos na própria localidade. Além disso, surgem outras necessidades de importação, bem como novos produtos a serem exportados (ROSTOW, 1964; CONCEIÇÃO, OLIVEIRA e SOUZA, 2016).

Podemos definir essencialmente a maturidade como a etapa em que a economia demonstra capacidade de avançar para além das indústrias que inicialmente lhe impediram o arranco e para absorver e aplicar eficazmente num campo bem amplo de seus recursos – se não a todos eles – os frutos mais adiantados da tecnologia (então) moderna (ROSTOW, 1964, p. 20).

A economia, nessa etapa, possui a capacidade de produzir qualquer coisa que se interesse em produzir (ROSTOW, 1964).

Na quinta etapa, esta sociedade é embarcada na era do consumo de massa, quando são enfatizadas as mudanças ocorridas em uma sociedade industrial massificada, em que o sistema econômico centra no consumo intensivo. A renda per capita se eleva de maneira a proporcionar a um maior número de pessoas ultrapassar

a satisfação das necessidades mínimas de alimentação, habitação e vestuário. Além disso, existe nesta fase uma maior busca pela distribuição de renda. A sociedade pós-maturidade, por meio de processos políticos, atribui maior atenção à assistência social. As ondas de bem-estar (*welfare state*) são uma constatação, segundo Rostow, de uma sociedade que se direciona para além da maturidade técnica (ROSTOW, 1964; CONCEIÇÃO, OLIVEIRA e SOUZA, 2016).

### 3.1.3 Abordagem possibilista por Hirschman

Albert Hirschman (1915-2012), foi economista de origem alemã, radicado nos Estados Unidos da América em 1941. Trabalhou no Exército Norte-americano no período de 1943 a 1946. Também, trabalhou como assessor financeiro do Conselho Nacional de Planejamento da Colômbia entre 1952 e 1954. Catedrático nas Universidades de Yale entre 1956 e 1958; Columbia, de 1958 a 1964; e Harvard, de 1964 a 1974 (NIEDERLE, CARDONA e FREITAS, 2016).

Hirschman se colocava avesso a ideia de haver um receituário para o desenvolvimento, bem como a ideia de caminho certo a seguir com resultados definitivos, ou seja, que ao se ultrapassar determinada característica um país se torne desenvolvido definitivamente, fruto da concepção de revoluções transformadoras. Ele advogava a não existência do jeito certo de alcançar o desenvolvimento, pois cada contexto social requer trajetórias diferentes para o desenvolvimento (BIANCHI, 2007; NIEDERLE, CARDONA e FREITAS, 2016). Entendia que as escolhas sociais, em determinado contexto político, determinariam de forma mais incisiva o desenvolvimento de um país, do que as condições naturais e sua disponibilidade de recursos (NIEDERLE, CARDONA e FREITAS, 2016).

Durante as décadas de 1950 e 1960, estudou projetos de desenvolvimento, principalmente financiados pelo Banco Mundial em países pobres, especialmente na América Latina. Hirschman influenciou as discussões sobre desenvolvimento, apresentando uma abordagem heterodoxa sobre os problemas das economias dos países subdesenvolvidos, contrastando com os preconceitos econômicos da época que pautavam suas avaliações em como se acreditava que as economias deveriam ser tendo como base as economias industrializadas (PAULA, 2006; BIANCHI, 2007; NIEDERLE, CARDONA e FREITAS, 2016).

Todavia, não se posicionava totalmente contrário a algumas posições ortodoxas, tampouco propunha soluções revolucionárias ou rompimentos radicais na ordem estabelecida. Nesse sentido, sua abordagem denominada possibilista, baseava-se na busca de identificar possibilidades para o desenvolvimento (MALUF, 2015; NIEDERLE, CARDONA e FREITAS, 2016). Para ele, fixar a atenção nos aspectos negativos, nas deficiências estruturais, tem o efeito de produzir retornos decrescentes ou até mesmo prejuízos ao país, pois dificulta a capacidade de mobilização social em prol de estratégias diferenciadas de desenvolvimento, rejeitando, assim, as ortodoxias tanto liberais quanto marxistas (BIANCHI, 2007; MALUF, 2015).

Segundo Hirschman, na América Latina havia a característica da negação do projeto e experiências realizadas por estruturas de poder anteriores. Essa negação produzia uma cultura de descontinuidade de projetos entre os governos, que frequentemente buscavam imprimir originalidade salvadora aos projetos, abandonando o que havia sido feito anteriormente, o que dava a noção de imprevisibilidade do progresso econômico e social. Era necessário “evitar tanto a ilusão do reformismo – apenas soluções incrementais – quanto a ideia de que, para qualquer mudança, se necessita de uma nova revolução” (NIEDERLE, CARDONA e FREITAS, 2016, p. 41).

Hirschman contraria a ideia que todas os componentes positivos relacionados ao desenvolvimento fossem simultâneos. Tomando como exemplo a própria América Latina, apresentava países com alto progresso econômico, com péssimas condições democráticas e vice-versa. Porém, a ideia de que seria necessário crescer para depois distribuir, também era refutada, pois segundo o autor, buscava manter as estruturas e condições inalteradas (NIEDERLE, CARDONA e FREITAS, 2016).

O foco do autor se coloca sobre os chamados recursos ocultos, entendidos como uma espécie de racionalidade promotora de desenvolvimento escondida, dispersa e mal utilizada na economia. É uma força motriz lançada sobre o incerto (BIANCHI, 2007).

De acordo com Hirschman, a mão-oculta atua principalmente através do descobrimento, da ignorância, das incertezas e das dificuldades, agindo por meio das técnicas da pseudoimitação e do programa global. A pseudoimitação é aquela que apresenta os projetos como menos difíceis do que são, enquanto o programa global dá aos planejadores a ilusão de serem mais perspicazes em relação às dificuldades do projeto do que realmente são (NIEDERLE, CARDONA e FREITAS, 2016, p.42)

Com o aperfeiçoamento da arte de promover o desenvolvimento, a mão oculta iria perdendo influência, pois o desenvolvimento passaria a depender dos projetos frutos das ações deliberadas dos indivíduos e organizações, tendo o Estado o papel de compor mecanismo promotor e regulamentador (NIEDERLE, CARDONA e FREITAS, 2016).

Nas economias consideradas subdesenvolvidas, Hirschman entendia que as dificuldades do crescimento vinham da insuficiência do conhecimento, da incompetência organizacional e de gestão (BIANCHI, 2007). Se os países periféricos tivessem essas competências, então estariam fora do rol de países subdesenvolvidos (NIEDERLE, CARDONA e FREITAS, 2016).

Hirschman, influenciado pela concepção Schumpeteriana de que os desequilíbrios constituem importantes papéis na propagação do desenvolvimento, propunha que os investimentos deveriam ser dados em setores considerados estratégicos, com maior potencial de desencadear o desenvolvimento. Essa escolha de privilegiar determinado setor, criaria desequilíbrios no mercado, oriundos das relações de interdependência entre os setores econômicos (CAVALCANTE, 2008; NIEDERLE, CARDONA e FREITAS, 2016).

Duas forças entrariam em ação, os mecanismos de mercado causariam mudanças nos preços e o Estado lançaria mão de políticas direcionadas a controlar os desequilíbrios da escassez gerada (NIEDERLE, CARDONA e FREITAS, 2016). Os investimentos públicos deveriam priorizar áreas mais avançadas em termos tecnológicos, pois elas teriam maior poder de difusão da modernização e criação de novas empresas (BIANCHI, 2007).

O grande mote dessa estratégia defendida por Hirschman é a mobilização de recursos e habilidades ocultos. Criar o ambiente propício a decisão, pois “a chave do desenvolvimento se encontra primordialmente nos incentivos da ação humana – canalizar energias na direção desejada – e na mediação do espírito corporativo e inovador” (NIEDERLE, CARDONA e FREITAS, 2016, p. 45). Assim a chamada arte do desenvolvimento é a competência que um país alcançaria em lidar com os desequilíbrios e conflitos inerentes ao próprio processo desencadeador do desenvolvimento. Trata-se por assim dizer, de uma dimensão psicológica individual e coletiva necessária à caminhada desenvolvimentista (BIANCHI, 2007).

Hirschman teve importância destacada na edificação da disciplina denominada economia do desenvolvimento, nela rejeita-se a existência de soluções

únicas de enfrentamentos dos problemas econômicos (BIANCHI, 2007; MALUF, 2015). Considera-se que contextos sociais distintos requerem instrumentos diferenciados de análise, posicionamento devido e condizente com a teoria geral de Keynes. Esse argumento deu base para sua construção teórica acerca do fenômeno do subdesenvolvimento (NIEDERLE, CARDONA e FREITAS, 2016).

A economia do desenvolvimento, assim como na concepção cepalina sobre a deterioração dos termos de troca, também considerava não existir benefícios mútuos advindos de mecanismos do livre mercado entre países. No entanto, haveria possibilidade de um país angariar benefícios nas relações comerciais a partir de instrumentos de intervenção do Estado (BIANCHI, 2007). A economia do desenvolvimento impactou a formulação de políticas públicas até a década de 1970, quando esta concepção entrou em crise (NIEDERLE, CARDONA e FREITAS, 2016).

Segundo Niederle, Cardona, Freitas (2016) e Bianchi (2007), a contribuição de Hirschman teve grande relevância ao ultrapassar as fronteiras disciplinares da economia e dialogar com outras Ciências Sociais.

### 3.1.4 Desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen

Amartya Sen nasceu em Santiniketan, Bengala na Índia no ano de 1933, no seio de uma família de intelectuais e políticos. Formou-se em economia em 1953 na Universidade de Calcutá, tornou-se doutor na Universidade de Cambridge em 1959 (FREITAS et al., 2016).

Sen, juntamente com o economista paquistanês Mahbudul Haq, em 1993, propôs o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que passou a ser adotado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, e é uma das medidas mais utilizadas para medir o desenvolvimento em diversas partes do globo. O IDH leva em consideração a expectativa de vida ao nascer, a educação e o PIB per capita. Permite comparar os diferentes níveis de desenvolvimento humano em cidades, regiões, países e avaliar a evolução desses números através do tempo (BRASIL, 2014).

Segundo Freitas et al. (2016), a abordagem de Sen supera a análise meramente economicista, levando em consideração outros aspectos que ele considera relevante.



A noção de desenvolvimento proposta por Amartya Sen sustenta que este somente pode ser alcançado quando os indivíduos dispõem de “meios” pelos quais podem realizar os “fins” que almejam, ultrapassando obstáculos preexistentes que condicionem ou restrinjam a liberdade de escolha (FREITAS et al., 2016, p. 53).

Para Sen (2000), a autonomia das pessoas serem ou fazerem algo da vida, ou seja, das pessoas levarem um meio de vida que desejam, está ligada à ampliação das capacidades humanas, frutos de crescimento. Os frutos do crescimento econômico são, segundo Pinheiro (2012), as formas de distribuição de renda nos diversos estratos da sociedade e como essa distribuição impacta na esperança de vida ou na taxa de mortalidade da população. Assim, o desenvolvimento é estimulado a partir do ponto em que as pessoas não estão limitadas pelas privações de suas capacidades. Para Freitas et al. (2016, p. 54) “[...] a construção de capacidades busca melhorar a condição humana, focalizando a liberdade de “ser” e de “fazer” dos indivíduos, ou seja, de exercer ponderadamente suas condições enquanto agentes do processo de desenvolvimento” (FREITAS et al., 2016, p. 54).

Um dos pontos iniciais da ideia de Sen, segundo Freitas et al. (2016), está nas investigações sobre as fomes coletivas que, segundo ele, estão ligadas não a uma perspectiva malthusiana, ou seja, da escassez de alimentos, mas sim às falhas nos chamados intitamentos (ativos ou recursos). Sen indica que “as pessoas passam fome quando não obtém seu intitamento sobre uma quantia adequada de alimentos. Algumas das piores fomes ocorreram sem o declínio significativo da disponibilidade de alimentos por pessoa” (FREITAS et al., 2016, p. 54).

Sen argumenta que são três os fatores que determinam o intitamento das famílias: a dotação, as possibilidades de produção e as condições de troca. A dotação se refere “à propriedade de recursos produtivos e de riqueza que a família possui e têm preço no mercado. Trata-se, geralmente da força de trabalho e da posse da terra”. As possibilidades de produção “referem-se à tecnologia, ao conhecimento disponível e à capacidade das pessoas para organizarem seus conhecimentos e desfrutarem deles”. Por fim, as condições de troca se referem “ao potencial para vender e comprar bens e à determinação dos preços relativos de diferentes produtos”. A abordagem do problema da fome, com centro nos intitamentos é utilizada também para a análise da pobreza e dá origem a abordagem das capacitações (FREITAS et al., 2016, p. 54).

Para conceituar esta abordagem, é necessário compreender a ideia dos funcionamentos (ver Quadro 11). Os funcionamentos são elementos que as pessoas



consideram ser indispensáveis de se fazer ou ter, podendo ser coisas mais ou menos complexas, desde estar alimentados ou saudáveis até ocupar uma certa posição na comunidade (Sen, 2000).

QUADRO 11 - PRINCIPAIS CONCEITOS APRESENTADOS POR AMARTYA SEN

Intitulentos	Meios: são os condicionantes ou ativos que caracterizam recursos que os indivíduos possuem.
Liberdades políticas	Direitos civis, liberdade de expressão, de voto, direito de escolha informativa, etc.
Facilidades econômicas	Consumo, condições de troca, renda, riqueza.
Oportunidades sociais	Educação, saúde, emprego (com foco na vida privada).
Garantias de transparência	Relações de confiança (institucional ou de confiança).
Segurança protetora	Rede de segurança social, habitação, saneamento, aposentadoria, transporte, etc.
Funcionamentos	Fins (realizações): são os resultados das várias combinações de intitulentos, repercutindo, então, na liberdade que uma pessoa tem para levar a vida da forma que deseje.

FONTE: Adaptado de Freitas et al. (2016, p. 56)

Para Sen (2000) o desenvolvimento humano está ligado às liberdades das pessoas de escolherem os modos de vida que querem levar. Desta maneira, a liberdade possui um valor intrínseco e instrumental. É intrínseco, pois é o direito desejável a partir do desenvolvimento. E é instrumental, pois “relaciona ao modo como diferentes tipos de liberdade se ligam entre si, contribuindo para promover outros tipos de liberdades e a liberdade humana em geral” (FREITAS et al., 2016, p.57). A liberdade das pessoas em levar diferentes tipos de vida está relacionada com as capacidades individuais, que por sua vez, estão ligadas às “características pessoais e os arranjos sociais” (SEN, 2000, p. 58).

O conjunto de capacidades representa a liberdade pessoal de realizar várias combinações de efetivações. Se a liberdade é intrinsecamente importante, as combinações disponíveis para a escolha são todas relevantes para se avaliar o que é vantajoso para uma pessoa, mesmo que ele ou ela escolha apenas uma alternativa. Nessa perspectiva, a escolha é, em si mesma, uma característica valiosa da vida de uma pessoa (SEN, 1993, não paginado).

Para esse autor, o desenvolvimento deve estar vinculado à melhora da vida das pessoas e das liberdades de que se desfruta. Da mesma forma, o

desenvolvimento deve ir além da pura acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto, mesmo reconhecendo a importância desses itens.

As liberdades individuais, segundo Sen (2000), tem dois papéis fundamentais no conceito de desenvolvimento, quais sejam: a avaliação e a eficácia. O êxito de uma sociedade deve ser medido “segundo as liberdades substantivas que os membros dessa sociedade desfrutam”. A liberdade de as pessoas poderem fazer coisas que elas consideram valiosas é importante para “a liberdade global da pessoa e [...] porque favorece a oportunidade de a pessoa ter resultados valiosos”. Outra razão da importância das liberdades substantivas é “não apenas a base de avaliação de êxito e fracasso, mas também um determinante principal da iniciativa individual e da eficácia social” (SEN, 2000, p. 32-33).

Sen (2000) argumenta que os papéis da liberdade podem ser constitutivos e instrumentais. Nessa perspectiva, a liberdade é o fim primordial e o meio principal para o desenvolvimento. O Quadro 12 sintetiza os papéis supracitados.

QUADRO 12 – PAPÉIS DA LIBERDADE NA TEORIA DE AMARTYA SEN

Papel constitutivo	Papel instrumental
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relacionado a importância da liberdade substantiva no enriquecimento da vida humana;</li> <li>• Capacidades elementares (condições de evitar privações, como fome, subnutrição, morbidez evitável e a morte prematura);</li> <li>• Liberdades associadas a saber ler e fazer cálculos matemáticos, participação política e direito de expressão.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Liberdades políticas: determinar quem governa e com que princípios, fiscalizar o poder;</li> <li>• Facilidades econômicas: oportunidades para utilizar recursos econômicos para consumo, produção ou troca;</li> <li>• Oportunidades sociais: disposições que a sociedade estabelece nas áreas de saúde, educação etc;</li> <li>• Garantias de transparência: necessidades de sinceridade que as pessoas podem esperar;</li> <li>• Segurança protetora: rede de segurança social, impedindo que a população afetada seja reduzida a miséria e/ou morte.</li> </ul>

FONTE: Elaborado pela autora baseado Sen (2000)

A diversidade humana é levada em consideração nas análises de Sen, pois elas são fatores determinantes para o entendimento das interferências na transformação de recursos em capacitações (SEN, 2000). Segundo Freitas et al. (2016, p. 57), as fontes de diversidade entre os seres humanos são cinco, dentre elas:

(a) heterogeneidade pessoais (sexo, idade, limitações físicas, etc.); (b) diversidades ambientais. (c) variações no clima social (saúde pública, educação, violência, etc.); (d) diferenças de perspectivas relativas (convenções e costumes entre comunidades); e (e) distribuição dentro da família (entre os sexos, idades ou as necessidades percebidas).

A avaliação das desigualdades está muito ligada ao foco da análise, ou seja, essas variáveis de diversificação dos seres humanos dificultam a interpretação da desigualdade. Por isso o emprego de variáveis mais fáceis de se avaliar, como emprego e renda (SEN, 2000). Logo, a escolha dos espaços a serem analisados é fundamental para a avaliação da desigualdade (FREITAS et al., 2016).

A desigualdade de riqueza pode dizer-nos algo sobre a geração e a persistência de desigualdades de outros tipos, mesmo se a nossa preocupação última disser respeito a desigualdades de padrões e de qualidade de vida. Num contexto de permanência e rigidez de divisões sociais, as informações sobre desigualdades entre classes em termos de riqueza e prosperidade são especialmente importantes. Mas reconhecer isso não reduz a importância de levar em conta indicadores de qualidade de vida para a avaliação de desigualdades entre classes em termos de bem-estar e liberdade. (SEN, 1993, não paginado)

Para Freitas et al. (2016, p. 58), a igualdade diz respeito à “equidade de liberdade que as pessoas têm”. Para que o desenvolvimento e a igualdade possam acontecer, uma série de liberdades precisam ser asseguradas, como os direitos humanos e políticos, dentre eles o direito a isonomia (SEN, 2000; FREITAS et al., 2016).

Sen (2000) foca, portanto, nas liberdades substantivas, pois entende que a renda, que é habitualmente usada como avaliação de políticas econômicas nas concepções mais tradicionais, não é suficiente para abarcar a complexidade do desenvolvimento. Isso não significa desprezar, que a negação de capacidades individuais pode estar amplamente relacionada a aspectos como o nível de renda, uma vez que apresentam, frequentemente, encadeamentos correlatos. Porém, isso não resulta que um explique o outro suficientemente. Para Sen (2000), muitas vezes os afastamentos, entre renda e capacidades, são bem mais significativos para avaliação de políticas.

Se nossa atenção for desviada de uma concentração exclusiva sobre a pobreza de renda para a ideia mais inclusiva da privação de capacidade, poderemos entender melhor a pobreza das vidas e liberdades humanas com base informacional diferente [...] O papel da renda e da riqueza – ainda que seja importantíssimo, juntamente com outras influências – tem de ser integrado a um quadro mais amplo e completo de êxito e privação. (SEN, 2000 p.34-35).

O problema das abordagens econômicas hegemônicas é que elas podem, e frequentemente os fazem, reduzir a desigualdade a uma questão meramente produtiva, ou seja, focado apenas em produção e renda. Para Sen, “a pobreza deve ser compreendida como privação das capacidades básicas, e não como o baixo nível de renda, tido como o critério tradicional de avaliação” (Freitas et al., 2016, p. 58). Pois a insuficiência de renda é apenas um critério relevante instrumentalmente. Isso porque existem outros critérios que influenciam a privação das capacidades, além do fato de renda e capacidade serem variáveis conforme a realidade de cada comunidade (FREITAS et al., 2016).

Para Sen (1993), um campo que é difícil de mensurar as desigualdades é o de gênero, pois sabe-se que as mulheres têm condições de vida muito piores que a dos homens, que as meninas sofrem mais privações que os meninos. Para Sen (1993), essas desigualdades podem ser percebidas tanto em países ricos como em países pobres e que não é simples definir qual o melhor indicador para medir essas desigualdades.

O estilo de vida é uma característica relevante, pois leva em consideração o limite em que os indivíduos ou famílias tenham dificuldades de se enquadrar. No entanto, a pobreza relativa é apenas complementar à privação absoluta, que leva em consideração as condições mínimas de sobrevivência. Para Freitas et al. (2016, p. 60), “estas sofrem variações de acordo com as características físicas, climáticas, hábitos de trabalho, etc., o que determina necessidades nutricionais distintas para diferentes grupos”.

Nesta abordagem, a pobreza não é vista apenas como um critério negativo, como a falta de determinado item, como a renda, mas também com critérios subjetivos que levam uma pessoa a avaliar a vida que julga ser mais adequada, logo a superação ou a minimização da pobreza está vinculada à um aumento nas capacidades básicas de cada indivíduo. Para Freitas et al. (2016), a abordagem de Sen é uma quebra de paradigma, pois muda o foco de análise para os meios, não apenas para os fins.

O estudo de Sen objetiva que os próprios pobres façam a análise de suas condições, o que tem sido alvo de críticas por parte de alguns autores, pois a falta de qualificação das pessoas pode dificultar a autoanálise sobre a pobreza. Outro ponto relevante da crítica sobre o trabalho de Sen está, segundo Oliveira (Apud FREITAS

et al., 2016, p. 61), no fato da análise se dar no nível individual, ou seja, “dificulta a análise das assimetrias de poder que estão na base da ‘não liberdade’ dos sujeitos”.

### 3.2 SÍNTESE DOS CONCEITOS E PRINCIPAIS AUTORES NAS ABORDAGENS DO DESENVOLVIMENTO NA PERSPECTIVA ABSTRATO-CONCEITUAL

O Quadro 13 demonstra de forma sucinta, um compilado das concepções teóricas de cada autor de relevância apresentados neste capítulo. Também, apresenta-se neste quadro as abordagens do desenvolvimento na perspectiva abstrato-conceitual.

As discussões sobre o desenvolvimento no mundo têm larga trajetória, especialmente nas ciências econômicas. Muitos foram os autores e as concepções teóricas acerca do tema construídas no decorrer da história. Portanto, neste capítulo foi apresentada uma síntese dos autores e proposições que pudessem contribuir para uma compreensão da gênese e da evolução do conceito de desenvolvimento no mundo.

Observou-se neste resgate histórico e conceitual apresentado no capítulo que a discussão do desenvolvimento foi dada no mundo, especialmente com os autores clássicos, sobre uma ótica abstrato-conceitual. A ênfase dos estudos apresentados se deu sobre os agregados ou sobre a influência de uma parte sobre o todo, o que pode ser visto nos conceitos de inovação de Schumpeter ao atentar-se para a influência da inovação sobre o mercado.

Rostow além de considera o desenvolvimento em termos agregados, o faz tendo as economias ditas desenvolvidas como parâmetro para estabelecer sua teoria das etapas do desenvolvimento. Essa concepção demonstra um caráter hierarquizador das economias e consequentemente dos países. É interessante se atentar que a concepção do desenvolvimento de Rostow, assim como os modelos estacionários apresentados por outros autores no período, demarcam o espaço político, econômico, social e geográfico de Rostow hierarquiza o espaço e as concepções oriundas dos modelos estacionários consideram como norma condições características dos países do centro.

QUADRO 13 – PRINCIPAIS AUTORES E CONCEITOS NAS ABORDAGENS DO DESENVOLVIMENTO

AUTORES	CONCEPÇÃO TEÓRICA	CONCEITOS CENTRAIS	ABORDAGEM DE DESENVOLVIMENTO
Schumpeter	Em uma economia em que exista inovação, o equilíbrio é rompido. As imperfeições de mercado causadas pelo processo de inovação obrigam os agentes a se moldarem a novas configurações produtivas. O que para Schumpeter, seria capaz de promover transformações significativas em direção ao desenvolvimento econômico.	Empresário inovador;  Destruição criativa	Desenvolvimento econômico
Rostow	Etapas do desenvolvimento: trata-se de uma concepção teórica que atribuiu grande importância ao processo de modernização, tendo como referência os países da Europa e Estados Unidos. Considerava haver etapas para alcance do desenvolvimento, para o qual, o subdesenvolvimento apresentado pelos países periféricos era considerado uma etapa.	Etapas do desenvolvimento	Crescimento econômico e modernização
Hirschman	A abordagem denominada possibilista, baseava-se na busca de identificar possibilidades para o desenvolvimento e não fixar a atenção nos aspectos negativos, nas deficiências estruturais, pois isso tem o efeito de produzir retornos decrescentes ou até mesmo prejuízos ao país, pois dificulta a capacidade de mobilização social em prol de estratégias diferenciadas de desenvolvimento.	Possibilismo;  Recursos escondidos	Economia do desenvolvimento
Amartya Sen	Desenvolvimento como Liberdade:  O desenvolvimento deve estar vinculado à melhora da vida das pessoas e das liberdades de que se desfruta. Para ele, o desenvolvimento deve ir além da pura acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto, mesmo reconhecendo a importância desses itens (SEN, 2000).	-Capacidades;  -Liberdade instrumental;  -Liberdade substantiva;  -Intitulentos  - Desenvolvimento Humano	Desenvolvimento como liberdade

FONTE: A autora (2019).

Hirschman ao contrário, concebeu a teoria possibilista rejeitando receituários de desenvolvimento. Ele se atentou para dimensões das escolhas sociais que dependem do contexto político e da capacidade de fazer aflorar potencialidades, entendida como recursos escondidos. Essa concepção de Hirschman que cada

economia e país deve ter suas próprias estratégias de desenvolvimento, é um desenvolvimento contextualizado. E por último Amartya Sen em que o desenvolvimento é visto a partir da ampliação das capacidades. Ele traz uma dimensão mais humanizada do desenvolvimento, centrado nas pessoas. O desenvolvimento é para as pessoas e feito pelas pessoas ao terem suas capacidades ampliadas. Sen, assim como Hirschman, dá atenção às escolhas, mas não só as políticas, mas também a possibilidade de fazer escolhas individuais é a materialização da liberdade pessoal possibilitado por um conjunto de capacidades.

#### **4 PERSPECTIVA LATINO AMERICANA DO PÓS-GUERRA E A INTRODUÇÃO DAS VARIÁVEIS HISTÓRICO ESPACIAIS NA DISCUSSÃO DO DESENVOLVIMENTO**

Após a Primeira Guerra Mundial, a então doutrina dominante do livre comércio, da vantagem comparativa de Ricardo, arrefeceu. E Impulsionado pelos ares da chamada revolução keynesiana, ocorreu na América Latina uma espécie de “rebelião” contra o liberalismo (BIELSCHOWSKY, 1988; IANNI, 1991; CURADO, 2013).

A Crise de 29 havia deflagrado um processo de recessão no mundo, o que escancarou as desigualdades regionais na maior parte dos países industrializados. Essa constatação induziu, a partir do modelo keynesiano, uma reconfiguração do papel do Estado aliado ao aperfeiçoamento de técnicas de planejamento (DINIZ, 2009).

A Cepal (Comissão Econômica para a América Latina), criada em 1947, foi a matriz do pensamento econômico original e crítico ao liberalismo da América Latina, responsável por elaborar o corpo teórico que influenciou toda uma geração de economistas, sendo seu principal expoente o economista argentino Raúl Prebisch (1901-1986), que ocupou a chefia da Cepal até 1963.

No Brasil, seu participante destacado foi Celso Furtado (1920- 2004), bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFRJ, realizou doutoramento em 1948 na Universidade de Paris Sorbonne. Integrou a Cepal no Chile. Em 1950 chefiou o grupo misto da Cepal-BNDE, e foi responsável por idealizar a Sudene em 1950. Furtado se projetou ao construir um amplo estudo sobre os aspectos históricos estruturais que mantinham (mantém) o subdesenvolvimento no Brasil, no livro Formação Econômica do País (PEREIRA, 2011).

Segundo Pereira (2011), as principais correntes teóricas do desenvolvimentismo no Brasil foram: a da teoria dos choques adversos, que tinha como base os estudos cepalinos conhecidos como “doutrina da Cepal”; a corrente da industrialização liderada pela expansão das exportações, que estabelecia relação direta entre o desempenho da indústria nacional e o desempenho do setor exportador; a corrente com enfoque no capitalismo tardio, que introduziu o conceito de dependência fundamentado por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto; e a corrente da industrialização induzida pelo governo, que buscava enfatizar o papel do Estado no processo de industrialização no período anterior a 1930.



Neste capítulo, apresenta-se as perspectivas teóricas do desenvolvimento, na América Latina, com destaque para os estudos de Raul Prebisch. E no Brasil, com as contribuições de Celso Furtado, Caio Prado Jr., além das discussões sobre teoria da dependência e sobre o novo-desenvolvimentismo.

#### 4.1 TEORIA DO SUBDESENVOLVIMENTO DE PREBISCH E A CEPAL

Entre os anos 40 e 50, a questão sobre se a intervenção estatal era ou não conveniente, se configurou como a principal disputa teórica quanto ao futuro dos países desenvolvidos, pois criticavam-se nesta época a eficiência do livre comércio para alocação de recursos com base nos mecanismos de mercado, tanto em âmbito interno, quanto externo. Essas críticas contaram com a chamada revolução Keynesiana, que contribuiu para a rebelião teórica e política contra o liberalismo (IANNI,1991; PAULA, 2006). Além disso, traziam o entendimento da importância de medidas governamentais de estímulos a rápida industrialização, sendo as principais medidas o planejamento e o protecionismo (BIELSCHOWSKY, 1988; IANNI,1991; CURADO, 2013).

Já no contexto latino americano, o debate teórico trazia também o componente estrutural para contrapor o modelo liberal, em especial o do FMI (Fundo Monetário Internacional). A abordagem estruturalista, apresenta explicações diferenciadas quanto às causas dos problemas do Balanço de Pagamentos e da inflação. As concepções teóricas que surgiram na América Latina em contraposição ao liberalismo, davam, assim, suporte a políticas heterodoxas de industrialização (BIELSCHOWSKY, 1988, 1997; IANNI,1991; PAULA,2006).

Os países subdesenvolvidos passam a ser o objeto das disputas teóricas entre liberalismo e intervencionismo estatal. Existia diferença nas contraposições ao modelo liberal apresentados nos países ditos desenvolvidos e as apresentadas pelos teóricos do subdesenvolvimento (BRESSER PEREIRA, 1997). No que se refere a alocação de recursos, a intervenção estatal no Keynesianismo busca o uso de poupança ociosa, enquanto a heterodoxia sul-americana propunha a existência de protecionismo e planejamento estatal, com o objetivo da industrialização e maximização da renda, considerando as poupanças restritas (BIELSCHOWSKY, 1988).

A teoria do desenvolvimento periférico de Prebisch e da Cepal, se configuram no sistema teórico principal em grande parte das construções analíticas desenvolvimentistas da América Latina (VIEIRA, 2009; PEREIRA, 2011). O pensamento cepalino destaca-se pela contribuição da tese apresentada por Prebisch sobre os termos de troca e pela interpretação estruturalista do processo inflacionário (BIELSCHOWSKY, 1988,1997; BRESSER PEREIRA, 1997).

Na Cepal considerava-se que os modelos estáticos eram insuficientes para abarcar problemas dinâmicos da alocação de recursos, pois neles são desconsiderados quatro efeitos do comércio internacional nos países subdesenvolvidos, amplamente apresentados na literatura econômica latino-americana e brasileira (BIELSCHOWSKY, 1997; CURADO, 2013). São eles: deterioração dos termos de troca; desemprego oriundo de baixo crescimento da demanda internacional por produtos primários; desequilíbrios crônicos dos Balanços de Pagamentos; vulnerabilidade a ciclos econômicos, devido a especializar em produtos para exportação. Embora os argumentos da vulnerabilidade e do desemprego já fossem tratados no Brasil, mesmo antes da Cepal, ela conferiu-lhes um tratamento mais refinado e sistemático (BIELSCHOWSKY, 1988; VIEIRA,2009; PEREIRA, 2011).

Existiu, também, a ideia presente comumente nos estudos de Prebisch e da Cepal de forma geral, de que a utilização de novas tecnologias requeria maior atenção nos países subdesenvolvidos. Deveria ser planejada de forma cuidadosa, considerando a sua inadequação aos recursos internos disponíveis (BIELSCHOWSKY, 1988). Além desses argumentos, continham amplamente discurso sobre o subdesenvolvimento no pensamento econômico brasileiro. Os argumentos acerca do transplante de técnicas agrícolas modernas ineficientes comparativamente a transplante de técnicas industriais; e teoria da demanda derivada em que os países subdesenvolvidos têm crescimento a partir de pressões oriundas da demanda, com viés industrializante e necessidade de intervenção estatal, caracterizavam um processo não-schumpeteriano (PEREIRA, 2011).

Segundo Bielschowsky (1988), Pereira (2011) e Curado (2013), o conceito de “centro-periferia” é fundamental na teoria cepalina e considera que a divisão internacional do trabalho, exerceu efeitos diferentes entre as duas regiões quanto a difusão do progresso técnico, desde os primeiros estágios do capitalismo. O que

acabou impondo diferenças crescentes nos estágios de desenvolvimento apresentados por elas.

A tese é que o progresso técnico foi mais acentuado no centro, especialmente no setor industrial, onde elevou simultaneamente a produtividade dos outros setores de atividades econômicas, ou seja, o progresso se deu ao longo dos seus sistemas produtivos. Enquanto nos países periféricos ao suprir o centro com produtos primários com preços baixos, o progresso técnico ficou restrito aos setores exportadores, contrastando com o resto do sistema produtivo, defasados em progresso e produtividade (BIELSCHOWSKY, 1988; PEREIRA, 2011).

A Cepal, a partir desta consideração, contesta o Princípio Ricardiano. De acordo com esse, a divisão internacional do trabalho faria com que os ganhos de produtividade das técnicas modernas de um país fossem transferidos aos demais, por meio das relações de comércio, em situação de concorrência perfeita (BRESSER PEREIRA, 1997; CURADO, 2013). Essa contestação traz a tese da deterioração dos termos de troca.

A tese da deterioração dos termos de troca reverte o argumento, com a ideia de que não apenas a transferência de ganhos não ocorre, mas que, em verdade, o que se passa é o oposto, ou seja, são as regiões atrasadas que transferem seus ganhos de produtividade às desenvolvidas. (BIELCHOWSKY, 1988, p. 19)

Nesta relação de intercâmbio centro-periferia ocorreria um hiato crescente. Um primeiro argumento para esse fato seria a tendência a redução da expansão das importações de produtos primários, por parte dos países centrais. Isso porque o avanço do progresso técnico institui maior eficiência e, portanto, menor efeito negativo sobre as taxas de crescimento das economias periféricas (PEREIRA, 2011; CURADO, 2013).

Uma outra consideração importante da teoria cepalina é que o crescimento das economias periféricas teria sido voltado “para fora” até a década de 1930. Ou seja, a economia destes países com concentração de renda, por estar calcada no setor primário exportador, contribuía para o crescimento das atividades econômicas no exterior ao ter que importar basicamente tudo que necessitava (BIELSCHOWSKY, 1988).

As mudanças ocorridas na economia mundial, surgidas com a depressão dos anos 30 e a partir da Primeira Guerra Mundial, implicaram na elevação do protecionismo nos países centrais e menor sensibilidade da demanda por produtos

primários em função da renda, explicitando a vulnerabilidade desses países. Existiu, segundo a concepção cepalina, uma transformação nas economias periféricas, que passaram a se voltar para dentro, ou seja, para o crescimento de atividades econômicas internas. Teria havido um processo de industrialização espontâneo, potencializados por desequilíbrios na balança de pagamento (BIELSCHOWSKY, 1988.)

Nesta concepção cepalina, Prebisch considerava o processo de industrialização espontâneo uma transformação histórica fundamental em contexto dinâmico global. A industrialização permitiria que os ganhos da produtividade das técnicas produtivas pudessem ser absorvidos pelas regiões periféricas. Porém, o alcance do desenvolvimento econômico esbarraria nas próprias características de seus sistemas produtivos, bem como a sua interação com os países centrais, na moderna economia internacional (BIELSCHOWSKY, 1988; CURADO, 2013).

A industrialização nos países periféricos era entendida como padrão de desenvolvimento sem precedentes. Pois, diferentemente do ocorrido no processo clássico da Revolução Industrial, em que as inovações tecnológicas ocorriam simultâneas à expansão da riqueza, e as atividades produtivas do sistema acomodavam e até mesmo, previam mudanças na estrutura de consumo da sociedade, o padrão de consumo, na periferia, seria consideravelmente independente do sistema produtivo. Isso porque as importações é que davam conta de satisfazer essa demanda afinada aos padrões modernos (BIELSCHOWSKY, 1988; PEREIRA, 2011; CURADO, 2013).

O processo de industrialização encontra, inicialmente:

[...] herda uma base econômica especializada em umas poucas atividades de exportação, com baixo grau de diversificação e com complementaridade intersetorial e integração vertical extremamente reduzidas. Tais deficiências não podem ser satisfatoriamente compensadas através de importações, já que as exportações são amplamente insuficientes para satisfazer a capacidade para importar requerida em tais circunstâncias (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 22).

Isso significa que a transformação do perfil produtivo esbarrava na restrição para importar bens de capital, pois seria necessário que as exportações fossem elevadas o suficiente para aumentar a capacidade de importação (BIELSCHOWSKY, 1988).

Os teóricos da Cepal constataram, também, que a baixa produtividade presente nos outros setores que não o exportador, produzia dificuldades para

formação de poupança e, portanto, investimentos. Assim, as economias apresentavam duas características estruturais agravantes: especialização e heterogeneidade tecnológica, desencadeando tendência ao desemprego, a deterioração dos termos de troca, desequilíbrio externo e inflação (BIELSCHOWSKY, 1988).

A tendência ao desemprego, embora anteriormente existente pela incapacidade de o setor exportador absorver a mão de obra disponível, persiste na industrialização incipiente, configurando aspecto estrutural. Na periferia, ao contrário do que ocorre no centro, o progresso técnico independe do capital e trabalho. Capital é escasso e a mão-de-obra abundante. O progresso técnico tende a criar desemprego, ao elevar a produtividade do trabalho no setor em que é implementado, porém geram emprego no setor de produção de bens de capital. Como a periferia não possui esse setor, estes empregos são gerados fora dos países, mantendo o desemprego interno (BIELSCHOWSKY, 1988).

A tendência a deterioração dos termos de troca é outro elemento que impõe problemas a expansão do processo de industrialização, segundo a Cepal de Prebisch. Como as economias periféricas se especializaram na exportação de bens primários, esse padrão produtivo tende a se perpetuar como necessário por mais tempo ainda, pois as exportações dependeriam da formação da capacidade de importação dos países periféricos (PEREIRA, 2011; CURADO, 2011). Porém, a abundância de mão-de-obra excedente e o baixo crescimento na demanda internacional para produtos primários, pressionam os salários e os preços dos produtos periféricos para baixo. Por um lado, impõe forte restrição de capacidade de consumo no mercado interno por causa dos salários baixos, e por outro a baixa capacidade de expansão das plantas produtivas industriais que dependem da importação de bens de capital produzidas pelos países centrais (BIELSCHOWSKY, 1988).

Dessa maneira, à medida que as relações comerciais entre as regiões ocorrem, existe uma tendência a uma elevação dos ganhos advindos do progresso técnico nos países centrais, enquanto os países periféricos saem em desvantagem, pois seus produtos primários tendem a ser menos valorados pela demanda dos primeiros. A implementação de novas técnicas que poupam insumos primários, o *gap* tecnológico, acentua as desigualdades entre dois polos em favor dos países centrais. Esse processo tem por efeito a ampliação do desequilíbrio externo nas economias periféricas (BIELSCHOWSKY, 1988; CURADO, 2011).

Entende-se que o desequilíbrio seria fruto, nessas circunstâncias, do crescimento das exportações, insuficiente para atender às necessidades de importação, tanto de bens de capital da incipiente e espontânea indústria, quanto daquela advinda do chamado “efeito demonstração”. Neste último, os ganhos dos setores primários são transferidos para os mercados centrais em forma de importação de bens de consumo modernos e de luxo. Por isso essa tendência de desequilíbrio externo é considerada pela perspectiva cepalina na América Latina, como sendo de caráter estrutural ou crônico (BIELSCHOWSKY, 1988; CURADO, 2011; PEREIRA, 2011).

A tendência a inflação também é vista por seu caráter estrutural, pois surge da mesma relação forjada na construção histórica das economias latino-americanas. Uma vez que o desequilíbrio externo pressiona os preços dos produtos no mercado interno, especialmente nos países altamente dependentes de suprimento de bens de consumo importados; essa tendência surge resultado da desvalorização cambial (PEREIRA, 2011). Nesse ponto a abordagem estruturalista das causas inflacionárias, bem como das políticas para seu enfrentamento, se configuravam em um contraponto à teoria e proposições ortodoxas (BIELSCHOWSKY, 1988).

Uma tese de grande importância na teoria cepalina sobre o processo de industrialização latino-americano é o da Substituição de Importações, que é resultado dos desequilíbrios externos que impõe restrições para a importação (IANNI, 1991; BRESSER PEREIRA, 1997). Ela teria ocorrido inicialmente com produtos não duráveis, em que a substituição de importação se dá com o emprego de pouco capital. Nessa concepção, a própria dinâmica de necessidade de importação de bens intermediários e de capital por parte da indústria substituidora da importação, ao agravar o desequilíbrio externo, estimularia a ampliação de processo de substituição de importação. Isso segundo a teoria, se perpetuaria até atingir os setores de bens duráveis, bens intermediários, chegando em estágio mais avançado de desenvolvimento ao setor de bens de capital. A capacidade apresentada por cada economia em adaptar suas estruturas produtivas definiria o grau de profundidade e rapidez em atingir o desenvolvimento<sup>8</sup> (BIELSCHOWSKY, 1988; PEREIRA, 2011).

---

<sup>8</sup> No Brasil, a economista Maria Conceição Tavares foi responsável por concentrar uma formulação sobre substituições de importações como sendo um processo dinâmico (BIELSCHOWSKY, 1988; PEREIRA, 2011).

A Cepal, e especialmente, Prebisch, atribuíam grande importância ao planejamento. A partir dos diagnósticos alcançados nos estudos sobre as economias periféricas da América Latina e as causas de seu subdesenvolvimento. Destacou-se a necessidade de planejamento engajado do Estado a fim de superar condições estruturais limitantes para o desenvolvimento. Defendia, então, a implementação de programas de desenvolvimento, a necessidade surgiria da escassez de poupança. O Estado assumia responsabilidade por ordenar uma seleção adequada dos setores a serem estimulados (BIELSCHOWSKY, 1988; CURADO, 2013).

Essa ideia do planejamento, juntamente com a do protecionismo, segundo Bielschowsky (1988), foi fortemente defendida por Prebisch e por conseguinte pela Cepal como um todo. O protecionismo era defendido, porque a indústria nascente era a mais apta para absorção de mão-de-obra excedente do que as atividades exportadoras, apesar da defasagem tecnológica e dos seus altos custos, pois o setor exportador apresentava vulnerabilidade em relação a queda dos termos de troca<sup>9</sup>.

#### 4.2 FURTADO E A CEPAL

Celso Furtado teve sua trajetória teórica e interesse pela economia marcada por experiências na Europa que passava por grandes transformações. Em 1945 foi a Itália como aspirante a oficial da Força Expedicionária. Em 1946 retornou à Europa com objetivo de cursar doutorado na faculdade de direito e ciências econômicas na Sorbonne em Paris (CASSOL e NIEDERLE, 2016).

Essas experiências na Europa permitiram que Furtado acompanhasse a implementação das concepções teóricas e políticas que efervesciam naquele contexto. Já é sabido que a crise de 1929 colocara sérias dúvidas sobre a capacidade do livre mercado de promover melhorias que se difundisse entre as atividades econômicas, tendo em vista o desenvolvimento, bem como de se autorregular (BIELSCHOWSKY, 1988; ESTEVA, 2000; DINIZ, 2009). Ao mesmo tempo o desmontamento do regime planificado soviético e as intervenções do Plano Marshall eram efeito e ao mesmo tempo propagadoras de uma concepção ideológica que

---

<sup>9</sup> A teoria cepalina exerceu forte influência no debate econômico brasileiro. Parte significativa dos teóricos econômicos brasileiros estiveram amplamente baseados nas considerações cepalinas, especialmente no que diz respeito a perspectiva do desenvolvimento, eram os chamados desenvolvimentistas (BIELSCHOWSKY, 1988).



legítima a intervenção estatal, embora o fizessem de maneiras diferentes (CASSOL e NIEDERLE, 2016).

Na concepção cepalina, a influência estatal deveria, mais que promover a elevação da demanda, realizar investimento direto em setores entendidos como estratégicos ao processo de desenvolvimento, mas que não interessasse ou não pudesse ser realizada pela iniciativa privada, uma vez constatada a baixa disponibilidade de poupança interna. O capital, portanto, poderia ser destinado preferencialmente para a produção de bens de consumo duráveis em que o setor apresenta maior progresso técnico (PEREIRA, 2011; CURADO, 2013).

Porém, na concepção de Furtado, o processo de industrialização reproduzia uma estrutura produtiva pouco diversificada, de maneira que acentuava a desigualdade. Portanto, o subdesenvolvimento e a dependência, pois a medida que a industrialização avançava, mais claro ficava o estrangulamento para a manutenção do crescimento. Acabou por produzir ainda mais concentração de renda e baixa utilização do excedente de mão-de-obra e/ou subemprego (BIELSCHOWSKY, 1988; CASSOL e NIEDERLE, 2016).

Assim, mesmo quando a indústria consegue alcançar aumento forte e prolongado da produtividade, ela não significou redução da heterogeneidade estrutural, ou propagação dos ganhos para o conjunto do sistema produtivo, o que representaria dinamizar a atividade produtiva. O que prevalece é a discrepância dos níveis tecnológicos nos diferentes segmentos, como se pertencessem a épocas distintas, o moderno e o arcaico coexistem (BIELSCHOWSKY, 1988, SZMRECSANYI, 2001; DINIZ, 2009).

Furtado, no que corresponde a construção da teoria do subdesenvolvimento, o faz em contraposição às concepções da chamada teoria da modernização, com destaque nas proposições de desenvolvimento em etapas, apresentados por Rostow. Entendia que o processo de desenvolvimento não estaria desvinculado das estruturas subdesenvolvidas. Então, passou a estudar as condições e causas do subdesenvolvimento na América Latina, em especial no Brasil, bem como a dinâmica que os mantém nessa posição. Nesse sentido, apresentou uma evolução na teoria cepalina (DINIZ, 2009; VIEIRA, 2009; CURADO, 2013).

Notadamente, as contribuições de Furtado para a formulação da teoria do subdesenvolvimento foram no sentido de destacar os fatores socioculturais dos países periféricos que acabam por dar sustentação a inserção dependente no comércio



internacional. Inseriu a análise na perspectiva histórica de longo prazo, além de considerar o componente das relações de poder na reprodução do subdesenvolvimento (SZMRECSANYI, 2001; CASSOL e NIEDERLE, 2016).

Furtado expõe que o subdesenvolvimento foi formado ao longo da trajetória histórica desigual entre os países. Da mesma forma, o desenvolvimento não envolveria por fases pelas quais países centrais necessariamente passaram, e sim um processo autônomo, condizente com as condições históricas e estruturais de cada país. Raciocínio válido para toda América Latina, em que pese semelhanças importantes nas trajetórias de cada nação, devido a colonização vivenciada por todos os que a compõem (SZMRECSANYI, 2001; CURADO, 2013; CASSOL e NIEDERLE, 2016).

Nos países periféricos, pouco industrializados, o progresso técnico não conduzia naturalmente à maior distribuição de renda e queda nas desigualdades. O subdesenvolvimento é estrutural, pois o padrão de consumo mais requintado ou modernizado, não resulta na adoção de métodos produtivos mais eficazes. Existe por assim dizer, uma restrição ao alcance daquela modernização experimentada nos países centrais (DINIZ, 2009; CURADO, 2011).

À medida que o processo produtivo se perpetua sem necessitar incluir cada vez mais indivíduos nesse processo, o próprio sistema acaba por reproduzir o subdesenvolvimento. Assim, o que é entendido como desenvolvimento, ou seja, modernização e industrialização, se aproveita do subdesenvolvimento estrutural. “O subdesenvolvimento é estruturalmente funcional para o próprio desenvolvimento” (CASSOL e NIEDERLE, 2016, p.34).

Para Furtado, no decorrer dos diversos ciclos econômicos, a formação produtiva brasileira angariou competitividade nos mercados internacionais. Todavia, continuava calcada em uma estrutura baseada na economia de subsistência, caracterizada em grande medida pela precariedade nas relações trabalhistas, escravagismo, concentração fundiária, concentração de renda e do poder, além do atraso tecnológico (DINIZ, 2009; CURADO, 2013). Assim, “constituiu-se no país um tipo de capitalismo que se reproduzia associado a relações sociais que não poderiam ser qualificados como tipicamente capitalistas” (CASSOL e NIEDERLE, 2016, p. 34).

Furtado (2013) em seu texto intitulado “O mito do desenvolvimento econômico”, atenta para a existência de uma dependência cultural, em que a elite nacional direciona o excedente para o consumo improdutivo. Esse componente

cultural dá o sentido para a manutenção das estruturas sociais que levam a reprodução do subdesenvolvimento. Existe, por assim dizer, uma construção de meios coletivos de usufruto dos benefícios do desenvolvimento, tal qual o padrão de consumo dos países ditos desenvolvidos. Porém, “temos assim a prova cabal de que o desenvolvimento econômico – a ideia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos – é simplesmente irrealizável” (FURTADO, 2013, p.174).

Depreende-se da fala de Furtado (2013) que os processos e valores culturais e sociais que impõem os países centrais como modelos a serem alcançados, serviu e serve para legitimar a destruição de modelos de produção de subsistência. Justificados pela substituição por modelos produtivos mais condizentes com a lógica social construída, terminam por reforçar o caráter predatório do próprio sistema produtivo, tanto para os países periféricos como para todo sistema ecológico. Para o autor, “o custo, em termos de depredação do mundo físico, deste estilo de vida é de tal forma elevado que toda a tentativa de o generalizar levaria inexoravelmente ao colapso de toda a civilização, pondo em risco a sobrevivência da espécie humana” (FURTADO, 2013, p.174).

#### 4.3 A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO POR CAIO PRADO JR.

Caio Prado Jr.<sup>10</sup> (1907-1990) foi economista, filósofo e historiador. Fundou a Editora Brasiliense em 1943; filiado ao Partido Comunista, foi entusiasta da Revolução Brasileira. Em 1945 foi Deputado Estadual pelo Partido Comunista Brasileiro. Caio Prado Jr. configura entre autores clássicos, como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, para a compreensão da história econômica e social brasileira, especialmente, pelo livro *Formação do Brasil Contemporâneo*. Nessa obra, busca compreender os motivos que impõem dificuldades para o Brasil superar limitações dos primórdios de sua estrutura social, passando do período colonial para o império

---

<sup>10</sup> Em 1954 dois livros de grande importância para o estudo da economia no Brasil, foram publicados: *O Economia Brasileira* de Celso Furtado e *o Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*, de Caio Prado Jr. Ambas convergiam na busca de respostas para o desenvolvimento econômico e exploravam os aspectos históricos como componente de imensa relevância para explicar a desigualdade econômica, política e social dos países. Trata-se de um momento em que havia uma busca por parte dos teóricos econômicos brasileiros, em contrapor e explicitar os limites dos pensamentos econômico liberal-neoclássico, ao mesmo tempo apresentar instrumentos teóricos e práticos para superar o denominado subdesenvolvimento (RICUPERO, 1998; CASTELO, 2012; PAULA, 2006)

(RICUPERO, 1998; CASTELO, 2012; COSTA, 2010; FERREIRA, 2016). A relevância desta obra é o esforço em trazer a colonização portuguesa no contexto de grandes transformações da Europa e a relação estabelecida pela empresa portuguesa na América (BRESSER PEREIRA, 1997; PAULA, 2006).

Foi autor de trabalhos significativos em diversos campos das ciências sociais, economia, geografia, história, política e também filosofia. Mais que um intelectual, foi bastante ativo na militância política à esquerda. Considerado como precursor do marxismo como metodologia - instrumento analítico no Brasil (BRESSER PEREIRA, 1997; RICUPERO, 1998; CASTELO, 2012; PAULA, 2006). O autor, para tanto, se utilizou de explicações econômicas e dialéticas, que se contrapunham às interpretações da época, que entendiam a história brasileira como um suceder de modos de produção traçadas em fases de desenvolvimento, tal qual as analisadas sobre a Europa.

Para Caio Prado Jr. (1997), essa interpretação induzia ao erro de considerar o Brasil colonial como uma etapa feudal que seria sucedida pelo capitalismo. Explicitava que no Brasil colonial já existia a exploração comercial, objetivando o lucro em moldes de capitalismo mercantil (COSTA, 2010; STRELOW, VARGAS e THEIS, 2015). Ao longo do trabalho desenvolvido por Caio Prado Jr. evidenciam-se as críticas que ele lançava sobre a concepção esquemática materialista, o automatismo na abordagem dos processos de desenvolvimento econômico. O que era considerado por ele o grande motivo da derrota das esquerdas. Um erro estratégico que fez as esquerdas se associarem a burguesia, ao tratar o desenvolvimento em etapas, ignorando a luta de classes que persistia desde o período colonial (RICUPERO, 1998; COSTA, 2010; STRELOW, VARGAS e THEIS, 2015).

Segundo Paula (2006, p. 5), a teoria de Caio Prado Jr., se destaca no contexto em que as contribuições para uma teoria do desenvolvimento se construía. Os motivos são:

[...] a) pela ampla mobilização de conhecimentos históricos que realiza; b) pela consistência e segurança da argumentação; c) pelas implicações políticas que decorrem de sua análise; d) pela compreensão de conjunto da realidade econômica brasileira.

Para Prado Jr., o problema do desenvolvimento não constituía na simples substituição de importações, nem na assimilação de técnicas modernas na produção. Ele enxergava que o problema estava em criar as condições para a difusão do progresso técnico, e mais ainda, submeter essa técnica a serviço de um objetivo

determinado (PAULA, 2006; STRELOW, VARGAS e THEIS, 2015). Nesse sentido, segundo Paula (2006), expõe crítica explícita às teses apresentadas pela Cepal. Isso não desabona as contribuições para o campo do desenvolvimento da América Latina feita pelos cepalinos. Mas significa “[...] a manifestação de uma apreensão da realidade econômica considerada como totalidade complexa e contraditória a partir de uma radicalidade analítica que, indo à raiz das questões, surpreendia seus nexos e determinações essenciais” (PAULA, 2006, p.5).

Uma particularidade desse pensador foi a adoção e a práxis da metodologia de viés marxista. O que não o impediu de reconhecer a validade das teses keynesianas. Desta forma, concordou com a influência considerada positiva das concepções econômicas brasileiras modificarem a atenção da produção para o consumo. O que era compreendido por Caio Prado Jr., como importante para aquele contexto brasileiro. Porém, não aderiu ao essencial do Keynesianismo, considerando que as medidas anticíclicas não tinham projeção para perdurar o tempo. Portanto, não trabalhava em profundidade as contradições do sistema capitalista. Somente reconhecia serem maiores do que julgavam os defensores do livre mercado (RICUPERO, 1998; PAULA, 2006; COSTA, 2010).

A debilidade do mercado interno, e, portanto, da base de acumulação interna de capital, explicam o capitalismo brasileiro ser denominado como dependente e colonial por Caio Prado Jr.. Compartilhava com Furtado a proposição de se dar maior relevância ao mercado interno no processo de desenvolvimento. Mas, em substituição à centralidade do mercado interno para o desenvolvimento, propunha a reforma agrária. Tema que só ganharia força no debate nacional em 1950 até 1964 (RICUPERO, 2000; PAULA, 2006).

Caio Prado Jr., não propõe a autossuficiência e ou isolamento comercial. Mas dá atenção às transações externas para que estas representassem, cada vez menor impacto sobre a economia brasileira (RICUPERO, 2000; PAULA, 2006). Era crítico da política de substituição de importação sustentada por protecionismo alfandegário e depreciação cambial. Isso desestimula a conquista e o alargamento dos mercados, levando as empresas a ficarem estagnadas (PAULA, 2006).

[...]saliente-se o quanto a posição de Caio Prado Júnior enquadra a questão do progresso tecnológico de um ponto de vista significativamente mais complexo e contemporâneo, na medida em que aponta para a centralidade da necessidade de se criar internamente ao país as condições para o desenvolvimento técnico e colocar este desenvolvimento como devendo

fazer parte de um objetivo pré-determinado, isto é, de um projeto global, um projeto de desenvolvimento nacional (PAULA, 2006, p. 8).

Embora de vertente comunista, Caio Prado Jr., não propunha o rompimento com o capitalismo e sim, que o desenvolvimento se daria dentro das próprias relações capitalistas, mas que para isso o país deveria estabelecer escolhas que criassem a oportunidade do desenvolvimento. Além disso, explicitava uma preocupação com o desperdício e evasão de divisas nas relações de comércio internacional privadas. Pois considerava os créditos exteriores, demasiadamente, escassos no Brasil (RICUPERO, 2000; PAULA, 2006).

Assim, em alguns aspectos concordava com os cepalinos, especialmente no que tange a importância dada ao componente da demanda, a centralidade no desenvolvimento do mercado interno, defesa do planejamento e intervenção estatal (RICUPERO, 2000). Mas distanciou-se dos cepalinos ao atribuir maior relevância ao monopólio do comércio exterior, e controle do câmbio, menor importância ao processo de substituição de importações. Além de considerar a reforma fundiária como um dos principais aspectos a serem trabalhados para o desenvolvimento adequado do mercado interno. Sendo que, deve-se fazer a ressalva de que com a urbanização, Caio Prado Jr., começou a dar maior importância e atenção a necessidade de empregos do que à reforma agrária (RICUPERO, 2000).

#### 4.4 TEORIAS DA DEPENDÊNCIA E DO DESENVOLVIMENTO

Para Koling (2007), a emancipação política dos países da América Latina não necessariamente resultou em uma emancipação econômica dos mesmos. O que significa reafirmar que não há uma autonomia por parte das economias destes países com relação aos seus colonizadores, pois “o modelo de desenvolvimento “para fora” alicerçou-se na base econômica e social colonial e manteve seu crescimento econômico dependente do comércio exterior” (KOLING, 2007, p. 144).

Em meados da década de 1960 haveria uma nova visão com relação à teoria da dependência, que trazia uma crítica mais refinada aos conceitos levantados nessa abordagem. Silva ([201?]) destaca que entre outros teóricos da “nova dependência” estão André Günter Frank, Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto, Theotônio dos Santos, Celso Furtado, Ruy Mauro Marini. Segundo Silva:

A maioria desses autores, em maior ou menor grau, segue a metodologia do materialismo histórico-dialético. Porém, podem ser identificadas diferenças importantes entre eles, como as referentes à relação dependência-desenvolvimento ou à importância atribuída aos fatores externos ou internos em uma situação de dependência específica. (SILVA, [201?], p. 2)

Para Cardoso e Faletto (2000), a dependência é uma forma de dominação social que orientam grupos considerados produtores e consumidores. Para o autor o funcionamento de uma economia dependente pode sofrer influências de economias desenvolvidas, afetando a produção e o consumo das economias dependentes.

A Teoria da dependência, numa síntese apertada, afirma que a unidade nacional ou regional somente pode ser entendida em conexão com sua inserção no sistema político-econômico mundial. Em outras palavras, a economia dos países periféricos está condicionada pelo desenvolvimento e expansão das economias dos países centrais. Também é fundamental ter em consideração o momento e a forma na qual se realiza a inserção no sistema capitalista global e as análises das características específicas internas das sociedades dependentes. (SILVA, [201?], p. 2)

Para Santos (2000, p. 24),

A teoria da dependência tentou ser uma síntese deste movimento intelectual e histórico. A crítica de Bagú, Vitale e Caio Prado Júnior ao conceito de feudalismo aplicado à América Latina, foi um dos pontos iniciais das batalhas conceituais que indicavam as profundas implicações teóricas do debate que se avizinhava. André Gunder Frank recolheu esta problemática para dar-lhe uma dimensão regional e internacional.

O uso dos termos economias periféricas e economias centrais, segundo Cardoso e Faletto (2000) é mais rico do ponto de vista social do que os usuais termos economias desenvolvidas ou subdesenvolvidas, pois pode-se supor que há uma desigualdade entre atores na estrutura produtiva mundial. Segundo Duarte, Graciolli (2007) e Vieira (2009), a teoria da dependência busca identificar a lógica da reprodução do capitalismo nas economias da periferia e a relação de dependência das dinâmicas econômicas das economias do centro.

Ao contrário do desenvolvimentismo, que identifica o subdesenvolvimento e o desenvolvimento como etapas de um processo evolutivo, a teoria da dependência identifica que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são “realidades que, ainda que estruturalmente vinculadas, são distintas e contrapostas” (DUARTE e GRACIOLLI, 2007, p. 3). Duarte e Graciolli (2007) descrevem dois modelos distintos da teoria da dependência, um chamado de capitalismo dependente-associado (Weberiano) e o outro baseado na ideia da superexploração da força de trabalho

(Marxista). O modelo weberiano tem como grandes autores Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto. Já a vertente marxista tem como teórico Ruy Mauro Marini.

Para Duarte e Graciolli (2007, p. 4), na teoria de base weberiana, defendida por Cardoso e Falleto, o desenvolvimento seria um processo social, em que determinadas classes e grupos de interesse se impunham sobre os demais, moldando as relações econômicas com base nesses interesses e dominações, logo o sistema econômico dependeria da “oposição, conciliação ou superação dos interesses de distintas classes”.

Ainda segundo Duarte e Graciolli (2007, p. 6), a teoria Marxista da dependência, estuda a relação do processo de formação da América Latina pela subordinação ao capitalismo. Observa-se uma relação desigual entre a América Latina e os países que detêm a hegemonia econômica “e uma perda de controle dos dependentes sobre seus recursos, o que leva à transferência de renda – tanto na forma de lucros como na forma de juros e dividendos – dos segundos para os primeiros.”

#### 4.5 O NOVO-DESENVOLVIMENTISMO

O novo desenvolvimentismo surge a partir do início dos anos 2000, diante da incapacidade observada, do Consenso de Washington<sup>11</sup> para promover o desenvolvimento econômico e a estabilidade. Desponta na América Latina como uma “macroeconomia estruturalista do desenvolvimento”, que diferentemente das primeiras correntes estruturalistas, não concentra a atenção na necessidade da industrialização, pois tem isso como pressuposto. A atenção maior é dada sobre os preços macroeconômicos, principalmente, câmbio e taxa de juros. Essa corrente apresenta estratégia de desenvolvimento alternativa ao antigo Nacional Desenvolvimentismo e ao Consenso de Washington (BRESSER-PEREIRA, 2012).

O novo desenvolvimentismo, segundo Bresser-Pereira (2010, p. 17), é

[...] um conjunto de valores, ideias, instituições e políticas econômicas através das quais, no início do século XXI, os países de renda média procuram

---

<sup>11</sup> “conjunto de trabalhos e resultados de reuniões de economistas do FMI, do Bird e do Tesouro dos Estados Unidos realizadas em Washington D.C. no início dos anos 90. Dessas reuniões surgiram recomendações dos países desenvolvidos para que os demais, especialmente aqueles em desenvolvimento, adotassem políticas de abertura de seus mercados e o ‘estado mínimo’ [...]” (SANDRONI, 1999, p. 123).



alcançar os países desenvolvidos. Não é uma teoria econômica, mas uma estratégia; é uma estratégia nacional de desenvolvimento, baseada principalmente na macroeconomia keynesiana e na teoria econômica do desenvolvimento.

Para Niederle et al. (2016), o novo desenvolvimentismo decreta a retomada do Estado na economia, porém sem replicar o velho modelo desenvolvimentista, em que o Estado figurava como centralizador. Nesta etapa, Estado e mercado não são antíteses, mas sim complementares para a dinâmica do desenvolvimento.

As altas taxas de crescimento de países asiáticos, como a China, a Índia e Indonésia, foram obtidas através de grandes intervenções Estatais na economia, gerando melhorias na qualidade de vida da população e progresso tecnológico. Esse crescimento, porém, leva em consideração a adoção de medidas protecionistas temporárias e estratégicas para preservar o desenvolvimento de suas economias (NIEDERLE et al., 2016). Assim, a:

[...] ideologia desenvolvimentista renasceu tendo que se situar em dois campos problemáticos: o incremento das políticas sociais – com a consequente elevação do gasto governamental que redundou em uma diminuição da desigualdade social – e o investimento em desenvolvimento tecnológico associado ao incentivo a empresários. Assim, parece não restarem dúvidas de que o desenvolvimentismo ingressa em uma nova fase, em que deixa de mobilizar de maneira anacrônica elementos ideológicos nacionalistas ou populares, mas se mantém aberto à economia global, e com grande expectativa quanto à capacidade dos atores da sociedade civil e das empresas para gerarem desenvolvimento de modo relativamente endógeno (NIEDERLE et al. 2016).

Há, ainda segundo Niederle et al. (2016), uma superação da ideia de um Estado forte em oposição ao livre mercado, através da construção de uma dinâmica que dê condições para o desenvolvimento dos mercados.

Bresser-Pereira (2016, p. 148) argumenta que algumas condições são necessárias para o papel do Estado novo desenvolvimentista, como:

- Ordem pública ou a garantia da propriedade e dos contratos;
- A educação pública;
- A promoção da ciência e tecnologia;
- Os investimentos na infraestrutura econômica;
- Uma taxa de câmbio para tornar competitivas as empresas que utilizam a melhor tecnologia disponível no mundo.

Para Sicsú, Paula e Michel (apud NIEDERLE et al., 2016, p. 84-85), o novo desenvolvimentismo pode ser caracterizado pelos itens contidos no Quadro 14:



QUADRO 14 - ASPECTOS DO NOVO DESENVOLVIMENTISMO

Não há mercado forte sem Estado forte
Não haverá crescimento sustentado [...] sem o fortalecimento do Estado e do mercado e sem implementação de políticas macroeconômicas adequadas
Mercado e Estados fortes somente serão construídos por um projeto nacional de desenvolvimento que compatibilize crescimento com equidade social;
não é possível reduzir a desigualdade sem crescimento econômico a taxas elevadas e continuadas.

Fonte: Sicsú, Paula e Michel (apud NIEDERLE et al., 2016, p. 84-85)

Sicsú, Paula e Michel (2007) argumentam que se trata de uma alternativa para atenuar os males do capitalismo, através de um mercado forte e um sistema financeiro que privilegie o financiamento da atividade produtiva. Isso só é possível com ação estatal inteligente, em que o papel do Estado seja complementar ao do mercado, passando por uma melhoria na gestão da coisa pública, aproximando as práticas gerenciais do Estado ao modelo privado, através de uma reforma na gestão pública.

Tal reforma requer não somente uma maior profissionalização da gestão pública como também um certo grau de descentralização do Estado, com a transferência de determinadas funções específicas do Estado a agências (semi)autônomas e a transferência de serviços sociais e científicos a organizações de serviço públicas, semi ou não-estatais (SICSÚ, PAULA, MICHEL, 2007, p. 513).

A visão do novo desenvolvimentista estimula a concorrência, pois traz consigo a ideia de que com a concorrência, as empresas, buscando maiores lucros, tendem a inovar, tornando o capitalismo mais dinâmico. O Estado tem o papel de regular as distorções causadas pelos excessos que podem resultar em um desequilíbrio demasiado das relações entre concorrentes (SICSÚ, PAULA, MICHEL, 2007).

No entanto, a visão novo desenvolvimentista não é, como seu antecessor, o desenvolvimentismo, essencialmente protecionista, pois “tem um foco menos evidente nas políticas de proteção à indústria nascente, uma vez que, nos países em desenvolvimento, o setor industrial já estaria consolidado” (NIEDERLE et al., 2016, p. 86).

O estímulo ao crescimento da poupança externa e às atividades exportadoras, essencialmente de origem neoliberal, não é um problema para o novo desenvolvimentismo. Deve-se levar em conta, porém, a condição essencial de que o

mercado interno seja mantido forte, para que este possa sobreviver em cenários de alta volatilidade do comércio internacional. Entende-se ainda que as políticas cambiais devam se manter competitivas, favorecendo a grande empresa nacional. Outro fator a se levar em conta é o risco de “primarização da economia (ou, ao menos, da pauta de exportação) quando esta se volta para um modelo centrado em poucas *commodities* agrícolas” (NIEDERLE et al., 2016, p. 86).

O resultado de uma regulação concorrencial Estatal no mercado, com base no novo desenvolvimentismo, segundo Sicsú, Paula e Michel (2007), é um mercado em que os pequenos podem participar da economia, sem que sejam eliminados pelos grandes, diminuindo o desemprego e melhorando a distribuição de renda. Caso o Estado não faça essa regulação, o destino dos pequenos e médios é a eliminação, acarretando falências e desemprego, além da diminuição do número de concorrentes aos níveis de oligopólio, ou mesmo monopólio e, por fim, diminuindo a qualidade dos produtos ofertados e o aumento de preços devido às condições de baixa ou nenhuma concorrência.

Para Niederle et al. (2016, p. 87)

[...] mais importante do que uma política industrial forte, é uma política macroeconômica consistente, baseada em equilíbrio fiscal, taxas de juros moderadas e taxas de câmbio competitivas. É mister que o Estado apoie setores industriais e agrícolas de modo estratégico, mas não permanente. Impõe-se, de certo modo, a defesa de um protecionismo seletivo e temporário, diferentemente do que ocorreu no período do nacional-desenvolvimentismo, quando o protecionismo generalizado contribuiu para incutir no empresariado industrial brasileiro uma mentalidade conservadora no que diz respeito ao investimento em inovação. A preocupação estatal deve estar voltada para a criação de condições que permitam às empresas adquirirem competitividade, desonerando o Estado de pesados investimentos que acarretem déficit fiscal.

Além de conferir um lugar de destaque aos mercados, ciente de suas limitações, o novo desenvolvimentismo defende os investimentos temporários em programas sociais universais, que vão sendo substituídos à medida que o desenvolvimento dê aos indivíduos autonomia no mercado (NIEDERLE et al., 2016).

O Estado deve ter a capacidade de implementar políticas defensivas ou expansionistas, dependendo do contexto econômico.

Políticas de caráter defensivo são, por exemplo, aquelas que reduzem a sensibilidade do país a crises cambiais; e, políticas expansionistas referem-se àquelas medidas de promoção do pleno emprego, sobretudo em contextos recessivos (SICSÚ, PAULA, MICHEL, 2007, p. 513).

Para Mattei (2013, p. 45)

Um Estado forte pressupõe a adoção de um conjunto de políticas (industrial, tecnológica, reforma agrária, crédito, emprego etc.), além de um sistema de proteção social capaz de diminuir as distâncias entre o povo e as elites, ao mesmo tempo em que sejam criadas as condições para que os mercados funcionem.

Nessa perspectiva, o equilíbrio fiscal é importante, pois este é estratégico para o interesse coletivo, não em nome da ortodoxia. O Estado precisa ser “forte, sólido e grande; e, por essa mesma razão, suas finanças precisam estar equilibradas.” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 24). Sicsú, Paula e Michel (2007) afirmam que o Estado deve ter como política de combate às desigualdades, um sistema tributário progressivo, que possa diminuir a distância entre os mais ricos e mais pobres.

#### 4.6 SÍNTESE DOS CONCEITOS E PRINCIPAIS AUTORES NA PERSPECTIVA LATINO AMERICANA DO DESENVOLVIMENTO

O Quadro 15 demonstra de forma sucinta, um compilado das concepções teóricas de cada autor de relevância apresentados neste capítulo. Também, apresenta-se neste quadro as abordagens do desenvolvimento.

QUADRO 15 – PRINCIPAIS AUTORES E CONCEITOS NAS ABORDAGENS DO DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA

(continua)

AUTORES	CONCEPÇÃO TEÓRICA	CONCEITOS CENTRAIS	ABORDAGEM DE DESENVOLVIMENTO
Prebisch e a Cepal	Superação do desenvolvimento: o conceito de “centro-periferia” é fundamental na teoria cepalina e considera que a divisão internacional do trabalho, exerceu efeitos diferentes entre as duas regiões quanto a difusão do progresso técnico, desde os primeiros estágios do capitalismo. O que acabou impondo diferenças crescentes nos estágios de desenvolvimento apresentados por elas.	Centro-periferia; Deterioração dos termos de troca; Tendência inflacionária estrutural; Planejamento e protecionismo; Tendências ao desemprego; Tendências aos desequilíbrios externos; Substituição de importações	Estruturalista desenvolvimentista

QUADRO 15 – PRINCIPAIS AUTORES E CONCEITOS NAS ABORDAGENS DO DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA

(conclusão)

AUTORES	CONCEPÇÃO TEÓRICA	CONCEITOS CENTRAIS	ABORDAGEM DE DESENVOLVIMENTO
Furtado	o subdesenvolvimento foi formado ao longo da trajetória histórica desigual entre os países. Da mesma forma, o desenvolvimento não envolveria por fases pelas quais países centrais necessariamente passaram, e sim um processo autônomo, condizente com as condições históricas e estruturais de cada país. Raciocínio válido para toda América Latina, em que pese semelhanças importantes nas trajetórias de cada nação, devido a colonização vivenciada por todos os que a compõem	Choques adversos	Histórico estruturalista desenvolvimentista
Prado Jr.	O autor utilizou de explicações econômicas e dialéticas, que se contrapunham às interpretações da época, que entendiam a história brasileira como um suceder de modos de produção traçadas em fases de desenvolvimento, tal qual as analisadas sobre a Europa. Para Caio Prado Jr. essa interpretação induzia ao erro de considerar o Brasil colonial como uma etapa feudal que seria sucedida pelo capitalismo. Explicitava que no Brasil colonial já existia a exploração comercial, objetivando o lucro em moldes de capitalismo mercantil.	Capitalismo mercantil	Econômica dialética
Cardoso e Faletto	, A teoria da dependência identifica que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são “realidades que, ainda que estruturalmente vinculadas, são distintas e contrapostas” (DUARTE e GRACIOLLI, 2007, p. 3). “[...], a economia dos países periféricos está condicionada pelo desenvolvimento e expansão das economias dos países centrais. Também é fundamental ter em consideração o momento e a forma na qual se realiza a inserção no sistema capitalista global e as análises das características específica internas das sociedades dependentes.” (SILVA, [201?], p. 2).	Dependência	Dependentista  Materialismo histórico dialético.
Bresser-Pereira	Novo desenvolvimentismo: “Não é uma teoria econômica, mas uma estratégia; é uma estratégia nacional de desenvolvimento, baseada principalmente na macroeconomia keynesiana e na teoria econômica do desenvolvimento.” (BRESEER-PEREIRA, 2010, p. 17)	Preços macroeconômicos	Macroeconômica estruturalista do desenvolvimento

FONTE: A autora (2019).

As discussões sobre o desenvolvimento receberam maior atenção no pós-guerra, quando houve uma profusão de planos de desenvolvimento setorializados. Essa perspectiva de desenvolvimento surgiu em resposta ao evidenciar das desigualdades regionais deflagradas pela crise de 1929. As exposições encontradas neste capítulo, buscam demonstrar como a América Latina se inseriu teoricamente nesse contexto de arrefecimento da doutrina do livre-comércio e difusão do Keynesianismo no mundo. Constatase a preocupação principal dos teóricos, aqui apresentados, em explicar as origens do chamado subdesenvolvimento, bem como o caminho para superá-lo. Tanto a concepção teórica latino-americana centrada na figura de Raul Prebisch da Cepal, quanto as concepções teóricas dos autores brasileiros, observa-se uma preponderância da análise espacialmente e historicamente situadas, ao introduzir atenção ao processo de colonização e as heranças deste processo sobre as economias dos países latino-americanos.

Percebe-se que as concepções teóricas dos autores apresentados neste capítulo, assim como Hirschman, também rejeitavam os receituários ou etapas de desenvolvimento que tinham os países centrais, ditos desenvolvidos, como referência, pois entendeu-se que o processo de colonização imputou restrições e problemas estruturais, muito próprios das regiões colonizadas que compartilham aspecto histórico em comum. Portanto, modelos econômicos de desenvolvimento de países centrais, não podem ser transportados automaticamente às realidades latino-americanas e/ou brasileira.

A dualidade centro periferia marcam as perspectivas teóricas, especialmente as Cepalinas. Essa relação reitera o caráter histórico espacial da compreensão acerca do desenvolvimento apresentados por esses autores, o hemisfério sul subdesenvolvido versus o hemisfério norte desenvolvido, também é interpretação dessa dualidade espacial do desenvolvimento.

## **5 ABORDAGENS TERRITORIAIS DA CONSTRUÇÃO TEÓRICA DO DESENVOLVIMENTO**

Neste capítulo são apresentadas as perspectivas do desenvolvimento com abordagem territorial. Essa exposição possibilita visualizar desde o enfoque da economia regional e urbana, até a agregação de outros processos sociais articulados, considerando dinâmicas endógenas aos territórios. Inicialmente apresenta-se, neste capítulo, a compreensão teórica de desenvolvimento de François Perroux, a partir de seu estudo sobre a inter-relação industrial nos chamados Polos de Crescimento. Em seguida, a gênese da discussão sobre desenvolvimento sustentável no mundo, trata-se de um esforço de contextualização global da mudança de enfoque do conceito de desenvolvimento, com destaque para a contribuição de Ignacy Sachs. A terceira seção conta com uma discussão sobre o desenvolvimento territorial.

### **5.1 TEORIA DOS POLOS DE DESENVOLVIMENTO DE PERROUX**

François Perroux foi um economista francês, nascido em 19 de dezembro de 1903, foi professor do Collège de France, lecionou na Universidade de Lyon e na Universidade de Paris. Ao estudar sobre a concentração industrial no entorno de Paris e no Vale do Ruhr na Alemanha, construiu a teoria dos Polos de Crescimento em 1955. Faleceu em 2 de julho de 1987(VIANNA, 2012).

Percebe-se grande influência do Pensamento Schumpeteriano na construção do conceito de indústria motriz, tratam-se de indústrias que se destacam frente a outras, alcançando mais rapidamente formatos típicos da grande indústria moderna, tais como “a separação dos fatores individuais de produção entre si; a concentração do capital sob um poder único; a divisão técnica do trabalho e a mecanização.” (PERROUX, 1975, p. 8).

Perroux desenvolveu a teoria dos polos de crescimento, a partir daquilo que ele chamou de indústrias motrizes, que possuem capacidades para aumentar as vendas e as compras de serviços de outras indústrias as chamadas movidas ou afetadas, que tem suas vendas aumentadas em decorrência do consumo das indústrias motrizes (FRIEDMANN, 1975). Ela se beneficia de crescimento maiores que a média das indústrias durante um período. Essa aceleração de crescimento do

produto da indústria se eleva até um determinado limite, depois passa a declinar (PERROUX, 1975).

No polo de crescimento o lucro de uma empresa ocorre não só em função de fatores internos, como a produção e gastos, mas também em função da produção e dos gastos de outras empresas. Desta maneira, a inter-relação das empresas não se dá somente via preços, mas também estão interligadas pela técnica utilizada por cada empresa e pelas mudanças inseridas por essas técnicas, o que configura a definição de economias externas. Assim, os benefícios de cada empresa são determinados por suas decisões considerando a produção e gastos das outras empresas (PERROUX, 1975).

Dentro da perspectiva do agrupamento de indústrias, Perroux desenvolve o conceito de indústria-chave, que pode ser entendida como aquela que ao aumentar sua produção e seus gastos, desencadeia aumento da produção e gastos de outra indústria ou outras indústrias (PERROUX, 1975).

Em toda a estrutura duma economia articulada existem indústrias que se constituem em lugares privilegiados de aplicação das forças ou dinâmicas do crescimento. Quando estas forças provocam um aumento da produção duma indústria-chave, dão origem a uma expansão poderosa e do crescimento dum sistema maior (PERROUX, 1975 p. 16).

Perroux (1975) ressalta que o crescimento não é homogêneo, mas sim em polos de crescimento ou pontos, expandindo de forma variável por diversos canais. Segundo Cavalcante (2008), a indústria motriz exerce uma influência não só em seu próprio crescimento, mas também no crescimento das indústrias movidas. “A aparição de uma ou de várias indústrias varia a atmosfera dum período e cria um clima que conduz ao crescimento e ao progresso” (PERROUX, 1975, p. 12)

A inovação introduz variantes diferenciados e suplementares no horizonte econômico e nos planos de agentes e de grupos de agentes dinâmicos: tem um efeito estabilizador. A inovação, bem realizada por determinados agentes, serve como valioso exemplo para outros e dá origem a imitações que, por sua vez, são criativas. Finalmente, a inovação realizada com êxito, ao patentear a desigualdade entre os agentes que a aplicam e os que permanecem estáticos excita nestes um desejo de sucesso e poder semelhantes (PERROUX, 1975, p. 12).

A diferença entre as percepções de Schumpeter e Perroux sobre o desenvolvimento pela inovação é que o segundo não centra no papel do grande empresário ou empresário inovador como faz o primeiro. Ele atenta para a importância



do poder público e das empresas estranhas no processo de desenvolvimento. Outro aspecto que os diferencia, é que enquanto Schumpeter concebe um “sistema de total, ou quase total competição”; Perroux verifica as diversas formas de competição monopolísticas, abrindo-se para o conceito de agrupamento de indústrias (PERROUX, 1975, p. 14).

Segundo Perroux (1975, p. 18), “num polo industrial complexo, que está geograficamente aglomerado e circunscrito a um período de crescimento, podem notar-se os efeitos de uma intensificação das atividades econômicas, devido à proximidade e aos contatos humanos.” O autor vai mais longe ao afirmar que um polo industrial complexo pode alterar toda a configuração da economia tanto regional como nacional, pois pode desencadear um aumento na atividade econômica desses polos.

O polo industrial complexo, geograficamente aglomerado, modifica não só o seu ambiente geográfico imediato, mas também – se é suficientemente poderoso – modifica toda a estrutura da economia do país em que atua. Como centro da acumulação e aglomeração de recursos humanos e de capital fixo e definido, dá origem a outros centros de acumulação e aglomeração de meios humanos e capital fixo e definido. Quando dois destes centros entram em comunicação, por meio do intercâmbio material e intelectual, notam-se amplas mudanças no horizonte econômico e nos planos dos produtos e dos consumidores (PERROUX, 1975, p.19).

O modelo de Perroux leva em consideração a ideia de poder, as decisões em nível de Estado. Essa concepção é pertencente ao pensamento do desenvolvimento descendente, em que o Estado é o organizador e a grande indústria o investidor (CARRIÈRE e CAZELLA, 2006).

Para Cavalcante (2008), houve uma adesão considerável de países que utilizaram o modelo de polos de desenvolvimento para o planejamento de suas economias, dentre elas o Brasil. Todavia, as críticas ao modelo de Perroux se iniciaram já nos anos 1970, pois as indústrias motrizes instaladas não deram conta de desenvolver suas regiões, pois não foram capazes de “difundir inovações tecnológicas para as indústrias movidas, tendo sido gerada, em contrapartida, uma maior concentração regional das atividades econômicas nos países que a adotaram” (CAVALCANTE, 2008, p. 20).

Experiências baseadas nas ideias de Perroux acabaram por fracassar, pois não dispunham de todos os elementos para terem êxito. Na América Latina buscou-se aliar a teoria às políticas de Substituição de Importação, privilegiando a indústria



pesada, mas sem diversificar outros setores de atividades (CARRIÈRE e CAZELLA, 2006).

Conexas a essas críticas, diversas contribuições teóricas sobre desenvolvimento territorial surgiram a partir de 1980 fruto de grandes transformações socioeconômicas, políticas e ambientais advindas das crises econômicas dos anos de 1970, como a crise do petróleo derivada guerra entre Israel e os países Árabes, a chamada Guerra de Yom Kippur ou Guerra de Outubro (CARRIÈRE e CAZELLA, 2006). Desde então, novos critérios passaram a ser considerados para definir desenvolvimento, como sustentabilidade ambiental e qualidade de vida. Impulsionou-se que fosse superada a noção de desenvolvimento unicamente vinculada ao crescimento econômico (SHNEIDER, 2004). Essa nova abordagem, segundo Carrière e Cazella (2006), tem duas vertentes, uma socioambiental e a outra socioeconômica que se desenvolveu no Brasil a partir da redemocratização.

## 5.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA CONSTRUÇÃO MULTILATERAL

A noção de desenvolvimento sustentável, no fim da década de 1980, começou a configurar as discussões em busca de uma revisão das concepções sobre desenvolvimento no mundo. Seu surgimento visava aproximar as relações econômicas e a temática ambiental (MONTIBELLER FILHO, 1993). Deve-se, no entanto, observar que essa noção já vinha sendo construída previamente desde a institucionalização do debate ambiental no mundo, principalmente a partir das conferências sobre meio ambiente, realizadas pela ONU (VARGAS, ARANDA e RADOMSKY, 2016).

Para entender a emergência da noção de desenvolvimento sustentável no mundo, inicia-se a contextualização no pós-Segunda Guerra mundial, quando os países europeus impulsionados pelo Plano Marshall, e comandada pelos Estados Unidos, experimentaram um ciclo de crescimento e expansão econômica acelerada. Processo depois também acompanhado pelo Japão até meados de 1970, com a crise do petróleo (TONNEAU e VIEIRA, 2006; VIEIRA, 2009). Paralelamente, King Hubbert havia alertado em 1956 que a produção de petróleo dos Estados Unidos estaria próxima de encontrar seu pico, produção essa, que depois passaria por longo período de declínio e o mesmo ocorreria para as reservas de petróleo no mundo (ROSA E GOMES, 2004). Nesse contexto, emerge uma preocupação com a sustentação dos

resultados econômicos positivos – crescimento econômico – frente à escassez dos recursos naturais (TONNEAU e VIEIRA, 2006; VIEIRA, 2009). Alguns eventos internacionais, com destaque para as conferências da ONU, fomentaram o debate internacional sobre as consequências da ação humana sobre o ambiente e tiveram grande relevância para a construção da noção de sustentabilidade no mundo (MONTIBELLER FILHO, 1993; VIEIRA, 2009).

Inicialmente, o Clube de Roma, apresentou em 1972 em Estocolmo na Suécia, um estudo intitulado “Limites do crescimento”, no qual propõe-se uma visão holística e sistêmica do meio ambiente e as interações humanas sobre o planeta (MONTIBELLER FILHO, 1993; VIEIRA, 2009). Também conhecido como Relatório de *Meadows*, esse documento indica que o meio ambiente e desenvolvimento são faces da mesma moeda. Portanto, não podem ser dissociados (TONNEAU e VIEIRA, 2006).

A dinâmica de exploração dos ecossistemas mundiais, nos moldes apresentados até então, tornaria o círculo de degradação ambiental cada vez maior. Isso porque um número crescente de indivíduos consome cada vez mais recursos que são limitados, o que levaria ao fim do sistema como um todo. Essa dinâmica foi estudada a partir de cinco parâmetros: População, alimentos, industrialização, contaminação e recursos naturais não renováveis (AMARO, 2014; VARGAS, ARANDA e RADOMSKY, 2016). Nesse sentido, trata-se de um estudo que abre a discussão e se relaciona a outras questões, como da capacidade de carga do globo e atenta para a durabilidade ou sustentabilidade do sistema mundial (MONTIBELLER FILHO, 1993).

No mesmo ano houve, também em Estocolmo, o evento da ONU (Organização das Nações Unidas), Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, ou simplesmente, Conferência de Estocolmo, na qual foram debatidos temas como: crescimento econômico, desenvolvimento e proteção ambiental em âmbito global. O objetivo era discutir modelos de interação coletiva que permitissem a coexistência das civilizações em “Uma só Terra”, lema do evento (VARGAS, ARANDA e RADOMSKY, 2016). Nesta ocasião, os países industrializados presentes apresentaram preocupação com a necessidade de controlar a degradação ambiental e os aspectos negativos da industrialização. No entanto, países periféricos, dentre eles o Brasil, exibiram preocupação com os efeitos, que a limitação ao crescimento econômico, poderiam representar sobre as suas possibilidades de alcance do chamado desenvolvimento (MOREIRA, 2011).

Como resultado da Conferência de Estocolmo foi instituído um órgão específico para cuidar das questões ambientais no âmbito da ONU. O PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) com sede em Nairóbi, Quênia, foi liderado por Maurice Strong, que em meio a esse processo apresentou o conceito de ecodesenvolvimento, “[...] definindo-o como uma estratégia de desenvolvimento que rejeita um crescimento econômico que implique em degradação ambiental.” (VARGAS, ARANDA e RADOMSKY, 2016, p. 101). Representa, por assim dizer, uma alternativa paradigmática para a dicotomia economia-ecologia. Essa noção de ecodesenvolvimento foi sendo substituída aos poucos pela noção de desenvolvimento sustentável (MONTIBELLER FILHO, 1993).

Para Veiga (2012, p. 10)

Apesar de ter emergido ao final dos anos 1970, a expressão “desenvolvimento sustentável” só começou mesmo a se legitimar a partir de abril de 1987, com a publicação do relatório “Nosso Futuro Comum”. E só foi realmente consagrada cinco anos depois, na Rio-92. Todavia, é muito relevante ter em conta que, mesmo sem o rótulo, foi exatamente a tensão que ele evoca entre meio ambiente e desenvolvimento que já havia polarizado a Conferência de Estocolmo de 1972.

O relatório de *Brundtland*, também conhecido como, “Nosso Futuro Comum”, foi um documento realizado em 1987, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU e trouxe aprofundamentos à perspectiva que vinha sendo desenhada para o desenvolvimento. Fruto de cinco anos de estudo, o relatório apresentou muitas propostas, e contribuiu para fazer circular a noção de desenvolvimento sustentável. Toma-se como premissa o fato de que algumas formas de desenvolvimento e produção ao degradarem o meio ambiente, prejudicariam o próprio processo de desenvolvimento futuro. Considerando diferentes âmbitos, como população, biodiversidade, contaminação, segurança alimentar, o relatório explicita a possibilidade de crises de esgotamento, se não for administrado um modelo de desenvolvimento sustentado (VIEIRA, 2006, 2009; MOREIRA, 2011; AMARO, 2014).

Sustainable development is development that meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs. It contains within it two key concepts:  
-the concept of "needs", in particular the essential needs of the world's poor, to which overriding priority should be given: and

- the idea of limitations imposed by the state of technology and social organization on the environment's ability to meet present and future needs<sup>12</sup> (ONU, 1987, p 54).

O relatório apresenta propostas bastante radicais, particularmente o crescimento zero para a economia. A noção de desenvolvimento sustentável recebeu muitas críticas, porque, apesar das proposições ousadas, não chega a tocar em assuntos sensíveis como a exploração de um grupo social por outro grupo e acaba compatibilizando interesses, que por si só são conflitantes, como as relações baseadas na lógica de mercado, lucro empresarial, preservação da natureza e justiça social (VARGAS, ARANDA e RADOMSKY, 2016).

No início dos anos 1990, A Rio-92, Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), adicionou novos elementos às discussões globais acerca da conciliação entre desenvolvimento e sustentabilidade. Essa conferência também recebeu outros nomes como, ECO-Rio, Cúpula da Terra, Cimeira do Verão, Conferência do Rio de Janeiro, tendo sido realizada na cidade do Rio de Janeiro em 1992 e considerada a conferência de maior importância até então, dentre aquelas realizadas pela ONU (BORN, 2006; VIEIRA, 2009; MOREIRA, 2011; VARGAS, ARANDA e RADOMSKY, 2016). O que expressa a relevância que a temática ambiental ganhou frente aos debates políticos, econômicos e ideológicos acerca do desenvolvimento.

A conferência resultou em um plano de ação chamado Agenda 21, em que foram envolvidos governos, empresas e organizações sociais, para tratar de forma eficiente das questões ambientais, orientados por dois pressupostos:

(a) os problemas ambientais internacionais, tais como a mudança climática e a perda de biodiversidade, seriam "anomalias" das relações entre política, ciência e a capacidade de lidar com os problemas ecológicos; e (b) os países do Norte e os do Sul têm interesse comum em assegurar um desenvolvimento econômico que não seja prejudicial ao meio ambiente (VARGAS, ARANDA e RADOMSKY, 2016, p. 103).

---

<sup>12</sup> O desenvolvimento sustentável é um desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas próprias necessidades. contém dentro de dois conceitos-chave:

- o conceito de "necessidades", em particular as necessidades essenciais dos pobres do mundo, às quais deve ser dada prioridade absoluta: e
- a idéia de limitações impostas pelo estado da tecnologia e organização social sobre a capacidade do ambiente de atender às necessidades presentes e futuras (ONU, 1987, p. 54)(tradução).

O conceito de desenvolvimento sustentável foi apontado na Agenda 21 como um processo permanente que envolve as dimensões ambiental, econômica, social, cultural e ética (BORN, 2006). Portanto, inacabado, dando impressão que seus princípios e premissas seriam experimentais (VARGAS, ARANDA e RADOMSKY, 2016).

Uma década depois, a Rio + 10 realizada em Johannesburgo África do Sul, em 2002, foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento em que se reavaliou e verificou os compromissos firmados na Rio-92. Houve maior enfoque sobre as questões de pobreza e aspectos sociais da noção de sustentabilidade. O evento teve que disputar atenção mundial com a tragédia do ataque de 11 de setembro às torres do World Trade Center nos Estados Unidos da América, o que reduziu sua potencialidade, resultando em uma declaração final considerada frágil, com compromissos vagos (VARGAS, ARANDA e RADOMSKY, 2016).

Segundo Montibeller Filho (1993), o conceito de desenvolvimento sustentável, adveio da insatisfação de parte da comunidade científica, em especial das áreas do conhecimento sociais e humanas, com os rumos da progressiva deterioração dos meios de sobrevivência humana no planeta. Questiona os efeitos do antropocentrismo que orienta as escolhas políticas e as escolhas econômicas, pois a sobreposição do aspecto econômico e antropocêntrico [...]

[...] faz com que a natureza seja encarada como simples meio de produção, gerador de riqueza para o Homem. Sua utilização – em forma e intensidade – fica subordinada aos interesses econômicos. E a ciência econômica fundamentando-se no cálculo econômico, isto é, nos valores de troca, esquece os valores de uso (MONTIBELLER FILHO, 1993, p. 131-132).

Essa mudança se dá em dois enfoques distintos das discussões. Por um lado, a percepção de urgência em reconduzir ou até mesmo reduzir, o crescimento econômico pautado na exploração de matérias primas naturais não renováveis. Por outro lado, a constatação da “importância de conceder ao ambiente o estatuto de domínio em si mesmo, que precisa ser pensado enquanto esfera substancialmente distinta - mas não isolada - dos demais domínios: o econômico, o jurídico, o político, o social, etc.” (VARGAS, ARANDA, RADOMSKY, 2016, p. 104).

Para Veiga (2017) o uso do termo “sustentabilidade” se tornou tão banal a ponto de servir de estratégia de propaganda para empresas.

A expressão “desenvolvimento sustentável” parece até ter virado moda de tanto que está sendo usada como se pudesse ser a salvação para todos os males. Está presente em todos os lugares: nos discursos políticos, nos programas de governo, nos projetos sociais de empresas e até na fachada das escolas. Por isso mesmo é que temos que entender melhor o seu significado, para que não parece ou resulte em uma expressão vazia (VEIGA & ZATS, 2008, p. 35).

O substantivo sustentabilidade passou de mero coadjuvante para trunfo a ser louvado, tornando-se “definitivo”, ou seja, isento de contestações, mesmo que à este muitas contestações caibam, ou seja, por ser um caso difícil de se conceituar, sobram definições (VEIGA, 2017; VEIGA, 1991).

Veiga (2017, p. 238) é enfático ao afirmar que “sustentabilidade não é um conceito, mas sim um valor”, uma vez que

[...] a sustentabilidade é algo muito mais abrangente, pois, além deles, também envolve fenômenos erosivos ou cumulativos, como são os casos da perda de biodiversidade, ou da overdose de gases de efeito estufa na atmosfera. Ambos aumentam a frequência de eventos extremos, mas a sustentabilidade não se limita a reações a choques deles decorrentes (VEIGA, 2017, p. 239).

Assim, a noção de sustentabilidade é incompatível com prognósticos de que o desastre está por vir, nem seria levantar dúvidas sobre o progresso da sociedade, mas sim levar em consideração que em seu cerne está uma “visão de mundo dinâmica, na qual transformação e adaptação são inevitáveis, mas dependem de elevada consciência, sóbria prudência e muita responsabilidade diante dos riscos e, principalmente, das incertezas” (VEIGA, 2017, 241)

### 5.2.1 O Desenvolvimento Sustentável na ótica de Ignacy Sachs

Dentro do pensamento sobre desenvolvimento sustentável<sup>13</sup>, Ignacy Sachs é autor de destaque. Eco-sócio-economista, nascido em Varsóvia, Polônia, em 1927 e

---

<sup>13</sup> Existe entre o conceito de ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável disparidades, principalmente no campo político acerca da qualidade do meio ambiente e das diferenças sociais como elementos fundamentais a levar em consideração, e no campo das técnicas de produção acerca do “progresso técnico e o seu papel em relação a pressão sobre os recursos naturais.” mas há também convergências entre os conceitos, por isso “O próprio Ignacy Sachs, grande divulgador, conforme mencionado anteriormente, do termo Ecodesenvolvimento e a quem logo o conceito é associado, em sua mais recente obra publicada no Brasil (1993) passa a usar indiferentemente os dois termos em questão. Ele deixa explícito na discussão que faz sobre o Marco Conceitual (p. 19-24), que mesmo concordando com as críticas ao conceito de Desenvolvimento Sustentável do Relatório Brundtland, considera que os pontos em comum entre este e o Ecodesenvolvimento são suficientes para poder adotá-los como sinônimos.” (Montibeller Filho, 1993 p. 137-138).

naturalizado francês (WOLFFENBÜTTEL, 2007). Ele trabalha no campo do ecodesenvolvimento, que considera a conciliação do desenvolvimento e conservação ambiental. Por essa razão, as suas contribuições foram de grande relevância para a institucionalização do conceito de desenvolvimento sustentável. Cinco são as dimensões da sustentabilidade apresentadas por Sachs: a econômica; a dimensão cultural de pertencimento local; a dimensão ambiental para preservação; o social distributivo e a dimensão das especialidades do local, conforme explicitado no Quadro 16 (VIEIRA, 2006, 2013; OLIVEIRA e MONTEIRO, 2015; VARGAS, ARANDA, RADOMSKY, 2016).

QUADRO 16 - COMPONENTES E OBJETIVOS DE CADA UM DOS CINCO PILARES DO ECODESENVOLVIMENTO

DIMENSÃO	COMPONENTES PRINCIPAIS	OBJETIVOS
sustentabilidade social	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Criação de postos de trabalho que permitam renda individual adequada e melhor condição de vida e a melhor qualificação profissional.</li> <li>-Produção de bens dirigida prioritariamente às necessidades básicas sociais.</li> </ul>	Redução das desigualdades sociais.
sustentabilidade econômica	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Fluxo permanente de investimentos públicos e privados (estes últimos com especial destaque para o cooperativismo).</li> <li>- Manejo eficiente dos recursos.</li> <li>- Absorção pela empresa dos custos ambientais.</li> <li>- Endogeneização: contar com suas próprias forças.</li> </ul>	Aumento da produção e da riqueza social sem dependência externa
sustentabilidade ecológica	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Produzir respeitando os ciclos ecológicos dos ecossistemas.</li> <li>- Prudência no uso de recursos não renováveis.</li> <li>- Prioridade à produção de biomassa e à industrialização de insumos naturais renováveis.</li> <li>- Redução da intensidade energética e conservação de energia.</li> <li>- Tecnologias e processos produtivos de baixo índice de resíduos.</li> <li>- Cuidados ambientais.</li> </ul>	Qualidade do meio ambiente e preservação das fontes de recursos energéticos e naturais para próximas gerações
sustentabilidade espacial ou geográfica	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Descentralização espacial (de atividade, de população).</li> <li>- Desconcentração – democratização local e regional do poder.</li> <li>- Relação cidade-campo equilibrada (benefícios centrípetos).</li> </ul>	Evitar excesso de aglomerações
sustentabilidade cultural	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Soluções adaptadas a cada ecossistema.</li> <li>- Respeito à formação cultural comunitária.</li> </ul>	Evitar conflito culturais com potencial regressivo

FONTE: MONTIBELLER FILHO (1993, p. 134)



Segundo Sachs (2010), para se repensar o Estado desenvolvimentista, é necessário analisar os modelos que o precederam e fracassaram, como “o socialismo real, o capitalismo reformado dos trinta gloriosos, o crescimento socialmente perverso do “milagre brasileiro”, a social democracia europeia enredada.”(SACHS, 2010, p. 32).

Sachs (2010) escreveu em 2004, a pedido da Organização Internacional do Trabalho (OIT), um estudo sobre a ideia do desenvolvimento incluyente. Isso ampliou, segundo ele, o glossário de termos relativos ao desenvolvimento, como: econômico, social, cultural, sustentável e incluyente (VIEIRA, 2006; OLIVEIRA e MONTEIRO, 2015). Em sua acepção, o cerne do desenvolvimento incluyente é o trabalho decente, o que vai na contramão do desenvolvimento excluyente e concentrador de riquezas.

Argumenta Sachs (2010, p. 33) que o

[...] trabalho decente é um trabalho convenientemente remunerado, levando-se em conta o nível de desenvolvimento no país, que se faz em condições de salubridade também aceitáveis e dá lugar a relações humanas que respeitam a dignidade do trabalhador.

Sachs (2010) afirma que não se pode reduzir o desenvolvimento a apenas crescimento econômico, mas sim utilizar dois pontos de vista, um pela ótica econômica, como o “crescimento do PIB, a acumulação do capital, o progresso técnico, à produtividade crescente do capital”; e outro “que utiliza como porta de entrada o emprego e o autoemprego” (SACHS, 2010, p. 33). O segundo enfoque leva em consideração que a medida em que o desenvolvimento acontece, ele favorece a inserção social pelo trabalho decente (VIEIRA, 2006; OLIVEIRA e MONTEIRO, 2015).

Para Sachs (2010), o caso do Brasil, em buscar modernizar aparelho produtivo, colocará o país no mercado internacional, mas que essa alternativa gerará poucos empregos diretos. Para o autor é necessária uma estratégia comportando três itens, como se vê no Quadro 17, a saber:

QUADRO 17 - ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO

Desenvolvimento do núcleo modernizador	Investimentos em indústrias de alto nível técnico.
Rede de serviços sociais e sua universalização	Agir diretamente sobre o bem-estar da população, em especial as camadas mais pobres.
Oportunidades de crescimento	Aproveitar as oportunidades de crescimento dos setores que se prestam a isso.

FONTE: Sachs (2010, p. 34) Elaborado pela autora.



Segundo Sachs (2010, p.34), ao invés de enriquecer o primeiro item da estratégia de desenvolvimento, deve-se empregar “o baixo nível dos salários médios para desenvolver os serviços sociais”, com vistas, principalmente aos serviços que requeiram um grande efetivo de pessoal.

Para Sachs, os setores que devem ser privilegiados nesta estratégia de desenvolvimento são aqueles que não estão expostos à economia internacional, como os serviços, as obras públicas e o comércio (SACHS, 2010; OLIVEIRA e MONTEIRO, 2015). O crescimento poderá ser financiado pela flexibilização do crédito e pelo déficit orçamentário, para o caso da economia do país dar conta de produzir os bens salário, pois, segundo ele os assalariados nas obras públicas e na construção irão gastar todo seu salário para a compra de produtos essenciais. Sachs (2010, p. 35) afirma que se deve ter precaução com relação ao endividamento da população, bem como “programar as obras públicas de ciclo curto e de baixo conteúdo de importações”.

Outro ponto levantado por Sachs é a relação entre grandes e pequenos atores da economia, pois os pequenos queixam-se de serem explorados pelos maiores, devido à desproporcional capacidade de negociação (OLIVEIRA e MONTEIRO, 2015). Por isso, argumenta que é necessário criar uma cultura do desenvolvimento, desde muito cedo.

Sachs (2010, p. 37) define que as respostas para o desenvolvimento “dependerão das diferentes ecologias culturais, das ecologias naturais, do peso do passado vivo, do conjunto de valores e dos modos de vida de que é feita uma sociedade.” Dessa forma, o desenvolvimento é um processo endógeno às estruturas, em que se aproveita as potencialidades locais e está relacionado a construção de uma consciência ambiental, que pensa o uso dos recursos de maneira adequada a garantir o bem-estar humano futuro (MONTIBELLER FILHO, 1993; VARGAS, ARANDA, RADOMSKY, 2016).

As bases para tal pedagogia ambiental são construídas em consonância com as discussões científicas e políticas. Conforme as palavras de Sachs:

Creio que a política pesará cada vez mais nas nossas sociedades. Num mundo complexo de opções múltiplas, em que se enfrentam forças contraditórias, há pouco lugar para decisões ideais tomadas em bases “objetivas”, cientificamente estabelecidas, a menos que seja pela via de procedimentos intelectualmente duvidosos, que consistem em reduzir a multiplicidade de objetivos irreduzíveis entre si num objetivo único, mediante

um jogo de ponderações arbitrárias. Prefiro a isso um debate político assumido, em que a busca de soluções negociadas entre todos os atores do processo de desenvolvimento caminha junto com o aperfeiçoamento das instituições democráticas e com a superação do imediatismo imposto pelo ritmo dos prazos eleitorais. A análise comparativa das trajetórias do desenvolvimento - mau desenvolvimento dos diferentes países é chamada a se transformar em um poderoso instrumento de pedagogia política, balizando o campo dos debates sobre os projetos nacionais (SACHS, 2010, p. 37-38).

Nesse sentido, Sachs apresenta uma construção do espaço teórico para o desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo, indica uma institucionalidade para as discussões acerca do uso dos recursos e degradação ambiental, que se dão em escala global, mas tem respostas entendidas pelo autor, em nível local, ou seja, as respostas são fruto das relações estabelecidas no território a partir das potencialidades e especificidades de cada local por sua tradição. Pois para Sachs o desenvolvimento é alcançado pela dimensão social, por meio de promoção da autonomia e a endogeneidade dos processos sociais (SACHS, 2007).

### 5.3 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: UM CONCEITO AMPLO

A partir dos anos 1970 houve um aumento no interesse pela dimensão espacial do desenvolvimento por parte da economia. No entanto, Alfred Marshall<sup>14</sup>, já havia tratado, no final do século XIX, das chamadas externalidades positivas, observadas nos distritos industriais marshallianos. As externalidades positivas representavam para Marshall, um fator intangível, era a influência que a atmosfera industrial causava, resultando na difusão do conhecimento técnico, a criação de novas tecnologias e de novos mercados de trabalho locais (MORAIS e SCHNEIDER, 2011).

A abordagem territorial do desenvolvimento considera a relação de proximidade, que se dá em âmbito geográfico e institucional. O desenvolvimento territorial surge como questão a ser considerada tanto pela perspectiva das economias dos países industrializados, como pelas economias em desenvolvimento dos países emergentes (DALLABRIDA, SIEDENBERG e FERNÁNDEZ, 2004; PECQUEUR, 2005). De acordo com Pecqueur (2003) não se trata de um processo que possa ser denominado como mundialização. Segundo ele, a mundialização sempre ocorreu na história da humanidade, com sucessivas aberturas e fechamentos, a globalização é

---

<sup>14</sup> Alfred Marshall (1842 - 1924) foi um economista e matemático Inglês, pertencente a escola de Cambridge, teórico marginalista (SANDRONI, 1999).

mais atual. Assim, a globalização representa a busca por reduzir os custos de produção, fazendo a separação das populações ditas produtoras, das consumidoras.

Na globalização existe uma convergência dos modos de vida, na propagação de uma cultura universal planetária, que conversa com as noções de estabelecimentos do não-lugar e ao mesmo tempo a processo de hibridização cultural. (BENKO e PECQUEUR, 2001; TONNEAU e VIEIRA, 2006) No entanto, justamente no contexto em que o tema da globalização toma força, também é o momento que se constituíram grandes zonas econômicas, blocos econômicos, cuja intenção é proteger dos riscos e choques oriundos do resto do mundo. (BENKO e PECQUEUR, 2001) Percebe, portanto, o desenho econômico mundial em formato de arquipélago. Em torno de três grandes polos de desenvolvimento de maior impacto, a norte americana, da União Europeia e do sudeste asiático. (BENKO e PECQUEUR, 2001; PECQUEUR, 2009)

Diante do contexto de globalização, desde a crise do esgotamento do modelo fordista, emergem iniciativas calcadas nos territórios locais (*"pays"*), que são lugares construídos a partir da interação dos atores, como forma de enfrentamento das exigências globalizantes e da concorrência baseada em ganhos de escala. Os territórios se fortalecem diante de um modelo hegemônico de concorrência, no qual as firmas são orientadas para o mercado e cujos ganhos advém de vantagens comparativas<sup>15</sup> (PECQUEUR, 2005).

A lógica da globalização, baseada em economias com baixos custos de mão de obra são mortais para as economias ditas desenvolvidas, pois impõe uma concorrência desleal com os produtos de determinados países. Pecqueur (2003) descreve estes produtos como genéricos. Segundo o autor:

[...] trata-se então de não mais se especializar segundo a lógica do esquema comparativo, mas de preferência escapar das leis da concorrência quando elas se tornam impossíveis de serem seguidas, visando a produção para a qual eles estariam (no modelo ideal) em situação de monopólio. Esse tipo de comportamento coloca em questão o recorte baseado em sistemas produtivos nacionais (espaços dados), já que as iniciativas não resultam de uma política centralizadora no âmbito do Estado-Nação, mas de grupos de atores mobilizados para resolver um problema que diz respeito à dinâmica dos processos produtivos [...] (PECQUEUR, 2003, p.94-95).

---

<sup>15</sup> Vantagens comparativas designa uma concepção teórica desenvolvida por David Ricardo, em 1817. Trata-se de uma concepção de comércio internacional, em que cada país deveria se especializar onde seus custos comparativos fossem menores (SANDRONI, 1999).

Para Pecqueur (2006 apud VIEIRA, 2013, p.127), as dinâmicas territoriais buscam adaptar-se de modo ofensivo a globalização, “trata-se de escapar da concorrência induzida pelos preços e pelos custos de produção, privilegiando a dimensão da qualidade territorial e as relações de cooperação sinérgica entre os diversos atores sociais envolvidos”.

Neste momento do desenvolvimento econômico mundial, em que se acirraram as competições entre territórios pelo instituto da globalização, foram, por assim dizer, redescobertas formas territorializadas de produção – os distritos industriais de inspiração marshalliana – nos quais se estabelecem relações entre atores tanto no campo do mercado (trocas mercantis), quanto na de reciprocidade (troca não-mercantil) (CAVALCANTE, 2008; VIEIRA, 2009). Trata-se das relações econômicas no âmbito global, não enraizado, sem diferenciação entre os territórios, simultâneo ao do local, enraizado, onde a especificidade do território é crucial, ambas dimensões fazem parte do mesmo movimento de ajuste (VIEIRA, 2009). Assim, o desenvolvimento territorial é caracterizado “a partir da constituição de uma entidade produtiva enraizada num espaço geográfico” (PECQUEUR, 2005, p. 12).

Na competição entre os territórios é crucial que existam ofertas de serviços às empresas. Na maioria dos territórios a mão de obra disponível é de baixa qualificação, bem como o nível dos salários. Nesses territórios geralmente há a oferta de recursos naturais, a raridade ou a situação desses recursos vão condicionar o desenvolvimento deste território. Para construção do desenvolvimento, um território pode contar com dotações que são formadas por um longo processo de acumulação de saber-fazer e/ou produção coletiva de bens, “financiados pela coletividade e apropriados unicamente pelos utilizadores” (PECQUEUR, 2005, p.13).

Para alcance do desenvolvimento, se faz necessária uma estratégia produtiva que siga um modelo territorializado de produção, cujas características [...]

[...] conduzem-nos à instauração de uma relação local/global renovada em torno da articulação complexa entre a ancoragem e a não-espacialidade da produção [...], o território se torna espaço central de coordenação entre os atores interessados na resolução de problemas produtivos inéditos (PECQUEUR, 2003, p. 97).

Na abordagem do desenvolvimento territorial está a centralidade do papel dos atores que o constroem. Nessa tarefa tanto produtores como os consumidores exercem papel ativo. Isso não quer dizer que se deva voltar às práticas antigas de

subsistência, mas que “a formação da oferta, quando é específica, devolve ao papel da demanda” (PECQUEUR, 2005, p. 16).

Para que o desenvolvimento territorial obtenha êxito, é fundamental que a comunidade, as organizações e as pessoas passem por um processo de empoderamento, que consiste, basicamente na tomada de conhecimento sobre suas qualidades e habilidades para produzir, criar e gerir. Isso significa que se acredita no potencial de desenvolvimento, seja no nível particular, seja em sociedade (TONNEAU e VIEIRA, 2003; MORAES e SCHNEIDER, 2011; VALE e CASTRO, 2010).

Segundo Tonneau e Vieira (2006), o empoderamento das pessoas, comunidade e organizações pode ser uma alternativa às chamadas políticas públicas top-down e bottom-up<sup>16</sup>. O dualismo dessa relação pode ser enfrentado por meio de políticas direcionadas ao empoderamento, a fim de transformar as relações de poder estabelecidas, combater a pobreza, elevar as liberdades das pessoas, tanto as substantivas, como as instrumentais, além de formar redes de cooperação e governança, e promover a noção de pertencimento ao lugar (SEN, 2000; TONNEAU e VIEIRA, 2006).

Percebe-se, portanto, que o desenvolvimento dos territórios depende fundamentalmente da participação dos atores sociais. Destacam a importância da sensibilização desses atores, de modo a despertá-los para as possibilidades que têm se trabalharem em prol de um território mais sustentável, social, cultural, econômico e ambiental. A partir de então os efeitos da globalização, do economicismo e do individualismo poderão ser enfrentados de modo objetivo e eficaz (TONNEAU e VIEIRA, 2006; VIEIRA, 2009; VALE e CASTRO, 2010; MORAES e SCHNEIDER, 2011).

O termo desenvolvimento territorial parece mais adequado, segundo Pecqueur (2005), Tonneau e Vieira (2006), pois o sentido de desenvolvimento não deve ser restrito, pequeno, não tem o sentido de localista, e, portanto, o territorial exprime melhor o sentido do que o termo local. Para este autor, o desenvolvimento territorial pode ser definido como aquele que “[...] designa todo um processo de mobilização dos atores que leve à elaboração de uma estratégia de adaptação dos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um território”

---

<sup>16</sup> Top-down ocorre quando a decisão vem de cima para baixo, no caso de bottom-up, a decisão é compartilhada com os atores sociais, porém a decisão recai basicamente sobre o poder público (TONNEAU e VIEIRA, 2003).

(PECQUEUR, 2005, p. 12). Portanto, o desenvolvimento territorial é um processo endógeno que ocorre pela construção dos atores em uma dinâmica inserida em espaço histórico (PECQUEUR, 2005; TONNEAU e VIEIRA, 2006). Essa dinâmica surge das capacidades de interação dos atores em responder de forma inovadora a questões inéditas. Como estratégia de adaptação e reorganização das economias locais vis-à-vis a concorrência em escala mundial (DALLABRIDA, SIEDENBERG e FERNÁNDEZ, 2004).

A territorialização do desenvolvimento é baseada na diferenciação, na especificação de ativos. Essa diferenciação advém dos recursos próprios ao território. Configuram-se em potencialidades ocultas.

O sistema territorial de atores pode, portanto, adotar formas muito diversas (distritos industriais, cluster ou qualquer outro modo de organização produtiva). Sua característica principal é a instalação de um processo inscrito na história longa, de construção pelos atores, e não, apenas, uma forma de otimizar dotações em fatores supostamente pré-existentes. Em outros termos, a dinâmica de desenvolvimento territorial visa revelar recursos inéditos, e é nisto que constitui uma inovação (PECQUEUR, 2005, p. 12).

Nas diversas abordagens que assumem o desenvolvimento territorial é possível distinguir ao menos duas vertentes distintas. A primeira delas compreende o território em visão administrativa, institucional e a segunda como fruto de uma construção de relações de atores a ele ligados (DALLABRIDA, SIEDENBERG e FERNÁNDEZ, 2004). Nessa óptica, Benko e Pecqueur (2001) trazem os conceitos de território dado e construído. O primeiro é entendido a priori, estabelecido institucionalmente, por exemplo: a região, o distrito, a província, frequentemente estipulado de cima para baixo, por esferas do poder público, já o território construído é definido a posteriori, articulado por meio interação dos atores.

Em face do processo de competição entre os territórios, são identificadas duas estratégias distintas. Em aspecto mais difundido, um espaço localizado oferece suas dotações mais abundantes e busca concorrer sob regime de vantagens comparativas ricardianas. Busca-se reduzir os custos globais com elevação de produtividade e ganhos de escala (DALLABRIDA, SIEDENBERG e FERNÁNDEZ, 2004; VIEIRA, 2009). Porém, também há a estratégia que consiste na oferta ancorada em dotações não dadas a priori, mas construídas em um processo de acúmulo de saberes, de culturas, de historicidades (PECQUEUR, 2005; TONNEAU e VIEIRA, 2006).

Percebe-se que cada estratégia corresponde a um tipo de recurso a ser aproveitado, e o recurso que se tem corresponde a uma estratégia a ser utilizada, pois a tipologia dos recursos apresenta o desafio para sua oferta (DALLABRIDA, SIEDENBERG e FERNÁNDEZ, 2004; TONNEAU e VIEIRA, 2006). Os recursos, uma vez identificados, ao serem utilizados, apropriados, deixam de ser recursos como os ativos podem ser tipificados em genéricos ou específicos (ver Quadro 18).

QUADRO 18 - TIPOLOGIA DOS FATORES DE CONCORRÊNCIA ESPACIAL

	GENÉRICO	ESPECÍFICO
RECURSOS	Fatores de localização não utilizados, discriminados pelos preços e o custo do transporte (cálculo, otimização)	Fatores incomensuráveis e intransferíveis nos quais os valores dependem da organização que os criou
ATIVOS	Fatores de localização não utilizados, discriminados pelos preços e custo de transporte (cálculo, otimização) - Alocação ótima dos ativos	Fator comparável onde o valor é ligado a um uso particular: - Custos de irreversibilidade - Custos de retribuição

FONTE: Benko e Pecqueur (2001, p. 44)

Assim o termo “genérico” designa “o conjunto dos fatores tradicionais de definição espacial (ou de localização das atividades econômicas) discriminados pelos preços (inclusive custos de transporte) e que são objetos, por parte dos agentes, de um cálculo de otimização”. Já a designação específica, “recobre o conjunto dos fatores, comparáveis ou não, cujo valor ou cuja produção é ligado(a) a um uso particular” (PECQUEUR, 2005, p. 14).

Os recursos específicos, segundo Benko e Pecqueur (2001), só existem de forma virtual. Os recursos desta natureza são frutos da expressão do processo cognitivo realizado pelos atores com vistas a aproveitar suas competências à produção de novos conhecimentos. “A criação de tecnologia é assim o resultado de um processo caracterizado pela emergência de recursos específicos saídos de uma dinâmica cognitiva sinônima de um aprendizado interativo”. (BENKO e PECQUEUR, 2001, p. 42) Tais recursos específicos não podem ser transferidos, como no caso dos genéricos. Além disso, não são mensuráveis, portanto, não podem ser expressos em preço. (PECQUEUR, 2005; TONNEAU e VIEIRA, 2006) Para Pecqueur (2005) desenvolvimento territorial é uma construção de “uma entidade produtiva enraizada num espaço geográfico” (PECQUEUR, 2005, p.12)



Segundo Carrière e Cazella (2006, p.34), existem três características que definem as dinâmicas territoriais, a saber:

- Elas são múltiplas e sobrepostas, além de impermanentes;
- Na maioria das vezes seus limites não são nítidos;
- Elas buscam valorizar o potencial de recursos latentes, virtuais ou “escondidos”.

Para Pecqueur (2005), “o desenvolvimento territorial designa todo processo de mobilização dos atores que leve à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um território.” (PECQUEUR, 2005, p.12). Adicionalmente Tonneau e Vieira (2003) sustentam que o “ideal” de projeto “territorial” deve aglutinar os atores sociais, ou seja, que este projeto seja produzido de maneira coletiva, podendo conter projetos individuais ou da coletividade, mas que vão de encontro a realidade concreta deste território, levando em consideração os recursos naturais e culturais presentes nesta sociedade.

#### 5.4 SÍNTESE DOS CONCEITOS E PRINCIPAIS AUTORES NAS ABORDAGENS DE DESENVOLVIMENTO NA PERSPECTIVA TERRITORIAL

O Quadro 19 demonstra de forma sucinta, um compilado das concepções teóricas de cada autor de relevância apresentados neste capítulo. Também, apresenta-se neste quadro as abordagens do desenvolvimento.

Diversas contribuições teóricas sobre o desenvolvimento emergiram a partir dos anos 1980, fruto de significativas transformações socioeconômicas, políticas e ambientais, advindas das crises econômicas dos anos 1970 e difundidas globalmente pela Conferência de Estocolmo em 1972, especialmente pelo relatório *Brundtland* em 1987, que atribuiu novos critérios para definição de desenvolvimento, como o aspecto da sustentabilidade.

A abordagem territorial do desenvolvimento surgiu neste contexto de desgaste do modelo Keynesiano de bem-estar social deflagrado com a crise do choque do petróleo. Esse contexto representou, também, o desgaste da concepção de desenvolvimento a partir de planos setoriais ou regionais tipo top-down macroeconômicos. Paralelamente relevante da globalização e do paradigma neoliberal impuseram novas configurações comerciais no mundo, especialmente pelo



destaque de alguns países na produção intensiva em ganhos de escala e a volatilidade dos capitais com a financeirização informatizada.

QUADRO 19 – PRINCIPAIS AUTORES E CONCEITOS NAS ABORDAGENS DO DESENVOLVIMENTO COM ENFOQUE TERRITORIAL

AUTORES	CONCEPÇÃO TEÓRICA	CONCEITOS CENTRAIS	ABORDAGEM DE DESENVOLVIMENTO
François Perroux	Polos de Crescimento: “polo industrial complexo, que está geograficamente aglomerado e circunscrito a um período de crescimento, podem notar-se os efeitos de uma intensificação das atividades econômicas, devido à proximidade e aos contatos humanos” (Perroux, 1975, p. 18).	-Indústria motriz	Desenvolvimento Regional
Ignacy Sachs	Ecodesenvolvimento: “[...] desenvolvimento que em cada ecorregião insiste na busca de soluções específicas para seus problemas particulares, levando em conta não só dados ecológicos, mas também os culturais, bem como as necessidades imediatas como as de longo prazo” (Sachs, 2007, p. 64)	-Dimensões da sustentabilidade -Ecodesenvolvimento -Desenvolvimento endógeno -Desenvolvimento sustentável -Trabalho decente; -Desenvolvimento territorial integrado; -Desenvolvimento territorial sustentável	Desenvolvimento Sustentável
Bernard Pecqueur	Desenvolvimento territorial: “o desenvolvimento territorial designa todo processo de mobilização dos atores que leve à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um território” (PECQUEUR, 2005, p.12)	-Recursos específicos -Ativos específicos -SIAL -SPL -Território dado -Território construído	Desenvolvimento territorial

FONTE: A autora (2019).

Frente a hostilidade desse tipo de concorrência, surgem abordagens do desenvolvimento calcadas nas especificidades do território ou da redescoberta do

desenvolvimento com enfoque territorial como o caso dos distritos industriais Marshalianos.

Sachs conceitualiza o desenvolvimento territorial ao indicar que a sustentabilidade do desenvolvimento tem respostas em nível local, fruto das relações estabelecidas no território a partir das potencialidades e especificidades de cada local, por sua tradição dada em dimensão social por meio da promoção da autonomia e da endogeneidade dos processos sociais. Processos estes que representam um contraponto ao esgotamento dos recursos e degradação ambiental que se dão em escala global.

Neste mesmo sentido Pecqueur, a partir dos estudos da escola de Grenoble, explicita que o desenvolvimento territorial é dado ao aproveitar os recursos específicos de um território construído, que são as potencialidades próprias de um território, que não podem ser transferidas, pois trata-se da expressão de um processo cognitivo dos atores que se utilizam de competências diversas para construção de novos conhecimentos. Esse processo lembra bastante o conceito de recursos escondidos de Hirschman, embora a escola francesa não indique como referência ou inspiração.

As potencialidades do território advindas dos recursos específicos são transformadas em ativos específicos empregados para o desenvolvimento.

Essa perspectiva teórica acerca do desenvolvimento espacialmente localizado já se encontra nas concepções teóricas latino-americanas apresentadas no capítulo 4, que buscavam diferenciar as condições do desenvolvimento e da superação do subdesenvolvimento dos países periféricos, em relação às concepções ortodoxas homogeneizantes que desconsideravam os aspectos históricos espaciais específicos dos países periféricos. Aqui nas concepções teóricas do desenvolvimento territorial encontra-se relações nem tão diferentes assim, pois trata-se da consideração do espaço e das relações construídas dentro dele. A exaltação das especificidades deste espaço denominado território construído frente às concepções hegemônicas do desenvolvimento, se aproximam bastante dos esforços cepalinos em consideração das especificidades dos países periféricos.

## **6 ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE DESENVOLVIMENTO COM ENFOQUE TERRITORIAL: UMA INVESTIGAÇÃO BIBLIOMÉTRICA**

Neste capítulo apresenta-se os resultados da bibliometria, que foi utilizada como instrumento de pesquisa para o levantamento do quantitativo de obras produzidas sobre o Desenvolvimento com enfoque territorial. Os dados utilizados foram obtidos na plataforma de busca da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). A análise quantitativa dos resultados foi realizada em 318 teses selecionadas a partir de um código de busca: (Título: “termo-chave”) ou (Assunto: “termo-chave”). O recorte espacial se deu, sobre as produções científicas em forma de teses defendidas no Brasil. Já o recorte temporal utilizado nesta pesquisa se deu a partir de 1992 até 2018. A escolha desse período se deve ao marco histórico da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92.

A bibliometria foi adotada tendo em vista atender as seguintes categorias de análise:

- Programas de pós-graduação brasileiras com maior quantidade de produções científicas em forma de teses defendidas com a temática do desenvolvimento com enfoque territorial, entre 1992 e 2018;
- Anos de maior e menor profusão de produções científicas com a abordagem territorial do desenvolvimento no período de 1992 a 2018;
- Áreas de conhecimento das produções científicas analisadas no período;
- Instituições de ensino e pesquisa de maior relevância na apresentação de teses com enfoque territorial do desenvolvimento no período;

### **6.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Nesta seção apresenta-se a análise dos resultados após todos os processos de triagem, verificação e exclusão de dados incompatíveis com os objetivos de investigação. A Tabela - 1 demonstra uma síntese dos resultados que foram utilizados para análise:

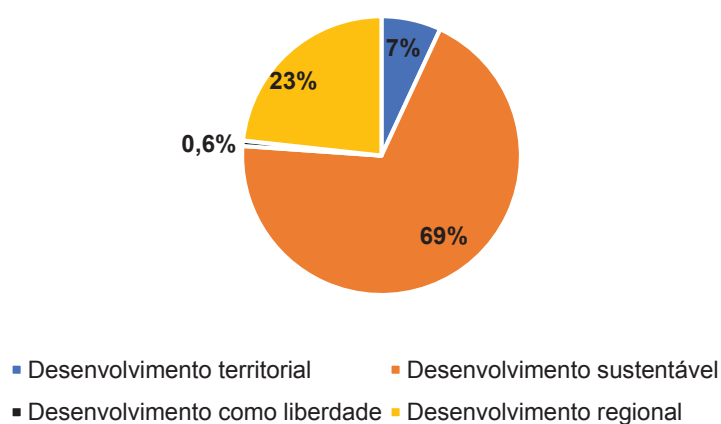
TABELA 1 - PRODUÇÕES CIENTÍFICAS POR TERMO-CHAVE APÓS TRIAGEM

Termo-chave	Frequência	Percentual do total
Desenvolvimento sustentável	220	69%
Desenvolvimento regional	74	23%
Desenvolvimento territorial	22	7%
Desenvolvimento como liberdade	2	0,6%
Total	318	100%

FONTE: A autora (2019).

Verifica-se que praticamente sete em cada dez produções científicas encontradas foram obtidas com o termo chave “desenvolvimento sustentável”. Os resultados encontrados com o termo-chave “desenvolvimento regional”, são o segundo mais expressivo, representando 23% das teses. Já o termo-chave “desenvolvimento territorial”, resultou no equivalente a 7% das produções científicas encontradas, enquanto que os resultados obtidos com o termo-chave “desenvolvimento como liberdade” representam apenas 0,6% (ver Gráfico 1).

GRÁFICO 1 - PERCENTUAL DA FREQUÊNCIA POR TERMO-CHAVE



FONTE: A autora (2019).

#### 6.1.1 Distribuição temporal da produção científica analisada

O Tabela 2 demonstra a distribuição da produção científica analisada no tempo. Observa-se que no período de 1992 até 2018, os anos com maior destaque em números de teses defendidas foram os anos de 2011, com 36 teses, o que

representa 11,32% do total de teses; o de 2015, com o equivalente a 10,38%, referente a 33 teses defendidas do total; e 2013, com o equivalente a 8,49% do total, representando 27 teses.

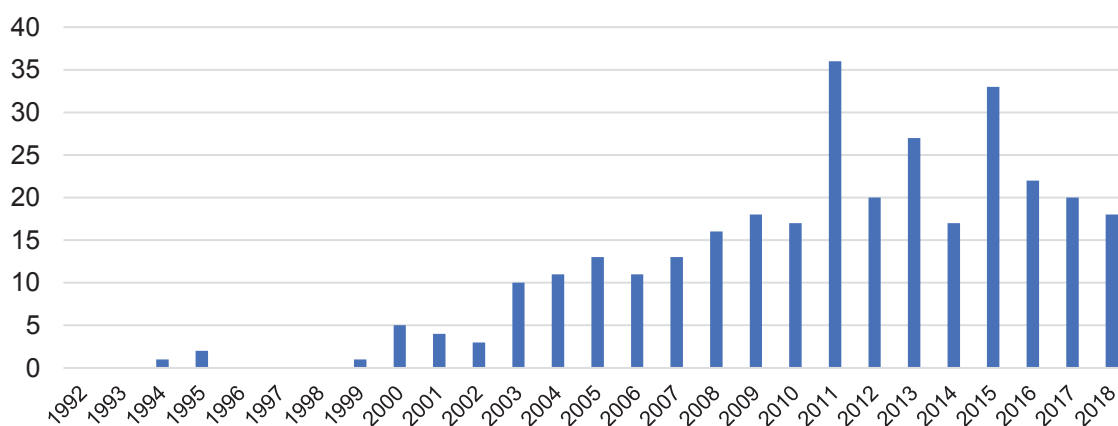
TABELA 2 – PRODUÇÕES CIENTÍFICAS POR ANO DE DEFESA

Ano	Frequência	Percentual	Ano	Frequência	Percentual
1992	0	0,00	2006	11	3,46
1993	0	0,00	2007	13	4,09
1994	1	0,31	2008	16	5,03
1995	2	0,63	2009	18	5,66
1996	0	0,00	2010	17	5,35
1997	0	0,00	2011	36	11,32
1998	0	0,00	2012	20	6,29
1999	1	0,31	2013	27	8,49
2000	5	1,57	2014	17	5,35
2001	4	1,26	2015	33	10,38
2002	3	0,94	2016	22	6,92
2003	10	3,14	2017	20	6,29
2004	11	3,46	2018	18	5,66
2005	13	4,09			

FONTE: A autora (2019).

No Gráfico 2 verifica-se que na primeira década do recorte temporal, uma quantia bastante inexpressiva no número de produções científicas encontradas na plataforma BDTD, sendo que nos anos de 1992; 1993; 1996; 1997; 1998, obteve-se resultado igual a zero. Uma explicação possível para isso é que a plataforma BDTD foi inaugurada no ano de 2002.

GRÁFICO 2 - DISTRIBUIÇÃO DAS TESES POR ANO DE DEFESA



FONTE: A autora (2019).

Considerando os dados de todo o período, tem-se que a média anual de produção científica foi de 11,77 e ao excluir os resultados extremos a média obtida foi de 11,68 produções científicas por ano. As duas médias não diferem muito, o que significa que os dados discrepantes altos compensaram os dados discrepantes baixos, ou seja, os anos em que não foram encontradas produções científicas.

Observa-se que até o ano de 2002 a quantidade de produções científicas encontradas acumuladas é bastante pequena, representando 5% do total. Em 2002 já se verifica um salto no número de produções. Daí em diante o número de produções científicas encontradas cresce até chegar no auge de produção em 2011. O número de produções acumuladas de 2003 a 2011 representa 46% do total de produções científicas encontrados; e de 2012 a 2018 o número de produções científicas corresponde a quase metade das produções científicas.

Verifica-se a partir da Tabela 3, que o tema do desenvolvimento territorial aparece em uma primeira tese apenas em 2006 e que os anos de 2011 e 2017 foram aqueles nos quais mais se identificou produção científica com essa base conceitual. A primeira tese encontrada com o tema do desenvolvimento territorial pertence ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, da USP (Universidade de São Paulo), cuja orientação foi realizada pelo Dr. José Eli da Veiga.

TABELA 3 – DISTRIBUIÇÃO TEMPORAL DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS POR TERMO-CHAVE  
(continua)

Ano	Desenvolvimento como liberdade	Desenvolvimento territorial	Desenvolvimento regional	Desenvolvimento sustentável
1992	0	0	0	0
1993	0	0	0	0
1994	0	0	1	0
1995	0	0	1	1
1996	0	0	0	0
1997	0	0	0	0
1998	0	0	0	0
1999	0	0	0	1
2000	0	0	0	5
2001	0	0	1	3
2002	0	0	0	3
2003	0	0	2	8
2004	0	0	4	7
2005	0	0	2	11
2006	1	1	1	8
2007	0	0	3	10
2008	0	0	4	12

TABELA 3 – DISTRIBUIÇÃO TEMPORAL DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS POR TERMO-CHAVE (conclusão)

Ano	Desenvolvimento como liberdade	Desenvolvimento territorial	Desenvolvimento regional	Desenvolvimento sustentável
2009	0	3	3	12
2010	0	0	5	12
2011	0	5	9	22
2012	0	1	5	14
2013	0	2	4	21
2014	0	0	4	13
2015	1	3	9	20
2016	0	1	8	13
2017	0	5	4	11
2018	0	1	4	13

FONTE: A autora (2019).

O tema do desenvolvimento regional aparece com mais frequência nos anos de 2011, 2015 e 2016. A primeira tese encontrada com o tema do desenvolvimento territorial foi de 1994, foi a primeira tese encontrada no período estipulado para análise, considerando todos os termos-chave. Trata-se de uma tese do Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas da FGV (Fundação Getúlio Vargas).

O tema desenvolvimento sustentável tem uma primeira tese encontrada em 1995, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas). Portanto, observou-se um incremento significativo a partir de 2003. No ano anterior, 2002, havia sido realizado a Rio +10, também chamada de Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, promovido pela ONU. O evento ocorreu em Joanesburgo, África do Sul. A profusão da produção baseada no conceito Desenvolvimento Sustentável pode indicar a influência na pauta de interesse mundial naquele contexto histórico, com repercussão na atividade acadêmica. O ano de 2011, que se destacou no número de publicações de teses, antecedeu a Rio +20, evento realizado em 2012, na cidade do Rio de Janeiro, corrobora essa expectativa.

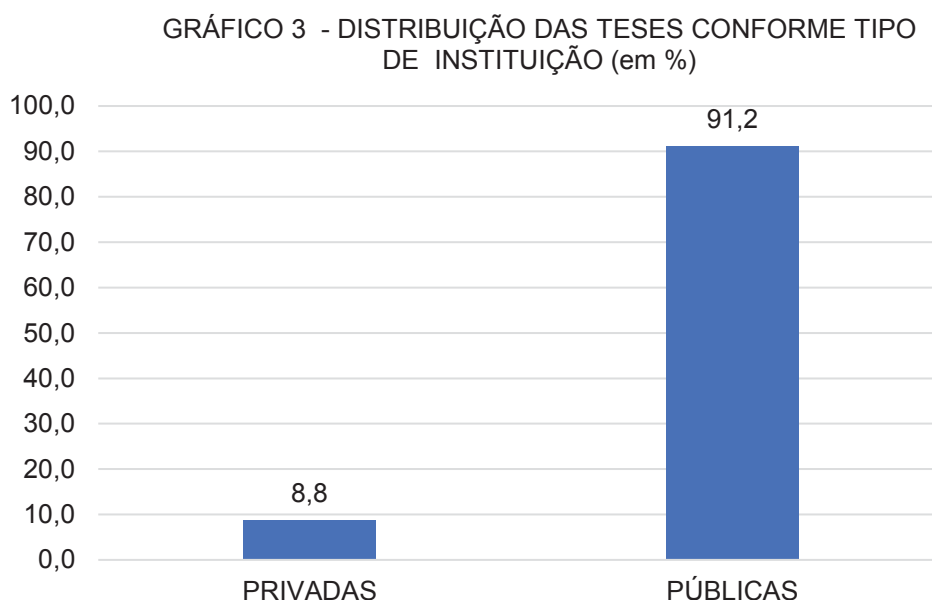
O auge da produção científica em forma de teses no período com o tema desenvolvimento sustentável foi em 2011, com 22 teses. É importante destacar que segundo Cirani, Campanário e Silva (2015), o número de cursos de doutoramento Stricto Sensu dobrou entre 1999 e 2011. Em 1999 havia 800 cursos de doutoramento e em 2011 o número passou para 1606 cursos. Portanto, essa evolução temporal do número de produções científicas pode ser explicada em parte, porque entre os

programas de maior destaque, estão aqueles que só surgiram ou instituíram doutoramento na segunda década do período analisado.

O curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, PRODEMA<sup>17</sup>, por exemplo, foi instituído em 2010, também foi só em 2010 que foi instituído o curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em desenvolvimento Regional e Agronegócio da UNIOESTE (Universidade Estadual do Oeste do Paraná).

#### 6.1.2 Origem institucional das produções científicas

As produções científicas encontradas são oriundas de 33 instituições distintas. Sendo que destas 24 (72,72%) são instituições públicas e 9 (27,27%) são instituições privadas (ver Quadro 20). As instituições públicas são responsáveis por grande maioria das produções científicas encontradas, representando 91,2 % do total, as produções científicas oriundas de instituições privadas representam apenas 8,8 % do total encontrado.



FONTE: A autora (2019).

<sup>17</sup> O PRODEMA trata-se de uma proposta interdisciplinar, interinstitucional, e intra-regional composto por instituições da região nordeste, são elas: a Universidade Federal do Piauí - UFPI, a Universidade Federal do Ceará - UFC, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, a Universidade Federal da Paraíba - UFPB, a Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, a Fundação Universidade Federal de Sergipe - FUFS, e a Universidade Estadual de Santa Cruz- UESC.



QUADRO 20 – INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA

Instituições públicas	Instituições privadas
Universidade Federal do Rio Grande – FURG; Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA; Instituto Tecnológico de Aeronáutica – ITA; Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ; Universidade Federal do Amazonas – UFAM; Universidade Federal da Bahia – UFBA; Universidade Federal do Ceará – UFC; Universidade Federal de Campina Grande – UFCG; Universidade Federal de Goiás – UFG; Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD; Universidade Federal do Pará – UFPA; Universidade Federal da Paraíba – UFPB; Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Universidade Federal de Pelotas – UFPel; Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN; Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ; Universidade Federal do Sergipe – UFS; Universidade Federal de São Carlos – UFScar; Universidade Federal de Viçosa – UFV; Universidade Estadual Paulista – Unesp; Universidade Estadual de Campinas – Unicamp; Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste; Universidade de São Paulo – USP	Fundação Educacional Inaciana – FEI; Fundação Getúlio Vargas – FGV; Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC PR; Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC RJ; Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC SP; Universidade Católica de Petrópolis – UCP; Universidade Católica do Salvador – UCSAL; Universidade de Fortaleza – Unifor; Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos

FONTE: A autora (2019).

### 6.1.3 Distribuição geral e regional das produções científicas

A correlação entre o volume de produção científica, no formato de teses de doutoramento, e a instituição de origem coloca em destaque 4 instituições. Como se vê na Tabela 4, a UFRGS lidera esse ranking, seguida pela Unicamp, USP e UNESP. A exceção da primeira, prevalece a concentração de instituições sediadas na região sudeste do país.

TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS POR INSTITUIÇÃO NO BRASIL

Instituição	Número de teses	Percentual Geral	UF	Região	Tipo de instituição
UFRGS	55	17,3	RS	SUL	Pública
UNICAMP	53	16,67	SP	SUDESTE	Pública
USP	46	14,47	SP	SUDESTE	Pública
UNESP	31	9,75	SP	SUDESTE	Pública
UFS	15	4,72	SE	NORDESTE	Pública
UFPE	14	4,4	PE	NORDESTE	Pública
UFSCAR	13	4,09	SP	SUDESTE	Pública
UNIOESTE	11	3,46	PR	SUL	Pública
UFC	10	3,14	CE	NORDESTE	Pública
PUC-SP	8	2,52	SP	SUDESTE	Privada
UFPA	7	2,2	PA	NORTE	Pública
UFRN	7	2,2	RN	NORDESTE	Pública
ITA	6	1,89	SP	SUDESTE	Pública
UFBA	6	1,89	BA	NORDESTE	Pública
FEI	4	1,26	SP	SUDESTE	Privada
UNIFOR	4	1,26	CE	NORDESTE	Privada
FGV	3	0,94	SP	SUDESTE	Privada
PUC-PR	3	0,94	PR	SUL	Privada
UFPB	3	0,94	PB	NORDESTE	Pública
UNISINOS	3	0,94	RS	SUL	Privada
UERJ	2	0,63	RJ	SUDESTE	Pública
UFCG	2	0,63	PB	NORDESTE	Pública
UFG	2	0,63	GO	CENTRO-OESTE	Pública
FURG	1	0,31	RS	SUL	Pública
INPA	1	0,31	AM	NORTE	Pública
PUC-RIO	1	0,31	RJ	SUDESTE	Privada
UCP	1	0,31	RJ	SUDESTE	Privada
UCSAL	1	0,31	BA	NORDESTE	Privada
UFAM	1	0,31	AM	NORTE	Pública
UFGD	1	0,31	MS	CENTRO-OESTE	Pública
UFPEL	1	0,31	RS	SUL	Pública
UFRRJ	1	0,31	RJ	SUDESTE	Pública
UFV	1	0,31	MG	SUDESTE	Pública

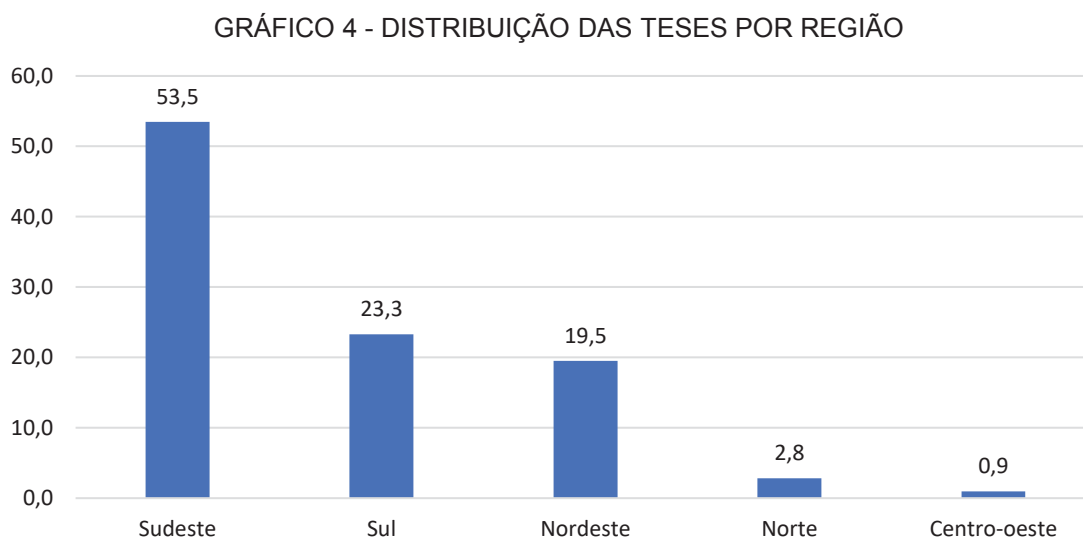
FONTE: A autora (2019).

Percebe-se pela Tabela 4 uma grande participação na região Sudeste de produções científicas oriundas de três instituições de destaque. Primeiramente a Unicamp, com 53 produções científicas encontradas, o que representa 16,7% do total

de produções científicas considerando todas as regiões e 31% do total regional; a USP vem em seguida com 46 produções científicas e a Unesp com 31. As três instituições estão localizadas no estado de São Paulo.

A instituição em que foram encontradas maior número de produções científicas no geral, foi a Universidade Federal do Rio Grande do Sul UFRGS, com um total de 55 teses, pois esta instituição sozinha é responsável por 74, 32 % do total de teses da região Sul e por 17,3% do total considerando todas as regiões

Ao verificar a distribuição das produções científicas a partir da localização regional das instituições de que são oriundas, percebe-se, a partir do gráfico 4, que a região Sudeste se destaca com 170 teses defendidas, o que representa 53,5 % do total das teses; seguida pela região Sul, com 74 teses, o que equivale a 23,3% do total; a região Nordeste ocupa o terceiro lugar no número de produções científicas, que representam 19,5% do total; a região Norte e Centro-oeste apresentam números mais modestos, sendo 2,8% e 0,9% do total, respectivamente.



FONTE: A autora (2019).

Dentre as instituições privadas da região Sudeste, se destacaram em número de produções científicas, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC SP, com 8 teses e Fundação Educacional Inaciana – FEI, com 4 teses. O que corresponde, respectivamente, a 4,71% e 2,35% do total de teses obtidas da região Sudeste (ver Tabela 5).

TABELA 5 - INSTITUIÇÕES DA REGIÃO SUDESTE

Instituições	UF	Quantidade de Produções científicas	Percentual Regional	Percentual Global
UNICAMP	SP	53	31,17	16,67
USP	SP	46	27,05	14,47
UNESP	SP	31	18,23	9,75
UFSCAR	SP	13	7,64	4,09
PUC-SP	SP	8	4,71	2,52
ITA	SP	6	3,53	1,89
FEI	SP	4	2,35	1,26
FGV	SP	3	1,76	0,94
UERJ	RJ	2	1,17	0,63
PUC-RIO	RJ	1	0,58	0,31
UFRRJ	RJ	1	0,58	0,31
UCP	RJ	1	0,58	0,31
UFV	MG	1	0,58	0,31
Total		170	100	53,46

FONTE: A autora (2019).

Outra instituição de relevância na quantidade de produções científicas encontradas oriundas da região sul, foi a Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste. Responsável por 14,86 % das produções científicas encontradas na região e por 3,46% do total considerando todas as regiões, conforme o Tabela 6.

TABELA 6 - INSTITUIÇÕES DA REGIÃO SUL

Instituições	UF	Quantidade de Produções científicas	Percentual Regional	Percentual Global
UFRGS	RS	55	74,32	17,3
UNIOESTE	PR	11	14,86	3,46
PUC-PR	PR	3	4,05	0,94
UNISINOS	RS	3	4,05	0,94
FURG	RS	1	1,35	0,31
UFPEL	RS	1	1,35	0,31
Total		74	100	23,26

FONTE: A autora (2019).

Na região Nordeste foram identificadas produções científicas em 9 instituições de 6 estados diferentes. A Universidade Federal do Sergipe – UFS é a primeira no *ranking* da região Nordeste e a quinta no *ranking* geral em número de produções científicas considerando todas as regiões. Em seguida, a Universidade Federal de

Pernambuco – UFPE apresenta o segundo resultado mais expressivo da região Nordeste, com 15 teses o que corresponde a 22,58% do total da região e 4,4% do total encontrado na plataforma BDTD. Um total de 10 teses encontradas eram oriundas da Universidade Federal do Ceará – UFC, o que representa 16,13% da região e 3,14 % do geral, conforme a Tabela 7.

TABELA 7 - INSTITUIÇÕES DA REGIÃO NORDESTE

Instituições	UF	Quantidade de Produções científicas	Percentual Regional	Percentual Global
UFS	SE	15	24,19	4,72
UFPE	PE	14	22,58	4,4
UFC	CE	10	16,13	3,14
UFRN	RN	7	11,29	2,2
UFBA	BA	6	9,67	1,9
UNIFOR	CE	4	6,45	1,26
UFPB	PB	3	4,83	0,94
UFCG	PB	2	3,22	0,63
UFSAL	BA	1	1,61	0,31
Total		62	100	19,5

FONTE: A autora (2019).

O número de produções científicas encontradas oriundas da região Norte foi bastante restrito em comparação ao total encontrado na plataforma (ver Tabela 8). Nessa região as produções científicas foram obtidas de 3 instituições diferentes apenas, sendo que dessas o destaque fica com a Universidade Federal do Pará – UFPA, com 7 teses encontradas que correspondem a 2,2% do total de teses, considerando todas as regiões. O que não difere muito da participação percentual da região Norte em relação ao todo, que é de 2,82%.

TABELA 8 - INSTITUIÇÕES DA REGIÃO NORTE

Instituições	UF	Quantidade de Produções científicas	Percentual Regional	Percentual Global
UFPA	PA	7	77,78	2,2
INPA	AM	1	11,11	0,31
UFAM	AM	1	11,11	0,31
Total		9	100	2,82

FONTE: A autora (2019).

A região Centro-oeste foi a que apresentou um número menos expressivo no total de produções científicas, conforme a Tabela 9. Apenas 3 teses encontradas,

sendo 2 oriundas da Universidade Federal de Goiás – UFG e 1 da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, no Mato Grosso do Sul. O que representa menos de 1 % do total encontrado. Obviamente a inexpressiva quantidade de teses não define a relevância das produções científicas encontradas na região. Duas, das três teses, tem como tema o desenvolvimento sustentável e foram defendidas nos anos de 2011 e 2013. A outra tese é mais recente, foi defendida em 2015, e tem como tema o desenvolvimento regional.

TABELA 9 - INSTITUIÇÕES DA REGIÃO CENTRO-OESTE

Instituições	UF	Quantidade de Produções científicas	Percentual Regional	Percentual Global
UFG	GO	2	66,67	0,63
UFGD	MS	1	33,33	0,31
Total		3	100	0,94

FONTE: A autora (2019).

#### 6.1.4 Programas de pós-graduação *stricto sensu* por região

Nesta seção apresenta-se a análise das produções científicas em formato de teses tendo em vista sua distribuição por região. A partir da distribuição espacial dos programas realizou-se a verificação das áreas de conhecimento, bem como, os assuntos tratados nas produções científicas.

##### 6.1.4.1 Programas de pós-graduação *stricto sensu* da região Sudeste

A Tabela 10 apresenta as quantidades de produções científicas encontradas na região Sudeste separadas pelos programas de pós-graduação *stricto sensu*. Percebe-se uma participação mais expressiva de produções científicas oriundas do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual de São Paulo – UNESP, com 18 teses apresentadas por esse programa, sendo que dessas 3 abordam a temática do desenvolvimento territorial, 14 teses abordam o tema do desenvolvimento sustentável e 1 o tema do desenvolvimento regional. Essas 18 teses do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual de São Paulo – UNESP, representam 5,6% do total de produções científicas, o que é um valor bastante significativo considerando que as 318 produções científicas estão distribuídas entre 127 programas diferentes de 33 instituições distintas.

Outros programas também relevantes, em aspectos quantitativos, foram: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, com 8 teses apresentadas; o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico e o Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola da Unicamp, ambos com 7 teses; o Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica da Unicamp, o Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de São Paulo – USP, o Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos – UFScar e o Programa de Pós-Graduação em Engenharia Aeronáutica e Mecânica, do Instituto Tecnológico de Aeronáutica – ITA, todos com 6 teses cada.

A Universidade de São Paulo – USP foi a instituição que mais apresentou diversidade no número de programas cujas produções científicas abordam os temas dos termos-chave: desenvolvimento sustentável; desenvolvimento territorial; desenvolvimento regional e é também da USP uma das duas teses encontradas com o termo-chave: desenvolvimento como liberdade, fruto do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina.

TABELA 10 - PROGRAMAS DE DOUTORADO REGIÃO SUDESTE

Instituição	Programa de doutoramento	(continua)
		Número de produções científicas
UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica	6
UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade	2
UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Antropologia	1
UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Ciências	1
UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais	8
UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas	2
UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico	7
UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Educação	1
UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola	7
UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil	5
UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Alimentos	1
UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Química	1
UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Geociências, Administração e Política de Recursos Minerais	4
UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Planejamento de Sistemas Energéticos	1
UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica	4
UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Sociologia	1
UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Geografia	1
USP	Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental	1

TABELA 10 - PROGRAMAS DE DOUTORADO REGIÃO SUDESTE

		(continuação)
Instituição	Programa de doutoramento	Número de produções científicas
USP	Programa de Pós-Graduação Ciências da Comunicação	2
USP	Programa de Pós-Graduação em Administração	5
USP	Programa de Pós-Graduação em Administração de Organizações	1
USP	Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo	4
USP	Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental	2
USP	Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade	1
USP	Programa de Pós-Graduação em Direito	6
USP	Programa de Pós-Graduação em Ecologia de Agroecossistemas	3
USP	Programa de Pós-Graduação em Enfermagem em Saúde Pública	1
USP	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil	2
USP	Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção	2
USP	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica	5
USP	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mineral	1
USP	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica	1
USP	Programa de Pós-Graduação em Geografia Física	2
USP	Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana	1
USP	Programa de Pós-Graduação em Medicina Preventiva	1
USP	Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina	1
USP	Programa de Pós-Graduação em Recursos Minerais e Hidrogeologia	1
USP	Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social	1
USP	Programa de Pós-Graduação Sociologia	1
USP	Programa de Pós-Graduação em Tecnologia Nuclear	1
UNESP	Programa de Pós-Graduação em Agronomia	1
UNESP	Programa de Pós-Graduação em Design	1
UNESP	Programa de Pós-Graduação em Aquicultura	1
UNESP	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação	1
UNESP	Programa de Pós-Graduação em Ciências Agrônômicas	1
UNESP	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais	1
UNESP	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica	3
UNESP	Programa de Pós-Graduação em Geociências e Meio Ambiente	2
UNESP	Programa de Pós-Graduação em Geografia	18
UNESP	Programa de Pós-Graduação em História	1
UNESP	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social	1
UFSCAR	Programa de Pós-Graduação em Ciência Política	2
UFSCAR	Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade	1
UFSCAR	Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais	2
UFSCAR	Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção	6
UFSCAR	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana	1
UFSCAR	Programa de Pós-Graduação em Sociologia	1
PUC_SP	Programa de Estudos Pós-Graduados em Administração	1
PUC_SP	Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais	2



TABELA 10 - PROGRAMAS DE DOUTORADO REGIÃO SUDESTE

Instituição	Programa de doutoramento	(conclusão)
		Número de produções científicas
PUC_SP	Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica	1
PUC_SP	Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito	4
ITA	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Aeronáutica e Mecânica	6
FEI	Programa de Pós-Graduação em Administração	4
FGV	Programa de Pós-Graduação e Administração	3
UERJ	Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente	1
UERJ	Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva	1
PUC-RIO	Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas	1
UFRRJ	Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária	1
UCP	Programa de Pós-Graduação em Educação	1
UFV	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola	1

FONTE: A autora (2019).

A Unicamp teve destaque na região sudeste com produções científicas distribuídas por 17 programas de pós-graduação, em 14 áreas de conhecimento. A maior parte das produções científicas encontradas foram obtidas por meio do termo-chave “desenvolvimento sustentável”, o que corresponde a 41 teses, as demais produções científicas da Unicamp foram obtidas com o termo-chave “desenvolvimento regional”. Ainda na Unicamp, observou-se a participação dos programas relacionados à área de conhecimento Engenharia Civil, Engenharia Mecânica e Engenharia Agrícola, além dos programas de pós-graduação em Política Científica e Tecnologia, da área de sociais e humanidades.

Outra área de destaque na Unicamp foi a de Economia em que das nove teses da área, oito tratavam do tema “desenvolvimento regional” e apenas uma tratava do tema “desenvolvimento sustentável”. Quanto à área de Ciências Ambientais do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade, observou-se apenas duas teses cujos temas tratavam do desenvolvimento sustentável.

As produções científicas encontradas oriundas da USP, distribuídas por 23 programas de pós-graduação distintos, onde o Programa de Pós-Graduação em Direito apresentou o maior número de contribuições. A área de conhecimento da

Administração também teve destaque, todos relacionados ao tema “desenvolvimento sustentável”, responsável por seis teses no total, a mesma quantia apresentada pela área do conhecimento do Direito.

As áreas de Engenharia Elétrica, da Produção e Civil também tiveram participação relevante quantitativamente para o número de produções científicas total encontradas na USP, sendo que todas sobre o tema “desenvolvimento sustentável”, entre as áreas da Engenharia, a elétrica teve o maior número de produções científicas. Quanto a área das Ciências Ambientais, foram encontradas três teses, sendo duas no Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental com o tema “desenvolvimento territorial”. Já as duas teses do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da USP, tinham como tema o desenvolvimento regional, enquanto que as produções científicas do Programa de Pós-Graduação em Ecologia de Agroecossistemas tiveram como tema “desenvolvimento sustentável”.

No que tange a área de Geografia o Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP apresentou tese de tema “desenvolvimento regional”, enquanto que no Programa de Pós-Graduação em Geografia Física as produções científicas tratavam do desenvolvimento sustentável. Ainda sobre os programas encontrados na USP, o Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina foi um dos responsáveis por uma das teses encontradas com o tema “desenvolvimento como liberdade”.

Na UNESP foram encontradas 18 teses no Programa de Pós-Graduação em Geografia dentre estas, 14 tinham como tema o desenvolvimento sustentável, três o desenvolvimento territorial e uma com o tema desenvolvimento regional. Os demais programas da UNESP apresentaram por volta de uma tese. O Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica aparece com três teses, cujo tema era desenvolvimento sustentável e o Programa de Pós-Graduação em Geociências e Meio Ambiente com duas teses, também sobre o tema desenvolvimento sustentável.

Dentre os programas de pós-graduação da UFSCar, a que apresentou o maior número de produções científicas foi o Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção, com seis teses ao todo. Destas, quatro tinham como tema o desenvolvimento sustentável, uma com o tema desenvolvimento regional e uma com o tema desenvolvimento territorial. A área de conhecimento de Engenharia Civil, do curso de pós-graduação em Engenharia Urbana apresentou uma tese cujo assunto foi o desenvolvimento regional. Já o curso de pós-graduação em Ecologia e Recursos

Naturais apresentou duas teses, uma sobre desenvolvimento regional e a outra sobre desenvolvimento territorial.

Na PUC-SP tem destaque o Programa de Pós-Graduação em Direito, com quatro resultados. Outro destaque para o curso de pós-graduação em Comunicação e Semiótica, da área da Comunicação, onde se encontra a segunda teses cujo o tema é desenvolvimento como liberdade. Ainda na região sudeste o Programa de Pós-Graduação em Engenharia Aeronáutica e Mecânica do ITA, apresenta relevante número de produções científicas cuja área é Engenharia Aeroespacial. Todas as produções científicas encontradas no ITA têm o tema do desenvolvimento sustentável e buscam relacioná-lo com a logística produtiva em áreas diversas da indústria.

#### 6.1.4.2 Programas de pós-graduação *stricto sensu* da região Sul

A Tabela 11 apresenta um volume de produções científicas encontradas na região Sul separadas pelos programas de pós-graduação *stricto sensu*. Percebe-se que o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, da área de Meio Ambiente e Agrárias, apresentou o maior número de produções científicas dentre os programas da região Sul, com 12 teses, sendo que dessas, 6 abordam o tema do desenvolvimento regional, 2 o tema do desenvolvimento territorial e 4 o tema do desenvolvimento sustentável. Nesta mesma área de conhecimento, o Programa de Pós-Graduação em Agronegócios apresentou 3 teses, sendo 2 com o tema desenvolvimento sustentável e 1 com o tema desenvolvimento regional e sustentável.

Nos resultados da UFRGS houve também, outros programas de destaque quantitativo: como o Programa de Pós-Graduação em Administração, com 11 teses, sendo que dessas 9 apresentam como temática o desenvolvimento sustentável, 1 o desenvolvimento regional e 1 o desenvolvimento territorial; e o Programa de Pós-Graduação em Economia, com 10 teses, sendo que dessas, 8 surgem com a temática do desenvolvimento regional e 2 com a temática do desenvolvimento sustentável.

TABELA 11 - PROGRAMAS DE DOUTORADO REGIÃO SUL

Instituição	Programa de doutoramento	Número de produções científicas
UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Administração	11
UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Agronegócios	3
UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social	1
UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Ciência Política	4
UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação	1
UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural	12
UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Economia	10
UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil	3
UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção	3
UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais	1
UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Geografia	2
UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional	1
UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental	1
UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Sociologia	2
UNIOESTE	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio	11
PUC_PR	Programa de Pós-Graduação em Direito	2
PUC_PR	Programa de Pós-Graduação em Odontologia	1
UNISINOS	Programa de Pós-Graduação em Administração	1
UNISINOS	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais	1
UNISINOS	Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas	1
FURG	Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental	1
UFPEL	Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar	1

FONTE: A autora (2019).

Na UFRGS também se destaca o Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas, cujas produções científicas abordavam o tema do desenvolvimento regional. O Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, em que foram encontradas três teses, sendo duas sobre desenvolvimento sustentável e uma sobre desenvolvimento regional.

Na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio despontou no número de produções científicas encontradas. Das 11 teses encontradas na Unioeste, todas pertenciam a esse programa da área de Planejamento Urbano e Regional, sendo que 9 apresentaram como temática o desenvolvimento regional e 2 o desenvolvimento sustentável.

#### 6.1.4.3 Programas de pós-graduação *stricto sensu* da região Nordeste

Na região Nordeste o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade (PRODEMA) da área de Ciências Ambientais, desponta com a maior profusão de produções científicas obtidas na pesquisa na plataforma do BDTD. Esse programa apresentou 18 teses, o que corresponde a 5,66% de todas as produções científicas encontradas, considerando todos os programas encontrados na plataforma BDTD.

O PRODEMA é um programa regional de pós-graduação que envolve sete instituições distintas da região nordeste, quais sejam: a Universidade Federal do Piauí - UFPI, a Universidade Federal do Ceará - UFC, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, a Universidade Federal da Paraíba - UFPB, a Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, a Fundação Universidade Federal de Sergipe - FUFS, e a Universidade Estadual de Santa Cruz- UESC. A associação das instituições se dá em rede, cujo enfoque é interdisciplinar.

Esse programa de doutorado teve início em 2010. Nessa análise bibliométrica, três das sete instituições que compõem a rede se destacaram na produção, conforme Tabela 12. Assim foram encontradas 10 teses na UFS, todas com tema do desenvolvimento sustentável, seis teses da UFC, que também abordam o desenvolvimento sustentável, bem como duas teses encontradas na UFRN.

Outro destaque da região nordeste é o Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFS com cinco teses, cujos assuntos se distribuem em três teses com tema desenvolvimento regional, uma tese com tema desenvolvimento territorial e uma tese com o tema desenvolvimento sustentável.

TABELA 12 - PROGRAMAS DE DOUTORADO REGIÃO NORDESTE

Instituição	Programa de doutoramento	(continua)
		Número de produções científicas
UFS UFC UFRN	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente	18
UFS	Programa de Pós-Graduação em Geografia	5
UFPE	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano	2
UFPE	Programa de Pós-Graduação em Direito	2
UFPE	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil	4
UFPE	Programa de Pós-Graduação em Geografia	3

TABELA 12 - PROGRAMAS DE DOUTORADO REGIÃO NORDESTE

Instituição	Programa de doutoramento	(conclusão)
		Número de produções científicas
UFPE	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social	1
UFPE	Programa de Pós-Graduação em Sociologia	2
UFC	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente	6
UFC	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil	1
UFC	Programa de Pós-Graduação em Geografia	2
UFC	Programa de Pós-Graduação em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental	1
UFBA	Núcleo de Pós-Graduação em Administração	3
UFBA	Programa de Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento	1
UFBA	Programa de Pós-Graduação em Educação	1
UFBA	Programa de Pós-Graduação em Geografia	1
UFRN	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais	3
UFRN	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente	2
UFRN	Programa de Pós-Graduação em Ecologia	1
UFRN	Programa de Pós-Graduação em Ciências Climáticas	1
UNIFOR	Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas	4
UFPB	Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas	1
UFPB	Programa de Pós-Graduação em Educação	1
UFPB	Programa de Pós-Graduação em Sociologia	1
UFCG	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais	1
UFCG	Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais	1
UCSAL	Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea	1

FONTE: A autora (2019).

NOTA: A distribuição das teses do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente por instituição foi de 10 teses na UFS, 6 teses na UFC e 2 na UFRN.

#### 6.1.4.4 Programas de pós-graduação *stricto sensu* da região Norte

A Tabela 13 apresenta os números de produções científicas encontradas na região Norte distribuídas pelos programas de pós-graduação *stricto sensu*. Percebe-se que o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido da Universidade Federal do Pará – UFPA foi o que mais se destacou em número de produções científicas encontradas. Todas as 5 teses encontradas tratam da temática do desenvolvimento regional. As outras duas teses da UFPA, oriundas do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação

em História Social da Amazônia, também abordavam a temática do desenvolvimento regional. Já o Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia da Universidade Federal do Amazonas - UFAM e o Programa de Pós-Graduação em Entomologia do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, abordam a temática do desenvolvimento sustentável.

TABELA 13 - PROGRAMAS DE DOUTORADO REGIÃO NORTE

Instituição	Programa de doutoramento	Número de produções científicas
UFAM	Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia	1
UFPA	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido	5
UFPA	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais	1
UFPA	Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia	1
INPA	Programa de Pós-Graduação em Entomologia	1

FONTE: A autora (2019).

#### 6.1.4.5 Programas de pós-graduação *stricto sensu* da região Centro-oeste

Na região Centro-oeste, observou-se 3 programas de pós-graduação com uma tese cada (ver Tabela 14). Sendo que o Programa de Pós-Graduação em Agronomia da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD e o Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PRPG) da Universidade Federal de Goiás – UFG, apresentaram produções científicas cuja temática foi o desenvolvimento sustentável. Já a tese encontrada do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás – UFG abordou a temática do desenvolvimento regional.

TABELA 14 - PROGRAMAS DE DOUTORADO REGIÃO CENTRO-OESTE

Instituição	Programa de doutoramento	Número de produções científicas
UFGD	Programa de Pós-Graduação em Agronomia	1
UFG	Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PRPG)	1
UFG	Programa de Pós-Graduação em Geografia (IESA)	1

FONTE: A autora (2019).

#### 6.1.5. Distribuição de produções científicas por área de conhecimento



Na distribuição das produções científicas conforme a área de conhecimento da Capes, verificou-se que a área que mais tem trazido contribuições no número de produções científicas foi a Geografia em que foram encontradas 37 teses o que corresponde a 11,6% do total, oriundos de nove instituições diferentes. O assunto mais abordado por essa área foi o desenvolvimento sustentável, no total de 20 teses, os assuntos de desenvolvimento territorial e desenvolvimento regional ficaram bem equilibrados com nove e oito teses respectivamente. A área de Administração também teve destaque na quantidade de produções científicas encontradas, 31 no total, oriundas de oito instituições distintas, dentre essas observa-se grande participação das instituições privadas, pois das oito instituições da área apenas duas eram públicas.

A terceira área de maior profusão de produções científicas foi a de Ciências Ambientais alavancada principalmente pelo Programa de Pós-Graduação em rede Meio Ambiente e Desenvolvimento (PRODEMA). O total de produções científicas da área de Ciências Ambientais foi de 25, sendo que 72% são provenientes do PRODEMA.

A área de Ciências Ambientais também apresenta maior destaque para o desenvolvimento sustentável, com 24 teses, o que representa quase a totalidade das produções científicas encontradas. A área de Ciências Ambientais abrange sete instituições das quais três ligadas ao PRODEMA. A Sociologia também se destacou com 22 teses ao todo, oriundas de 11 instituições. O assunto do desenvolvimento sustentável esteve presente em 18 das 22 teses encontradas. A Engenharia Civil, com 18 teses produzidas no mesmo período, também assume proeminência, abordando o desenvolvimento sustentável como tema central.

A área de economia, por sua vez, é passível destaque tanto pelo volume de teses, como por manter-se fiel ao conceito do desenvolvimento regional. Dentre as 19 produções identificadas no período, 15 estavam centradas nesse conceito como tema central da pesquisa. Outras áreas que assim como a Economia também deram relevância ao assunto desenvolvimento regional foram as áreas de Meio Ambiente e Agrárias, Planejamento Urbano e Regional, Ciência Política e Interdisciplinar.

As principais áreas em que foram encontradas produções científicas sobre desenvolvimento sustentável foram Ciências Ambientais, com 24 teses; Geografia com 20 teses; Sociologia com 18 teses; Engenharia Civil com 17 teses e Direito com 14 teses. Já as áreas de destaque do tema “desenvolvimento regional” foram:



Economia com 15, desenvolvimento urbano e regional com 10 e Geografia com oito teses (ver Tabela 15).

O tema desenvolvimento territorial foi mais abordado nas produções científicas encontradas pela área de Geografia, correspondendo a nove teses e Meio Ambiente e Agrárias com três teses. O termo-chave desenvolvimento como liberdade obteve uma tese da área da comunicação e outra da área de sociais e humanidades.

TABELA 15 - DISTRIBUIÇÃO DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS POR ÁREA DE CONHECIMENTO DA CAPES

(continua)

Áreas de Conhecimento da Capes	Total de teses por área	Percentual do total de produções científicas
GEOGRAFIA	37	11,6%
ADMINISTRAÇÃO	31	9,7%
CIÊNCIAS AMBIENTAIS	25	7,9%
SOCIOLOGIA	22	6,9%
ECONOMIA	19	6,0%
ENGENHARIA CIVIL	18	5,7%
MEIO AMBIENTE E AGRÁRIAS	16	5,0%
DIREITO	15	4,7%
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL	14	4,4%
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	12	3,8%
ENGENHARIA MECÂNICA	10	3,1%
ENGENHARIA AGRÍCOLA	8	2,5%
SOCIAIS E HUMANIDADES	8	2,5%
GEOCIÊNCIA	7	2,2%
CIÊNCIA POLÍTICA	6	1,9%
ECOLOGIA	6	1,9%
ENGENHARIA AEROESPACIAL	6	1,9%
EDUCAÇÃO	5	1,6%
ENGENHARIA ELETRICA	5	1,6%
INTERDISCIPLINAR	5	1,6%
AGRONOMIA	4	1,3%
ARQUITETURA E URBANISMO	4	1,3%
COMUNICAÇÃO	4	1,3%
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	3	0,9%
SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO	3	0,9%
ANTROPOLOGIA	2	0,6%
HISTÓRIA	2	0,6%
SERVIÇO SOCIAL	2	0,6%
BIOTECNOLOGIA	1	0,3%
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	1	0,3%
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	1	0,3%
DESENHO INDUSTRIAL	1	0,3%
ENFERMAGEM	1	0,3%
ENGENHARIA ALIMENTO	1	0,3%
ENGENHARIA DE MINAS	1	0,3%
ENGENHARIA NUCLEAR	1	0,3%
ENGENHARIA QUÍMICA	1	0,3%
ENGENHARIA/ TECNOLOGIA/ GESTÃO	1	0,3%
GEOLOGIA	1	0,3%
MEDICINA PREVENTIVA	1	0,3%
MEIO AMBIENTE	1	0,3%
ODONTOLOGIA	1	0,3%
PSICOLOGIA SOCIAL	1	0,3%

TABELA 15 - DISTRIBUIÇÃO DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS POR ÁREA DE CONHECIMENTO DA CAPES

Áreas de Conhecimento da Capes	(conclusão)	
	Total de teses por área	Percentual do total de produções científicas
RECURSOS PESQUEIROS E ENGENHARIA DE PESCA	1	0,3%
RELAÇÕES INTERNACIONAIS, BILATERAIS E MULTILATERAIS	1	0,3%
SAÚDE COLETIVA	1	0,3%
ZOOLOGIA	1	0,3%

FONTE: A autora (2019).

#### 6.1.6 Distribuição dos orientadores por instituição

Outro aspecto que se depreende da compilação dos dados relativos à produção científica no período estudado refere-se à concentração das orientações. Conforme se vê no Quadro 21, 33 pesquisadores assumem proeminência na orientação de teses vinculadas ao tema do desenvolvimento.

O primeiro destaque pertence ao Professor Doutor Eduardo Ernesto Filippi, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, que é responsável por orientar 6 teses encontradas nos programas de Pós-Graduação em Economia, de Pós-Graduação em Ciência Política e de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Em suas linhas de pesquisa estão: Economia Política Internacional (Ênfase em América Latina); Desenvolvimento; Uso do Espaço Rural e Sustentabilidade, Economia Ecológica e Territorialidade; e Reforma do Estado e Reestruturação Territorial em Tendências Contemporâneas.

Adicionalmente, o professor Dr. Eugenio Avila Pedroso se destaca com a orientação de 5 teses, vinculadas aos Programas de Pós-Graduação em Administração e de Pós-Graduação em Agronegócios. Outros orientadores proeminentes em termos de volume de orientações na UFRGS foram: Aldomar Arnaldo Ruckert; Jalcione Pereira de Almeida; Maria Alice Oliveira da Cunha Lahorgue; Luis Felipe Machado do Nascimento; Miguel Aloysio Sattler; Sérgio Schneider; Tania Nunes da Silva; e Paulo Dabdab Waquil. Esses 10 professores foram responsáveis pela orientação de 8,8% do total das produções científicas encontradas.

Ainda nessa linha, na UNICAMP tem-se importante volume de orientações do Professor Dr. Wilson Cano, dos Programas de Pós-Graduação em Economia e de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico (5 teses). Na mesma instituição, ainda aparecem em relevo: Leila da Costa Ferreira; Arlete Moysés Rodrigues; Sônia Maria Bergamasco; Rachel Negrão Cavalcanti; Sinclair Mallet-Guy Guerra; Newton Pereira; e Rozely Ferreira dos Santos.

QUADRO 21 – RELAÇÃO DE ORIENTADORES

(continua)

Orientador	Orientações	Instituição	Programas
FILIPPI, Eduardo Ernesto	6	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Economia; Programa de Pós-Graduação em Ciência Política; Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural
CANO, Wilson	5	UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Economia; Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico
PEDROZO, Eugenio Avila	5	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Administração; Programa de Pós-Graduação em Agronegócios
FERREIRA, Leila da Costa	4	UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais; Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade
KRUGLIANSKAS, Isak	4	USP	Programa de Pós-Graduação em Administração
RODRIGUES, Arlete Moysés	4	UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Geografia; Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
ALVES, Francisco José da Costa	3	UFSCAR	Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção
BERGAMASCO, Sônia Maria	3	UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola
CAVALCANTI, Rachel Negrão	3	UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Geociências, Administração e Política de Recursos Minerais
FREIRE, George Satander Sá	3	UFC	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
PIFFER, Moacir	3	UNIOESTE	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio
PITTON, Sandra Elisa Contri	3	UNESP	Programa de Pós-Graduação em Geografia
RIPPEL, Ricardo	3	UNIOESTE	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio
RUCKERT, Aldomar Arnaldo	3	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural; Programa de Pós-Graduação em Geografia
SOARES, Maria José Nascimento	3	UFS	Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
ALMEIDA, Jalcione Pereira de	2	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural; Programa de Pós-Graduação em Sociologia

QUADRO 35 – RELAÇÃO DE ORIENTADORES

(conclusão)

Orientador	Orientações	Instituição	Programas
ARAÚJO, Tania Bacelar de	2	UFPE	Programa de Pós-Graduação em Geografia
CORTEZ, Ana Tereza Caceres	2	UNESP	Programa de Pós-Graduação em Geografia
GUERRA, Sinclair Mallet-Guy	2	UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Planejamento de Sistemas Energéticos; Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica
LAHORGUE, Maria Alice Oliveira da Cunha	2	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Economia
NASCIMENTO, Luis Felipe Machado do	2	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Administração
PEREIRA, Newton	2	UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica
RIBEIRO, Adauto de Souza	2	UFS	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
SANTOS, Rozely Ferreira dos	2	UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil; Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola
SATTLER, Miguel Aloysio	2	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil
SCHNEIDER, Sergio	2	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural
SILVA, Tania Nunes da	2	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Administração
SOUZA, Roberto Rodrigues de	2	UFS	Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
TASSIGNY, Mônica Mota	2	UNIFOR	Doutorado em Administração de Empresas
WAQUIL, Paulo Dabdab	2	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Agronegócios; Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural
DEMAJOROVIC, Jacques	2	FEI	Programa de Pós-Graduação em Administração
GOMES, Jefferson de Oliveira	3	ITA	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Aeronáutica e Mecânica
ALVES, João Murta	3	ITA	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Aeronáutica e Mecânica

FONTE: A autora (2019).

É importante destacar que todas as teses orientadas pelos professores Wilson Cano; Moacir Piffer; Maria Alice Oliveira da Cunha Lahorgue; e Paulo Dabdab Waquil abordavam a temática do desenvolvimento regional. E dentre os professores que orientaram mais que uma tese, aqueles que orientaram alguma tese que abordava a temática do desenvolvimento territorial, foram: Eduardo Ernesto Filippi; Sandra Elisa Contri Pitton; Aldomar Arnaldo Ruckert; e Tania Bacelar de Araújo.

No que diz respeito à produção acadêmica, em forma de teses, a incorporação do interesse sobre o tema do desenvolvimento em perspectiva especializada e/ou territorial é considerável, abrangendo uma grande diversidade de áreas de estudo, especialmente o desenvolvimento sustentável. Do total de produções científicas encontradas na plataforma BDTD, qual seja, 149.488, o termo desenvolvimento sustentável é citado de alguma forma em 1.198 delas, representando 0,8% do total de produções científicas.

Isso demonstra a difusão do tema Desenvolvimento Sustentável e da noção de sustentabilidade sobre a produção acadêmica brasileira. Porém, é importante salientar que a difusão do conceito, muitas vezes não representa a apropriação efetiva do conceito. Pois bem, como lembra Redclift, o mote do desenvolvimento sustentável tem sido utilizado pelos mais diferentes grupos para reiterar suas próprias pautas e agendas de interesse. O desenvolvimento sustentável é tratado muitas vezes como a busca por uma forma de fazer perdurar as práticas de desenvolvimento já consolidados, sem fazer uma crítica ao próprio entendimento do que vem a ser desenvolvimento. As construções teóricas sobre sustentabilidade, apresentadas aqui nesta pesquisa, indicam a necessidade de se repensar epistemologicamente o desenvolvimento e as racionalidades que o sustentam.

No que diz respeito ao desenvolvimento regional, do total de produções científicas disponíveis na plataforma BDTD, 0,37% abordam de alguma forma o tema, o que representa 557 teses do total<sup>18</sup>. O alcance do tema Desenvolvimento Regional se mostrou mais restrito, principalmente ao considerar os resultados utilizados nesta análise. As principais áreas em que a temática do desenvolvimento regional aparece são aquelas que o relaciona a aspectos de evolução quantitativa de indicadores, com destaque para as áreas de economia e negócios em âmbito rural. Neste sentido, o desenvolvimento regional aparece em abordagens mais ligadas a uma concepção mais disciplinar do desenvolvimento.

Quanto ao desenvolvimento territorial, ao analisar as 22 teses encontradas, observa-se a predominância de estudos aliados às temáticas agrárias ou rurais, 11 das 22 teses analisadas, seguida pelo tema das indicações geográficas presente em três das teses. Outros assuntos aliados a temática do desenvolvimento territorial encontrados foram: trabalho; inovação, tecnologia, política pública; meios de

---

<sup>18</sup> Esse número advém de pesquisa com o termo-chave desenvolvimento regional por todos os campos disponíveis para busca.

comunicação comunitária; banco comunitário; educação e trabalho; políticas públicas e educação; e espaços sub-regionais. As 22 teses são distribuídas em 11 programas distintos, com destaque para a área de Geografia, na qual foram encontradas 9 teses.

As produções científicas encontradas a partir de pesquisas pelos termos-chave desenvolvimento territorial e desenvolvimento como liberdade apresentam uma maior aproximação com as concepções teóricas sobre desenvolvimento apresentados nesta pesquisa. A apreciação das palavras-chave apresentadas nas produções científicas obtidas com o termo desenvolvimento sustentável permite observar um maior comprometimento com as dimensões sociais, culturais, econômicas e ambientais salientados por Sachs. Ressoam o esforço por soluções alternativas, calcadas na valorização da especificidade local e suas potencialidades.

## 7 CONCLUSÃO

A chamada crise dos 30 gloriosos é marcada pelo desgaste do modelo Keynesiano, pelo levante do modelo neoliberal e da globalização. Em meio a esse processo emergiram novas concepções teóricas do desenvolvimento, que foram difundidas em âmbito mundial pelas conferências da ONU sobre o meio ambiente, com destaque para o chamado relatório de *Brundtland*, em 1987.

Os eventos e as reconfigurações que sucederam os Choques do Petróleo, nos anos 1970, deixaram claro que não só o fordismo havia se desgastado, mas também uma forma de interpretação do desenvolvimento. Até então, predominantemente, compreendido por meio do enfoque econômico que toma o crescimento como uma *proxy*<sup>19</sup>, o que tornou a Ciência Econômica, protagonizadora do conceito, alvo de críticas. As discussões, em especial a de *Brundtland* inauguram a constatação da necessidade de uma nova visão do desenvolvimento, passando a considerar dimensões mais amplas deste, como os aspectos sociais, ambientais, éticos, culturais, dentre outros.

Particularmente desde a década XX, como forma de enfrentamento às novas configurações da economia global, ressurgiram no âmbito teórico, perspectivas do desenvolvimento com enfoque territorial, como é o caso dos distritos industriais marshallianos. Além delas, observou-se o surgimento de novas concepções teóricas em que espaço e os aspectos relacionados a ele são tomados como elementos de maior relevância.

Ao se retornar atenção às concepções sobre o desenvolvimento na ótica ortodoxa<sup>20</sup>, ou mesmo aquela apresentada por Rostow, verifica-se diferenças consideráveis. Rostow embora utilizasse o termo “desenvolvimento” estava mais alinhado ao que se pode definir por crescimento em âmbito econômico. Tampouco, suas ideias de divisão das organizações espaciais históricas das sociedades em etapas a serem percorridas se encaixam na definição de desenvolvimento, no sentido contemporaneamente atribuído ao termo.

---

<sup>19</sup> O termo proxy é utilizado na economia para definir uma variável que é utilizada em substituição de outra não disponível. A variável proxy serve para possibilitar a realização de alguns cálculos econométricos.

<sup>20</sup> Relacionada a concepções de autores neoclássicos calcada na noção de racionalidade econômica.

Dentre os autores clássicos no debate sobre o desenvolvimento, no entanto, também aparecem aqueles que trazem à tona o caráter especializado do tema. É o caso das contribuições da Escola Cepalina em especial de Prebisch e Furtado em inserir a atenção aos aspectos históricos espaciais do chamado subdesenvolvimento na América Latina e Brasil, os definindo como a ordem estrutural.

Outro autor de relevância, que certamente contribuiu para a construção do conceito mais recente de recursos específicos, desenvolvido pela escola francesa de Grenoble, foi o economista Hirschman, que desenvolveu a noção de recursos ocultos, entendidos como uma espécie de racionalidade promotora de desenvolvimento escondida, dispersa e mal utilizada.

Neste sentido, no que diz respeito aos objetivos apresentados nesta pesquisa, a revisão histórica do conceito de desenvolvimento no Brasil e no mundo, que compõe o primeiro objetivo específico, foi exposta nos capítulos 3 e 4. A relação entre estes dois capítulos demonstra que a discussão do desenvolvimento no mundo, especialmente com os autores clássicos, foi dada sobre a ótica abstrato-conceitual, considerando termos agregados com ênfase nos aspectos econômicos. Já a discussão sobre desenvolvimento realizada na América Latina, não configurou viés estritamente econômico a considerar os aspectos históricos-espaciais. Os autores cepalinos abriram campo para a discussão ganhar outras áreas disciplinares, como a sociologia, a geografia política, entre outras.

Celso Furtado atentou para o caráter estrutural da reprodução das desigualdades e do subdesenvolvimento. Atribuiu os limites ao desenvolvimento aos lócus das escolhas políticas e sociais. A importância dada as escolhas políticas e sociais no processo de desenvolvimento, o aproxima das concepções de Hirschman, para o qual, as dimensões das escolhas sociais dependem do contexto político e da capacidade de fazer aflorar potencialidades. Essa perspectiva também dialoga com a noção de capacidades de Amartya Sen, que traz a dimensão das escolhas não só pela ótica dos detentores do poder, mas dos indivíduos ao terem suas capacidades instrumentais e substantivas ampliadas.

O segundo objetivo específico foi tratado no capítulo 5, no qual descreve-se como e quando surgiram as abordagens territoriais do desenvolvimento. Elas surgem com a crítica e estrangulamento do modelo clássico de desenvolvimento, extensivo em degradação ambiental. Inicia-se o processo de esforço teórico em direção a chamada sustentabilidade, que passa a considerar relevante e a valorar aspectos



ligados ao território construído, em âmbito local, mas que intercambia com o global. Nesse sentido, o desenvolvimento com enfoque territorial não é, nem se pretende, isolado do todo.

Embora represente uma redescoberta do desenvolvimento com enfoque territorial, pois retomam interações já estudadas, como os distritos industriais, e que determinam a partir de aspectos como a reciprocidade no âmbito das trocas não mercantis, o esforço teórico apresentado nesta pesquisa indicou uma urgência em repensar o desenvolvimento. O processo de degradação ambiental acentuado desde a revolução industrial, coloca a humanidade diante de desafio inédito, o de admitir ser parte de um ecossistema fechado e que não existe unicamente para satisfazer as necessidades humanas, como destaca Veiga (2012) ao falar da relatividade do termo “necessidade” quando se discute a sustentabilidade.

A ideia de que o planeta e os recursos estão aí para a dominação humana é fortemente assimilada e internalizada na concepção ocidental de mundo. Porém, as discussões teóricas sobre os limites da expansão da degradação ambiental por mãos humanas, traz à tona a realidade de que a humanidade não pode submeter, indiscriminadamente, aos seus interesses os recursos do planeta.

Essa perspectiva do desenvolvimento não cabe mais dentro das limitações dos campos disciplinares. Neste sentido, o capítulo 6 responde ao 3º objetivo específico, demonstra que houve difusão dos termos desenvolvimento sustentável entre os diversos campos disciplinares da academia. Essa é uma constatação que demonstra que o desenvolvimento tem sido alvo de interesse de diversas áreas. O que evidencia a necessidade de o tema ser tratado de forma interdisciplinar. Diante disso, constatou-se o surgimento e expansão dos programas de pós-graduação com enfoque interdisciplinar que indicam um esforço de construção teórica que abarque da multidimensionalidade do estudo sobre desenvolvimento.

A área de Ciências Ambientais, por exemplo, foi responsável pela terceira maior quantidade de produções científicas encontradas para o período analisado. Nesta área do conhecimento, o destaque é do curso de pós-graduação e Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), que embora tenha iniciado o curso de doutoramento só em 2010, produziu o equivalente a 5,7% do total de produções científicas analisadas. Outras áreas do conhecimento, como Meio Ambiente e Agrárias, Ecologia e Interdisciplinar, aparecem nesta pesquisa com produtividade relevante, com produções que se concentram principalmente a partir de 2005.

A partir da bibliometria foi possível constatar a sobreposição do conceito de desenvolvimento sustentável no cenário acadêmico. O tema desenvolvimento regional, que muito ligado à área de economia era significativamente tratado por outras áreas do conhecimento até 2010, passa a partir de então ser tratado majoritariamente pela própria de Economia e pela área de Geografia. De outro lado, o desenvolvimento sustentável passa a ser abordado de maneira pulverizada nas diversas áreas do conhecimento, o que corrobora a noção de que a economia deixou de ser o principal lócus da discussão acerca do desenvolvimento, conforme já explicitado por autores como Paulo Freire Vieira (2009).

No que tange à trajetória do tema do desenvolvimento territorial, percebe-se que houve impulso no número de produção científica, a partir de 2011, sendo tratado principalmente pela área de Geografia. Todavia não foi evidenciado que o desenvolvimento territorial tenha tido uma propagação muito variada entre as diversas áreas do conhecimento.

Já com relação ao tema do desenvolvimento como liberdade elaborado por Amartya Sen, verificou-se, a partir dos dados desta pesquisa, que se trata de um tema ainda muito pouco explorado no Brasil. Isso ocorre, muito embora, o estudo de Sen tenha sido publicado já em 1999 e apresentado uma concepção ampla do desenvolvimento.

Outro dado relevante obtido com a pesquisa, foi a apropriação do tema do desenvolvimento sustentável por diversas áreas relacionadas as engenharias, principalmente as áreas de Engenharia Civil e de Produção. Isso indica o caminho multidisciplinar que o tema tomou.

Quanto a distribuição espacial das produções científicas, constatou-se que a região Sul se destaca na produção do tema do desenvolvimento regional, puxado principalmente pelos programas da UFRGS e Unioste. A região Norte foi a única que o tema desenvolvimento que o tema desenvolvimento regional se sobrepôs ao tema do desenvolvimento sustentável, muito embora lá esteja o único programa da área básica interdisciplinar encontrado nesta pesquisa. Todas as produções científicas encontradas no programa de pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido da UFPA, tinham o desenvolvimento regional como tema.

O entendimento que surge deste estudo é que as diversas áreas do conhecimento fazem o desenvolvimento sustentável encaixar em seus recortes disciplinares. Assim, a sustentabilidade assume um caráter polissêmico. Apesar da

urgência alardeada historicamente por muitos autores em repensar o desenvolvimento, as sociedades humanas estão presas, ainda, em estruturas rígidas de racionalidade econômica, que moldam suas ideias de progresso e realização social, e principalmente pessoal, por isso permanecem defendidas por seus membros.

A presente pesquisa não pretendeu exaurir as possibilidades teóricas sobre o desenvolvimento com ênfase territorial, dada a amplitude que o tema apresenta nas diversas áreas do conhecimento científico. Sua proposição era dar um panorama do caminho percorrido pelo conceito de desenvolvimento e dos conceitos que fundamentam as perspectivas acerca do desenvolvimento a partir das abordagens territorializadas. Nesse sentido, as conclusões realizadas sobre a pesquisa abrem possibilidades de novas pesquisas futuras, com o objetivo de aprofundar esta discussão, que se faz urgente, o da investigação da relação desenvolvimento e ciências ambientais.

## REFERÊNCIAS

AMARO, Rogério Roque. Desenvolvimento - um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria a prática da prática à teoria. **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 4, p.01-33, 2003.

ARANCIBIA, Felipe E. Rodríguez. Pequeno tratado do decrescimento sereno. **Sociedade e Estado**, [s.l.], v. 27, n. 1, p.193-196, abr. 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922012000100012>.

ARAÚJO, Carlos Alberto. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p.11-32, jan. 2006. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/16/5>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

ARAÚJO, Ronaldo Ferreira; ALVARENGA, Lidia. A bibliometria na pesquisa científica da pós-graduação brasileira de 1987 a 2007 10.5007/1518-2924.2011v16n31p51. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 16, n. 31, p.51-70, 25 maio 2011. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/1518-2924.2011v16n31p51>.

BARROS, Cesar Mangolin de. DESENVOLVIMENTO E REVOLUÇÃO NO PENSAMENTO DE CAIO PRADO JÚNIOR. **Ipech Digital**, [s.i.], v. 1, n. 1, p.1-26, ago. 2008.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. As transformações da economia capitalista no pós-guerra e a origem dos desequilíbrios globais. **Política Econômica em Foco**, [S.l.], v. 1, n. 7, p.24-41, abr. 2006.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Esperanças do passado. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, [s.l.], n. 66, p.57-67, 2006. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-64452006000100004>.

BENKO, Georges; PECQUEUR, Bernard. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. **Geosul**, Florianópolis, v. 16, n. 32, p.31-50, jul./dez., 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/14006>. Acesso em: 04 jul. 2019.

BENKO, Georges; PECQUEUR, Bernard. Os Recursos de Territórios e os Territórios de Recursos. **Geosul**, Florianópolis, v. 16, n. 32, p.31-50, jul. 2001.

BIANCHI, Ana Maria. Albert Hirschman na América Latina e sua trilogia sobre desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade**, [s.l.], v. 16, n. 2, p.131-150, ago. 2007. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-06182007000200001>.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro**: O ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Ipea, 1988. 552 p.

BORN, Rubens Harry. Agenda 21 e a biodiversidade. Brasília: MMA, 2006. 23 p. (Caderno de debate agenda 21 e sustentabilidade).

BRASIL. IPEA. **Atlas do desenvolvimento humano nas regiões metropolitanas brasileiras**. Brasília: Pnud, 2014.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A taxa de câmbio no centro da teoria do desenvolvimento. **Estudos Avançados**, [s/i], v. 26, n. 75, p.5-28, jan. 2012.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. **Textos Para Discussão**, São Paulo, n. 274, p.1-38, nov. 2010.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. Texto para Discussão n. 274. São Paulo: FGV, nov. 2010.

Bresser-Pereira, Luiz Carlos. Teoria novo-desenvolvimentista: uma síntese. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, pp.145-165, jul.-dez. 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Teoria Novo-Desenvolvimentista: Uma Síntese. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, pp.145-165, jul.-dez. 2016

BRUNDTLAND, Gro Harlem. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

BRUNTLAND, Relatório de. Our common future. In: ONU. **General Assembly**. 1987. p. 374.

CANO, Wilson. Brasil - construção e desconstrução do desenvolvimento. **Economia e Sociedade**, [s.l.], v. 26, n. 2, p.265-302, ago. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2017v26n2art1>.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. In: BIELSCHOWSKI, Ricardo (Org.). Cinquenta anos de pensamento na Cepal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

Carrière, J-P; Cazella. A. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. *Eisforia* v.4 p. 23-47, dez. 2006.

CASSOL, Abel; NIEDERLE, Paulo André. Celso Furtado e a Economia Política do Desenvolvimento Latino-Americano. In: NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo (Org.). **Introdução às Teorias do Desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2016. Cap. 3. p. 29-38.

CASTELO, Rodrigo. **O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro**. *Serv. Soc. Soc.* [online]. 2012, n.112, pp.613-636. ISSN 0101-6628. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282012000400002>.

CAVALCANTE, L. R. M. T. PRODUÇÃO TEÓRICA EM ECONOMIA REGIONAL: UMA PROPOSTA DE SISTEMATIZAÇÃO. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 2, n. 1, 3 fev. 2008.

CAVALCANTE, Luiz Ricardo Mattos Teixeira. PRODUÇÃO TEÓRICA EM ECONOMIA REGIONAL: UMA PROPOSTA DE SISTEMATIZAÇÃO. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 2, n. 1, 3 fev. 2008.

CERDAN, Claire. Valorização dos produtos de origem e do patrimônio dos territórios rurais no sul do Brasil: Contribuição para o desenvolvimento territorial sustentável. **Política & Sociedade**, [s.l.], v. 8, n. 14, p.277-299, 6 out. 2009. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2009v8n14p277>.

CHUEKE, G. V.; AMATUCCI, M. O que é bibliometria? Uma introdução ao Fórum. **InternexT - Revista Eletrônica de Negócios Internacionais da ESPM**, v. 10, n. 2, p. 1-5, 2015.

CIRANI, Claudia Brito Silva; CAMPANARIO, Milton de Abreu; SILVA, Heloisa Helena Marques da. A evolução do ensino da pós-graduação senso estrito no Brasil: análise exploratória e proposições para pesquisa. **Avaliação**, Campinas, v. 20, n. 1, p.163-187, mar. 2015

CONCEIÇÃO, Ariane Fernandes da; OLIVEIRA, Cíntia Gonçalves de; SOUZA, Dércio Bernardes de. Rostow e os estágios para o desenvolvimento. In: NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo (Org.). **Introdução às Teorias do Desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2016. Cap. 1. p. 11-16.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CURADO, Marcelo. **Industrialização e desenvolvimento: uma análise do pensamento econômico brasileiro**. *Econ. soc.* [online]. 2013, vol.22, n.3, pp.609-640. ISSN 0104-0618. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-06182013000300002>.

CURI, Luiz Felipe Bruzzi; CUNHA, Alexandre Mendes. Redimensionando a contribuição de Roberto Simonsen à controvérsia do planejamento (1944-1945). **América Latina En La Historia Económica**, México, v. 22, n. 3, p.76-107, set - dez. 2015. Disponível em: [http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1405-22532015000300003](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-22532015000300003). Acesso em: 19 fev. 2019).

D'AGUIAR, Rosa Freire (Org.). **Essencial**: Celso Furtado. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. 527 p.

DALLABRIDA, V. R.; SIEDENBERG, D. R.; FERNÁNDEZ, V. R. Desenvolvimento a partir da Perspectiva Territorial. **Desenvolvimento em questão**, Ijuí, n. 4, p. 33-62, jul./ dez. 2004.

DARWIN, Charles. A Origem das Espécies, no meio da seleção natural ou a luta pela existência na natureza, 1 vol., tradução do doutor Mesquita Paul. 2003 - E-book LELLO & IRMÃO – EDITORES. 144, Rua das Carmelitas -PORTO Disponível em: <http://ecologia.ib.usp.br/ffa/arquivos/abril/darwin1.pdf>. Acesso em 27 jun. 2019

DE-LA-TORRE-UGARTE-GUANILO, Mônica Cecilia; TAKAHASHI, Renata Ferreira; BERTOLOZZI, Maria Rita. Revisão sistemática: noções gerais. **Revista da Escola de Enfermagem da Usp**, [s.l.], v. 45, n. 5, p.1260-1266, out. 2011. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0080-62342011000500033>.

DIAS, Marcelo Francisco. **Do estruturalismo da Cepal à teoria da dependência: continuidades e rupturas no estudo do desenvolvimento periférico**. 2012. 197 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, USP, São Paulo, 2012.

DINIZ, Clélio Campolina. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. **Nova econ.**, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 227-249, Set. 2009. Available from [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-63512009000200001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512009000200001&lng=en&nrm=iso). access on 28 July 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-63512009000200001>.

DINIZ, Clélio Campolina. **Celso Furtado e o desenvolvimento regional**. *Nova econ.* [online]. 2009, vol.19, n.2, pp.227-249. ISSN 0103-6351. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-63512009000200001>.

DOXSEY J. R.; DE RIZ, J. **Metodologia da pesquisa científica**. ESAB – Escola Superior Aberta do Brasil, 2002-2003. Apostila.

DUARTE, P. H e GRACIOLLI, E. J. A Teoria da Dependência: Interpretações sobre o (Sub)Desenvolvimento na América Latina. In: V Colóquio Internacional Marx e Engels, Campinas, UNICAMP, 2007.

DUARTE, Pedro Henrique Evangelista; GRACIOLLI, Edílson José. A Teoria da Dependência: Interpretações sobre o (Sub)Desenvolvimento na América Latina. In: V **Colóquio Internacional Marx e Engels**, Campinas, UNICAMP, 2007.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (Ed.). **Dicionário do desenvolvimento**: Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 59-83. Tradutores: Vera Lúcia M. Joscelyne; Suzana de Gyalokay e Jaime A. Clasen.

FERNANDEZ, Brena Paula Magno. Ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável e economia ecológica: em que sentido representam alternativas ao paradigma de desenvolvimento tradicional?. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [s.l.], v. 23, p.109-120, 15 jun. 2011. Universidade Federal do Parana. <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v23i0.19246>.



FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Ufrj, 2010.

FREITAS, Tanise Dias et al.. Sen e o desenvolvimento como liberdade. In: NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme Francisco W. (Org.). **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: Ufrgs, 2016. Cap. 5. p. 50-61.

FREITAS, Tanise Dias et al.. Sen e o desenvolvimento como liberdade. In: NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo (Org.). **Introdução às Teorias do Desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2016. Cap. 5. p. 51-64.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. 268p.

FURTADO, Celso. In: O Longo Amanhecer - Uma Cinebiografia de Celso Furtado, Direção: José Mariani. Documentário. Brasil, 2007. 73 min.

FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. In: D'AGUIAR, Rosa Freire. (Org.). **Essencial Celso Furtado**. São Paulo: Penguin Classic Companhia da Letras, 2013. p. 167-175.

FURTADO, Celso. Os desafios da nova geração. **Revista de Economia Política**. V. 24, n. 4, out./dez. 2004.

GALVÃO, Taís Freire; PEREIRA, Mauricio Gomes. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, [s.l.], v. 23, n. 1, p.183-184, mar. 2014. Instituto Evandro Chagas. <http://dx.doi.org/10.5123/s1679-49742014000100018>.

GASPAR, Ricardo Carlos. A trajetória da economia mundial: da recuperação do pós-guerra aos desafios contemporâneos. **Cadernos Metrópole**, [s.l.], v. 17, n. 33, p.265-296, maio 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2015-3312>.

GOMES, Isabelle Sena; CAMINHA, Iraquitan de Oliveira. GUIA PARA ESTUDOS DE REVISÃO SISTEMÁTICA: UMA OPÇÃO METODOLÓGICA PARA AS CIÊNCIAS DO MOVIMENTO HUMANO. **Movimento (esefid/ufrgs)**, [s.l.], v. 20, n. 1, p.395-411, 11 dez. 2013. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

GRASSI, Robson Antonio. Concorrência Schumpeteriana e capacitações dinâmicas:: explicitando os elos teóricos. **Revista Brasileira de Economia de Empresas**, [s.i.], v. 5, n. 1, p.29-46, 2005.

GRAY, David E. **Pesquisa no mundo Real**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012. 488 p.

GUMIERO, Rafael Gonçalves. **Diálogo das teses do subdesenvolvimento de Rostow, Nurkse e Myrdal com a teoria do desenvolvimento de Celso Furtado**. 2011. 145 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.



IANNI, Octavio. Estado e Planejamento Econômico no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

JIMÉNEZ-CONTRERAS, Evaristo. Los métodos bibliométricos: estado de la cuestión y aplicaciones. In: I CONGRESO UNIVERSITARIO DE CIENCIAS DE LA DOCUMENTACIÓN. TEORÍA, HISTORIA Y METODOLOGÍA DE LA DOCUMENTACIÓN EN ESPAÑA (1975-2000), 1., 2000, Madrid. **Anais...** . Madrid: Ponencia, 2000. p. 757 - 771.

JURAS, Ilidia da A. G. Martins. **Rio + 10 – o plano de ação de Joanesburgo**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2002. 15 p.

KOLING, Paulo José, Teorias da dependência: abordagens sobre o desenvolvimento latino-americano. Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História 2007, 11 Acesso em: 28 de julho de 2019 Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305526867008> ISSN 1415-9945

LATOUCHE, Serge. Convivialidade e decrescimento. **Cadernos Ihu Ideias**, São Leopoldo, v. 166, n. 10, p.1-23, 2012.

LATOUCHE, Serge. Existirá uma vida após o desenvolvimento? **Estudos de Sociologia**: Rev. do Progr. de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, [s.i], v. 16, n. 2, p.217-230, 2010.

LEFF, Enrique. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. **Olhar de Professor**, Ponta Grossa, v. 14, n. 2, p.309-335, 21 dez. 2011. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). <http://dx.doi.org/10.5212/olharprofr.v.14i2.0007>.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálisis**, [s.l.], v. 10, n. , p.37-45, 2007. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-49802007000300004>.

LIMONGI, Fernando. Fernando Henrique Cardoso: teoria da dependência e transição democrática. **Novos Estudos - Cebrap**, [s.l.], n. 94, p.187-197, nov. 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-33002012000300012>.

MALUF, RENATO S. Hirschman e a dessacralização da epopeia do desenvolvimento por um desenvolvimentista. **Rev. Econ. Polit.** [online]. 2015, vol.35, n.1, pp.43-63. ISSN 0101-3157. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-31572015v35n01a03>.

MARCELO, Júlia Fernandes; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. Estudo bibliométrico sobre a produção científica da área da sociologia da ciência; Estudio bibliométrico en la producción científica del campo de la sociología de la ciencia. **Informação & Informação**, [s.l.], v. 18, n. 3, p.138-153, 9 set. 2013. Universidade Estadual de Londrina.

MARTINS, Carlos Eduardo; VALENCIA, Adrián Sotelo. Teoria da dependência, neoliberalismo e desenvolvimento: reflexões para os 30 anos da teoria. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 7, p.1-18, 2001.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MATOS, Richer de Andrade; ROVELLA, Syane Brandão Caribé. Do crescimento econômico ao desenvolvimento sustentável: conceitos em evolução. **Revista Eletrônica de Administração & Ciências Contábeis** (Opet), v. 3, p. 6, 2010.

MATTEI, Lauro. Gênese e agenda do novo desenvolvimentismo brasileiro. **Revista de Economia Política**, [s.l.], v. 33, n. 1, p.41-59, mar. 2013. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-31572013000100003>.

MEADOWS, D. H., D. L. Meadows, J. Randers, and W. W. Behrens III. **The Limits to Growth: A Report for the Club of Rome's Project on the Predicament of Mankind**, 205 pp. New York: Universe. 1972.

MINISTÉRIO do Meio Ambiente, Agenda 21 global. Acesso em 19/02/2019. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global.html>

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável; conceitos e princípios. **Textos de Economia**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 131-142, jan. 1993. ISSN 2175-8085. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/view/6645/6263>.

MORAES, Jorge Amaral de; SCHNEIDER, Sérgio. Sistemas Produtivos Localizados (SPLs) como mecanismo de regulação e governação das dinâmicas socioeconômicas dos territórios. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 1, p.105-125, jan./abr. 2011.

MOREIRA, Paula Gomes. A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e seu legado na política ambiental brasileira. Anais do Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais-UFES, v. 1, n. 1, 2011.

MORICCHI, Luiz; GONÇALVES, José Sidnei. Teoria do desenvolvimento econômico de Schumpeter: uma revisão crítica. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 24, n. 8, p.27-35, ago. 1994.

NIEDERLE, Paulo André; CARDONA, Juan Camilo de los Ríos; FREITAS, Tanise Dias. Hirschman e a economia do desenvolvimento. In: NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo (Org.). **Introdução às Teorias do Desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2016. Cap. 4. p. 39-50.

ODUM, Eugène P. **Fundamentos de Ecologia**. 6ª ed. São Paulo: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

OLIVEIRA, Daiana Felix de; MONTEIRO, Luciana de Vasconcelos Gomes. Ecodesenvolvimento: Uma Abordagem sob o Contributo de Ignacy Sachs. **Revista de Direito, Economia e Desenvolvimento Sustentável**, [s.l.], v. 1, n. 1, p.29-48, 6 dez. 2015. Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito - CONPEDI. <http://dx.doi.org/10.26668/indexlawjournals/2526-0057/2015.v1i1.939>.

OLIVEIRA, Leandro Dias. Os "Limites do Crescimento" 40 Anos Depois: das "Profecias do Apocalipse Ambiental" ao "Futuro Comum Ecologicamente Sustentável". **Revista Continentes**, [S.l.], n. 1, p. 72-96, jul. 2012. ISSN 2317-8825. Disponível em: <http://www.revistacontinentes.com.br/continentes/index.php/continentes/article/view/8>. Acesso em: 26 jun. 2019.

ONU, A ONU e Meio Ambiente. Acesso em 19/2/2019. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>.

ONU, Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Declaração do Rio de Janeiro. **Estudos Avançados**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 15, p.153-159, ago. 1992. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40141992000200013>.

ONU. **1941: A Carta do Atlântico**. Disponível em: <https://www.un.org/en/sections/history-united-nations-charter/1941-atlantic-charter/index.html>. Acesso 27 jun. 2019

PAULA, João Antônio de. Caio Prado Júnior e o desenvolvimento econômico brasileiro. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 17, n. 1, p.1-19, mar. 2006.

PECQUEUR, Bernard. A guinada territorial da economia global. **Eisforia**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p.81-102, jan./jun. 2003.

PECQUEUR, Bernard. A guinada territorial da economia global. **Política & Sociedade**, [s.l.], v. 8, n. 14, p.79-105, 6 out. 2009. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

PECQUEUR, Bernard. A guinada territorial da economia global. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 8, n. 14, p.1-30, 6 out. 2009. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2009v8n14p79>.

PECQUEUR, Bernard. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. **Raízes**, Campina Grande, UFCG, v.24, n.1/2, p.10-22, jan./dez., 2005.

PECQUEUR, Bernard. O desenvolvimento territorial: Uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. **Raízes**, Campina Grande, v. 24, n. 1, p.10-22, jan./dez. 2005. Tradução de Ghislaine Duque.

PEREIRA, José Maria Dias. Uma breve história do desenvolvimentismo no Brasil. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, p.121-141, jul. - dez. 2011.

PERROUX, François. Nota sobre o conceito de polo de crescimento. In: PERROUX, François; FRIEDMANN, John; TINBERGEN, Jan. A Planificação e os Polos de Desenvolvimento. Porto, Portugal: Edições Rés Limitada, 1975. p. 5-26.

PINHEIRO, Maurício Mota Saboya. **AS LIBERDADES HUMANAS COMO BASES DO DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE CONCEITUAL DA ABORDAGEM DAS CAPACIDADES HUMANAS DE AMARTYA SEN**. 1974. ed. Rio de Janeiro: Ipea, 2012.

PIOVESAN, Armando; TEMPORINI, Edméa Rita. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Revista de Saúde Pública**, [s.l.], v. 29, n. 4, p.318-325, ago. 1995. FapUNIFESP (SciELO).

PIVOTO, Dieisson; Caruso, Cíntia de Oliveira; NIEDERLE, Paulo André. Schumpeter e a teoria do desenvolvimento econômico. In: NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo (Org.). **Introdução às Teorias do Desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2016. Cap. 2. p. 17-28.

PIZZANI, Luciana et al.. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento The art of literature in search of knowledge. **Rdbci: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, [s.l.], v. 10, n. 1, p.53-66, 10 jul. 2012. Universidade Estadual de Campinas. <http://dx.doi.org/10.20396/rdbci.v10i1.1896>.

POLICARPO, Mariana Aquilante. **Impactos socioambientais do setor agroflorestal em Santa Catarina: estudo de caso nas encostas da Serra Geral à luz do enfoque do desenvolvimento territorial sustentável**. 2009. 470 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2009.

PRAÇA, F.S. G. Metodologia da pesquisa científica: organização estrutural e os desafios para redigir o trabalho de conclusão. PRAÇA, F. S. G. 08, nº 1, p. 72 - 87, JAN-JUL, 2015. Revista Eletrônica “**Diálogos Acadêmicos**” (ISSN: 0486-6266).

PRADO JÚNIOR, Caio. **História e Desenvolvimento**: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. 1. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1972.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Teoria marxista do conhecimento e método dialético materialista**. In: Discurso–Revista do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, ano IV, n. 4, p.41-78, 1973.

PRODANOV, Cléber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2009.

REDCLIFT, Michael R. PÓS-SUSTENTABILIDADE E OS NOVOS DISCURSOS DE SUSTENTABILIDADE. **Raízes**, Campina Grande, v. 21, n. 1, p.124-136, jan./jun. 2002.

REDCLIFT, Michael R. Sustainable development (1987-2005): an oxymoron comes of age. **Horiz. antropol.** [online]. 2006, vol.12, n.25, pp.65-84. ISSN 0104-7183. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832006000100004>.

REDCLIFT, Michael. R. Desenvolvimento sustentável (1987-2005) - um oxímoro atinge a maioria. Portal Ecodebate, 2012. Tradução: Vicente Rosa Alves; Revisão: Júlia Spatuzzi Felmanas. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2012/02/23/desenvolvimento-sustentavel-1987-2005-um-oximoro-atinge-a-maioridade-artigo-de-michael-r-redclift/> Acesso em: 31 jul 2019.

REIS, José Carlos. Anos 1960: Caio Prado Jr. e. **Revista Brasileira de História**, [s.l.], v. 19, n. 37, p.245-277, set. 1999. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-01881999000100012>.

RICUPERO, B. (1998). CAIO PRADO JR.: O primeiro marxista brasileiro. **Revista USP**, (38), 64-77. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i38p64-77>

RICUPERO, B. CAIO PRADO JR.: O PRIMEIRO MARXISTA BRASILEIRO. **Revista USP**, n. 38, p. 64-77, 30 ago. 1998.

RICUPERO, Bernardo. **Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2000.

ROCHA, Marco Antonio M. da. Desenvolvimento nacional, estrutura e superestrutura na obra de Caio Prado Júnior. **Oikos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p.263-278, 2009.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 26, n. 74, p.65-92, 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142012000100006>.

ROSA, Sérgio Eduardo Silveira da; GOMES, Gabriel Lourenço. O Pico de Hubbert e o Futuro da Produção Mundial de Petróleo. **Revista do Bndes**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 22, p.21-49, dez. 2004.

ROSTOW, Walt Whitman. **Etapas do desenvolvimento econômico**: um manifesto não-comunista. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

SACHS, Ignacy. Barricadas de ontem, campos de futuro. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 24, n. 68, p.25-38, 2010. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142010000100005>.

SACHS, Ignacy. Rumo a ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento. Paulo Freire Vieira (org.). São Paulo: Cortez, 2007.

SAMPAIO, R. F; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, [s.l.], v. 11, n. 1, p.83-89, fev. 2007. FapUNIFESP (SciELO).

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: editora Best Seller, 1999

SANTOS, G. C. D. Análise Bibliométrica dos Artigos Publicados como Estudos Bibliométricos na História do Congresso Brasileiro de Custos . **Pensar Contábil**, v. 17, n. 62, p. 4-13, 2015.

SANTOS, Theotônio dos. **A teoria da dependência**: balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S. (Orgs) Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SAQUET, M. A. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SARMENTO, Alexandre Dellamura. Notas sobre o take-off: a teoria rostowiana revisada. **Teoria e Evidência Econômica**, [s/i], v. 18, n. 38, p.144-167, jan. 2012.

SCHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 6, n. 11, p.88-125, jan./jun. 2004.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1997. Tradução de Maria Sílvia Possas.

SCHÜTZ, G. R.; SANT'ANA, A. S. S.; SANTOS, S. G. Política de periódicos nacionais em Educação Física para estudos de revisão sistemática. **Revista Brasileira de Cineantropometria do Desempenho Humano**, Santa Catarina, v. 13, n. 4, p. 313-319, 2011. doi: 10.5007/1980-0037.2011v13n4p313.

SEN, Amartya. Capacidad y bienestar. In: NUSSBAUM, Martha C. e SEN, Amartya. (Org.). **La Calidad de Vida**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996. p. 54-83.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. 1 ed. 3 reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409 p. Tradução Laura Teixeira Motta.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. 1 ed. 8 reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 464 p. Tradução Laura Teixeira Motta.



SEN, Amartya. O desenvolvimento como expansão de capacidades. **Lua Nova**, São Paulo, n. 28-29, p. 313-334, Apr. 1993. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64451993000100016&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451993000100016&lng=en&nrm=iso). access on 24 July 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451993000100016>.

SEQUINEL, Maria Carmen Mattana. Cúpula mundial sobre desenvolvimento sustentável - Joanesburgo: entre o sonho e o possível. **Análise Conjuntural**, [s.i.], v. 24, n. 11-12, p.12-15, nov./dez. 2002.

SHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, nº 11, jan-jun 2004, p. 88-125.

SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando de; MICHEL, Renalt. Por que novo-desenvolvimentismo? **Brazilian Journal Of Political Economy**, [s.l.], v. 27, n. 4, p.507-524, dez. 2007. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-31572007000400001>.

SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando de; MICHEL, Renaut. Por que novo-desenvolvimentismo? **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 27, n. 4, p. 507-524, out./dez. 2007.

SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando de; MICHEL, Renaut. Por que um Novo-Desenvolvimentismo? **Jornal dos Economistas**, [s/i], v. 1, n. 186, p.1-6, jan. 2005.

SILVA, Ana Paula Ferreira da; et al.. Estudo bibliométrico sobre custo em organizações da construção civil: contribuições do congresso brasileiro de custo de 1996 a 2010. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 19., 2012, Gramado. Anais.... São Leopoldo: Associação Brasileira de Custos, 2012.

SILVA, Claudio Araujo de Souza e. **Hélio Jaguaribe e a Reforma Política Para o Desenvolvimento**. 2006. 71 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SILVA, Gustavo Javier Castro. A teoria da dependência: reflexões sobre uma teoria latino-americana. 201? .Disponível em [http://www.unieuro.edu.br/sitenovo/revistas/downloads/hegemonia\\_03\\_04.pdf](http://www.unieuro.edu.br/sitenovo/revistas/downloads/hegemonia_03_04.pdf). Acesso em 20 de jun de 2019.

SILVA, Márcia Regina da; HAYASHI, Carlos Roberto Massao; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. Análise bibliométrica e cientométrica: desafios para especialistas que atuam no campo. **Incid: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, [s.l.], v. 2, n. 1, p.110-129, 15 jun. 2011. Universidade de São Paulo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBiUSP

SLY, Maria Jose Haro. **A cooperação científico-tecnológica sinoargentina e sino-brasileira: os casos do laboratório virtual (labex) da embrapa em beijing e do centro binacional China-Argentina de ciência e tecnologia de alimentos**. 2017.

243 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

SWEEZY, Paul M. **Teoria do desenvolvimento capitalista**: Princípios de economia política marxista. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. Tradução de Waltensir Dutra.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Celso Furtado. Estudos Avançados, [s.l.], v. 15, n. 43, p.347-362, dez. 2001. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142001000300025>.

TONNEAU, Jean Philippe; VIEIRA, Paulo Freire. Que diretrizes de pesquisa para o desenvolvimento territorial sustentável no Brasil? **Eisforia**, Florianópolis, v. 4, n. 4, p.311-334, dez. 2006.

TREINTA, F.T; FARIAS FILHO, J. R; SANT'ANNA, A. P; RABELO, L. M. Metodologia de pesquisa bibliográfica com a utilização de método multicritério de apoio à decisão. **Prod.** [online]. 2014, vol.24, n.3, pp.508-520.

VALE, Gláucia Maria Vasconcelos; CASTRO, José Márcio de. CLUSTERS, ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS, DISTRITOS INDUSTRIAIS: REFLEXÕES SOBRE AGLOMERAÇÕES PRODUTIVAS. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 53, n. 28, p.81-97, mar. 2010.

VANTI, Nadia Aurora Peres. Da Bibliometria à Webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. Revista da Ciência da Informação. Brasília, v. 31, n. 2, p. 152-162, maio/ago, 2002.

VARGAS, Felipe; ARANDA, Yara Paulina Cerpa; RADOMSKY, Guilherme Francisco Warteloo. Desenvolvimento sustentável: introdução histórica e perspectivas teóricas. In: NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo (Org.). **Introdução às Teorias do Desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2016. Cap. 9. p. 103-112.

VARGAS, Tatiane Aparecida Viegas; THEIS, Ivo Marcos; STRELOW, Daniel Rodrigo. A contribuição de Caio Prado Júnior para o pensamento social brasileiro. In: IX Encontro de Economia Catarinense, 2015, Chapecó. Anais do IX Encontro de Economia Catarinense, 2015.

VEIGA, José Eli da; ZATZ, Lia. **Desenvolvimento Sustentável**: Que bicho é esse? São Paulo: Autores Associados, 2008.

VEIGA, José Eli da. A primeira utopia do antropoceno. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 20, n. 2, p.233-252, abr. 2017.

VEIGA, José Eli da. Um passo adiante e dois para trás. **Política Externa**, [s/l], v. 21, n. 3, p.1-25, jul/set. 2012.

VEIGA, José Eli da. A insustentável utopia do desenvolvimento. **Anais..** São Paulo: NAMA/FEA/USP, 1991.



VIANNA, Mônica Peixoto. **Da edificação ao traçado urbano**: A experiência de planejamento regional integrado na CESP. 2012. 303 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Carlos, 2012.

VIEIRA, P. F. Do desenvolvimento local ao ecodesenvolvimento territorial. **INTERthesis**. Vol. 10 n. 2, pg. 119-141, out, 2013.

VIEIRA, Paulo Freire. Rumo ao desenvolvimento territorial sustentável: esboço de um roteiro metodológico participativo. In: **Eisforia**, ano 4, volume 4, n. especial. Florianópolis: UFSC. 2006.

VIEIRA, Paulo Henrique Freire. Do desenvolvimento local ao ecodesenvolvimento territorial. **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p.119-141, 9 dez. 2013. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/1807-1384.2013v10n2p119>.

WASSERMAN, Claudia; Silva, Ricardo Oliveira. A questão agrária brasileira (1950-1960) - A análise histórica de Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Júnior. **Revista História Hoje** (São Paulo), v. 5, p. xxx-xxx, 2008.

WOLFFENBUTTEL, Andréa. **Ignacy Sachs - O estudioso franco-polonês coloca os valores humanos acima de tudo**. 2007. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1340:entrevistas-materias&Itemid=41](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1340:entrevistas-materias&Itemid=41). Acesso em: 30 jul. 2019.

## ANEXO 1 - PRODUÇÕES CIENTÍFICAS OBTIDAS NA BDTD

DESENVOLVIMENTO REGIONAL						
Título	Autor	Orientador	Palavras-chave	Instituição	Programa	Ano
Turismo e desenvolvimento regional: um ensaio de operacionalização no Estado de São Paulo	Madalena Pedroso Aulicino	Wilson Abrahão Rabahy	Desenvolvimento regional; Emprego; Estado de São Paulo; Região; Turismo	USP	Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação	2004
Desenvolvimento regional e dinâmicas territoriais : o caso do Corede Norte, RS	Aver, Ivana Karine	Campos, Heleniza Ávila	Planejamento regional; Desenvolvimento regional; Evolucao urbana	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional	2016
Capital social, planejamento e desenvolvimento regional em Sergipe	Santos, Gleideneides Teles dos	Hansen, Dean Lee	Geografia; Geografia social; Capital social; Desenvolvimento regional; Planejamento; Sergipe	UFS	Programa de Pós-Graduação em Geografia	2015
Desenvolvimento regional no Vale do Zambéze-Moçambique em perspectiva	Mungói, Cláudio Artur	Ruckert, Aldomar Arnaldo.	Desenvolvimento regional; Desenvolvimento econômico; Desenvolvimento rural; Agricultura familiar; Investimento privado; Investimento público; Vale do Zambéze, Região (Moçambique)	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural	2008
Política de desenvolvimento regional e inovação: lições para o Brasil da experiência europeia	Galvão, Antonio Carlos Filgueira	Cano, Wilson, 1937-	Política governamental; Desenvolvimento regional; Areas subdesenvolvidas - Inovações tecnológicas	UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas	2003
Desenvolvimento regional do território do estado do Tocantins: implicações e alternativas	Oliveira, Nilton Marques de	Piffer, Moacir	Desenvolvimento regional; Economia do Tocantins; Matriz institucional; Base econômica; Território; Economia regional; Planejamento regional; Tocantins - Condições econômicas	UNIOESTE	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio	2015
A intervenção legislativa no orçamento da União: implicações para a	Melo, Ana Lúcia Aguiar	César, Benedito Tadeu	Orçamento público; Política orçamentária; Administração pública; Poder legislativo;	UFRGS	Programa de Pós-Graduação	2004

representação política, o federalismo e o desenvolvimento regional				Federalismo; Representação política; Desenvolvimento regional		em Ciência Política	
A influência da Ferrovia Norte-Sul no desenvolvimento regional do território goiano	Campos, Flávia Rezende	Arrais, Tadeu Pereira Alencar		Desenvolvimento regional; Ferrovias; Goiás; Ferrovia Norte-Sul	UFG	Programa de Pós-Graduação em Geografia (IESA)	2015
Sobre regiões e desenvolvimento: os processos de desenvolvimento regional brasileiro no período 1999-2010	Alexandre Abdal	Marcia Regina de Lima Silva		Atividade econômica; Brasil; Desenvolvimento regional; Indústria; Tecnologia e conhecimento	USP	Programa de Pós-Graduação Sociologia	2015
Políticas ambientais e desenvolvimento regional: perspectiva do pensamento institucionalista evolucionário	Oliveira, Aparecida Antonia	Filippi, Eduardo Ernesto		Política ambiental; Economia institucional; Institucionalismo; Preservação ambiental; Desenvolvimento regional	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Economia	2012
Políticas de desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul: vestígios, marcas e repercussões territoriais	Cargnin, Antonio Paulo	Ruckert, Aldomar Arnaldo		Geografia política; Geografia econômica; Planejamento territorial; Rio Grande do Sul; Desenvolvimento regional	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Geografia	2011
Desenvolvimento regional em crise: políticas econômicas liberais e restrições a intervenção estatal no Brasil dos anos 90	Monteiro Neto, Aristides, 1967-	Cano, Wilson,		Economia regional; Intervenção estatal - Brasil; Desenvolvimento regional	UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico	2005
Desenvolvimento regional no médio alto Uruguai/RS: percepções, impasses e alternativas	Wesendonck, Claudia Cristina	Lima, Jandir Ferrera de		Economia regional; Conselho de Desenvolvimento regional; Desenvolvimento econômico; Governança; Rio Grande do Sul	UNIOESTE	Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> em Desenvolvimento Regional e Agronegócio	2016
Qualidade de vida em Porto Velho, Rondônia: perspectivas do processo de desenvolvimento regional	SILVA, Regina Chelly Pinheiro da	SIMONIAN, Lígia Terezinha Lopes		Qualidade de vida; Análise multifatorial; Migração; Desenvolvimento regional; Índice de qualidade de vida urbana; Rondônia - Estado; Amazônia brasileira	UFPA	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido	2013

Turismo e desenvolvimento regional: modelo APL TUR aplicado à região das Hortênsias (Rio Grande do Sul - Brasil)	Edegar Luís Tomazzoni	Mirian Rejowski	APL Tur; Cluster; Desenvolvimento regional; Modelo de análise; Região das Hortênsias; Turismo	USP	Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação	2007
A contribuição do ensino superior ofertado pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul no desenvolvimento regional do estado no período de 1996-2007	Lima, Eleuza Ferreira	Lahorgue, Maria Alice Oliveira da Cunha	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.; Ensino superior; Desenvolvimento regional; Capital humano; Economia da educação; Brasil	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Economia	2012
Economia política da integração regional na África ocidental: a União Econômica e Monetária (UEMOA) como estratégia para o desenvolvimento regional	Fernandes, Lito Nunes	Cunha, Andre Moreira	Integração econômica; Integração regional; Desenvolvimento regional; Blocos econômicos; Países em desenvolvimento; África Ocidental	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Economia	2011
Economia política do desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul após a Constituição de 1988: uma abordagem "possibilista"	Fiori, Tomás Pinheiro	Herrlein Junior, Ronaldo	Economia política; Desenvolvimento regional; História econômica; Teoria econômica; Rio Grande do Sul	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Economia	2015
Juventude e desenvolvimento regional: um estudo sobre a inserção das coletividades geracionais jovens no processo de desenvolvimento da microrregião de Toledo, PR	Oliveira, Luciana Vargas Netto	Colognese, Sívio Antonio	Juventude; Desenvolvimento regional; Inserção; Mudança social; Coletividades geracionais; Juventude - Toledo (PR : Microrregião); Jovens - Emprego; Formação profissional	UNIOESTE	Programa de Pós-Graduação Stricto em Desenvolvimento Regional e Agronegócio	2013
Duas décadas de autonomia política: estudo de caso sobre as políticas públicas de gestão ambiental urbana no município de Boa Vista/Roraima no período de 1990 a 2010 e suas repercussões para o desenvolvimento regional	Silva, Rildo Dias da	Filippi, Eduardo Ernesto	Autonomia política; Políticas públicas; Gestão ambiental; Desenvolvimento regional; Desenvolvimento sustentável; Capital social; Boa Vista (RR)	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Ciência Política	2014

Um estudo sobre a expansão do gás natural no Brasil num contexto de integração regional	Rodrigues, Manoel Gonçalves	Jannuzzi, Gilberto de Martino,	Gás natural; Desenvolvimento regional; Meio ambiente	UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica	1995
Integração inter-regional da indústria e emprego no Nordeste	Wanderley, Livio Andrade	Nicol, Robert Norman Vivian Cajado	Industrialização; Nordeste; Emprego; Desenvolvimento regional; Bens de consumo	FGV	Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas	1994
Universidades e desenvolvimento: um estudo sobre a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul	Vecchio, Rafael Augusto	Klering, Luis Roque	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.; Desenvolvimento regional; Crescimento econômico	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Administração	2010
A dimensão espacial do subdesenvolvimento: uma agenda para os estudos urbanos e regionais	Brandão, Carlos Antonio, 1959-	informado, Não	Desenvolvimento econômico; Desenvolvimento regional; Desenvolvimento urbano; Economia urbana	UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas	2004
A construção do "novo nordeste" no concerto do ensino superior: intelectuais, política e educação na URNe	Aleixo, Ramon de Alcântara	Costa, Jean Carlo de Carvalho	Ensino Superior; Desenvolvimento regional; Desenvolvimento regional - Paraíba - Nordeste; Ensino superior - URNe; Intelectuais - Campina Grande (PB); Expansão do Ensino Superior - Brasil; URNe	UFPB	Programa de Pós-Graduação em Educação	2018
Território e desenvolvimento: análise da produção de açaí na região Tocantina (PA)	CORREIA, Rosivanderson Baia	HESPAHOL, Antonio Nivaldo	Comunidades ribeirinhas; açaí; Euterpe oleracea; Produção de açaí; Desenvolvimento regional	UNESP	Programa de Pós-Graduação em Geografia	2017
A Refinaria Abreu e Lima em Suape: perspectivas para o desenvolvimento socioeconômico regional	MONTEIRO, Antonio Luiz Ribeiro	ARAÚJO, Tânia Bacelar de	Desenvolvimento; Desenvolvimento regional; Refino de petróleo; Refinaria Abreu e Lima RNEST; Cadeia de suprimentos	UFPE	Programa de Pós-Graduação em Geografia	2011
Caminho possível para o desenvolvimento do RN: a utopia do Polo Gás Sal	Fernandes, Geraldo de Margela	Beaugrand, Eleonora Bezerra de Melo Tinoco	Desenvolvimento econômico; Modernização industrial; Desenvolvimento regional	UFRN	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais	2007
Desenvolvimento da cultura do algodão Mato Grosso: uma abordagem relacional	Francio, Nilso	Verschoore, Jorge Renato de Souza	Desenvolvimento regional; Economia relacional	UNISINOS	Programa de Pós-Graduação em Administração	2017

A participação nos fóruns das mesorregiões metade sul do RS e grande fronteira do Mercosul: um estudo sobre novas instâncias de governança territorial participativa (2007-2013)	Silva, Roselani Maria Sodré da	Gugliano, Alfredo Alejandro	Democracia deliberativa; Governança; Desenvolvimento regional	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Ciência Política	2017
Identificação de padrões distintos de desenvolvimento na Região Sul do Brasil: uma análise multivariada	Tavares, Jean Max	Pôrto Júnior, Sabino da Silva	Desigualdade econômica; Desenvolvimento regional; Desenvolvimento econômico; Brasil, Região Sul	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Ciência Política	2008
A dinâmica do mercado de trabalho formal no estado de Mato Grosso do Sul - MS, no período de 1990 a 2010: uma aplicação do método estrutural-diferencial	Vieira, Rosele Marques	Dathein, Ricardo	Mercado de trabalho; Emprego; Desenvolvimento regional; Mato Grosso do Sul	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Economia	2012
Modelo de sistematização das informações para cursos de pós-graduação lato sensu visando a demanda regional	Favretto, Jacir	Echeveste, Marcia Elisa Soares	Instituições de ensino superior; Pós-Graduação; Desenvolvimento regional	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção	2014
A relação universidade-empresa no Brasil: testando hipóteses a partir do caso da UNICAMP	Gomes, Erasmo Jose	Dagnino, Renato Peixoto, 1948-	Universidade e indústria; Ciência e Estado; políticas públicas - Brasil; Desenvolvimento econômico; Desenvolvimento regional	UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica	2001
Desenvolvimento econômico regional: o estímulo a inovação tecnológica em arranjos produtivos locais do Estado de São Paulo	Dedding, Anita Tereza	Amaral, Eduardo Gurgel do	Inovações tecnológicas; Tecnologia; Desenvolvimento econômico; Desenvolvimento regional	UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica	2006
Desenvolvimento capitalista e trajetórias empresariais em Pernambuco	Oliveira, Fábio Lucas Pimentel de, 1985-	Cano, Wilson	Desenvolvimento regional; Grandes empresas; Desenvolvimento econômico; Economia - Pernambuco	UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico	2014
Do antigo norte de Goiás ao estado do Tocantins=	Feitosa, Cid Olival	Maciel, Claudio Schuller	Economia - Tocantins (Estado); Desenvolvimento regional; Tocantins; Palmas (TO)	UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em	2011



elementos de uma economia em formação						Desenvolvimento Econômico	
Guerra fiscal no Brasil e alterações das estruturas produtivas estaduais desde os anos 1990	Cardozo, Soraia Aparecida	Cano, Wilson	Política tributária - Brasil; Federalismo; Desenvolvimento regional	UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico	2010	
Assentamento de reforma agrária na região do Pontal do Paranapanema e seus impactos econômicos e sociais.	Pimentel, Andréa Eloísa Bueno	Eid, Farid	Planejamento da produção; Assentamentos rurais; Desenvolvimento regional; Pontal do Paranapanema	UFSCAR	Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção	2004	
O processo de integração produtiva da região de Dourados A economia nacional	Walter Guedes da Silva	Sandra Lencioni	Desenvolvimento regional; Integração produtiva; Prodegran; Região de Dourados; Soja	USP	Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana	2011	
Governança e relações intergovernamentais: a experiência de desenvolvimento e integração regional do estado do Pará (2007 a 2014)	Oliveira, Jorgiene dos Santos	Kerbaui, Maria Teresa Miceli	Governança; Relações intergovernamentais; Governo estadual; Desenvolvimento regional	UFSCAR	Programa de Pós-Graduação em Ciência Política	2016	
Avaliação de impacto e de efeitos econômicos nas regiões do Rio Grande do Sul dos projetos e investimentos industriais incentivados pelo FUNDOPEM no período 1989/1998	Lima, Antonio Ernani Martins	Lagemann, Eugenio	Economia regional; Investimento; Indústria; Incentivo fiscal; Políticas públicas; Desenvolvimento regional; Fundo Operação Empresa (Fundopem); Fundos de financiamento; Rio Grande do Sul	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Economia	2003	
População rural na Região do Alto Jacuí /RS: análise sob a perspectiva do desenvolvimento agrícola	Mera, Claudia Maria Prudêncio de	Mielitz Netto, Carlos Guilherme Adalberto	Desenvolvimento agrícola; Desenvolvimento regional; População rural; êxodo rural; Atividade agrícola; Alto Jacuí, Região (RS)	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural	2011	
O uso da terra na atividade florestal: estudo comparativo dos indicadores socioeconômicos no Rio Grande do Sul	Oliveira, Letícia de	Waquil, Paulo Dabdab	Desenvolvimento sustentável; Indicadores; Desenvolvimento regional; Uso da terra; Indicadores socio-econômicos; Manejo florestal; Agronegócios	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Agronegócios	2009	



As dinâmicas e as desigualdades regionais de desenvolvimento no estado do Maranhão	Ottati, Ana Maria Aquino dos Anjos	Waquil, Paulo Dabdab	Desenvolvimento regional; Crescimento econômico; Desigualdade social; Índice de Desenvolvimento Humano; Políticas públicas; Economia regional; Maranhão	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural	2013
Infraestrutura e desenvolvimento: estudo de caso sobre IIRSA e COSIPLAN	Sebben, Fernando Dall'Onder	Martins, José Miguel Quedi	Relações internacionais; Políticas públicas; Infraestrutura; Energia; Transporte; Comunicação; Desenvolvimento regional; Estudo de caso; Brasil; América do Sul; Ásia, Leste	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais	2015
Santa Catarina: desenvolvimento, desigualdades regionais e ação do Estado no início do século XXI	Rodolfo, Fabiano	Lahorgue, Maria Alice Oliveira da Cunha	Desenvolvimento regional; Teoria econômica; Análise econômica; Santa Catarina	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Economia	2016
As instituições comunitárias de ensino superior do Rio Grande do Sul: análise de sua importância para o desenvolvimento socioeconômico regional	Bittencourt, Suzel Lisiane Jansen	Conceição, Octavio Augusto Camargo	Desenvolvimento regional; Ensino superior; Inovação; Capital humano; Rio Grande do Sul	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Economia	2016
A economia do sudeste paraense: fronteira de expansão na periferia brasileira	Santos, Valdeci Monteiro dos	Cano, Wilson	Desenvolvimento regional; Economia agrícola; Economia mineral; Amazônia; Pará, Sudeste	UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico	2011
Políticas públicas como instrumentos de ordenamento territorial para o desenvolvimento do litoral norte de Sergipe	Santos, Edinaldo Batista dos	Wanderley, Lilian de Lins	Geografia humana; Territorialidade humana; Política pública; Desenvolvimento sustentável; Costa; Ordenamento territorial; Desenvolvimento regional; Sustentabilidade; Sergipe	UFS	Programa de Pós-Graduação em Geografia	2015
A trajetória do discurso do desenvolvimento para o Nordeste: políticas públicas na (dis)simulação da esperança.	Lisboa, Josefa Bispo de	Conceição, Alexandrina Luz	Políticas públicas; Nordeste; Desenvolvimento regional; Desenvolvimento local sustentável; Desenvolvimento desigual e combinado	UFS	Programa de Pós-Graduação em Geografia	2007
O papel das políticas públicas no desenvolvimento da região das cidades gêmeas de Foz do	Avelar, João Marcos Borges	Schneider, Mirian Beatriz	Região transfronteiriça; Projeto Integrado de Desenvolvimento; Desenvolvimento regional	UNIOESTE	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento	2018

Iguaçu, Ciudad del Este e Puerto Iguazú						to Regional e Agronegócio	
As transformações da base econômica nos municípios do Centro Norte BR (2000-2015)	Oliveira, Thiago José Arruda de	Piffer, Moacir		Desenvolvimento regional; Formação econômica; Base econômica; Instituições; Centro Norte do Brasil	UNIOESTE	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio	2017
As migrações e o crescimento econômico do estado de Rondônia (1970 a 2010)	Nogueira Neto, Antônio	Rippel, Ricardo		Rondônia; Fronteira; Desenvolvimento regional; Ciclos econômicos; Migração	UNIOESTE	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio	2018
A ascensão e queda de uma instituição: a SUDENE no sistema federativo brasileiro	Colombo, Luciléia Aparecida	Noronha, Eduardo Garuti		Ciência política; SUDENE; Federalismo; Desenvolvimento regional; Brasil, Nordeste; Mudança institucional	UFSCAR	Programa de Pós-Graduação em Ciência Política	2012
Impactos do setor de biocombustíveis: aspectos socioeconômicos e da expansão territorial urbana no município de Lins, SP	Montanha, Enaldo Pires	Rohm, Sergio Antonio		Planejamento urbano; Energia da biomassa; Biodiesel; Desenvolvimento regional; Cana-de-açúcar; Desenvolvimento municipal; Lei 11.097/2007	UFSCAR	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana	2012
Mecanismos para o fortalecimento da Federação brasileira	Silva, Emanuel Maciel da	Santos, Marcelo de Oliveira Fausto Figueiredo		Constituição; Federalismo; Descentralização; Reforma federativa; Autonomia; Direito Constitucional Estadual; Desenvolvimento regional	PUC_SP	Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito	2015
A natureza nos planos de desenvolvimento da Amazônia (1955 -1985)	BATISTA, Iane Maria da Silva	MOURÃO, Leila		História ambiental; Planejamento regional; Recursos naturais; Economia regional; Natureza amazônica; Desenvolvimento regional; Amazônia (1955 -1985)	UFPA	Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia	2016
Políticas públicas e participação: os atores sociais na política de desenvolvimento territorial do estado da Bahia	Rocha, Ana Georgina Peixoto	Silva, Marcelo Kunrath		Desenvolvimento regional; Território; Políticas públicas; Zona rural; São Francisco, Rio; Chapada Diamantina, Região (BA); Bahia	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural	2010

Condições de vida, políticas públicas e efeitos no desenvolvimento rural: uma análise do programa "RS Rural" no contexto das desigualdades regionais no Rio Grande do Sul	Aguiar, Marcos Daniel Schmidt de	Filippi, Eduardo Ernesto	Desenvolvimento rural; Desenvolvimento regional; Políticas públicas; Comunidade rural; Bem-estar econômico; Rio Grande do Sul	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural	2011
Dinâmica econômica, urbanização e metropolização no Rio Grande do Norte (1940-2006)	Araújo, Denilson da Silva	Mota, Fernando Cezar de Macedo	Desenvolvimento regional; Economia - Rio Grande do Norte (RN); Rio Grande do Norte - Urbanização	UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico	2009
Arranjo produtivo local e apicultura como estratégias para o desenvolvimento do sudoeste de Mato Grosso	Amaral, Anderson Marques do	Margarido, Luiz Antonio Correia	Abelha - criação; Mel de abelha; Solo - uso; Vegetação; Sustentabilidade; Desenvolvimento regional; Apis mellifera; APL; Análises físico-química; Flora apícola; Produção apícola	UFSCAR	Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais	2010
Dissonâncias cognitivas regionais no desenvolvimento de uma economia do conhecimento na região oeste do Paraná	Colling, Marcel Augusto		Economia comportamental; Dissonância cognitiva; Heurísticas e vieses cognitivos; Inovação institucional; Economia do conhecimento; Desenvolvimento regional	UNIOEST E	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio	2018
O Biogás no Oeste do Paraná: potencialidade, desafios e perspectivas À luz da Nova Economia Institucional (NEI)	Strassburg, Udo	Jr., Weimar Freire da Rocha	Desenvolvimento regional; Biogás no Oeste do Paraná; Nova Economia Institucional NEI; Economia institucional	UNIOEST E	Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional e Agronegócio	2016
Transformações econômicas e a mobilidade espacial da população na mesorregião norte de Mato Grosso de 1986 a 2010	Pai, Camili Dai	Rippel, Ricardo	Migração interna - Norte mato-grossense (MT: Mesorregião); Mobilidade residencial; Migração; Desenvolvimento regional; Norte mato-grossense	UNIOEST E	Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional e Agronegócio	2016
Alto e médio Sapucaí: cenários para o planejamento ambiental	Helena Mendonça Faria	Maria de Assuncao Ribeiro Franco	Ambiente; Bacias hidrográficas; Caminhos cênicos; Cenários ambientais; Desenvolvimento regional; Planejamento	USP	Programa de Pós-Graduação	2008

				ambiental; Rio Sapucaí; Sustentabilidade; Turismo			em Arquitetura e Urbanismo	
Análise de eficiência e efetividade de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da Amazônia	CARDOSO, Andreia do Socorro Conduru de Sousa	PONTE, Marcos Ximenes( <a href="http://lattes.cnpq.br/0120823127408114">http://lattes.cnpq.br/0120823127408114</a> )]		Planejamento regional - Amazônia; Política pública; Desenvolvimento sustentável - Amazônia; Integração social - Amazônia; Infraestrutura - Amazônia; Desenvolvimento regional	UFPA	2011	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido	
Agronegócio do dendê: evolução no Estado do Pará, no Brasil e no Peru	VASQUEZ, Jorge Arturo Mori	ALMEIDA, Oriana Trindade de		Agroindústria; Planejamento regional; Dendê; Dendeicultura; Monocultura; Política pública; Desenvolvimento regional; Amazônia brasileira; Brasil - País; Peru - País	UFPA	2015	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido	
Amazônia, projeto desenvolvimentista, dissimulação e barbárie	PONTE, Zuleide Pamplona Ximenes	LOUREIRO, Violeta Refkalefsky		Modernização social; Desenvolvimento econômico; Desenvolvimento regional; Política de governo; Usina Hidrelétrica de Tucuruí - PA; Projeto Desenvolvimentista da Ditadura Militar de 1964 na Amazônia; Amazônia brasileira	UFPA	2010	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais	
Diferenciações na produção siderúrgica e implicações para o desenvolvimento na Amazônia Oriental Brasileira	LOIOLA, Edney	MONTEIRO, Maurilio de Abreu		Siderurgia; Desenvolvimento local; Desenvolvimento regional; Indústria mineral - Pará; Carvão vegetal - Pará; Desenvolvimento econômico - Aspectos sociais - Pará; Política pública	UFPA	2013	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido	
Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e estilos de agricultura familiar: uma análise a partir do Rio Grande do Sul	Conterato, Marcelo Antonio	Schneider, Sergio		Desenvolvimento rural; Agricultura familiar; Pluriatividade rural; Desenvolvimento regional; Mercado; Mudança social; Estratégia; Três Palmeiras (RS); Salvador das Missões (RS); Serra Gaúcha, Região (RS); Alto Uruguai, Região (RS); Missões, Região (RS); Rio Grande do Sul	UFRGS	2008	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural	
Processo de eletrificação em Goiás e no Distrito Federal: retrospectiva e análise dos	Alves, Josias Manoel	Sevá Filho, Arsenio Oswaldo		Eletrificação; Intervenção estatal; Empresas multinacionais; Conflito de interesses (Serviço público); capitalistas e	UNICAMP	2005	PÓS-GRADUAÇÃO EM	

problemas políticos e sociais na era da privatização			financistas; Desenvolvimento regional; Privatização; Energia elétrica - Concessões		ENGENHARIA MECÂNICA	
Usos do território e políticas de ciência, tecnologia e inovação em saúde: uma abordagem a partir da circularidade produtiva do radiofármaco FDG-18F para estudos PET-CT na Argentina e no Brasil	Fabiola Lana Iozzi	Ana Luiza D Avila Viana	Círculo espacial produtivo; Círculo de cooperação no espaço; Desenvolvimento regional; Fluoresceína F18; Política de saúde; Política nacional de ciência tecnologia e inovação; Tomografia por emissão de pósitrons	USP	Programa de Pós-Graduação em Medicina Preventiva	2014
Evolução agrária do Nordeste paraense por contos sociais ascendentes: a inclusão das redes mercantis de insumos nos processos metodológicos e o cálculo dos níveis de endogenização	ANDRADE, Wanderlino Demétrio Castro de	COSTA, Francisco de Assis	Desenvolvimento regional; Desenvolvimento econômico; Economia agrária; Agricultura familiar; Contabilidade nacional; Cadeia Backward; Cadeia Forward; Pará - Estado; Amazônia brasileira	UFPA	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido	2009

### DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Cooperativa e desenvolvimento territorial : o caso da Cooperativa Pindorama Alagoas	Maria Dias de Lima, Conceição	Salete Barbosa Cavalcanti, Josefa	Cooperativa; Globalização da agricultura; Desenvolvimento territorial; Pindorama; Alagoas	UFPE	Programa de Pós-Graduação em Sociologia	2011
Desenvolvimento territorial recente em espaços sub-regionais dinâmicos no Piauí	FAÃANHA, Antonio Cardoso	ARAÚJO, Tânia Bacelar de	Geografia; Desenvolvimento territorial; Piauí; Espaços- subregionais	UFPE	Programa de Pós-Graduação em Geografia	2009
A expansão da educação superior como estratégia de desenvolvimento territorial: o caso da Universidade Federal do Cariri	Nascimento, Ives Romero Tavares do	Laniado, Ruthy Nadia	Desenvolvimento territorial; Políticas públicas; Ensino superior; Cariri cearense; Universidade Federal do Cariri	UFBA	Núcleo de Pós-Graduação em Administração	2018
A importância da educação profissional na modalidade de educação a distância para o desenvolvimento territorial	Morais, Márcio Aurélio Carvalho de [UNESP]	Pitton, Sandra Elisa Contri	Desenvolvimento territorial; Educação profissional; Educação a distância; Qualidade de vida; Trabalho e renda;	UNESP	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA	2015

Intelectuais orgânicos no desenvolvimento territorial solidário e contra-hegemônico: o caso do banco Palmas	Carvalho, Hilano José Rocha de	Zanin, Maria	Intelectuais orgânicos; Estratégia; Contra-hegemonia; Tecnologias sociais; Bancos Comunitários de Desenvolvimento; Economia solidária; Desenvolvimento territorial	UFSCAR	Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade	2017
Rádio regional e desenvolvimento territorial: as emissoras de rádio de São Raimundo Nonato-PI no desenvolvimento do território Serra da Capivara	MALAQUIAS, Edite Maria de Morais	MACIEL, Caio Augusto Amorim	Geografia; Comunicação de massa; Comunicação local; Rádio comunitária; Rádio regional; Desenvolvimento territorial	UFPE	Programa de Pós-Graduação em Geografia	2015
Territórios subordinados: análise da política de desenvolvimento territorial a partir da produção de óleo de palma pela Agropalma em assentamentos de reforma agrária no Pará	Oliveira Neto, Adolfo da Costa	Fernandes, Bernardo Mançano	Desenvolvimento territorial; Agrocombustíveis; Óleo de palma; Agropalma; Amazônia	UNESP	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA	2017
Trabalho e desenvolvimento territorial na Amazônia oriental : a experiência da rede de desenvolvimento rural do baixo Tocantins (PA)	Souza, Armando Lirio de	Filippi, Eduardo Ernesto	Desenvolvimento rural; Desenvolvimento territorial; Movimentos sociais; Trabalhadores rurais; Agricultura familiar; Amazônia	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural	2011
Desenvolvimento territorial e direito da propriedade intelectual: um estudo dos casos da denominação de origem protegida Queijo Serra da Estrela e da indicação de procedência Queijo Minas Artesanal do Sero	MOREIRA, Wagner Rangel	Guedes, Cezar Augusto Miranda	Indicação geográfica; Desenvolvimento territorial; Queijo artesanal	UFRRJ	Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária	2016
O território nas políticas de desenvolvimento rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA): consenso ou conflito?	Silva, Cícero Nilton Moreira da	Silva, José Borzacchiello da	Geografia agrária; Desenvolvimento territorial; Políticas públicas; Estado; Consenso; Conflito	UFC	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA	2013
"Indicação Geográfica no Brasil: determinantes, limites e possibilidades"	REIS, Lívia Liberato De Matos	COUTO, Vítor de Athayde	Indicação Geográfica; Indicação de Procedência; Denominação de Origem;	UFBA	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO	2015



				Renda de monopólio; Desenvolvimento territorial		EM GEOGRAFIA	
Limites e avanços da gestão social em territórios rurais: uma análise do Território da Borborema - PB	Bastos, Valério Veríssimo de Souza			Desenvolvimento territorial; Gestão social; Territórios rurais	UFRN	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais	2017
Paradigmas do desenvolvimento rural em questão - do agrário ao territorial.	Arlson da Silva Favareto	Jose Eli Savoia da Veiga		Desenvolvimento rural; Desenvolvimento territorial; Questão agrária; Sociologia rural	USP	Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental	2006
A dimensão territorial do Programa de Aceleração do Crescimento: um estudo sobre o PAC no Estado do Pará e o lugar que ele reserva À Amazônia no desenvolvimento do país	Karina Oliveira Leitão	Erminia Terezinha Menon Maricato		Desenvolvimento territorial; Planejamento regional; Planejamento urbano; Política pública	USP	Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo	2009
A Geografia do conhecimento na inovação do território: um estudo a partir dos polos de inovação tecnológicas - RS - Vale do Rio Pardo e Vale do Taquari - RS	Cazarotto, Rosmari Terezinha	Ruckert, Aldomar Amaldo		Geografia política; Desenvolvimento territorial; Geografia econômica; Vale do Taquari, Região (RS); Vale do Rio Pardo, Região (RS)	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Geografia	2011
O alvorecer das indicações geográficas na Amazônia: a 'corrida' pela IG do queijo artesanal do Marajó/PA	Cruz, Benedito Ely Valente	Hespanhol, Rosângela Aparecida Medeiros		Assimetria de poder; Política pública; Queijo do Marajó; Indicação geográfica; Desenvolvimento territorial	UNESP	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA	2017
A Universidade no desenvolvimento do mercado de trabalho: um estudo de caso em Santana do Livramento	Fleck, Carolina Freddo	Piccinini, Valmiria Carolina		Desenvolvimento de competências; Mercado de trabalho; Qualificação profissional; Desenvolvimento territorial	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Administração	2012
Uma nova institucionalidade do desenvolvimento rural: a trajetória dos territórios rurais no Estado da Bahia	Velloso, Tatiana Ribeiro	Barreto Júnior, Edison Rodrigues		Geografia agrícola; Desenvolvimento rural - Bahia; Agricultura e Estado; Geografia econômica; Desenvolvimento territorial; Políticas Públicas; Território; Regionalização	UFS	Programa de Pós-Graduação em Geografia	2013
Desenvolvimento, resiliência e conexões transescalares em	Jankowsky, Mayra	Nordi, Nivaldo		Ecologia humana; Resiliência socioecológica; Manejo adaptativo;	UFSCAR	Programa de Pós-Graduação	2011



regiões rurais : estudo do Vale do Ribeira			Serviços ecossistêmicos; Vale do Ribeira; Territorialidade humana; Conexões transescalares; Desenvolvimento territorial		em Ecologia e Recursos Naturais	
Capacidade tecnológica territorial: conceito, modelo e aplicações	Santos, Carlos Eduardo Silva	Batalha, Mario Otávio	Capacidade tecnológica territorial; Desenvolvimento territorial; Inovação tecnológica; Cadeia agroindustrial; Capacidade tecnológica	UFSCAR	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	2017
Racionalidades identitárias na produção e comercialização de alimentos coloniais na Quarta Colônia-RS	Guimarães, Gisele Martins	Gehlen, Ivaldo	Desenvolvimento rural; Agricultura familiar; Desenvolvimento territorial; Alimentos; Comercialização; Ruralidade; Relações sociais	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural	2011
As múltiplas funções da agricultura familiar camponesa: práticas sócio-culturais e ambientais de convivência com o semi-árido.	ALVES, Arilde Franco	MALAGODI, Edgard Afonso	Convivência com o semiárido; Agricultura familiar camponesa; Camponeses do Semiárido Paraibano; Campesinato; Multifuncionalidade da agricultura; Agricultura moderna; Curimataú ocidental Paraibano; Fisiologia do Semiárido; Perfil fundiário - semiárido paraibano; Representações sociais - semiáridos; Território; Famílias rurais; Desenvolvimento territorial; Agricultura camponesa;	UFCG	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais	2009
<b>DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE</b>						
Estudo de caso comparativo entre Programas de Microcrédito na América Latina: o impacto socioeconômico nas mulheres das cidades de Bogotá e Recife	Claudia Marcia de Jesus Forte	Marcio Bobik Braga	Capital social; Desenvolvimento como liberdade; Inclusão social; Microcrédito; Mulheres	USP	Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina	2006
Comunicação, democracia, desenvolvimento: espaços de	Barbosa, Joyce de Matos	Katz, Helena Tânia	Meios e mediação; Desenvolvimento como liberdade; Economia da dança; Leis de Incentivo À Cultura	PUC_SP	Programa de Estudos Pós-Graduados em	2015

mediação nas economias da dança							Comunicação e Semiótica
<b>DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b>							
Desenvolvimento sustentável: uma análise do álcool como alternativa energética	Lopes, Luiz Antonio	Guerra, Sinclair Mallet-Guy	Desenvolvimento sustentável; Desenvolvimento energético; Etanol; Combustíveis líquidos	UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Planejamento de Sistemas Energéticos	1999	
Seleção de indicadores de desenvolvimentos sustentável para indústrias do setor siderúrgico	Polidoro, Heitor Aguiar	Luengo, Carlos Alberto	Desenvolvimento sustentável; Siderurgia; Energia; Indicadores ambientais	UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica	2000	
Desenvolvimento sustentável e a participação nos processos de agenda 21 local brasileiros	Arraes, Nilson Antonio Modesto, 1963-	Santos, Rozely Ferreira dos	Desenvolvimento sustentável; Meio ambiente; Administração municipal - Aspectos ambientais; Participação	UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil	2000	
Desenvolvimento sustentável: decifra-me ou te devoro. Análise sobre o desenvolvimento sustentável no modo de produção capitalista	Whitacker, Guilherme Magon	Girardi, Eduardo Paulon	Desenvolvimento sustentável; Grupo Banco Mundial; Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas; Setor Sucreenergético; Território	UNESP	Programa de Pós-Graduação em GEOGRAFIA	2017	
O programa estratégico integrado de gestão para o desenvolvimento sustentável	André Coimbra Felix Cardoso	Isak Kruglianskas	Administração de empresas - Aspectos ambientais; Desenvolvimento sustentável; Modelo de gestão; Sustentabilidade	USP	Programa de Pós-Graduação em Administração	2012	
Foresight para políticas de CT&I com desenvolvimento sustentável: estudo de caso Brasil	Antônio Luís Aulicino	Isak Kruglianskas	Ciência; Desenvolvimento sustentável; Foresight; Inovações tecnológicas; Políticas públicas; Prospectiva; Tecnologia	USP	Programa de Pós-Graduação em Administração	2006	
Energia e o sistema multilateral de comércio: o paradigma do desenvolvimento sustentável	Carolina Maria Lembo	Umberto Celli Junior	Comércio internacional; Desenvolvimento sustentável; Economia ambiental; Política ambiental; Serviços	USP	Programa de Pós-Graduação em Direito	2014	

A oikonomia da universidade filantrópica e o dom do desenvolvimento sustentável	Forneck, Romeu	Schneider, José Odelso	Evolução; Desenvolvimento; Universidade; Verdade; Ética; Liberdade; Desenvolvimento sustentável	UNISINOS	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais	2016
Indicadores de políticas públicas educacionais no contexto do desenvolvimento sustentável.	QUEIROZ, Cecília Telma Alves Pontes de	LIRA, Waleska Silveira	Políticas públicas; Desenvolvimento sustentável; Cidadania ativa; Indicadores educacionais	UFCG	Programa de Pós-Graduação em RECURSOS NATURAIS	2012
Desenvolvimento sustentável e questão agrária: retóricas e realidades em movimento	Gonçalves, José Cláudio	Scopinho, Rosemeire Aparecida	Questão agrária; Desenvolvimento sustentável; Assentamentos rurais	UFSCAR	Programa de Pós-Graduação em Sociologia	2015
Processo de formação de estratégias de desenvolvimento sustentável de grupos multinacionais	Cruz, Luciano Barin	Pedrozo, Eugenio Avila	Desenvolvimento sustentável; Sustentabilidade: Estratégias de negócios; Empresas multinacionais; Estratégia empresarial; Processo de internacionalização de empresas; Globalização	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Administração	2007
Desenvolvimento sustentável e desigualdade regional nas microrregiões do Paraná	Rodrigues, Katia Fabiane	Rippel, Ricardo	Desenvolvimento econômico - Aspectos ambientais - Paraná; Paraná - Condições econômicas - Disparidades regionais; Indicadores ambientais; Desenvolvimento sustentável; Medidas de mensuração do desenvolvimento sustentável; Desigualdades regionais; Microrregiões paranaenses	UNIOESTE	Programa de Pós-Graduação em <i>Stricto Sensu</i> em Desenvolvimento Regional e Agronegócio	2015
Capitalismo contemporâneo e questão ambiental: o desenvolvimento sustentável e a ação do Serviço Social	das Graças e Silva, Maria	Elizabete Fiuza Simões da Mota Fernandes, Ana	Capitalismo; Meio ambiente; Desenvolvimento sustentável; Proteção ambiental; Serviço social	UFPE	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social	2008
Aprendizagem e desenvolvimento sustentável: análise de narrativa no arranjo produtivo da piscicultura do Castanhão	Bastos, Adriana Teixeira	Matos, Fátima Regina Ney	Arranjos produtivos locais; Piscicultura; Desenvolvimento sustentável; Administração de empresas	UNIFOR	Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas	2015
A construção do desenvolvimento sustentável através das relações entre as	Hoff, Débora Nayar	Pedrozo, Eugenio Avila	Estudos organizacionais; Agronegócios; Organizações; Desenvolvimento	UFRGS	Programa de Pós-Graduação	2008

organizações e seus stakeholders: a proposição de uma estrutura analítica			sustentável; Grupos com interesse na organização (Stakeholders)		em Agronegócios	
A geopolítica do desenvolvimento sustentável = um estudo sobre a Conferência do Rio de Janeiro (Rio-92)	Oliveira, Leandro Dias de, 1979-	Rodrigues, Arlete Moysés	Geopolítica; Desenvolvimento sustentável; Política ambiental	UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Geografia	2011
Código de conduta: uma potencialidade para o desenvolvimento sustentável da floricultura do Agropolo Cariri/CE	Alencar, Giraline Souza da Silva	Pitton, Sandra Elisa Contri	Economia ambiental; Conduta; Desenvolvimento sustentável; Flores - Cultivo; Sustentabilidade; Gestão ambiental; Cariri (CE)	UNESP	Programa de Pós-Graduação em GEOGRAFIA	2013
Amazônia, UNASUL e desenvolvimento sustentável: o papel do Brasil (2003-2010)	Campos, Rogério Pereira de	Zevallos, Enrique Amayo	União de Nações Sul-Americanas; Sustentabilidade; Meio ambiente; Desenvolvimento sustentável; Amazônia	UNESP	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais	2015
Emergência de novos atores no desenvolvimento sustentável: a contribuição dos catadores de materiais recicláveis no Brasil	Sampaio de Alencar, Bertrand	Maria Ribeiro Leal, Suely	Catadores de materiais recicláveis; Desenvolvimento sustentável; Resíduos sólidos; Reciclagem; Movimentos sociais; Economia solidária; Exclusão social; Políticas públicas	UFPE	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano	2008
Desenvolvimento sustentável na educação superior (DSES): a contribuição da pesquisa acadêmica	Danesi, Luiz Carlos	Pereira, Giancarlo Medeiros	Desenvolvimento sustentável; Educação superior; Pesquisa acadêmica	UNISINOS	Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas	2018
Emprego de técnicas estatísticas na construção de índices de desenvolvimento sustentável aplicados a assentamentos rurais	Sandanielo, Vera Lúcia Martins	Padovani, Carlos Roberto	Análise multivariada; Assentamentos rurais; Desenvolvimento sustentável; Estatística - Análise	UNESP	Programa de Pós-Graduação em Ciências Agrônomicas	2008
Inovação para o desenvolvimento sustentável da bovinocultura de corte brasileira: o caso dos sistemas de integração	Marcos José de Almeida Matias	Rogério Ceravolo Callia	Bovinicultura de corte brasileira; Desenvolvimento sustentável; Inovação; Inovação sustentável; Sistemas de integração	USP	Programa de Pós-Graduação em Administração de Organizações	2018

Mar de cana, deserto verde? Dilemas do desenvolvimento sustentável na produção canavieira paulista.	Gonçalves, Daniel Bertoli	Alves, Francisco José da Costa	Agroindústria canavieira; Desenvolvimento sustentável; Trabalhadores rurais; Políticas públicas; Meio ambiente; Atores sociais	UFSCAR	Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção	2005
Administração e gestão social: aspectos dimensionais do desenvolvimento sustentável em municípios sergipanos	Bitencourt, Daniela Venceslau	Soares, Maria José Nascimento	Meio ambiente; Desenvolvimento sustentável; Serviço social; Administração; Gestão social; Municípios sergipanos	UFS	Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente	2015
Alinhamento do planejamento estratégico com o plano diretor da automação industrial em pró do desenvolvimento sustentável.	Cláudia Tomie Yukishima Zuge	Sérgio Luiz Pereira	Alinhamento estratégico; Automação industrial; Desenvolvimento sustentável; Planejamento estratégico; Plano diretor da automação industrial; Sustentabilidade	USP	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica	2013
A proteção internacional do patrimônio biocultural imaterial a partir da concepção de desenvolvimento sustentável	Edson Beas Rodrigues Junior	Maristela Basso	Bens culturais; Biodiversidade; Desenvolvimento sustentável; Direito internacional; Patrimônio cultural; Patrimônio imaterial; Propriedade intelectual; Qualidade de vida; TRIPS	USP	Programa de Pós-Graduação em Direito	2009
Formação e limitações regionais do plano de desenvolvimento sustentável da região turística do Meio-norte (Brasil)	Matos, Fábio de Oliveira	Oliveira, Christian Dennys Monteiro de	Geografia; Imagética; Desenvolvimento Sustentável Pobreza; Turismo - Planejamento; Desenvolvimento sustentável; Geografia Regional	UFC	Programa de Pós-Graduação em Geografia	2013
A sociologia sob o signo ecológico: um estudo sobre modernização ecológica, desenvolvimento sustentável e a teoria da sociedade de risco	Lenzi, Cristiano Luis	Silva, Josué Pereira da	Desenvolvimento sustentável; Risco; Sociologia; Mudança social	UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais	2003
Patrimônio paisagístico e turismo na ilha de Santa Catarina: a premência da paisagem no desenvolvimento sustentável da atividade turística	Ayrton Portilho Bueno	Miguel Alves Pereira	Desenvolvimento sustentável; Paisagem; Turismo	USP	Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo	2006
Conhecimento local, tecnologias apropriadas e o desenvolvimento sustentável	Paes, Diego Cristóvão Alves de Souza	Silva, Tania Nunes da	Desenvolvimento sustentável; Piscicultura;	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Administração	2017





Política energética e desenvolvimento sustentável : taxa sobre o carbono para mitigação de gases de efeito estufa no Brasil	Hinostroza Suarez, Miriam Liliana	Guerra, Sinclair Mallet-Guy	Energia; Política energética; Efeito estufa (Atmosfera); Desenvolvimento sustentável; Reforma tributária; Política ambiental	UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica	2000
Gestão da inovação na indústria brasileira de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos: uma análise sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável	Vilha, Anapátricia Morales	Carvalho, Ruy de Quadros	Inovação tecnológica; Desenvolvimento sustentável; Gestão de empresas	UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica	2009
A bacia hidrográfica como estratégia de planejamento territorial para o desenvolvimento sustentável do semiárido: a Bacia do Rio Jaguaribe, Ceará - Brasil	Pitombeira, Sheila Cavalcante	Freire, George Satander Sá	Bacia hidrográfica; Planejamento territorial; Semiárido; Rio Jaguaribe; Desenvolvimento sustentável	UFC	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente	2015
Direito regulatório na responsabilidade social das empresas: a promoção do desenvolvimento sustentável pela via da doutrina humanista	Vergani, Andréa de Melo	Sayeg, Ricardo Hasson	Direito regulatório; Responsabilidade social; Desenvolvimento sustentável; Humanismo	PUC_SP	Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito	2011
Estudo de iniciativas em desenvolvimento sustentável de produtos em empresas calçadistas a partir do conceito berço ao berço	De Jacques, Jocelise Jacques	Guimaraes, Lia Buarque de Macedo	Desenvolvimento de produto; Desenvolvimento sustentável; Indústria calçadista; Impacto ambiental	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção	2011
Aprendizagem transformadora para o desenvolvimento sustentável futuro: estudo de casos em cursos de administração no Canadá e no Brasil	Schutel, Soraia	Pedrozo, Eugenio Avila	Desenvolvimento sustentável; Curso de administração; Canadá; Brasil	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Administração	2015
Certificação ambiental e desenvolvimento sustentável: avaliação para o setor sucroalcooleiro localizado na bacia hidrográfica do rio Mogi-Guaçu/SP.	Rodrigues, Isabel Cristina	Alves, Francisco José da Costa	Administração da produção; Agroindústria sucroalcooleira; Açúcar orgânico; Desenvolvimento sustentável; Certificação; Bacia hidrográfica	UFSCAR	Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção	2004



Os princípios da governança e as políticas públicas para o desenvolvimento sustentável - experiência do Programa Selo Município Verde no Estado do Ceará	Rodrigues, Maria Ivoneide Vital	Lima, Patrícia Verônica Pinheiro Sales	Método Delphi; Análise de Processos Hierárquicos; Índice de Avaliação da Boa Governança; Desenvolvimento sustentável; Programa Selo Município Verde; Políticas públicas	UFC	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente	2014
Desenvolvimento sustentável no estado de Goiás: a aplicação de modelos qualitativos e quantitativos para a realidade do Cerrado goiano	Espírito-Santo Filho, Kleber do( <a href="http://lattes.cnpq.br/6683875174015834">http://lattes.cnpq.br/6683875174015834</a> )]	Oliveira, Leandro Gonçalves	Desenvolvimento sustentável; Cerrado; Meio ambiente; Recursos naturais; Degradação ambiental	UFG	Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PRPG)	2011
Agricultura tradicional e manejo da agrobiodiversidade na Amazônia Central: um estudo de caso nos roçados de mandioca nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável Amanã e Mamirauá, Amazonas	Kayo Julio Cesar Pereira	Elizabeth Ann Veasey	Amazônia; Áreas de conservação; Desenvolvimento sustentável; Ecologia agrícola; Ecologia evolutiva; Genética de populações vegetais; Mandioca.	USP	Programa de Pós-Graduação em Ecologia de Agroecossistemas	2008
Desenvolvimento sustentável, inovação, tecnologia social e empreendedorismo coletivo em relacionamentos intercooperativos : Sistema CREDITAG e cooperativas de produção agrícola de Rondônia	Oliveira, Nilza Duarte Aleixo de	Silva, Tania Nunes da	Intercooperação; Desenvolvimento sustentável; Cooperativismo; Inclusão social; Inovação social; Tecnologia social; Rondônia	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Administração	2013
A influência da política pública ambiental como promotora do desenvolvimento: a experiência do projeto de desenvolvimento sustentável do Pandeiros, município de Januária - MG	Frota, Roberto Comini	Machado, Joao Armando Dessimon	Agricultura familiar; Políticas públicas; Política ambiental; Proteção ambiental; Desenvolvimento sustentável; Januária (MG)	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural	2013
Desenvolvimento sustentável para a Base da Pirâmide (BOP) baseado em recursos naturais renováveis amazônicos (PFNMs): o caso RECA	Sato, Suzenir Aguiar da Silva	Pedrozo, Eugenio Avila	Desenvolvimento sustentável; Recursos naturais renováveis; Produtos florestais; Projeto RECA. Reflorestamento Econômico Consorciado Adensado.	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Administração	2013
Análise dos fatores que dificultam a implementação da política ambiental do plano de	Najberg, Estela	Mazon, Rubens	Sustentabilidade; Recursos humanos e planejamento; Desenvolvimento sustentável; Desenvolvimento local	FGV	Programa de Pós-Graduação	2003

desenvolvimento sustentável do Rio Grande do Norte	Alves, Vicente Rosa	Ferreira, Leila da Costa	integrado e sustentado; Implementação de políticas		em Administração	
Estado e ONGs na promoção do desenvolvimento sustentável: uma análise da parceria entre o Ministério do Meio Ambiente e as ONGs na gestão do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) : 1989-2001			Política ambiental; Desenvolvimento sustentável; Organizações não-governamentais; Meio ambiente; Terceiro setor; Estado	UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Sociologia	2004
Direito antipobreza e políticas públicas socioambientais brasileiras: proposições jurídicas ao bolsa verde sob a égide da efetivação da cidadania e do desenvolvimento sustentável	Leite, Anne Augusta Alencar	Cunha, Belinda Pereira da	Estado socioambiental; Direito antipobreza; Política socioambiental; Cidadania; Desenvolvimento sustentável; Bolsa família; Bolsa verde;	UFPB	Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas	2018
Patentes farmacêuticas no período pós-trips: uma análise do Tratado Transpacifico no contexto da mudança na governança em relação ao comércio internacional e da implementação da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável	CERQUEIRA, Wanilza Marques de Almeida	LORETO, Sylvio	Comércio internacional; Organização Mundial do Comércio; Patentes; Medicamentos; Medicamentos "Patentes" Pública; Propriedade Intelectual (Direito Internacional Público); Desenvolvimento sustentável	UFPE	Programa de Pós Graduação em Direito	2017
A Importância da Gestão no Desenvolvimento Municipal do Estado do Ceará, 2009 a 2012	Jales, Juliana Viana	Khan, Ahmad Saeed	Administração municipal; Desenvolvimento sustentável	UFC	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente	2015
Aprendizagem organizacional para a inovação ambiental: desafios, perspectivas e determinantes a partir de um estudo multicaseos	Jacomossi, R. R.		Aprendizagem organizacional; Desenvolvimento sustentável	FEI	Programa de Pós-Graduação em Administração	2015
Desenvolvimento de um índice de sustentabilidade	Vieira, Paulo Márcio Souza	Studart, Ticiane	Recursos hídricos; Desenvolvimento sustentável; Indicadores	UFC	Programa de Pós-Graduação	2014

hidroambiental (Estudo de caso: APA de Baturité, Ceará)		Marinho de Carvalho				em Engenharia Civil	
Empreendedorismo sustentável em projetos sociais de uma fundação educacional	Brasil, Marcus Vinicius de Oliveira	Oliveira, Francisco Correia de	Empreendedorismo; Desenvolvimento sustentável; Projetos sociais	UNIFOR	Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas	2014	
Sustentabilidade em associações de beneficiamento de óleo e gorduras residuais e modelo de avaliação gerencial de ecoeficiência	Frota, Antônio Jackson Alcântara	Tassigny, Mônica Mota	Gestão ambiental; Desenvolvimento sustentável; Associações	UNIFOR	Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas	2017	
Universidades corporativas e a educação da sustentabilidade nas organizações/	Martão, M. Ap. de S.		Educação; Desenvolvimento sustentável; Universidade corporativa	FEI	Programa de Pós-Graduação em Administração	2017	
Produção sustentável do biodiesel de óleo e gordura residual: estudo comparativo do processo de purificação do biodiesel com água e adsorventes sintéticos	Dias, Fernando Pedro	Nascimento, Ronaldo Ferreira do	Saneamento; Adsorção; Desenvolvimento sustentável; Gerenciamento de resíduos	UFC	Programa de Pós-Graduação EM RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO AMBIENTAL	2014	
Proposta de metodologia de auxílio à decisão utilizando conjuntos Fuzzy para repotenciação de PCHs	Gyori, Dinara Fernandes Silva	Astorga, Oscar Armando Maldonado	Usinas hidrelétricas; Desenvolvimento sustentável; Conjuntos difusos	UNESP	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica	2012	
Sustentabilidade, manejo da água e da aeração no cultivo semi-intensivo do camarão-da-amazônia Macrobrachium amazonicum em água hipereutrófica)	Kimpara, Janaina Mitsue	Valenti, Wagner Cotroni	Camarão; Desenvolvimento sustentável; Sustentabilidade; Carcinicultura	UNESP	Programa de Pós-Graduação em Aquicultura	2011	
Políticas públicas de mobilidade sustentável no Brasil: barreiras e desafios	Meira, Leonardo Herszon	Maia, Maria Leonor Alves	Políticas públicas; Desenvolvimento sustentável; Mobilidade urbana sustentável	UFPE	Programa de Pós Graduação em Engenharia Civil	2013	

Estudo exploratório sobre gestão mais sustentável em canteiros de obras na Região Metropolitana do Recife	Priori Junior, Luiz	Jéferson do Rêgo Silva, José	Desenvolvimento sustentável; Construção civil; Gestão de Canteiros de obra	UFPE	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil	2011
Sustentabilidade e gestão da pesca artesanal na costa do Semiárido Potiguar (RN), Brasil	Maia, Ivanilson de Souza	Oliveira, Jorge Eduardo Lins	Pesca artesanal; Desenvolvimento sustentável	UFRN	Programa de Pós-Graduação EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE	2014
Capacidades de rede em redes de inovação colaborativa/	Morais, F. R. de		Desenvolvimento sustentável; Veículos comerciais; Economia circular	FEI	Programa de Pós-Graduação em Administração	2017
Produção e consumo sustentáveis: o caso da Natura Cosméticos S.A.	Dinato, Monique Revillion	Nascimento, Luis Felipe Machado do	Desenvolvimento sustentável; Consumo responsável; Estudo de caso	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Administração	2006
A defesa da qualidade das águas da Bacia do Rio Piracicaba: o papel da CETESB e de todos nos	Gallo, Zildo	Cavalcanti, Rachel Negrão	Recursos hídricos - Desenvolvimento; Políticas públicas; Desenvolvimento sustentável	UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Geociências, Administração e Política de Recursos Minerais	2000
Análise energética em sistemas de produção de leite	Abdallah, Rodrigo Raggi	Ortega Rodriguez, Enrique	Desenvolvimento sustentável; Pecuária; Agricultura; Emergência - Análise	UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Alimentos	2005
Garantir a terra, garantia da Terra?: reservas extrativistas na Amazonia Legal Brasileira	D'Antona, Álvaro de Oliveira, 1967-	Hogan, Daniel Joseph,	IBAMA; População; Desenvolvimento sustentável; Proteção ambiental; Seringueiros	UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais	2003
A Implantação de Unidades de Conservação e o Direito da Pessoa Humana ao Meio Ambiente Equilibrado	Sugahara, Juliana Wayss	Freire, George Satander Sá	Áreas Naturais Protegidas; Desenvolvimento Sustentável; Direitos Fundamentais; Direitos fundamentais;	UFC	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento	2014

				Desenvolvimento sustentável; Proteção ambiental		UFC	to e Meio Ambiente	
Ciência da Sustentabilidade: uma proposta de avaliação dos Programas de Pós-Graduação do Brasil	Rabelo, Laudemira Silva	Oliveira, Vlória Pinto Vidal de		Desenvolvimento sustentável; Interdisciplinaridade; Instituições de ensino superior; Pós-Graduação; Indicadores		UFC	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente	2014
Pesca artesanal na bacia do rio Buba, Guiné-Bissau/África: uma abordagem multidimensional.	Sá, Geny Gil	Freire, George Satander Sá		Rapfish; Análise multidimensional; Ordenamento pesqueiro; Desenvolvimento sustentável; Guiné Bissau		UFC	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente	2018
Planejamento e otimização de sistemas energéticos para gestão econômica e ambiental de cidades	Sampaio, Henrique Cesar	Balestieri, José Antônio Perrella		Energia elétrica; Meio ambiente; Desenvolvimento sustentável		UNESP	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica	2007
Sistema integrado para o planejamento e gestão de recursos hídricos no Município de Lençóis Paulista" SP	Castro, Leslie Ivana Serino	Zimback, Célia Regina Lopes		Desenvolvimento sustentável; Indicadores ambientais; Políticas publicas;		UNESP	Programa de Pós-Graduação em Agronomia	2012
A sustentabilidade urbana de Maringá/PR: da teoria à prática	Teodoro, Pacelli Henrique Martins	Amorim, Margarete Cristiane de Costa Trindade		Geografia; Urbanização; Desenvolvimento sustentável; Planejamento urbano; Maringá (PR)		UNESP	Programa de Pós-Graduação em Geografia	2012
A Gestão ambiental no distrito industrial I de Maracanaú - Região metropolitana de Fortaleza-CE	Magalhães Neto, Franco de	Cortez, Ana Tereza Caceres		Geografia industrial; Gestão ambiental; Desenvolvimento sustentável; Teoria dos sistemas; Environmental management		UNESP	Programa de Pós-Graduação em Geografia	2013
Planejamento e gestão de bacias hidrográficas: uma abordagem pelos caminhos da sustentabilidade sistêmica	Andreozzi, Sylvio Luiz	Viadana, Adler Guilherme		Hidrografia; Desenvolvimento sustentável; Organização territorial		UNESP	Programa de Pós-Graduação em Geografia	2005
Design sistêmico e ecoinovação em APLs: o método F.L.O.R.A como estratégia sustentável aplicada	Oliveira, Emilio Augusto Gomes de	Landim, Paula da Cruz		Desenho industrial; Desenvolvimento sustentável; Vestuário - Indústria - Pernambuco; Ecologia;		UNESP	Programa de Pós-Graduação em Design	2013

para o polo de confecções de Pernambuco							
Educação e sustentabilidade	Lopes, Uaçal de Magalhães	Tenório, Robinson Moreira	Educação; Sustentabilidade; ética; Desenvolvimento sustentável;	UFBA	Programa de Pós-Graduação em Educação	2009	
Vidros e vitrocerâmicos com alta concentração de metais obtidos a partir de resíduos industriais	Antonio Carlos da Silva	Sonia Regina Homem de Mello Castanho	Desenvolvimento sustentável; Meio ambiente; Reciclagem; Resíduos industriais; Vidros; Vitrocerâmicos	USP	Programa de Pós-Graduação em Tecnologia Nuclear	2008	
Investigação do passivo ambiental em Cachoeira do Pirá, NE do Pará: base para a gestão ambiental em áreas garimpadas na Amazônia	Raimundo Nonato do Espírito Santo dos Santos	Aldo da Cunha Rebouças	Amazônia; Desenvolvimento sustentável; Garimpos; Gestão ambiental; Impactos ambientais	USP	Programa de Pós-Graduação em Recursos Minerais e Hidrogeologia	2004	
Modelo para elaboração de um sistema de gestão sustentável para um destino turístico de zona costeira: um estudo em Porto de Galinhas no município de Ipojuca em Pernambuco	Valença da Silva, Sandro	do Carmo Martins Sobral, Maria	Gestão sustentável; Desenvolvimento sustentável; Turismo sustentável; Porto de Galinhas; Ipojuca; Pernambuco	UFPE	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil	2008	
Orientação para o mercado sustentável: um modelo de gestão para os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia brasileiros	Oliveira, Artur Gomes de	Tassigny, Mônica Mota	Administração de empresas; Negócios; Desenvolvimento sustentável; Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia	UNIFOR	Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas	2015	
Lei laboral de arbitragem / Leila Andressa Dissenha ; orientador, Marco Antônio César Villatore	Dissenha, Leila Andressa		Direito Dissertações; Arbitragem trabalhista; Relações trabalhistas; Desenvolvimento sustentável; Desenvolvimento econômico	PUC_PR	Programa de Pós-Graduação em Direito	2011	
Fatores de formação e desenvolvimento das estratégias ambientais nas empresas	Souza, Renato Santos de	Nascimento, Luis Felipe Machado do	Produção limpa; Gestão ambiental; Desenvolvimento sustentável; Meio ambiente	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Administração	2004	
Avaliação de impactos de investimentos públicos em ciência e tecnologia sobre o desenvolvimento regional	Lima, Maria Aparecida Barbosa	Fracasso, Edil Madalena	Ciência e tecnologia : Desenvolvimento : Planejamento : Progresso técnico : Gestão: Política; Desenvolvimento sustentável	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Administração	2005	



Método para avaliação da sustentabilidade de produtos e processos em sistemas produtivos: uma aplicação para escolha de fluidos de corte	Carlos Alberto Schuch Bork		Fluidos de corte; Manufaturas; Desenvolvimento sustentável; Esquemas conceituais; Engenharia mecânica; Administração	ITA	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Aeronáutica e Mecânica	2015
A universidade e o setor areeiro: as dificuldades de um diálogo possível	Tonso, Sandro,	Cavalcanti, Rachel Negrão	Areia; Indústria mineral; Comunidade e universidade; Extensão universitária; Desenvolvimento sustentável	UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Geociências, Administração e Política de Recursos Minerais	2000
Análise da controvérsia sobre a lei de proteção de cultivos no Brasil: implicações socio-econômicas e os condicionantes políticos para seu encerramento	Velho, Paulo Eduardo	Ferreira, Leila da Costa	Propriedade intelectual; Biotecnologia; Desenvolvimento sustentável; Diversidade biológica; Política ambiental	UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais	1995
Critérios para a análise de métodos e indicadores ambientais usados na etapa de diagnóstico de planejamentos ambientais	Fidalgo, Elaine Cristina Cardoso	Santos, Rozely Ferreira dos	Indicadores ambientais; Planejamento ambiental; Processo decisório por critério múltiplo; Desenvolvimento sustentável	UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola	2003
A sustentabilidade sob a ótica do global e do local, em projetos de execução descentralizada	Guilherme, Marcia Lucia	Ferreira, Leila da Costa,	Globalização; Desenvolvimento sustentável; Política ambiental; Descentralização; Qualidade de vida	UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais	2003
Gestão integrada do turismo no espaço rural.	Mendonça, Maria Cristina Angélico de	Batalha, Mario Otávio	Planejamento estratégico; Turismo rural; Integração; Desenvolvimento sustentável	UFSCAR	Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção	2006
Determinação de um índice de sustentabilidade no estuário do rio Vaza-Barris, litoral sul do Estado de Sergipe	Foppel, Ernesto Frederico da Costa	Faccioli, Gregório Guirado	Meio ambiente; Desenvolvimento sustentável; Indicadores; Pesca; Recurso pesqueiro; Comunidade ribeirinha	UFS	Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente	2018



Entorno da sustentabilidade: a reserva da biosfera do Cinturão Verde da cidade de São Paulo (1971 à 2008)	Menarin, Carlos Alberto	Martinez, Paulo Henrique	Política ambiental; Desenvolvimento sustentável; Políticas públicas; Meio ambiente; Proteção ambiental; Patrimônio;	UNESP	Programa de Pós-Graduação em História	2013
O zoneamento ecológico-econômico como instrumento de planejamento e gestão ambiental: uma proposta para a bacia hidrográfica do Rio Corumbataí (SP)	Nobre, Mayra Fernandes	Garcia, Gilberto José	Geografia física - Aspectos ambientais; Meio ambiente; Desenvolvimento sustentável; Política ambiental	UNESP	Programa de Pós-Graduação em Geociências e Meio Ambiente	2008
Zoneamento ambiental como subsídio para o planejamento de uso e ocupação do solo do município de Corumbataí – SP	Oliveira, Regina Célia de	Sanchez, Miguel Cezar	Geografia urbana; Desenvolvimento sustentável; Zoneamento Ambiental; Análise sócio-econômica	UNESP	Programa de Pós-Graduação em Geociências e Meio Ambiente	2003
Análise de indicadores metodológicos de sustentabilidade socioambiental	Toni Junior, Claudio Noel de	Lombardo, Magda Adelaide	Economia ambiental; Sustentabilidade; Indicadores ambientais; Indicadores sociais; Desenvolvimento sustentável; Índice de desenvolvimento humano; Qualidade de vida	UNESP	Programa de Pós-Graduação em Geografia	2013
Comunidades sustentáveis: um estudo de percepção, interpretação e valoração da paisagem mediante o conhecimento tradicional	Antonio, Davi Gutierrez	Guimarães, Solange T. de Lima	Geografia humana - Aspectos ambientais; Conservação da natureza; Quilombos; Desenvolvimento sustentável; Teoria do conhecimento; População tradicional;	UNESP	Programa de Pós-Graduação em Geografia	2012
Lixo: problemática socioespacial e gerenciamento integrado: a experiência de Serra Azul (SP)	Vieira, Elias Antonio	Cortez, Ana Tereza Caceres	Resíduos sólidos; Reaproveitamento (Sobras, refugos, etc.); Desenvolvimento sustentável; Coleta seletiva de lixo	UNESP	Programa de Pós-Graduação em Geografia	2006
O processo GEO na cidade de São Paulo e a Gestão Ambiental Urbana: uma análise a partir da Política Municipal de áreas Verdes	Sepe, Patrícia Marra	Braga, Roberto	Geografia urbana; Gestão ambiental; Sustentabilidade; Desenvolvimento sustentável; São Paulo (SP) Geografia	UNESP	Programa de Pós-Graduação em Geografia	2013
Saúde e segurança do trabalhador do barro em arranjos produtivos locais: o caso do artesanato de barro	Lima, Ana Maria de	Mendes, Auro Aparecido	Segurança do trabalho; Saúde e trabalho; Medicina do trabalho - Legislação; Desenvolvimento sustentável	UNESP	Programa de Pós-Graduação em Geografia	2011

nos bairros Olarias e Poti Velho na cidade de Teresina - Piauí									
Fluxo e tecnologias de informação no contexto brasileiro de inventário de ciclo de vida	Reis, Everson Andrade dos	Santos, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa	Ciclo de vida do produto; Desenvolvimento sustentável; Ciência da informação; Tecnologia da informação; Gerenciamento da informação	UNESP	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação	2015			
Mecanismos de desenvolvimento limpo no planejamento integrado de recursos energéticos.	Paulo Hélio Kanayama	Miguel Edgar Morales Udaeta	Desenvolvimento sustentável; Energia; Inventário ambiental; Planejamento energético; Recursos energéticos	USP	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica	2007			
Concessão florestal: exploração sustentável de florestas públicas por particular	Raul Miguel Freitas de Oliveira	Maria Sylvia Zanella di Pietro	Desenvolvimento sustentável; Direito ambiental; Flora; Florestas; Florestas nacionais	USP	Programa de Pós-Graduação em Direito	2010			
Tutela inibitória do risco ambiental: tutela cautelar do meio ambiente, como instrumento de eficácia do princípio da precaução	Prudente, Antônio Souza	Cavalcanti, Francisco de Queiroz Bezerra	Tutela inibitória; Risco ambiental; Meio ambiente ecologicamente equilibrado; Princípio da prevenção e da precaução; Biossegurança; Desenvolvimento sustentável	UFPE	Programa de Pós-Graduação em Direito	2006			
Urbanismo sensível Às águas: o paradigma da sustentabilidade na concepção de projetos para recuperação de rios urbanos	ALENCAR, Anna Karina Borges de	MONTEIRO, Circe Maria Gama	Urbano sensível às águas; Recuperação de rios urbanos; Desenvolvimento sustentável; Convivência com os cursos d'água urbanos	UFPE	Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Urbano	2016			
Contribuições da Psicologia Social ao estudo de uma comunidade ribeirinha no Alto Solimões: redes comunitárias e identidades coletivas	Marcelo Gustavo Aguiar Calegare	Nelson da Silva Junior	Comunidades; Desenvolvimento sustentável; Identidade; Psicologia social; Redes sociais	USP	Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social	2010			
Consumo consciente: compreensão e práticas do consumidor	Monica Sabino Hasner	Edson Crescitelli	Consumo - Aspectos ambientais; Consumo consciente; Desenvolvimento sustentável	USP	Programa de Pós-Graduação em Administração	2015			
A adoção de ferramentas de gestão para a sustentabilidade e a sua relação com os princípios ecológicos nas empresas	Lilian Mara Aligleri	Isak Kruglianskas	Administração de empresas - Aspectos ambientais; Desenvolvimento sustentável; Empresas - Aspectos ambientais	USP	Programa de Pós-Graduação em Administração	2011			

Reabilitação de áreas em processo de desertificação no semiárido nordestino com a faveleira: espécie-chave cultural do bioma caatinga	Medeiros, Josimar Araújo de	Aloufa, Magdi Ahmed Ibrahim	Áreas degradadas; Euforbiaceae; Reabilitação; Espécie-chave cultural; Desenvolvimento sustentável	UFRN	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE	2017
Manejo participativo nas várzeas amazônicas e seus efeitos multi-tróficos	Silva, João Vitor Campos e	Peres, Carlos Augusto da Silva	Várzea; Sistema sócio ecológico; Manejo do pirarucu; áreas protegidas; Desenvolvimento sustentável	UFRN	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECOLOGIA	2016
Do pagamento por serviços ambientais: análise dos fundamentos jurídicos sustentáveis	Maganhini, Thais Bernardes	D'Issep, Clarissa Ferreira Macedo	Desenvolvimento sustentável; Meio ambiente; Direito ambiental	PUC_SP	Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito	2016
O papel do pai na sociedade contemporânea: concepções de pais, funcionários de uma Empresa Estatal da Bahia	Carvalho, Ana Barreiros de	Moreira, Lúcia Vaz de Campos	Paternidade; Envolvimento; Cuidado; Políticas; Desenvolvimento sustentável	UCSAL	Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea	2013
Os conflitos ambientais na teoria social contemporânea: a perspectiva triade para análise do controle social dos transgênicos no Brasil	Santana, Cleildes Marques de	Oliveira, George Gurgel de	Questão ambiental; Conflitos ambientais; Desenvolvimento sustentável; Organismos geneticamente modificados; Aconceitualidade; Biotecnologias	UFBA	Núcleo de Pós-Graduação em Administração	2007
Aprimoramento da política pública ambiental da cadeia produtiva de óleo e gás offshore no Brasil: o descomissionamento das tecnologias de exploração	Beatriz Martins Teixeira	Carlos José Saldanha Machado	Petróleo; Descomissionamento; Desenvolvimento sustentável; Direito ambiental	UERJ	Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente	2013
A miragem da sustentabilidade ambiental no capitalismo	Stefaniak, Jeaneth Nunes	Carlos Frederico Marés	Direito Teses; Direito ambiental; Desenvolvimento sustentável; Desenvolvimento econômico Aspectos ambientais; Capitalismo	PUC_PR	Programa de Pós-Graduação em Direito	2011

Construção e análise de modelo conceitual para desenvolvimento humano e promoção da saúde: interfaces entre sustentabilidade, governança e equidade	Bueno, Roberto Eduardo	Simone Tetu Moysés	Odontologia Teses; Promoção da saúde; Desenvolvimento sustentável; Crianças Saúde e higiene	PUC_PR	Programa de Pós-Graduação em Odontologia	2011
Proposta de um método de gestão da cadeia de suprimentos com suporte da tecnologia da informação e dos princípios da manufatura enxuta	Arcione Ferreira Viagi		Administração da cadeia de suprimentos; Aspectos organizacionais; Produção enxuta; Tecnologia da informação; Desenvolvimento sustentável; Rotinas de serviço; Administração	ITA	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Aeronáutica e Mecânica	2011
A sustentabilidade da agricultura familiar no Vale do Gurguéia-PI: construção de novas identidades socioprofissionais	Pereira, Ferdinand Cavalcante	Gehlen, Ivaldo	Agricultura familiar; Desenvolvimento sustentável; Identidade sócio-profissional; Sociologia rural; Vale do Gurguéia, Região (PI)	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Sociologia	2004
Framework para a avaliação da sustentabilidade de produtos manufaturados	Durval João de Barba Junior		Desenvolvimento sustentável; Tomada de decisões; Planejamento de produção; Desenvolvimento de produtos; Estratégia; Confiabilidade; Administração; Engenharia de produção	ITA	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Aeronáutica e Mecânica	2015
Modelo de gestão da produção integrando os princípios da manufatura enxuta e da sustentabilidade suportado pela transformação cultural da organização: aplicação na indústria automotiva	José Roberto Xavier Alves		Produção enxuta; Manufaturas; Otimização; Indústria automobilística; Desenvolvimento sustentável; Organização industrial; Engenharia de produção	ITA	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Aeronáutica e Mecânica	2015
Metodologia de avaliação e aumento da eficiência energética em manufatura de elementos discretos: aplicação em usinagem	Hugo Marcelo Bezerra de Carvalho		Eficiência; Consumo de energia; Energia elétrica; Usinagem; Manufaturas; Desenvolvimento sustentável; Controle de processos; Indústria automobilística; Organização industrial; Administração	ITA	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Aeronáutica e Mecânica	2015
Determinantes de adoção do tema meio ambiente na disciplina principal por professores dos cursos de graduação em Administração/	ALANO, E. R. C.		Desenvolvimento sustentável; Meio ambiente; Educação ambiental; Professores-Atitudes; Ensino superior; Administração	FEI	Programa de Pós-Graduação em Administração	2016

Massa de forragem e valor nutritivo de três capins em sistema silvipastoril com eucalipto	Melotto, Alex Marcel	Daniel, Omar	Sistema agrosilvipastoril; Desenvolvimento sustentável	UFGD	Programa de Pós-Graduação em Agronomia	2013
Aproveitamento de água de chuva no meio urbano e seu efeito na drenagem pluvial	Domelles, Fernando	Goldenfum, Joel Avruch	Captação de água; Chuva; águas pluviais; Drenagem pluvial; Dimensionamento de reservatórios; Meio urbano; Desenvolvimento sustentável	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental	2012
As modificações na matriz energética brasileira e as implicações para o desenvolvimento sócio-econômico e ambiental	Freitas, Giovana Souza	Dathein, Ricardo	Desenvolvimento econômico; Desenvolvimento sustentável; Política energética; Energia; Sustentabilidade; Brasil	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Economia	2011
Desenvolvimento e meio ambiente : o papel dos indutores de impacto	Mattos, Ely José de	Filippi, Eduardo Ernesto	Economia ambiental; Desenvolvimento sustentável; Meio ambiente; Impacto ambiental	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Economia	2012
Processo de estruturação de sistema de mensuração de desempenho numa cadeia de suprimentos: um caso da aquacultura continental	Rotta, Marco Aurelio	Pedrozo, Eugenio Avila; co Padula, Antonio Domingos	Agronegócios; Cadeia de suprimentos; Desempenho; Framework; Desenvolvimento sustentável; Mensuração	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Agronegócios	2009
A gestão socioambiental no contexto do desenvolvimento (in)sustentável: uma leitura das instâncias micro, meso e macro organizacional na Aracruz Celulose	Aramburú, Juliane Viégas	Antunes, Elaine di Diego	Aracruz Celulose.; Gestão socioambiental; Meio ambiente; Desenvolvimento sustentável	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Administração	2009
A voz dos ausentes na terra do nada : a ação cultural como estratégia de religação do homem A natureza	Dalla Zen, Ana Maria	Milanesi, Luís	Ação cultural; Permacultura; Desenvolvimento sustentável; São José dos Ausentes (RS)	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação	2002
A política ambiental no Mercosul (1991-1999) : (um novo espaço de articulação)	Dias, Reinaldo	Rodrigues, Arlete Moysés	Política ambiental; Desenvolvimento sustentável; Meio ambiente; Integração latino-americana; Países do Mercosul	UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais	2001

Proposição de um processo intensificado e via tecnologia verde para a obtenção de acetato de etila	Custodio, Aline Ferrão	Maciel Filho, Rubens	Processos químicos; Destilação; Desenvolvimento sustentável; Simulação (Computadores)	UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Química	2007
Estratégias de reprodução da agricultura familiar na área de proteção ambiental de Guaraqueçaba - litoral norte do Paraná	Sampaio, Claudia Pereira da Silva	Bergamasco, Sônia Maria	Agricultura familiar; Desenvolvimento sustentável; Proteção ambiental	UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola	2004
O discurso internacional sobre consumo sustentável: possibilidades de politização e ambientalização da esfera privada	Portilho, Maria de Fatima Ferreira	Rodrigues, Arlete Moysés	Movimento ecológico; Ambientalismo; Desenvolvimento sustentável; Política ambiental; Cidadania; Sociedade do Consumo; Políticas públicas - Aspectos ambientais	UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais	2003
Regulação e autorregulação bancária em matéria socioambiental: financiamento da atividade minerária no Brasil	Lazanha, Liege Karina Souza	Herrmann, Hildebrando	Regulação; Desenvolvimento sustentável; Política mineral - Brasil	UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Geociências	2012
Sustentabilidade e valoração de serviços ecossistêmicos no espaço rural do município de Araras, SP	Tôsto, Sérgio Gomes	Marques, João Fernando	Desenvolvimento sustentável; Valoração ambiental; Análise multicritério	UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico	2010
Desenvolvimento de uma metodologia para a estimativa de biomassa e de carbono em sistemas agroflorestais por meio de imagens orbitais	Bolfe, Edson Luis	Ferreira, Marcos César	Sistemas de informação geográfica; Desenvolvimento sustentável; Tome-Açu (PA)	UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Ciências	2010
Logística de carga urbana: uma análise da realidade brasileira	Sanches Junior, Paulo Fernandes	Lima Júnior, Orlando Fontes	Logística; Transporte de mercadorias; Planejamento urbano; Políticas públicas; Desenvolvimento sustentável	UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil	2008
Gestão sustentável de cadeias de suprimento: análise da indução e implementação de práticas socioambientais por uma empresa brasileira do setor de cosméticos.	Carvalho, André Pereira de	Barbieri, José Carlos	Cadeia de suprimentos; Desenvolvimento sustentável; Empresas - aspectos ambientais; Gestão ambiental	FGV	Programa de Pós-Graduação em Administração	2011



Construção coletiva de um saber sobre a floresta na definição dos indicadores de sustentabilidade da Reserva Legal do assentamento Olga Benário	Machado, Antonio Maciel Botelho	Casalinho, Helvio Debli	Reforma agrária; Representações sociais; Pesquisa-ação; Desenvolvimento sustentável	UFPEL	Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar	2011
Alternativas tecnológicas para o uso sustentável de madeiras da Caatinga em cercas do semiárido do baixo São Francisco	Nogueira Junior, Francisco de Carvalho	Ribeiro, Aduino de Souza	Meio ambiente; Desenvolvimento sustentável; Aspectos ambientais; Madeira; Caatinga; Conservação de cercas; Dendrocronologia	UFS	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente	2017
Sustentabilidade socioambiental no ensino superior: um estudo com indicadores na Universidade Federal de Sergipe	Oliveira, Débora Evangelista Reis	Soares, Maria José Nascimento	Desenvolvimento sustentável; Gestão ambiental; Indicadores ambientais; Ensino superior; Indicadores de Sustentabilidade	UFS	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente	2015
Indicadores de sustentabilidade: subsídios para o gerenciamento da logística reversa de pós-consumo de pneus inservíveis no município de Aracaju/SE	Leite, Danielle Thaís Barros de Souza	Ribeiro, Aduino de Souza	Meio ambiente; Desenvolvimento sustentável; Indicadores; Resíduos sólidos; DPSIR; Índice de sustentabilidade; Reciclagem; Metodologia de Calorio	UFS	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente	2017
Desculpe o transtorno, estamos em obras para melhor servi-lo! a educação ambiental no contexto da apropriação privada da natureza no licenciamento ambiental	Dias, Eugênia Antunes	Machado, Carlos R. S.	Educação ambiental; Direito ambiental; Licenciamento ambiental; Desenvolvimento sustentável; Injustiça ambiental	FURG	Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental	2014
As governanças territoriais nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí: processos, desenvolvimento e limites de cooperação	Mancini, Rodrigo Furgieri	Silva, Elson Luciano	Geografia econômica; Desenvolvimento sustentável; Governança; Abastecimento de água; Recursos hídricos - Desenvolvimento; Arranjos produtivos locais; Territorialidade humana	UNESP	Programa de Pós-Graduação em Geografia	2012
Os desafios da gestão feminina no setor calçadista de Franca (SP) sob o olhar do Serviço Social	Cintra, Soraia Veloso	Cosac, Cláudia Maria Daher	Serviço social; Trabalho feminino - São Paulo (Estado); Calçados - Indústria; Mercado de trabalho - Efeito da educação;	UNESP	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social	2011



			Mulheres - Emprego; Desenvolvimento sustentável			
Tecnologias sociais de convivência com o semiárido baiano: estratégia para a governança global do clima	Ventura, Andréa Cardoso	Andrade, José Célio Silveira	Mudanças climáticas; Gestão ambiental; Desenvolvimento sustentável; Clima de regiões áridas-Bahia; Desenvolvimento social - Inovações tecnológicas	UFBA	Núcleo de Pós-Graduação em Administração	2013
A sustentabilidade apoiada pelas políticas urbanas federais e estaduais: o caso de Governador Valadares, Juiz de Fora, Montes Claros, Poços de Caldas e Uberlândia - MG	Elisabete de Andrade	Gilda Collet Bruna	Desenvolvimento sustentável; Minas Gerais; Planejamento territorial urbano; Política urbana	USP	Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo	2007
Energia eólica no setor elétrico brasileiro segundo a perspectiva do direito ambiental: análise comparada e integrações regionais.	Claudia Lorena Esquivel Garcia	Jose Aquiles Baesso Grimoni	Desenvolvimento sustentável; Direito ambiental; Energia eólica; Integração regional; Políticas públicas	USP	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica	2018
Indicadores de sustentabilidade na gestão de resíduos sólidos urbanos e implicações para a saúde humana	Tatiane Bonametti Veiga	Angela Maria Magosso Takayanagui	Desenvolvimento sustentável; Indicadores de sustentabilidade; Resíduos sólidos; Saúde ambiental	USP	Programa de Pós-Graduação em Enfermagem em Saúde Pública	2014
Metodologia de avaliação do potencial de reciclagem de resíduos	Sérgio Eduardo Zordan	Vanderley Moacyr John	Demolição; Desenvolvimento sustentável; Entulho; Resíduos de construção	USP	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil	2003
Gestão da mineração de areia no município de Guarulhos: aproveitamento de resíduos finos em cerâmica vermelha.	Edilson Pissato	Lindolfo Soares	Argilas; Cerâmica vermelha; Desenvolvimento sustentável; Mineração de minerais não metálicos; Rejeitos de mineração	USP	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mineral	2009
Função horizontal da licitação e da contratação administrativa	Flávia Moraes Barros Michele Fabre	Odete Medauar	Administração pública; Desenvolvimento sustentável; Licitação; Políticas públicas	USP	Programa de Pós-Graduação em Direito	2015
Educação em mudanças climáticas	Silva, Carlos Magno Lima Fernandes e	Costa, Francisco Alexandre da	Mudanças climáticas; Educação; Mudanças climáticas; Atividades antrópicas; Desenvolvimento; História; Ambientalismo; Desenvolvimento sustentável; Sustentabilidade	UFRN	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO O EM	2016

						CIÊNCIAS CLIMÁTICAS	
Desenvolvimento, sustentabilidade e conservação da biodiversidade na Amazônia: a produção familiar agroextrativista em áreas protegidas no sul do amapá	Picanço, José Reinaldo Alves				Reserva extrativista; Desenvolvimento sustentável; Amazônia; Biodiversidade; Agroextrativismo	UFRRN	2010
Apoio à gestão sustentável de recursos hídricos através de um modelo hidro-econômico desenvolvido em diferentes cenários de uso do solo e clima: o caso do sub-médio do São Francisco	SILVA, Gerald Norbert Souza da	AZEVEDO, José Roberto Gonçalves de			Engenharia Civil; Modelo hidro-econômico; Curvas de demanda; Gestão integrada de recursos hídricos; Desenvolvimento sustentável; Alocação de água; Mudanças climáticas	UFPE	2017
O sistema de licenciamento ambiental e o desafio econômico - proposta para o Estado de São Paulo.	Paulo Ferreira	Dione Mari Morita			Avaliação de impacto ambiental; Desenvolvimento sustentável; Legislação ambiental; Licenciamento ambiental	USP	2010
Diagnóstico da rizicultura na foz do rio São Francisco sob a perspectiva de um modelo sustentável de gestão	Andrade, Isabel Cristina Barreto	Souza, Roberto Rodrigues de			Meio ambiente; Gestão ambiental; Desenvolvimento sustentável; Arroz; Rizicultura; Rio São Francisco; Gestão; Sustentabilidade	UFS	2016
Competências da sustentabilidade na atuação profissional dos egressos do Centro Paula Souza: um estudo de caso	Dourado, Janaína Rute da Silva	Trevisan, Leonardo Nelmi			Sustentabilidade; Desenvolvimento sustentável; Formação profissional; Centro Paula Souza	PUC_SP	2018
Proposta de um modelo de gestão integrada da cadeia de suprimentos: aplicação no segmento de eletrodomésticos.	Reinaldo Fagundes dos Santos				Administração da cadeia de suprimentos; Teoria das restrições; Aspectos organizacionais; Produção enxuta; Desenvolvimento sustentável; Responsabilidade corporativa social; Gestão de processos de negócios; Engenharia de produção; Administração	ITA	2010

Caracterização do consumo doméstico de materiais da cidade de Montevideu mediante análise de fluxos de materiais	Mimbacas Rodriguez, Alicia Filomena	Sattler, Miguel Aloysio	Desenvolvimento sustentável; Consumo; Fluxo de materiais; Uruguai	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil	2012
Conflito socioambiental e (re)organização territorial: mineradora Alcoa e comunidades ribeirinhas do projeto agroextrativista juruti velho, município de Juruti-Pará-Amazonia-Brasil	Lopes, Luis Otávio do Canto	Almeida, Jalcione Pereira de	Territorialização; Impacto ambiental; Desenvolvimento sustentável; Economia regional; Desenvolvimento rural; Juruti (PA)	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural	2012
Sementes que brotam da crise : a produção de novidades organizacionais na agricultura familiar do oeste de Santa Catarina	Mello, Márcio Antonio de	Schneider, Sergio	Agricultura familiar; Agricultura; Inovação tecnológica; Modernização agrícola; Desenvolvimento sustentável; Santa Catarina, Oeste	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural	2009
Análise prospectiva do álcool combustível no Brasil - cenários 2004-2024	Scandiffo, Mirna Ivonne Gaya	Furtado, André Tosi	Etanol; Combustíveis líquidos; Recursos naturais renováveis; Desenvolvimento sustentável; Educação ambiental	UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica	2005
Educação, televisão e natureza: uma análise do reporter ECO	Guido, Lucia de Fatima Estevinho	Bruzzo, Cristina	Educação ambiental; Desenvolvimento sustentável; Imagem; Reservas naturais; Comunicação de massa - Programas educacionais	UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Educação	2005
Sustentabilidade e Serra da Cantareira: o descarte da morte	Coutinho, Antonio Paulo Barea	Santos, Laymert Garcia dos	Desenvolvimento sustentável; Ambientalismo; Biopolítica; Serra da Cantareira (Brasil) - Condições ambientais	UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais	2005
Formação e dinâmica do campo da educação ambiental no Brasil: emergência, identidades, desafios	Lima, Gustavo Ferreira da Costa	Rodrigues, Arlete Moysés	Educação ambiental; Educação ambiental - Brasil - História; Desenvolvimento sustentável; Sociologia educacional	UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais	2005
A água: percepções e compromisso: estudo de caso na Região Metropolitana de Campinas	Paula, Gabriela Oliveira de	Cavalcanti, Rachel Negrão	Recursos hídricos - Desenvolvimento - Aspectos ambientais; Bacias hidrográficas; Desenvolvimento sustentável; Política ambiental; Água - Uso - Aspectos ambientais; Água - Consumo - Campinas (SP)	UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Geociências, Administração e Política de	2002

						Recursos Minerais	
A construção social da relação com o meio ambiente: análise das percepções e representações sociais de risco ecológico em um município da Mata Atlântica Brasileira	Abreu, Lucimar Santiago	Almeida, Mauro William Barbosa de	Agricultura; Família e trabalho; Percepção social; Agricultura e tecnologia; Incerteza; Desenvolvimento sustentável; Recursos naturais - Conservação; Diversidade agrícola; Risco; Mata Atlântica	UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Antropologia	2002	
Avaliação da sustentabilidade na gestão das cadeias de oferta de bioenergia	Pereira, Alessandro Sanches	Rutkowski, Emília Wanda	Desenvolvimento sustentável; Biocombustíveis; Bioenergética; Cadeia de suprimentos - Administração	UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil	2012	
Modelo para avaliação de sustentabilidade da agroindústria de etanol	Salles, Lauriberto da Silva	Paula Junior, Durval Rodrigues de	Etanol; Desenvolvimento sustentável; Sustentabilidade; Agricultura e energia; Agroindústria - Aspectos ambientais	UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola	2012	
Organizações não governamentais e turismo sustentável: trilhando conceitos de participação e conflitos	Rabinovici, Andrea	Ferreira, Lúcia da Costa	Organizações não-governamentais; Turismo; Meio ambiente - Aspectos sociais; Desenvolvimento sustentável	UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade	2009	
Aproveitamento de resíduos madeiros e da agroindústria regional para o cultivo de fungos comestíveis de ocorrência na região Amazônica	Sales-campos, Ceci	Oliveira, Luiz Antonio de	Pleurotus ostreatus; Cultivo de cogumelo comestível; Desenvolvimento sustentável	UFAM	Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia	2008	
Limites e possibilidades do balanço social	Penedo, Antonio Sérgio Torres	Alves, Francisco José da Costa	Agroindústria canaveira; Desenvolvimento sustentável; Meio ambiente; Responsabilidade social; Balanço social; Produção canaveira	UFSCAR	Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção	2011	
Da natureza à cultura: tecnonatureza como novo paradigma ambiental	Santos Filho, Agripino Alexandre dos ( <a href="http://lattes.cnpq.br/1944458389353507">http://lattes.cnpq.br/1944458389353507</a> )	Santos, Antônio Carlos dos	Meio ambiente; Desenvolvimento sustentável; Conservação da natureza; Ecologia; Crise ambiental moderna; Paradigma ambiental; Tecnonatureza; Economia verde; Políticas públicas	UFS	Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente	2015	
IMPLANTAÇÃO DA MELIPONICULTURA E ETNOBIOLOGIA DE ABELHAS SEM FERRÃO (Melipona) EM	Silva, Alexandre Coletto da	Kerr, Warwick Estevam	Abelhas sem ferrão; Meliponicultura; áreas indígenas; Desenvolvimento sustentável; Inclusão social	INPA	Programa de Pós-Graduação em Entomologia	2006	

COMUNIDADES INDÂ• GENAS NO ESTADO DO AMAZONAS: Estudos de caso dos meliponários indígenas: Ticuna, Comunidade Guanabara III, município de Benjamin Constant AM; Mura, Comunidade Murutinga, município de Autazes AM e Cokama: Comunidade Nova Aliança, município de Benjamin Constant AM	Ribeiro, Gilmar Lopes	Pitton, Sandra Elisa Contri	Ecologia humana; Energia eólica; Parque eólico; Impacto ambiental; Energia - Fontes alternativas; Desenvolvimento sustentável; Política ambiental; Aracati (CE); Cumbe, Praia do (Aracati, CE)	UNESP	Programa de Pós-Graduação em Geografia	2013
Proposta de método de auxílio à decisão para planejamento e otimização da inserção de veículos elétricos na matriz do modal rodoviário brasileiro	Silva, Ricardo Emilio da	Sobrinho, Pedro Magalhães	Veículos elétricos; Planejamento energético; Tomada de decisão por múltiplos objetivos; Análise de decisão multicritério; Desenvolvimento sustentável; Processo decisório por critério múltiplo	UNESP	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica	2018
Governança nas compras públicas sustentáveis: um modelo para os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia baseado na análise de redes sociais	Souza Seixas, Eduardo	Sampaio, Renelson Ribeiro ;	Compras públicas sustentáveis; Análise de redes sociais; Governança pública; Medição de desempenho; Desenvolvimento sustentável;	UFBA	Programa de Doutorado Multi- institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento	2018
Gestão dos resíduos sólidos e inclusão sócio-produtiva dos catadores de materiais recicláveis no Vale do São Francisco Juazeiro-BA e Petrolina-PE	CARVALHO, Vanderlei Souza	FONTES, Breno Augusto Souto Maior	Resíduos sólidos; Gestão local integrada e participativa; Cooperativas de catadores; Desenvolvimento sustentável;	UFPE	Programa de Pos Graduação em Sociologia	2016
Os usos da água para geração de energia elétrica e a sustentabilidade jurídico- ambiental.	Eldis Camargo Neves da Cunha	Lineu Belico dos Reis	Desenvolvimento sustentável; Energia elétrica; Licença ambiental; Outorga de direito de uso; Potencial hidrelétrico; Recursos hídricos	USP	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica	2008

Fundamentação da cobrança pelo uso da água na agricultura irrigada, na microbacia do Ribeirão dos Marins, Piracicaba/SP	Célia Regina Ferrari Faganello	Marcos Vinicius Folegatti	Agricultura; água para irrigação; Bacia hidrográfica; Cobrança; Desenvolvimento sustentável; Piracicaba; Recursos hídricos	USP	Programa de Pós-Graduação em Ecologia de Agroecossistemas	2007
A adoção de programas sustentáveis nas micro e pequenas indústrias	Douglas Soares	Luis Antonio Bittar Venturi	Desenvolvimento sustentável; Micro e pequenos empreendimentos industriais; Planejamento estratégico; Responsabilidade social empresarial	USP	Programa de Pós-Graduação em Geografia Física	2015
Influência das políticas ambientais no desempenho empresarial econômico e socioambiental: um estudo do setor de leite e derivados de Goiás	Francisco Alberto Severo de Almeida	Isak Kruglianskas	Desenvolvimento sustentável; Empresas-Desempenho; Meio ambiente; Política ambiental; Políticas públicas	USP	Programa de Pós-Graduação em Administração	2010
Planejamento e sustentabilidade: uma proposta de procedimentos com base na avaliação de sustentabilidade e sua aplicação para o caso do etanol de cana-de-açúcar no Plano Decenal de Expansão de Energia	Carla Grigoletto Duarte	Tadeu Fabrício Malheiros	Desenvolvimento sustentável; Etanol de cana-de-açúcar; Gestão ambiental; Meio ambiente; Planejamento energético; Sustentabilidade	USP	Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental	2013
Inserção do critério de produção de energia elétrica, em pequenas centrais hidrelétricas, na distribuição do ICMS ecológico, no Estado de Minas Gerais	Oliveira, Júlio Cezar de	Martins, José Helvécio	ICMS ecológico; Desenvolvimento sustentável	UFV	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola	2007
Produção de goma xantana a partir da bioconversão de resíduos de malte de cervejaria por <i>Xanthomonas campestris</i> pv. <i>campestris</i> IBSBF 1866	Menezes, Jeane Denise de Souza	Souza, Roberto Rodrigues de	Desenvolvimento sustentável; Agroindústria; Cerveja; Gomas e resinas; Resíduos industriais; Malte; Goma Xantana; Resíduo de cervejaria; Indústria de cerveja	UFS	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente	2013
Água e energia para a vida: o Movimento dos Atingidos por Barragens no Brasil (1991-2009)	Benincá, Dirceu	Wanderley, Luiz Eduardo Waldemarim	Movimento dos Atingidos por Barragens; Ecologia; Desenvolvimento sustentável; Cidadania ecológica	PUC_SP	Programa de Estudos Pós-Graduados em	2010







Estudo e diagnóstico da agricultura irrigada na região do alto da bacia hidrográfica do rio Itapicuru - Bahia	Sampaio, Claudia Bloisi Vaz	Marinho, Mara de Andrade	Solo - Uso; Agricultura sustentada; Desenvolvimento sustentável; Irrigação; Bacias hidrográficas	UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola	2006
Estratégias de desenvolvimento para o Brasil rural: balanço e perspectivas a partir da experiência paulista	Pinto, Abelardo Gonçalves	Bergamasco, Sônia Maria	Políticas públicas; Extensão rural; Desenvolvimento sustentável; Agricultura - Brasil; Sociologia rural	UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola	2004
Vazios urbanos no contexto do ambiente promotor de saúde com foco no planejamento por microbacias hidrográficas para cidades brasileiras: proposta de roteiro de análise e classificação	Teixeira, Maria da Purificação, 1960-	Zuffo, Antonio Carlos	Microbacias hidrográficas; Planejamento municipal; Desenvolvimento sustentável; Políticas públicas de saúde; Abastecimento de água	UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil	2013
A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) = percepções e tendências	Pettan, Kleber Batista	Bergamasco, Sônia Maria	Agricultura - Assistência técnica; Agricultura familiar; Políticas públicas; Desenvolvimento sustentável; Extensão rural	UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola	2010
O socioambientalismo na perspectiva da sociedade civil latino americana : uma análise no âmbito das conferências das Nações Unidas	Albuquerque, Antonio Carlos Carneiro de	Ferreira, Leila da Costa,	Sociedade civil; Ambientalismo - Aspectos sociais; Desenvolvimento sustentável; America Latina - Relações internacionais	UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade	2008
A prática educativa e o estudo do meio: o Amapá como estudo de caso na construção do conceito de sustentabilidade	Maria Lidia Bueno Fernandes	Magda Adelaide Lombardo	Aprendizagem significativa; Conteúdos conceituais; Desenvolvimento sustentável; Enfoque globalizador; Ensino de geografia; Espírito científico; Estudo do Meio; Interdisciplinaridade; Procedimentais e atitudinais; Programa de desenvolvimento sustentável do Estado do Amapá	USP	Programa de Pós-Graduação em Geografia Física	2009
(Re)invenção do turismo de base comunitária no litoral sul sergipano: turismo e economia criativa como elos de gestão participativa	Alexandre, Lilian Maria de Mesquita	Araújo, Hélio Mário de	Geografia; Turismo; Desenvolvimento sustentável; Comunidades; Turismo e Estado; Costa; Sergipe; Portugal; Turismo de base comunitária; Turismo criativo; Litoral sul de Sergipe	UFS	Programa de Pós-Graduação em Geografia	2018
Construção e avaliação de indicadores de sustentabilidade	Stoffel, Jaime Antonio	Colognese, Sílvio Antonio	Agricultura familiar; Indicadores de sustentabilidade; Análise multidimensional;	UNIOEST E	Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>	2014

para a agricultura familiar: uma análise multidimensional			Sudoeste do Paraná; Desenvolvimento sustentável		em Desenvolvimento Regional e Agronegócio	
Riscos potenciais de impacto ambiental negativo da suinocultura na bacia do córrego Bebedouro, Uberlândia-MG	Amorim, João Mateus de	Godoy, Manuel Rolando Berrios	Geografia agrícola; Água - Qualidade - Bebedouro, Córrego, Bacia (MG); Suino - Estercó - Aspectos ambientais; Solos - Conservação; Ar - Poluição; Educação ambiental - Legislação; Águas subterrâneas - Conceitos; Qualidade de vida - Uberlândia (MG); Desenvolvimento sustentável; Proteção ambiental	UNESP	Programa de Pós-Graduação em Geografia	2011
A aplicabilidade do gás natural do ponto de vista mercadológico, econômico e ambiental: um estudo para os Estados do Amazonas e de São Paulo	Mariana Sarmanho de Oliveira Lima	Daisy Aparecida do Nascimento Rebelatto	Análise conjunta; Análise por envoltória de dados; Desenvolvimento sustentável; Gás natural; Indústrias amazonenses; Indústrias paulistas; Técnica do incidente crítico	USP	Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção	2011
A gestão dos resíduos sólidos urbanos: um desafio	Juliana Vieira dos Santos	Eunice Aparecida de Jesus Prudente	Ambientes urbanos; Desenvolvimento sustentável; Direito ambiental; Meio ambiente urbano; Resíduos sólidos; Resíduos urbanos	USP	Programa de Pós-Graduação em Direito	2010
Sistema agroalimentar da avicultura fundada em princípios da Agricultura Natural: multifuncionalidade, desenvolvimento territorial e sustentabilidade	Luiz Carlos Demattê Filho	Paulo Eduardo Moruzzi Marques	Avicultura alternativa; Desenvolvimento sustentável; Frango livre de antibióticos; Multifuncionalidade da agricultura; Promotor de crescimento; Sistema agroalimentar localizado	USP	Programa de Pós-Graduação em Ecologia de Agroecossistemas	2014
Avaliação exergoecológica de processos de tratamento de esgoto.	Carlos Humberto Mora Bejarano	Silvio de Oliveira Júnior	Desenvolvimento sustentável; Estações de tratamento de águas residuárias; Impactos ambientais; Meio ambiente	USP	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica	2009
A integração da sustentabilidade às práticas de controle gerencial das empresas no Brasil	Yara Consuelo Cintra	Fabio Frezatti	Contabilidade ambiental; Contabilidade gerencial; Contabilidade social; Controladoria; Desenvolvimento sustentável; Instituições sociais; Responsabilidade social; Sociologia organizacional; Sustentabilidade	USP	Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade	2011

Para onde vamos? A crise climática e a transição societal em debate na França	Gendron, Janice C. Cavalcanti	Oliveira, Roberto Veras de	Transição social e ecológica; Transição societal; Mudanças climáticas; Iniciativas cidadãs; Participação cidadã; Alternativa ao desenvolvimento; Desenvolvimento sustentável; Democracia; Crise climática - Análise.	UFPB	Programa de Pós-Graduação em Sociologia	2018
O lugar de morar em Porto Alegre: uma abordagem para avaliar aspectos de qualificação do espaço residencial, À luz de princípios de sustentabilidade	Scussel, Maria Conceição Barletta	Sattler, Miguel Aloysio	Qualidade de vida; Desenvolvimento sustentável; Habitação; Gestão urbana; Espaço urbano; Habitacao: Planejamento urbano; Espaço arquitetônico : Residências; Menino Deus (Porto Alegre, RS)	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil	2007
Conflito ambiental e cosmopolíticas na amazônia brasileira: a construção da Usina hidrelétrica de Belo Monte em perspectiva	Fleury, Lorena Cândido	Almeida, Jalcione Pereira de	Conflitos ambientais; Biopolítica; Sociologia política; Usinas hidrelétricas; Sociologia ambiental; Desenvolvimento sustentável; Belo Monte, Usina hidrelétrica (PA); Xingu, Rio (MT e PA); Amazônia	UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Sociologia	2013
Política Ambiental Transversal : experiências na Amazonia Brasileira	Graf, Roberta	Pereira, Newton Muller	Política ambiental - Acre; Política ambiental - Amapá; Políticas públicas - Avaliação; Ciência e tecnologia; Desenvolvimento sustentável; Desenvolvimento econômico - Aspectos ambientais	UNICAMP	Programa de Pós-Graduação EM POLITICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGIC A	2005
Uso de lodo de estação de tratamento de água e agregado reciclado miudo na fabricação de elementos de alvenaria	Chavez Porras, Alvaro	Isaac, Ricardo de Lima,	Resíduos; Reciclagem - Indústria; Lodo; água - Estações de tratamento; Blocos de concreto; Desenvolvimento sustentável	UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil	2007
Análise geoambiental em unidades de conservação de proteção integral no semiárido sergipano	Souza, Heloísa Thais Rodrigues de	Souza, Rosemeri Melo e	Meio ambiente; Conservação da natureza; Gestão ambiental; Desenvolvimento sustentável; Diversidade biológica; Caatinga; Conservação de recursos naturais; Análise geoambiental; Fragmentação florestal; Unidades de conservação; Semiárido; Indicadores de sustentabilidade	UFS	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente	2016
Direito À informação e ao consumo sustentável	Maria da Conceição Maranhão Pfeiffer	Teresa Ancona Lopez	Consumidor; Consumo; Desenvolvimento sustentável; Impactos ambientais; ônus da prova; Proteção ao consumidor	USP	Programa de Pós-Graduação em Direito	2011

Sistema de indicadores de sustentabilidade: uma aplicação ao contexto de desenvolvimento do turismo na região de Bueno Brandão, Estado de Minas Gerais, Brasil	Frederico Yuri Hanai	Evaldo Luiz Gaeta Espindola	Bacia hidrográfica de montante do rio Mogi-Guaçu; Bueno Brandão; Desenvolvimento sustentável; Indicadores de sustentabilidade; Indicadores de sustentabilidade do turismo; Sistema de indicadores; Sustentabilidade; Turismo sustentável	USP	Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental	2009
Festas 'italianas' em São Paulo e a proteção do patrimônio imaterial: a identidade de grupo no contexto da diversidade	Ferreira Junior, Silvio Pinto	Bógus, Lucia Maria Machado	Desenvolvimento sustentável; Patrimônio imaterial; Festas populares; Imigração italiana; Cidadania; Identidade; Diversidade; Multiculturalidade; Festas religiosas -- Sao Paulo (cidade); Italianos - Sao Paulo (cidade) -- Historia; Patrimônio cultural -- Sao Paulo (cidade)	PUC_SP	Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais	2009
Planejamento do espaço físico e socio-econômico no meio rural: uma proposta metodológica	Oliveira, Rosângela Aparecida Pereira de	Carmo, Maristela Simões do	Planejamento regional - Aguai (SP); Planejamento regional - Mogi Guaçu (SP); Planejamento regional - Estiva Gerbi (SP); Solo rural - Uso - Planejamento; Sensoriamento remoto; Solo adequado para agricultura; Desenvolvimento sustentável	UNICAMP	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola	2005